

Interseções

REVISTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Prof. Ruy Garcia Marques

Vice-Reitora

Prof^a. Maria Georgina Muniz Washington

Sub-Reitora de Graduação

Prof^a. Tania Maria de Castro Carvalho Netto

Sub-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Prof. Egberto Gaspar de Moura

Sub-Reitora de Extensão e Cultura

Prof^a. Elaine Ferreira Torres

Centro de Ciências Sociais

Prof. Domenico Mandarino

Instituto de Ciências Sociais

Prof^a. Maria Claudia Pereira Coelho

Prof. Ronaldo de Oliveira Castro

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Prof^a. Clara Maria de Oliveira Araújo

Prof^a. João Trajano de Lima Sento-Sé

ISSN 2317-1456

Interseções

REVISTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

ano 18 número 1
junho de 2016

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Interseções

Revista de Estudos Interdisciplinares

Interseções: revista de estudos interdisciplinares é uma publicação organizada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Seu objetivo é divulgar estudos baseados na interdisciplinaridade das ciências humanas, considerada indispensável para a reflexão sobre a realidade sociocultural dinâmica, cambiante e complexa do mundo contemporâneo.

Editores

Helena Bomeny, Maria Cláudia Coelho e Paulo D'Ávila

Assistente Editorial

Fabiola Cordeiro

Estagáriosa

Maira Esteves

Revisão e Diagramação

Metatexto Revisão e Editoração de textos

Publicação Semestral – 2016.1

Conselho Editorial

Anália Torres (Instituto Universitário de Lisboa)
Bernardo Ferreira (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Cecília Loreto Mariz (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Carlos Aurélio Pimenta de Faria (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Cynthia Sarti (Universidade Federal de São Paulo)
Clara Araújo (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Clara Cristina Jost Mafrá (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) – *in memoriam*
Clarice Ehlers Peixoto (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Cláudia Barcellos Rezende (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Guy Bellavance (Universidade de Quebec)
Hector Leis (Universidade Federal de Santa Catarina)
Helio R. S. Silva (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)
Ítalo Moriconi (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
João Trajano Sento-Sé (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
José Machado Pais (Universidade de Lisboa)
José Reginaldo Gonçalves (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Josué Pereira da Silva (Universidade Estadual de Campinas)
Jurandir Freire Costa (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Leonardo Avritzer (Universidade Federal de Minas Gerais)
Luiz Eduardo Soares (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Luiz Flavio Costa (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Maria Josefina Gabriel Sant'Anna (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Maria Luiza Heilborn (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Marjo de Theije (Universidade Livre de Amsterdã)
Maurício Tenório-Trillo (Universidade de Chicago)
Myrian Sepúlveda dos Santos (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Nélida Archenti (Universidad de Buenos Aires)
Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque (Universidade Federal de Pernambuco)
Ricardo Benzaquen de Araújo (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
Roberto DaMatta (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
Sergio Costa (Universidade Livre de Berlim)
Sidney Chalhoub (Universidade Estadual de Campinas)
Susana Durão (Universidade de Lisboa)
Valter Sinder (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

CATALOGAÇÃO NA FONTE

I61 Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares. – Ano 18, n.1 (2016)- .
- Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999-

Anual (1999), Semestral (2000)
Publicação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ.
ISSN 2317-1456

1. Ciências humanas - Periódicos. 2. Ciências Sociais - Periódicos. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CDU (30) 05

UERJ / REDE SIRIUS / PROTAT

Indexação:

Índice de Ciências Sociais do IUPERJ;

CLASE – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades;

LATINDEX – Sistema regional de información en línea para revistas científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal;

EBSCO;

OPEN EDITION / Revues.org;

Cengage-Learning

Homepage: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/index>

Sumário

Artigos

- Sumak Kawsay* ou *Buen Vivir*? Os novos fundamentos constitucionais nativos e a reforma das políticas sociais no Equador da “Revolução Cidadã”7
Carlos Aurélio Pimenta de Faria
DOI: 10.12957/irei.2016.25533
- As fontes institucionais de informação como agentes políticos da agenda ambiental no Brasil e em Portugal: Estado, comunidade científica e entidades ecológicas 39
Antônio Teixeira Barros
DOI: 10.12957/irei.2016.25534
- Do caminho à trilha. As perspectivas do lazer e do habitar na Transcarioca..... 64
Luz Stella Rodrigues Cáceres
DOI: 10.12957/irei.2016.25535
- Sociabilidades: jogos sociais do estar junto no trabalho com o lixo..... 97
Marília Veríssimo Veronese; Sueli Cabral; Noberto Khun
DOI: 10.12957/irei.2016.25537
- Imagens da fama: abrindo os álbuns de fotografias do mercado erótico popular brasileiro 120
Raphael Bispo
DOI: 10.12957/irei.2016.25538
- Propostas de reforma do auxílio-reclusão no Congresso Nacional: impacto e embates políticos 141
Otávio Dias de Souza Ferreira
DOI: 10.12957/irei.2016.25556
- A demanda de trabalho das empresas de serviços TIC no Brasil, 2006 a 2013167
Lucas Rodrigues Azambuja; Daniel Rodrigues Mocelin
DOI: 10.12957/irei.2016.25540

O debate sobre (novo) desenvolvimentismo brasileiro: uma análise dos artigos publicados em Revista Brasileira de Ciências Sociais, Dados e Revista de Economia Política (2003-2013) 195
Vinicius de Lara Ribas
DOI: 10.12957/irei.2016.25541

As UPPs na prática: novo cerco às favelas 212
Daniel Soares Rumbelsperger Rodrigues
DOI: 10.12957/irei.2016.25542

Resenhas

Entre o pessimismo da razão e o otimismo da vontade 252
Glauber Miranda Florindo
DOI: 10.12957/irei.2016.25544

Cristopher Hill – the changing politics of foreign policy 257
Magno Klein
DOI: 10.12957/irei.2016.25545

VIANNA, Luiz Werneck. Ensaio sobre política direito e sociedade..... 263
Maria Alice Rezende
DOI: 10.12957/irei.2016.25546

Contents

Articles

Sumak Kawsay or *Buen Vivir*? The new native constitutional foundations and the reform of social politics in Ecuador’s “Citizen’s Revolution”7

Carlos Aurélio Pimenta de Faria

DOI: 10.12957/irei.2016.25533

The institutional sources of information as political agents in Brazil’s and Portugal’s environmental program: State, scientific community and ecological entities 39

Antonio Teixeira de Barros

DOI: 10.12957/irei.2016.25534

From the path to the trail. The perspectives of leisure and of inhabiting Transcarioca 64

Luz Estella Rodríguez Cáceres

DOI: 10.12957/irei.2016.25535

Sociability: A network of work relationships regarding waste..... 97

Marília Veríssimo Veronese; Sueli Cabral; Noberto Khun

DOI: 10.12957/irei.2016.25537

Fame’s images: opening the photo albums of the Brazilian popular erotic market..... 120

Raphael Bispo

DOI: 10.12957/irei.2016.25538

Proposals for a reform in the inmate welfare assistance in the National Congress: the impact and political confrontations141

Otávio Dias de Souza Ferreira

DOI: 10.12957/irei.2016.25556

Brazil’s labor demand of ICT services in companies, 2006 to 2013167

Lucas Rodrigues Azambuja; Daniel Gustavo Mocelin

DOI: 10.12957/irei.2016.25540

The debate regarding the Brazilian neo-developmentalism: Analyzing Articulos
Published in "Revista Brasileiras de Ciências Sociais", "Dados" and "Revista de
Economia Política" (2003-2013)..... 195
Vinícius de Lara Ribas
DOI: 10.12957/irei.2016.25541

The UPP (Pacifying Police Units) in practice: a new siege for the favelas? 212
Daniel Soares Rumbelsperger Rodrigues
DOI: 10.12957/irei.2016.25542

Reviews

Between the pessimism of reason and optimism of the will 252
Glauber Miranda Florindo
DOI: 10.12957/irei.2016.25544

Hill, Christopher. The Changing Politics of Foreign Policy..... 257
Magno Klein
DOI: 10.12957/irei.2016.25545

VIANNA, Luiz Werneck. Ensaios sobre política direito e sociedade..... 263
Maria Alice Rezende de Carvalho
DOI: 10.12957/irei.2016.25546

Artigos

***Sumak Kawsay* ou *Buen Vivir*? Os novos fundamentos constitucionais nativos e a reforma das políticas sociais no Equador da “Revolução Cidadã”¹**

Carlos Aurélio Pimenta de Faria*

Resumo

O artigo tem o objetivo de avaliar se e como, ao longo do governo de Rafael Correa, o sistema de proteção social equatoriano tem sido reconfigurado e expandido em atenção à plataforma ou ideal do *Sumak Kawsay* (SK) ou *Buen Vivir* (BV), como prescrito pela nova Constituição do país e como explicitado em todos os Planos Nacionais de Desenvolvimento. O foco do trabalho recairá sobre as políticas de assistência social e de educação. Para tanto, o artigo está organizado da seguinte maneira: na primeira seção, buscamos definir SK ou BV, discutindo a genealogia do termo, suas variantes e controvérsias. Na segunda seção, trataremos da institucionalização do conceito de SK/BV e da maneira como ele foi transformado em diretriz fundamental da ação estatal no Equador, desde os planos de governo da Aliança PAIS até sua incorporação na Constituição de 2008 e nos Planos Nacionais de Desenvolvimento. Na terceira seção, por fim, questionamos, com base em uma apreciação das rupturas e continuidades na provisão de assistência social e de educação, em que medida o novo e amplamente propalado conceito de SK/BV tem balizado a atuação do governo da Revolução Cidadã no campo da política.

¹ O autor agradece ao CNPq e à Fapemig pelos recursos para o desenvolvimento da pesquisa da qual o presente trabalho é um subproduto. O autor agradece também a Pedro Zucheratto Castro pela assistência na coleta dos dados. Uma versão anterior deste artigo foi apresentada no GT Políticas Públicas do 39º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG, 26 a 30 de outubro de 2015. Agradecimentos são também devidos, pelos comentários e críticas, aos participantes do GT, muito especialmente a Marta Arretche e Renata Bichir. A redação do artigo foi finalizada em outubro de 2015.

* Carlos Aurélio Pimenta de Faria é Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), desde 1997; e professor e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica (PUC) – Minas Gerais. E.mail: carlosf@pucminas.br.

social.

Palavras-Chave

Buen vivir. Equador. Políticas Sociais.

Abstract

The article aims to assess if and how, during Rafael Correa's mandate, the equatorial social protection system has been reconfigured and expanded regarding the *Sumak Kawsay* (SK) or *Buen Vivir* (BV) platform or ideal, as assigned by the country's new Constitution and exposed in all of the National Development Plans. The work's focus will reflect the social assistance and education policies. To do so, the article is organized as follows: In the first section, we try to define SK/BV, discussing the term's genealogy, its variants and controversies. In the second section, we approach the institutionalization of the SK/BV concept and the way it has been transformed into the fundamental guideline of state action in Ecuador, since PAIS Alliance's government plans into its incorporation in the 2008 Constitution and the National Development Plans. Lastly, in the third section, we question, based on an appraisal of ruptures and continuities in the social assistance and education provision, which way the new and widely propagated SK/BV concept has indicated the government's action of Citizen Revolution in the social politics field.

Keywords

Buen Vivir. Ecuador. Social Politics.

Introdução

O Equador é um pequeno país andino com uma população predominantemente mestiça de quase 16 milhões de habitantes, pouco mais da metade da população peruana. Até um passado relativamente recente, o país havia se notabilizado no plano internacional principalmente por sua acentuada instabilidade política. Afinal, entre 1996 e 2006, quando Rafael Correa foi eleito pela primeira vez, o país foi governado por não menos

que oito presidentes diferentes e por duas juntas de salvação nacional². A ascensão de Correa e de seu partido/movimento Aliança País (*Pátria Altiva y Soberana*) à presidência trouxe ao Equador não apenas estabilidade política, mas também uma inesperada visibilidade internacional. Para muitos de seus críticos atuais, porém, essa estabilidade teria sido conseguida à custa de crescente autoritarismo, concentração de poderes e populismo.

Atualmente em seu terceiro mandato consecutivo, o líder da autoproclamada “Revolução Cidadã” (e do governo mais longo da história republicana do país) tem ocupado analistas, observadores e militantes internacionais tanto por seus supostos defeitos quanto pelo caráter não raro inovador de algumas das novas instituições e políticas públicas por ele patrocinadas no Equador. Para os seus críticos, hoje em número crescente tanto no plano doméstico como no internacional, destaca-se o seu papel como expoente da nova esquerda “bolivariana” da América Latina³, como liderança “tecnopopulista” (TORRE, 2013a e 2013b) ou, morto Hugo Chávez, como *el secreto cabeza de la familia del Socialismo del Siglo XXI* (MENDONZA; MONTANER; LLOSA, 2014; p.117). Por outro lado, tornaram-se objeto de grande curiosidade internacional (e também de muita admiração): as profundas inovações trazidas pela Constituição de 2008, nos planos jurídico, institucional e conceitual, como veremos adiante; a política ambiental e de direitos humanos; o ativismo, desenvoltura e caráter revisionista de sua política externa (ZEPEDA; EGAS, 2011; AYLLÓN; DOLCETTI, 2014); e a revalorização das culturas ancestrais, cristalizada na transformação do *Sumak Kawsay* (SK) ou *Buen Vivir* (BV) em princípio orientador da ação estatal. Talvez se possa dizer que foi precisamente a centralidade dada pelo governo

² No contexto internacional, destacou-se também a dolarização oficial da economia equatoriana, ocorrida em 2000, após uma aguda crise econômica, que levou a uma emigração maciça. Talvez paradoxalmente, a dolarização ainda está vigente, hoje, no governo da autoproclamada Revolução Cidadã, que assume, em sua política externa, um posicionamento claramente anti-hegemonista e anti-norte-americano.

³ A tese das duas esquerdas latino-americanas do século XXI, que teve como precursores Petkoff (2005) e Castañeda (2006), propôs a distinção entre um grupo de lideranças e partidos mais pragmático, a “esquerda certa” (*the right left*) de Castañeda, que chegou ao poder no Chile e no Brasil, e um grupo bolivariano, ideológico ou populista, a “esquerda errada” (*the wrong left*), que governa a Venezuela, a Argentina, a Bolívia e, a partir de 2007, também o Equador. Para análises menos maniqueístas e mais matizadas da “virada à esquerda” ou da “onda rosa” latino-americana, ver, entre outros: Cameron (2009), Silva (2010) e Cameron e Hershberg (2010).

da Revolução Cidadã ao princípio, ideal ou plataforma do *Sumak Kawsay/ Buen Vivir* (SK/BV) o fenômeno catalisador dessas inovações políticas e institucionais⁴.

O presente trabalho tem o objetivo de discutir se e como, ao longo do governo de Rafael Correa, o sistema de proteção social equatoriano tem sido reconfigurado e expandido em atenção à plataforma ou ideal do *Sumak Kawsay* (SK) ou *Buen Vivir* (BV), como prescrito pela nova Constituição do país e como explicitado em todos os Planos Nacionais de Desenvolvimento. O foco do trabalho recairá sobre as políticas de assistência social e de educação. Para tanto, o artigo está organizado da seguinte maneira: na primeira seção, buscamos definir SK ou BV, discutindo a genealogia do termo, suas variantes e controvérsias. Na segunda seção, trataremos da institucionalização do conceito de SK/BV e da maneira como ele foi transformado em diretriz fundamental da ação estatal no Equador, desde os planos de governo da Aliança PAIS até sua incorporação na Constituição de 2008 e nos Planos Nacionais de Desenvolvimento. Na terceira seção, por fim, questionamos, com base em uma apreciação das rupturas e continuidades na provisão de assistência social e de educação, em que medida o novo e amplamente propalado conceito de SK/BV tem balizado a atuação do governo da Revolução Cidadã no campo da política social.

Sumak Kawsay / Buen Vivir: Definições, Genealogia e Controvérsias de uma “Tradição Inventada”

Ainda que o termo kichwa *Sumak Kawsay* (SK) seja usualmente traduzido para o castelhano como “*Buen Vivir*” (BV) (ou Bom Viver, em português), é grande a polêmica que essa tradução suscita⁵. Adiante, trataremos das

⁴ Na Bolívia de Evo Morales, o reconhecimento, valorização e institucionalização de um conceito (ou plataforma de ação política) similar ao *Sumak Kawsay* (*Buen Vivir*), o *suma qamaña* (ou *Vivir Bien*, como traduzido pela nova Constituição boliviana de 2009), de origem aymara, é um processo que guarda fortes paralelismos com a experiência equatoriana discutida neste artigo (ver, entre outros, Artaraz e Calestani, 2015). Vale destacar, de passagem, que para esses autores “*intellectuals of Aymara origin (...) have written extensively on suma qamaña, whereas not much has been produced, for example, on the Quechua equivalent, sumak kawsay*” (p.220-221).

⁵ O kichwa é uma das variedades da língua quéchua, variedade essa falada, principalmente, no Equador e na Colômbia.

controvérsias relativas ao uso do termo e à sua genealogia e discutiremos a possibilidade de compreendermos o SK como uma “tradição inventada”. Na próxima seção, analisaremos a sua aplicabilidade como diretriz governamental e como princípio orientador da ação estatal no Equador da Revolução Cidadã. Antes, porém, devemos apresentar um balanço rápido da problemática definicional, recordando, não obstante, que esse continua sendo um debate em aberto.

De maneira preliminar, talvez se possa sugerir que o conceito *Sumak Kawsay* (SK) (e suas variações, apresentadas a seguir) representa e sintetiza hoje as aspirações de muitos povos latino-americanos, podendo ser definido, de modo minimalista e por certo menos controvertido, como uma “forma de vida em harmonia com a natureza e com os outros seres humanos” (HIDALGO-CAPITÁN; CUBILLO-GUEVARA, 2014; p.26, tradução nossa). É uma definição similar a essa que aparece no Preâmbulo da Constituição Equatoriana de 2008, quando se afirma que “*nosotras e nosotros, el pueblo soberano del Ecuador*”, “*decidimos construir una nueva forma de convivencia ciudadana, en diversidad y armonía con la naturaleza, para alcanzar el buen vivir, el sumak kawsay*” (ASAMBLEA CONSTITUYENTE, 2008; p.15).

Para vários autores, como Macas (2010) e Monosalvas (2014), entre outros, contudo, não seria precisa a tradução do termo kichwa SK como *Buen Vivir*, uma vez que *sumak* é um adjetivo superlativo que se refere a um sentido de plenitude, completude e excelência. Assim, a tradução mais adequada de SK seria “*estado de plenitud de toda la comunidad vital*”, “*plenitud de la vida*” ou “*vida plena*”. Segundo essa crítica, *Buen Vivir* seria traduzido mais adequadamente em kichwa como “*allí kawsay*” (nesse caso, como em outros, diferenças nas grafias são recorrentes) (MONOSALVAS, 2014).

O conceito de *sumak kawsay* tem sido amplamente divulgado, quase como um mantra, e não apenas nos países andinos, como guia programático para a construção de um modo de vida alternativo ao onipresente *american way of life*, que seria insustentável, predador e “etnocida” (BRETÓN; CORTEZ; GARCIA, 2014). O SK seria derivado das ontologias relacionais andinas, andino-amazônicas e afrodescendentes, as fontes divergem, “*invisibilizadas durante siglos*” (idem, p.9). Também é recorrente a afirmação do SK como uma ruptura conceitual e programática com a concepção (ou fixação) euro-americana de progresso e de crescimento. O SK seria uma “oportunidade para se construir coletivamente um novo regime de desenvolvimento” (ACOSTA, 2009), um regime alternativo àquele que impregna a modernidade ocidental, tida como “caduca, monolítica, excludente e

unilinear” (BRETÓN; CORTEZ; GARCIA, 2014). O empreendimento, que chega a ser visto como uma “insurgência político-epistêmica” (WALSH, 2010), é pensado, de forma reiterada, não apenas como pós-neoliberal, mas também como pós-desenvolvimentista e decolonial. Se o SK busca valorizar a pluralidade dos modos de vida, que redundou, inclusive, no reconhecimento constitucional do Equador (e também da Bolívia) como um Estado Plurinacional e intercultural, o conceito ou plataforma pretende promover também a “desmaterialização da vida”.

O termo kichwa *Sumak Kawsay* (SK), convém recordarmos, tem sinônimos ou equivalentes em diversas outras línguas nativas, como, por exemplo: *allin kawsay* (em quéchua), *suma qamaña* (em aymara; esse é o termo prevacente na Bolívia); *teko kavi* (em guarani) e *kume mogen* (na língua mapuche) (ESTERMANN, 2013). Segundo Recasens (2014), essas expressões significariam “uma vida digna, ainda que austera, que concebe o bem-estar de forma holística, identificando-o com a harmonia com o entorno social (a comunidade), com o entorno ecológico (a natureza) e com o entorno sobrenatural (os *Apus* ou *Achachilas* e demais espíritos de um mundo encantado)” (p.58, tradução nossa). No que concerne ao comunitarismo dos povos autóctones, suas bases históricas, ainda que também elas eventualmente idealizadas, remontam à tradição de gestão compartilhada dos recursos, às formas de trabalho coletivo, como a *minka*, e a alguns sistemas de cargos (RECASENS, 2014; p.68, rodapé 12).

Em uma ampla e recente revisão bibliográfica, que procura sistematizar os “seis debates abertos sobre o *sumak kawsay*”, Hidalgo-Capitán e Cubillo-Guevara (2014) afirmam ser possível sintetizar da seguinte maneira as disputas acerca de seu significado. Haveria “pelo menos” três grandes correntes de pensamento dedicadas à elaboração do conceito de SK/BV e à discussão acerca de sua aplicabilidade atual, quais sejam: (a) a socialista e estatista, (b) a ecologista e pós-desenvolvimentista e (c) a indigenista e “pachamamista”⁶. Essas correntes serão apresentadas, a seguir, com base na revisão mencionada, mas incorporando outros exemplos e questões. Note-se

⁶ Pacha Mama ou Mãe Terra é a deidade principal de vários povos andinos, frequentemente associada à fertilidade e ao feminino. Ela é o símbolo da unidade indissolúvel entre todos os seres vivos. No Preâmbulo da Constituição Equatoriana de 2008, afirma-se: “Celebrando a la naturaleza, la Pacha Mama, de la que somos parte y que es vital para nuestra existencia (...) decidimos construir (...)” (ASAMBLEA CONSTITUYENTE, 2008; p.15).

que representantes dessas três correntes também divergem quanto à melhor tradução para os termos originais kichwa e aymara, bem como acerca do paradigma cultural ao qual pertence o SK.

Os representantes da vertente “socialista e estatista” destacam a gestão política do SK e sua instrumentalização pelo Estado no sentido da busca de superação do capitalismo. Valorizando a ênfase comunitária do SK e das tradições andinas ancestrais, essa corrente relega a um plano secundário as igualmente importantes questões ambiental, cultural e identitária. O novo sistema socioeconômico pós-capitalista a ser erigido a partir das diretrizes e ideais do SK tem recebido uma diversidade de denominações, tais como: socialismo do *sumak kawsay* ou do *Buen Vivir*⁷; *biossocialismo republicano e bioigualitarismo ciudadano*. Essa variante andina do socialismo, mais do que apregoar um retorno ou revalorização das concepções, cosmogonia e modos de vida indígenas, afirma que o conceito de SK deveria ser complementado por aportes do variado pensamento neomarxista contemporâneo. Os representantes dessa vertente, que inspira tanto o governo de Rafael Correa quanto o de Evo Morales, são, principalmente, intelectuais neomarxistas latino-americanos e europeus e políticos socialistas vinculados aos governos do Equador e da Bolívia. São exemplos de destaque: José Luis Corragio, o vice-presidente boliviano Álvaro García-Linera, Pedro Páez, Ricardo Patiño, Marta Harnecker, Atilio Borón, Boaventura de Souza Santos, François Houtart e Valter Pomar. Ainda segundo Hidalgo-Capitán e Cubillo-Guevara (2014), as principais críticas endereçadas à vertente socialista e estatista dizem respeito a sua baixa sensibilidade para as questões ambientais e para as reivindicações e demandas dos povos indígenas, bem como à sua defesa do recurso ao extrativismo como elemento da transição para a sociedade do *Buen Vivir*.

A segunda corrente foi denominada “ecologista e pós-desenvolvimentista”. Cabe, contudo, fazer a ressalva de que nem todos os pós-desenvolvimentistas associados a essa vertente são ecologistas e que nem todos os ecologistas são pós-desenvolvimentistas. Central a essa corrente é não apenas a questão da

⁷ O termo “socialismo do Buen Vivir” é amplamente utilizado em publicações oficiais equatorianas, principalmente da estratégica *Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo* (SENPLADES). O Programa de Governo da Aliança PAIS 2013-2017 é intitulado *Gobernar para profundizar el cambio: 35 propuestas para el Socialismo del Buen Vivir*.

preservação da natureza, mas também a construção participativa do SK/BV, que incluiria aportes indigenistas, socialistas, feministas, teológicos e, principalmente, ecologistas. Seus representantes falam de uma “utopia por (re)construir” de maneira participativa e respeitando as especificidades locais (ACOSTA, 2010) e de “alternativas ao desenvolvimento”, em vez de “alternativas de desenvolvimento” (GUDYNAS, 2011 e 2013). O conceito de SK/BV se constituiria, assim, como uma “colagem pós-moderna” de concepções e aspirações indígenas, camponesas, sindicalistas, cooperativistas, solidárias, feministas, pacifistas, ecologistas, teológico-liberacionistas, decolonialistas, entre outros, que se materializaria de maneira distinta em cada coletividade. Essa corrente estaria, assim, associada ao pensamento construtivista pós-moderno, sendo os seus expoentes intelectuais progressistas latino-americanos e europeus que apregoam o ecologismo e são próximos aos movimentos sociais. A vertente ecologista e pós-desenvolvimentista tem sido particularmente crítica em relação aos governos de Correa e de Morales, em função do impacto negativo de suas políticas extrativistas sobre o meio ambiente e sobre os interesses e o direito de autodeterminação, reconhecido constitucionalmente, dos povos indígenas. Ademais, o caráter unificador e dirigista de suas políticas concederia pouco espaço às reivindicações de distintos e diversos coletivos sociais, interessados também na construção de seu próprio *buen vivir*. Críticas a essa corrente incluem sua suposta falta de pragmatismo, seu “ecologismo infantil”, nos dizeres de Rafael Correa, e o seu desvirtuamento do caráter ancestral do SK, posto que essa vertente procura combinar ou mesclar elementos das cosmovisões indígena e ocidental.

A terceira e última corrente, dita “indigenista e *pachamamista*”, se distingue pela relevância concedida aos povos indígenas na construção do *sumak kawsay* e por sua valorização da cosmovisão andina, que é relacional, biocêntrica (e não antropocêntrica), baseada na reciprocidade, na “convivencialidade” e lastreada por uma concepção de tempo que é circular e não linear. Nessa vertente, rejeita-se o termo castelhano *buen vivir*, em favor do *sumak kawsay* (ou do *suma qamaña*), com o intuito de sinalizar a relevância da dimensão espiritual que seria inerente ao SK. O ideal é a (re)criação da supostamente harmoniosa convivência dos povos originários, que davam centralidade ao seu sistema de “comunismo primitivo”, de economia autossuficiente, comunitária, equitativa e sustentável. É quase desnecessário dizer que essa vertente está vinculada ao pensamento indígena tradicional, originário ou pré-moderno. Seus expoentes são lideranças indígenas kichwas equatorianas, aymaras bolivianas e quéchuas peruanas, bem como intelectuais indigenistas

brancos ou mestiços. Ainda de acordo com Hidalgo-Capitán e Cubillo-Guevara (2014), essa corrente inspira tanto os movimentos indígenas boliviano, equatoriano e peruano quanto a política da Chancelaria boliviana, liderada por David Choquehuanca⁸. São diversas as críticas normalmente endereçadas a essa terceira vertente, relativas a sua falta de pragmatismo, ao seu “indigenismo infantil” (uma vez mais nas palavras de Rafael Correa), ao seu purismo, localismo e *pachamamismo* excessivos. Critica-se também a sua visão fortemente idealizada do modo de vida indígena (veja-se, por exemplo, ARTARAZ; CALESTANI, 2015; RECASENS, 2014). A crítica desfechada pelo antropólogo hispano-equatoriano Sánchez Parga (2011) é particularmente dura, uma vez que, para ele, o SK/BV seria um “esquema do passado”, uma “evasão mental”, uma “utopia reacionária” que não serviria para lidar com os problemas atuais.

Se essa tipologia das formas de compreensão do *Sumak Kawsay* é organizadora desse “rio revolto de ideias e princípios” (BRETÓN; CORTEZ; GARCIA, 2014, p.11), ela também evidencia o fato, hoje amplamente reconhecido e criticado, de que o SK tornou-se uma espécie de “*cajón de sastre capaz de albergar concepciones muy distintas – a veces casi antitéticas – en función del punto de vista en que se ubique el observador*” (idem). Recasens (2014, p.68), por sua vez, fala da possibilidade de que o BV/SK acabe se convertendo em um “conceito-ameba”. Gudynas (2011), por outro lado, como a maior parte daqueles ativamente envolvidos nisso que às vezes se denomina como uma “revolução cultural e democrática” (ARTARAZ; CALESTANI, 2015, p.217), faz das divergências virtude, ao entender o SK/BV como um “conceito plural em construção”, como um “conceito vivo” e como uma “plataforma para ver o mundo de outras maneiras”.

Cabe salientarmos, por fim, que, na medida em que o governo Correa foi se distanciando do movimento indígena (TRUJILLO, 2010) e reforçando suas apostas no extrativismo, em contradição com o discurso inaugural da Revolução Cidadã e em oposição frontal ao texto constitucional equatoriano, tornou-se recorrente a tentativa de se distinguir um *Buen Vivir* próprio dos governos ditos progressistas, por um lado, e, por outro, um *Sumak Kawsay* ou

⁸ É por essas e por outras que surgem críticas como a seguinte: *Evo Morales solo piensa en la re-indigenización de Bolivia y siente una profunda animadversión por Occidente en general, y gringos – como dice – y españoles en particular, mientras Rafael Correa quisiera que Ecuador se convirtiera en Suiza* (BASTENIER, 2015; p.1).

suma qamaña que seria próprio de atores sociais como o(s) movimento(s) indígena(s) (para uma síntese crítica desse debate, ver GUDYNAS, 2014)⁹. De fato, Manosalvas (2014) afirma que nos “*enunciados oficiales* [equatorianos] *del último año se observa una notable reducción en el uso del término *sumak kawsay* y el uso casi exclusivo del término *buen vivir*” (2014; p.114).*

Para encerrarmos esta nossa breve discussão acerca das definições de SK/BV, plurais e divergentes, escutemos Bretón, Cortez e Garcia (2014; p.17), que sintetizam de maneira precisa e elegante a acirrada polêmica definicional:

“Parece claro, pues, que *sumak kawsay* y *buen vivir* son conceptos poliédricos, ambivalentes, vaporosos y difíciles de concretar; convergentes o divergentes según el uso ideológico y político que se haga de ellos; que han sido nutridos desde diferentes tradiciones intelectuales y publicitados, en suma, como punta de lanza del fin de una modernidad caduca como anclaje discursivo de nuevos (¿o no tan nuevos?) modelos de (re)orientación de las políticas económicas de los regímenes tildados de postneoliberales”.

Se um dos poucos denominadores comuns na Babel de interpretações e proposições acerca do SK/BV é a referência a valores e princípios ancestrais, como vimos, qualquer breve apreciação da genealogia do termo reserva algumas surpresas. Isso porque esses termos, com a conotação atual, surgem apenas a partir do início do século XXI.

Não nos interessa aqui uma genealogia de caráter etimológico, mas sim os atores e processos que estiveram/estão em disputa pela criação do sentido do termo SK. Interessa-nos a construção da narrativa segundo a qual o SK/BV se tornou o princípio orientador, pelo menos no plano retórico ou declaratório, da ação estatal sob a Revolução Cidadã. Ao fim deste artigo, após analisarmos, nas duas próximas seções, a institucionalização dos conceitos SK/BV e o seu papel na reconfiguração do sistema equatoriano de proteção social durante a era Correa, poderemos, nas conclusões do trabalho, nos posicionarmos acerca do seguinte debate, hoje candente: em que medida

⁹ Cabe aqui recordarmos que, após o levante indígena de 1990 no Equador, o número e a intensidade das ações coletivas do movimento indígena equatoriano não têm paralelo na América Latina (RODRIGUEZ, 2012).

o governo equatoriano, em sua instrumentalização da ideia de SK/BV, teria, também nessa seara, “sequestrado” e “domesticado” o conceito, como sugerem Gudynas (2014) e alguns outros?

Nossa breve genealogia será, salvo menção explícita em contrário, uma síntese daquela elaborada por Bretón, Cortez e Garcia (2014), que, como nós neste trabalho, estão preocupados com o SK/BV como “tecnologia política de governo”. Cabe destacarmos, inicialmente, que o surgimento de uma literatura especializada sobre o SK/BV e demais termos e conceitos nativos correlatos aconteceu, “aproximadamente”, a partir do ano 2000. Anteriormente, o aporte de disciplinas tão diversas quanto a filosofia, a teologia, a antropologia e a economia não mencionava explicitamente os termos hoje em voga, mesmo que o seu interesse se aproximasse dos temas e questões subsumidos no conceito do SK/BV e de seus correlatos. Varreduras feitas nas crônicas coloniais não reportaram sua existência com a conotação atual. Também a etnografia destaca sua inexistência em investigações prévias ao debate atual (RECASENS, 2014). Os dicionários mais antigos das línguas originárias, por sua vez, registram apenas o uso separado das palavras, que posteriormente foram empregadas e combinadas para a produção de significados distintos.

Antes del año 2000, el *sumak kawsay* y el *buen vivir* no aparecían en el espectro disciplinario ecuatoriano que se había investigando desde tiempo atrás en torno a la posibilidad de una filosofía indígena (...) o también andina (...). Lo mismo se puede decir respecto a aportes teológicos que veían en la relación ‘mística’ de los indígenas con la tierra el fundamento para su ‘liberación’ (...). En aquella época, intelectuales indígenas que publicaron sobre una ‘cosmovisión indígena’ (...), una ‘visión cósmica’ (...) en los Andes o sobre un ‘saber andino’ o ‘ciencia ancestral’ (...) tampoco se refirieron explícitamente a los términos en cuestión. Igualmente ocurre respecto a discursos ambientalistas o ecológicos que desde posiciones humanistas reivindicaban no solo un uso de la ciencia y la técnica con criterios de sustentabilidad ambiental, sino también la recuperación de saberes y prácticas con antiguas raíces culturales (...) que pudieran empatar con una perspectiva ecológica. (BRETÓN; CORTEZ; GARCIA, 2014; p.14-15).

Outro ponto de interesse, desta vez questionando o caráter autóctone do conceito de SK/BV, diz respeito à supostamente “intensa participação”, nos períodos anteriores aos candentes debates constitucionais, de organismos

internacionais interessados em promover a busca e elaboração de propostas de desenvolvimento que se espelhassem em antigas tradições da região. O papel desempenhado na Bolívia pela GTZ, a Agência Alemã de Cooperação Técnica, e pelo Instituto Goethe é brevemente apontado por Recasens (2014) e por Bretón, Cortez e Garcia (2014). Tratando especificamente do Equador, que tem demonstrado aberto interesse na exportação do ideário (re)fundador da Revolução Cidadã, Monosalvas (2014) afirma que:

A diferencia de lo que ocurría con el modelo neoliberal en el que la voz autorizada era la de los organismos internacionales o con los modelos anteriores en los que la construcción del sistema simbólico correspondía a una red de actores internacionales en foros externos, en este caso la formulación del referencial del buen vivir fue un proceso nacional. Quizá es esto lo que le otorga un sentido de autonomía y novedad frente a las formulaciones anteriores. (p.115-116).

Ainda segundo Bretón et al. (2014), não é casual o fato de que as primeiras sistematizações sobre o SK e congêneres tenham surgido no momento em que se acentuava a crítica ao modelo prevaente de desenvolvimento, uma vez que era premente, como ainda o é, a busca de respostas ao “*déficit ecológico-social que se agudizó con la instauración, a escala global, de políticas neoliberales en las décadas de ochenta y noventa*” (idem, p.17).

Na próxima seção do trabalho, trataremos da institucionalização do(s) conceito(s) de SK/BV e de sua instrumentalização política pelo governo da Revolução Cidadã. Antes, porém, e para finalizarmos esta primeira seção, discutiremos brevemente a possibilidade, a utilidade e as implicações de entendermos o SK/BV como uma “tradição inventada”.

Em seu trabalho, hoje referencial, o historiador britânico Eric Hobsbawn (1984) define “tradição inventada” como:

um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuação em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (1984; p.9).

Se a chamada Constituição de Montecristi conclamava a que *Dejemos*

*el pasado atrás*¹⁰, aos arquitetos da Revolução Cidadã importava, e muito, uma reconstrução seletiva do passado. Decretava-se como passado o caráter excludente do Estado equatoriano, o “colonialismo interno” e a “longa e triste noite neoliberal”, no famoso bordão eleitoral de Correa, mas o ideal de futuro bebia explicitamente na fonte da tradição, ainda que seja essa uma “tradição inventada”.

Abordar o SK/BV como “tradição inventada” suscita questões epistemológicas e políticas importantes, como apontado por Bretón, Cortez e Garcia (2014), que reconhecem o seu caráter de tradição “legitimamente” inventada:

¿es imaginable la pervivencia en el tiempo de unas ontologías genuinamente andino-amazónicas en contextos de fuerte hibridación cultural, fruto precisamente de la subordinación y racialización secular de esos colectivos subalternos? ¿Estaremos asistiendo a una (re)esencialización de unas ‘culturas ancestrales’ supuestamente incontaminadas como si estuvieran conservadas entre naftalinas? Si es una tradición de nuevo cuño, ¿se tratará de un proceso de ventriloquia política en virtud del cual algunos hablan en nombre de otros? (BRETÓN; CORTEZ; GARCIA, 2014; p.12-13).

Também para Recasens (2014), o BV/SK pode ser pensado como uma “tradição inventada”. Isso porque o caráter idealizado da cosmovisão e dos demais valores das culturas andinas, apresentados de maneira monolítica, estática e a-histórica, convertido em alternativa aos padrões convencionais de desenvolvimento, teria contribuído para sobredimensionar e reificar o seu significado.

Neste “riorevolto de ideias e princípios”, variadas perspectivas convivem lado a lado, por vezes de maneira conflitiva, calcadas em distintas epistemologias, modernas, racionalistas, representacionistas ou objetivas, em um extremo, e, no outro, pós-modernas, pós-racionalistas, construtivistas e subjetivas. Se o SK não foi detectado pelos estudos históricos ou antropológicos, ele tem sido inventado e (re)construído a partir de instituições e valores ancestrais e de elementos esparsos da filosofia andina. Herdado, imaginado ou inventado, o

¹⁰ Este é o subtítulo da edição da Constituição publicada em 2008 pelo Ministério de Relações Exteriores, Comércio e Integração (ASAMBLEA CONSTITUYENTE, 2008).

Sumak Kawsay tornou-se, no entanto, eixo central da nova Carta Magna, e é a partir dele, ou em seu nome, que parte das políticas públicas do Equador contemporâneo tem se desenvolvido.

***Sumak Kawsay* ou *Buen Vivir*? A Institucionalização do Conceito entre a Constituição de 2009 e a “Revolução Cidadã”**

Os objetivos desta seção são apresentar e discutir a maneira como se institucionalizou no Equador a ideia/plataforma do SK/BV durante o governo de Rafael Correa, eleito pela primeira vez em 2006. Serão discutidos os marcos e documentos legais, partidários, programáticos e institucionais que dão concretude ao intuito da chamada Revolução Cidadã, sempre reiterado, de tratar o SK/BV como parâmetro e objetivo central da política pública. Começamos, assim, em desobediência à cronologia, com uma apreciação rápida do caráter inovador da Constituição de 2008, destacando o papel nela ocupado pelo SK/BV.

Talvez seja possível pensarmos a Constituição Equatoriana de 2008, amplamente reconhecida por seu caráter radicalmente inovador, por seu vanguardismo e por seu viés pós-materialista, como produto da convergência de duas forças políticas principais: (a) da transformação do(s) movimento(s) indígena(s) em ator-chave do sistema político do país e (b) do caráter estratégico conferido à Assembleia Constituinte pelo recém-eleito presidente Rafael Correa, que fez da sua convocação elemento central da sua bem acolhida proposta de governo. Ademais, a Alianza PAIS teve mais de 70% das cadeiras na Constituinte. Vale lembrarmos, também, que a nova “Constituição de Montecristi” entrou em vigor após ser referendada, em setembro de 2008, por 63,9% dos cidadãos com direito a voto. Se hoje o governo da Revolução Cidadã se encontra apartado do movimento indígena que lhe deu apoio inicialmente, cabe recordarmos que, após o inédito e massivo levante indígena de 28 de maio de 1990 (BREDA, 2011), esse movimento:

“(…) has consistently challenged both the exclusionary character of the Nation-state and imperial-neoliberal impositions like privatization and free trade. Their varied strategies and interventions including massive uprisings, legal demands, electoral involvement, local government transformation, the insertion of

collective rights, and State participation, have made them political actors that the State can no longer ignore. These interventions have also helped raise awareness in society of the indigenous difference and presence, and enable alliances with other critical sectors”. (WALSH, 2010; p.205-206).

Contudo, o processo de elaboração da Constituição de 2008 nos interessa menos que as suas muitas inovações, relacionadas tanto com a questão do acesso ao Estado e às políticas públicas quanto, principalmente, com seu intuito de refundação do Estado e da própria sociedade. Neste sentido, é significativo o já mencionado subtítulo da edição da Constituição publicada em 2008 pelo Ministério de Relações Exteriores, Comércio e Integração: *Dejemos el pasado atrás* (ASAMBLEA CONSTITUYENTE, 2008). Como é unanimemente apontado pelos analistas, o *Buen Vivir/Sumak Kawsay* se constitui tanto como uma busca de resgate e reconstrução de tradições ancestrais quanto como um horizonte, sendo também o eixo organizador da própria Constituição. Por seu caráter simultaneamente sintético, abrangente e esclarecedor, outra longa citação de Walsh pode nos ser útil. Nela, a autora apresenta as três transformações centrais que a Constituição equatoriana de 2008 procura articular:

“The first transformation finds its ground in the destabilization of the hegemony and dominion of Western logics and rationalities. The second transformation is marked by the going beyond or overcoming of the multicultural constitutional reform of the 1990s that recognized cultural diversity and collective rights while strengthening the uninational and monocultural structure. And, the third is a thinking ‘with’ other logics, rationalities, and sociocultural-ontological-existence-based modes of life and living. Together these transformations disturb and disorder the uninational and monocultural foundations of State and society, and the neoliberal capitalist frame and model.” (WALSH, 2010; p.206).

Segundo o economista e professor equatoriano Alberto Acosta, que foi Ministro de Energia e Minas do governo Correa, presidente da Assembleia Constituinte e posteriormente candidato dissidente à presidência da República, a tarefa proposta em Montecristi, povoado onde nasceu o líder da Revolução Liberal Eloy Alfaro, e onde funcionou a Constituinte, foi “superar a Constituição neoliberal de 1998” (ACOSTA, 2010; p.2). Ainda segundo

Acosta, nos trabalhos constituintes para a elaboração da Carta que seria “*la mas ecuatoriana de toda la historia*” (idem; p.16), um dos pontos medulares do debate foi o questionamento do regime de desenvolvimento então prevalecente. Acosta, um dos mais influentes propugnadores da ideia do BV/SK, que se tornou o eixo gravitacional da nova Constituição, afirma ainda que o conceito é mais do que uma declaração constitucional, apresentando-se como uma “oportunidade para se construir coletivamente um novo regime de desenvolvimento, (...), uma nova forma de vida” (idem; p.7). A Constituição estabelece a necessidade de elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento, a que devem se sujeitar as políticas públicas, e define o BV/SK como o principal objetivo do desenvolvimento.

Por sua vez, a Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia, promulgada em 2009, país esse cuja população é majoritariamente indígena, ao contrário do Equador, não faz economia de termos nativos e de conceitos ancestrais ao enumerar os princípios ético-morais da sociedade plural em construção no país: “*ama qhilla, ama llulla, ama suwa* (no seas flojo, no seas mentiroso ni seas ladrón), *suma qamaña* (vivir bien), *ñandereko* (vida armoniosa), *tekokavi* (vida buena), *ivimaraei* (tierra sin mal) y *qhapaqñan* (camino o vida noble)” (CONSTITUCIÓN DEL ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA, 2009). A Constituição equatoriana, em contraste, faz menção apenas ao termo kichwa *Sumak Kawsay*, dando a ele, como vimos, a contestada tradução castelhana de Buen Vivir.

Comparando as novas Constituições da Bolívia e do Equador, Gudynas (2011) nota que, no primeiro caso, *suma qamaña* e seus conceitos correlatos são apresentados como fundamentos ético-morais, sendo explicitados na definição constitucional de plurinacionalidade. O caso equatoriano seria distinto, uma vez que o SK é apresentado tanto como marco para um conjunto de direitos quanto como “expressão de boa parte da organização e execução desses direitos, não apenas no Estado, mas em toda a sociedade” (p.4). Na Constituição equatoriana, assim, o SK/BV é formalizado de maneira mais ampla e profunda, posto que não se restringe a um princípio ético-moral, figurando de maneira central no conjunto de direitos. Há definido na Constituição Equatoriana, inclusive, um “*Régimen del Buen Vivir*” (Título VII). O autor enfatiza, ainda, que na Carta equatoriana o SK é “plural, no sentido de abrigar um amplo conjunto de direitos”, articulando-se, “de forma simultânea, com outros direitos que não se encontram em seu interior” (idem).

Por isso, não chega a surpreender o fato de, na Constituição equatoriana,

ser mais frequente a menção explícita ao BV/SK: são vinte e três aparições do termo *Buen Vivir* e cinco do termo *Sumak Kawsay*, ao passo que, na boliviana, o termo *Vivir Bien* aparece sete vezes, enquanto o seu equivalente aymara *suma qamaña* aparece apenas uma única vez (o equivalente kichwa não é mencionado na Constituição boliviana). Destaque-se que, em ambos os casos, é muito mais frequente o uso dos termos em castelhano.

Como já se mencionou, a Constituição equatoriana de Montecristi determina a criação de um *Régimen del buen vivir*, pensado como um sistema de proteção social baseado em direitos e supostamente capaz de articular a política, a economia, a questão social, a cultura e o meio ambiente.

A Carta Magna equatoriana é também frequentemente mencionada, e inúmeras vezes louvada, por dar ao Equador o status de Estado Plurinacional e Intercultural, por reconhecer a Natureza como sujeito de direitos, pelo aprofundamento dos direitos coletivos e pela explicitação do direito à água como direito humano fundamental. No que diz respeito aos seus reclamos relativos à necessidade de reconfiguração do sistema internacional, a Constituição de Montecristi “*impulsa el principio de ciudadanía universal, la libre movilidad de todos los habitantes del planeta y el progresivo fin de la condición de extranjero como elemento transformador de las relaciones desiguales entre los países, especialmente Norte-Sur*” (ACOSTA, 2010, p.16). Sobre esse ponto central, cabe recordarmos que o Equador é um Estado que não apenas viveu uma forte diáspora de seus cidadãos, sendo também o país latino-americano que abriga o maior número de imigrantes, a maior parte deles refugiados do conflito doméstico colombiano (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y MOVILIDAD HUMANA, S/D).

Contudo, o conceito/plataforma/ideal do SK/BV não foi “institucionalizado” pela primeira vez no Equador pela Constituição de Montecristi. Já no primeiro programa de governo do Movimiento Alianza PAIS, elaborado para as eleições de 2006 e intitulado “*Un primer gran paso para la transformación radical del Ecuador*”, havia referências ao BV (nesse documento, o termo BV é mencionado apenas quatro vezes, ao passo que o termo kichwa SK simplesmente não aparece). Esse plano de governo, elaborado com a participação de centenas de indivíduos individualmente e de dezenas de representantes de movimentos sociais, é entendido por Alberto Acosta, um protagonista central e depois político e intelectual dissidente, como um dos “documentos fundadores” de todo o processo que se seguiu (ACOSTA, 2014 apud FERNÁNDEZ; PARDO; SALAMANCA, 2014).

Em 2007, primeiro ano do primeiro mandato de Correa, o BV aparece

pela primeira vez em um documento oficial do Estado Equatoriano, qual seja, o Plano Nacional de Desenvolvimento 2007-2010 – PND 2007 – (BRETÓN; CORTEZ; GARCIA, 2014). No PND 2007, o termo BV aparece três vezes, ao passo que o termo SK não é mencionado.

É também em 2007 que a poderosa CONAIE (Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador) apresenta para a Assembleia Constituinte a sua proposta, que postula como prioridade o reconhecimento constitucional do Equador como um país plurinacional, sendo o *Sumak Kawsay* mencionado apenas uma única vez, e não no corpo da proposta, mas em sua apresentação (MONOSALVAS, 2014; p.111, rodapé 8). Cabe frisarmos que, na plataforma eleitoral da Alianza PAIS, do ano anterior, prioridade já era concedida ao BV.

Bretón, Cortez e Garcia (2014) sugerem que a estratégica SENPLADES (*Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo*), que elaborou os Planos Nacionais de Desenvolvimento e é a organização governamental que marca o compasso tecnocrático do governo da Revolução Cidadã, acaba promovendo o distanciamento do Buen Vivir das tradições que sustentavam o *Sumak Kawsay*, debilitando, no processo, o alcance político da plurinacionalidade, o que não teria acontecido na experiência boliviana.

Alguns autores consideram que o Plano Nacional de Desenvolvimento 2007-2010 (PND 2007), elaborado no primeiro ano do governo Correa, foi um insumo “determinante” tanto na organização da estrutura quanto dos debates da Assembleia Constituinte, que foi instalada em novembro de 2007 (MONOSALVAS, 2014). Em uma Constituinte fortemente dominada pela Alianza PAIS, buscou-se explicitamente traduzir em leis as propostas do PND 2007. O PND 2007, porém, estava fortemente impregnado por uma visão economicista e tecnocrática do desenvolvimento, o que fica evidenciado pela recorrência, no texto, de termos como “crescimento econômico”, “crescimento integral”, “produtividade”, “eficiência” e “competitividade” (RECASENS, 2014; p.59).

Depois que a Constituição de Montecristi foi aprovada e referendada pelo voto popular, foi elaborado um segundo Plano de Desenvolvimento, desta vez sintomaticamente denominado *Plano Nacional para el Buen Vivir 2009-2013* (PNBV 2009). Se a Constituição buscou definir um Regime do Buen Vivir, nesse segundo Plano as referências ao “desenvolvimento humano”, que constavam do PND 2007, deram espaço, segundo Monosalvas (2014), à formulação do *Buen Vivir*, “*aunque se mantiene el lenguaje seniano de las capacidades*” (p.108). Ao contrário do primeiro PND, em que o BV é

mencionado de maneira sumária, no PNBV 2009 o BV/SK é anunciado como uma “mudança de paradigma”. A frequência com que esses dois documentos fazem menção ao BV/SK parece ilustrar a mudança: se no PND 2007 o termo BV aparece três vezes (enquanto o termo SK não aparece nenhuma vez, o que também não deixa de ser significativo), no PNBV 2009 o termo BV aparece 298 vezes (e o termo kichwa SK apenas cinco vezes). Ressalte-se aqui, de passagem, que, depois de aprovada a Constituição, a Alianza PAIS “tendeu a subestimar a contribuição das organizações sociais no processo político” (GALLEGOS; STOESSEL, 2015; p.8), o que parece dar sustentação a sugestões, como a de Gudynas (2014), de que o atual governo do Equador (bem como o da Bolívia), tem tentado “sequestrar o termo, domesticá-lo e usá-lo como símbolo para defender suas ideias e planos” (p.34).

Feito esse breve panorama da institucionalização do conceito de BV/SK nos documentos que têm procurado dar as diretrizes para o governo da Revolução Cidadã, vejamos, a seguir, o seu impacto sobre a reconfiguração do sistema equatoriano de proteção social.

A “Revolução Cidadã”, o *Sumak Kawsay* / *Buen Vivir* e a Reconfiguração do Sistema Equatoriano de Proteção Social: Novas Políticas de Assistência Social e de Educação?

Discutindo a questão do uso da língua inglesa como língua franca no processo da produção das políticas sociais no âmbito da União Europeia, Barbier (2014) aponta o empobrecimento da linguagem das políticas sociais. O seu uso exclusivo teria produzido, como argumenta e evidencia o autor, debates superficiais e, por vezes, autorreferidos sobre a política social, os quais muitas vezes falham em reconhecer variações e especificidades nacionais. Em que medida pensar o bem-estar social e as políticas sociais a partir de conceitos autóctones, resgatados, recriados ou simplesmente inventados, como o *Sumak Kawsay/Buen Vivir*, poderia produzir ou dar margens para inovações no campo da proteção social? Como se traduz em prática, neste subcampo específico da ação estatal, a “utopia andina”? Ou apenas estaríamos diante de mais uma variante do nacionalismo latino-americano, inócuo na produção de inovações significativas no âmbito das políticas sociais?

Se a proposta de refundação sociopolítica subsumida no ideal de SK/BV envolve “repensar as necessidades” humanas, partindo da “primazia

da eficiência” para se atingir alguma forma de institucionalização do “imperativo da suficiência” (RODRÍGUEZ, 2014), pensar sua concretização com seriedade implica não apenas mudanças nos marcos legais e nas políticas públicas, mas também transformação cultural. Implica ainda, nos termos de Artaraz e Calestani (2015; p.2016): “*to move from individualized understandings of well-being to collective ones*”. Ademais, diferentemente de “outras concepções sobre o bem-estar, o BV torna explícita a relação entre direitos humanos, modelo de desenvolvimento e direitos da natureza” (MONOSALVAS, 2014; p.111). Não surpreende, assim, que as dificuldades de tradução prática do conceito sejam tão acentuadas e evidentes, a começar pelo insucesso e/ou capitulação na busca de superação da matriz de desenvolvimento extrativista e do modelo econômico primário-exportador, como atestam inúmeros autores.

Neste contexto, há quem afirme, a exemplo de Domínguez e Caria, que o “único âmbito em que indubitavelmente tem havido avanços significativos nos anos da Revolução Cidadã é no das necessidades básicas (redução da pobreza e da desigualdade, melhora nos indicadores de saúde e educação)” (2014; p.37).

Neste trabalho, contudo, não nos propomos a investigar o impacto efetivo das mudanças que têm sido feitas, desde o início da RC, nas políticas sociais. Interessa-nos, antes de mais nada, verificar se, neste campo específico da ação estatal, a engenharia política equatoriana operou mudanças significativas na lógica de sua atuação, e não apenas no volume dos gastos sociais, na ampliação das coberturas ou na eventual melhor focalização. Para tanto, serão enfatizadas, nesta seção, duas políticas sociais: assistência social e educação.

Antes, porém, cabe recordarmos, muito brevemente, a situação do sistema equatoriano de proteção social anterior ao advento da RC. Uma forma econômica de retratarmos a situação é lembrarmos as maneiras, convergentes, como foi categorizado tal sistema. Tendo como foco os chamados “regimes de bem-estar social” e não apenas o Estado como provedor, Filgueira (1998), analisando o período 1930-1980, caracterizou o regime do Equador como de tipo “excludente”. Isso em função do caráter elitista do seu seguro social e das suas políticas de saúde e da natureza dual da sua provisão de educação. Tratava-se, segundo o autor, de um “Estado predador”, na célebre definição de Peter Evans. Tendo como foco as décadas de 1980 e 1990, em que prevaleceu o neoliberalismo, Franzoni (2005), em outro estudo comparativo dos regimes latino-americanos, afirma que a experiência equatoriana se

distingue por seu “familiocentrismo-com-Estados-e-mercados-débeis”. Feita esta brevíssima caracterização, passemos agora para a nossa discussão das políticas sociais da Era Correa.

Em um estudo abrangente e provocativo sobre a “caixa de ferramentas” da política social (*social policy toolkit*) da Onda Rosa latino-americana, Reygadas e Filgueira (2010) apresentam, classificam e analisam as alternativas de políticas sociais adotadas pelos governos de oito países da região no combate às desigualdades¹¹. Os autores classificam as políticas sociais priorizadas pelos novos governos de esquerda desses oito países (ou o seu “repertório de estratégias de equalização”, que não envolvem apenas políticas sociais), em três categorias principais¹²: haveria as políticas (ou estratégias) radicais populistas, as social-democratas e as liberais¹³.

Se essas denominações não parecem nada inovadoras, o interesse do trabalho está no fato de ele evidenciar que nenhum dos governos em questão adotou uma estratégia “pura”. Enquanto quatro países adotaram políticas classificadas como “pertencentes” a duas estratégias distintas, os outros quatro implementaram, simultaneamente, políticas que podem ser classificadas como radicais populistas, social-democratas e liberais. No primeiro grupo de países, encontram-se Bolívia, Chile, Uruguai e Venezuela. Segundo o quadro apresentado pelos autores, a Bolívia de Evo Morales e a Venezuela não teriam adotado nenhuma iniciativa tida como liberal, mas implementaram políticas classificadas como radical populistas e social-democratas. O Chile e o Uruguai, por seu turno, não adotaram nenhuma política radical populista, mas suas iniciativas foram tanto do tipo social-democrata quanto do liberal. Os quatro países do “mix total”, que implementaram políticas dos três tipos,

¹¹ Os autores entendem a questão social latino-americana do início do século XXI como uma “segunda crise de incorporação ou inclusão”, a ser superada, entre outras, por políticas capazes de reduzir as desigualdades.

¹² Os autores afirmam existir uma quarta estratégia, aquela do “reconhecimento”, que não é analisada por eles.

¹³ Essas três estratégias envolvem distintas políticas e estão baseadas em diferentes princípios de equalização, quais sejam: (a) estratégia radical populista, que enfatiza a igualdade de resultados: *misiones* ou campanhas sociais, subsídios, controle de preços e nacionalizações; (b) estratégia social-democrata, que prioriza a igualdade de capacidades: reforma tributária, direitos universais e promoção do desenvolvimento; e (c) estratégia liberal, que valoriza a igualdade de oportunidades: privatizações e programas de transferência condicionada de renda (REYGADAS; FILGUEIRA, 2010).

são Argentina, Brasil, Equador e Nicarágua.

Dado esse panorama, Reygadas e Filgueira (2010) não perdem a oportunidade para criticar a simplista tese das duas esquerdas latino-americanas, já comentadas no rodapé 3. Não apenas as estratégias adotadas pelos distintos governos divergem significativamente quando comparadas entre si, para além da dicotomia radicais/bolivarianos X moderados/pragmáticos, mas também, no interior de cada governo, não há agenda plenamente coerente e monolítica.

Interessa-nos aqui, porém, apenas a “caixa de ferramentas” da política social do governo equatoriano da Revolução Cidadã. Vejamos, então, o mix equatoriano, ainda segundo aqueles autores:

(a) **Estratégia radical populista:** “declarações de emergência”; controle de preços; subsídios para a farinha, fertilizantes, gás de cozinha e combustíveis; e aumentos salariais para os empregados públicos. Há registros, também, da realização de algumas campanhas sociais, como a *Misión Manuela Espejo*, de atenção a portadores de necessidades especiais (discapacitados), fruto da cooperação equatoriana com Cuba e Venezuela (VARGAS, 2013).

(b) **Estratégia social-democrata:** *spinning development; nurturing development* (“perhaps the Correa government in Ecuador is the one that has placed the most emphasis on development promotion programs”; [Reygadas; Filgueira, 2010; p.182]); Programa de Microcrédito 5-5-5 e para a juventude; Tarifa de la Dignidad (sobre o consumo de energia elétrica); e reforma tributária progressiva (proposta).

(c) **Estratégia liberal:** *Bono de Desarrollo Humano* (o programa equatoriano de transferência condicionada de renda) e *Bono de Vivienda*.

Como o trabalho de Reygadas e Filgueira foi publicado em 2010 e como sua principal fonte sobre o Equador é um artigo de 2007, que foi o primeiro ano da era Correa, não pretendemos derivar daí uma apreciação sistemática da reconfiguração do sistema equatoriano de proteção social sob a Revolução Cidadã. Contudo, interessa-nos não apenas a explicitação do referido mix ou da estratégia combinada de combate às desigualdades no país, mas também a explicação dada pelos autores para a adoção, por governos de esquerda, de estratégias tipicamente liberais de equalização de oportunidades, como os PTCRs. Sua resposta geral envolve inércia institucional; adaptação e

aprendizado; limitação de recursos; conveniência política, já que esses programas produzem legitimidade política a baixo custo; e oposição limitada. Ainda de acordo com os autores, “[t]hese have been some of the easiest strategies to pursue with few resources and even fewer political costs” (2010; p.179).

No nosso caso específico, como entender o recurso à típica estratégia liberal de combate à pobreza via programas de transferência condicionada de renda (PTCR) por parte de um governo tão impregnado pela retórica antineoliberal, como o de Rafael Correa? Claro que se pode pensar que, mesmo tendo por base a busca de igualdade de oportunidades, substrato da estratégia liberal, os PTCRs podem sim fazer parte de uma estratégia que se quer e se define como “radical”. Ademais, mesmo os PTCRs sendo hoje parte do rol de melhores práticas defendidas e divulgadas por diversas organizações internacionais, no plano regional esse tipo de programa está fortemente associado à experiência do “Brasil de Lula” com o Bolsa Família.

Sabemos que os PTCRs são hoje quase onipresentes na América Latina, sendo também adotados por países de diversas outras regiões (GONNET, 2014). Contudo, o programa do Equador, o *Bono de Desarrollo Humano* (BDH), é apresentado em um trabalho produzido pelo novo Ministério de Coordenação do Desenvolvimento Social equatoriano como o PTCR “*más grande de América Latina en lo que refiere al porcentaje de población al que beneficia (40% del total de hogares)*” e como “*el programa pilar del sistema de protección social de Ecuador*” (DOBRONSKY; MONCAYO, S/D; p.3).

Pois esse “pilar” do sistema teve sua origem e desenvolvimento prévio em dois governos anteriores, que não apenas foram depostos como se tornaram símbolo da “longa e triste noite neoliberal” que a Revolução Cidadã se propôs a superar. O BDH derivou-se do *Bono Solidario* (BS), criado em 1998 pelo presidente Jamil Mahuad, o mesmo que dolarizou oficialmente a economia do país em 2000. O *Bono Solidario* foi instituído, em um contexto prévio à aguda crise econômica e política de 1999/2000, como uma medida compensatória pela eliminação dos subsídios ao gás e à eletricidade, medida neoliberal típica. Com a crise, ampliou-se a relevância da transferência monetária como compensação à perda de poder aquisitivo dos salários e ao aumento do desemprego. Em 2003, outro “presidente constitucional” posteriormente deposto, Lucio Gutiérrez, transformou o BS, que havia adquirido grande cobertura, no atual *Bono de Desarrollo Humano* (BDH), com o objetivo explícito de ampliar o capital humano da população, como evidenciado pela nova denominação do programa, e de impactar tanto a pobreza conjuntural como a estrutural. Na transição do BS para o BDH, a

transferência passa a ser condicionada, como é hoje o padrão prevalecente na região (idem).

Como normalmente acontece, o valor da transferência monetária provida pelo BDH sofreu importantes acréscimos. Seu antecessor, o *Bono Solidario*, foi iniciado com uma transferência de 7 dólares por família. Com a sua transformação em BDH, em 2003, o valor foi elevado para 15 dólares por família, 11,5 dólares por idoso e por portador de necessidades especiais (note-se, também, que o programa passa a beneficiar outros públicos, expandindo a sua cobertura). Em janeiro de 2007, com a ascensão de Correa à presidência, o seu valor foi dobrado, para 30 dólares por família, valor que, em julho de 2009, subiu para 35 dólares (GONZALEZ-ROZADA; PINTO, 2011; p.3). Vale ressaltar, ainda, o fato, aparentemente contraditório, de os benefícios do BDH serem pagos por bancos privados, o que singulariza a experiência equatoriana (NEHRING, 2012). E isso parece contraditório, porque as reformas sociais produzidas pela RC tiveram um acentuado caráter de centralização e forte concentração no Estado da provisão de bens e serviços sociais (CEPAL, 2013).

Contudo, o aumento no valor do benefício do BDH para 50 dólares, concedido em 2013, momento em que o preço internacional das *commodities* já havia despencado, traz uma inovação significativa, reforçando o caráter híbrido, já mencionado, das políticas sociais da RC. Como consta do relatório da Cepal, o aumento do BDH:

“se cubrirá con parte de las ganancias de las entidades privadas del sistema financiero, como también del cobro del impuesto a los activos en el exterior, incrementando su tarifa mensual un 0,25% para fondos disponibles en entidades extranjeras y de inversiones, y un 0,35% para subsidiarias ubicadas en paraísos fiscales” (CEPAL, 2013; p.42, Cuadro 16).

Cabe destacarmos que, independentemente da possibilidade de se analisar a manutenção e expansão do BDH como fruto do hibridismo das políticas públicas da RC, como busca de rápida e eficaz legitimação do novo regime e de dividendos eleitorais: “*over the last few years, Ecuador has achieved the second largest poverty reduction in the region and it is one of the few countries to have reduced poverty and inequality simultaneously*” (MIDEROS, 2014; p.23). Em um trabalho de 2010, porém, intitulado *La pobreza en la ‘revolución ciudadana’ o ¿pobreza de revolución?*, Ponce e Acosta criticam a “preocupante deterioração da situação dos indígenas” do país, que “conspira contra qualquer tentativa

de desenvolver um Estado plurinacional e equitativo” (p.16).

Vejam, agora, o ocorrido no campo da política educacional durante a Revolução Cidadã, lembrando que, no Programa de Governo da Alianza País de 2006, afirmava-se que a educação “*se constituirá en la piedra angular sobre la cual se sustentará nuestro compromiso de alcanzar el desarrollo humano integral*” (recorde-se também, como assinalado na seção anterior, que os primeiros documentos da RC, ao contrário do que aconteceria posteriormente, empregam o termo Buen Vivir com muita parcimônia: 4 vezes no *Plan de Gobierno 2007-2011* e 3 vezes no PND 2007-2010. Nesses dois documentos não há qualquer menção ao termo *Sumak Kawsay*). Na verdade, “*la revolución educativa y de salud*” era um dos cinco “*ejes programáticos para la transformación radical del Ecuador*” (ALIANZA PAÍS, 2006).

Porém, antes de nos voltarmos para o período pós-2007, cabe recordarmos que, como na América Latina de uma maneira geral, também no Equador as propostas para o aprimoramento da educação, nas últimas duas décadas do século passado, foram baseadas no enfoque dado pelos bancos internacionais de desenvolvimento, sob o artifício das famigeradas “condicionalidades” (ESTEVEZ, 2008). Na área educacional, como em outros campos da política social, o gasto público, que era de 5,4% do PIB em 1981, diminuiu continuamente, até atingir 1,8% em 2000 (LÓPEZ, 2011; p.377). Contudo, a instabilidade política pela qual o Equador ficou conhecido no final do século passado deve ser entendida também como expressão da profunda reação dos movimentos sociais do país às políticas de corte neoliberal, como amplamente reconhecido. Se no período o orçamento da educação foi fortemente reduzido, a ação social conseguiu, também no âmbito educacional, impedir a adoção de uma série de propostas “liberalizantes”, que foram listadas por López (2011, p.374) e não serão discriminadas aqui. Recorde-se, também, que foi na década de 1990 que se iniciou a formação do sistema de educação bilíngue no país.

Assim, muito antes da conformação da Aliança País, o movimento social equatoriano já se articulava, com sucesso apenas relativo, na demanda por mais e melhor educação. A partir de 1992, foram realizadas três Consultas Nacionais “*Educación Siglo XXI*”, que mobilizaram diversos setores da sociedade e resultaram, em 2006, na elaboração do Plano Decenal 2006-2015, que incorporou também os compromissos internacionais assumidos pelo país (LÓPEZ, 2010). Uma consulta popular realizada em novembro de 2006 aprovou o Plano Decenal com mais de 66% dos votos. De acordo com López, esse Plano viria a se constituir como a essência da proposta educativa

dos primeiros tempos da Revolução Cidadã. O Plano Decenal, entre outras determinações, estabeleceu o aumento anual de 0,5% no orçamento da educação (não incluindo a educação superior), até que se chegasse a pelo menos 6% do PIB, meta essa que não foi atingida, mesmo com a onda do superciclo internacional das *commodities*, do qual se beneficiou também o Equador, em razão, principalmente, de suas exportações de petróleo.

Contudo, já em novembro de 2007, Correa lançou quatro decretos executivos (ESTEVEZ, 2008) que refletiriam as ambiguidades da política educacional que viria a ser efetivamente implementada pela RC. Isso porque, ao buscar recuperar o papel diretor da política por parte do Ministério da Educação, revertendo descentralizações, desconcentrações e “devoluções” da década de 1990, tais decretos colocariam o Ministério em aberto confronto com os trabalhadores do setor. Esse confronto se deu porque a centralização implicava também a redução do controle exercido pelos sindicatos sobre o sistema educativo público, a busca de melhorar a formação inicial dos professores, o controle sobre a seleção de docentes e a limitação no tempo de exercício dos cargos de direção nas escolas (idem).

Um estudo da Cepal (2013), que caracteriza a evolução do sistema equatoriano de proteção social nas últimas décadas, destacou quatro iniciativas como inovações do governo Correa no campo educacional: a implementação de um novo processo de seleção de professores para o Sistema Educativo Nacional; a criação do *Sistema de Evaluación y Rendición de Cuentas* (SER) do sistema educativo; a diminuição do poder dos sindicatos (*gremios*) do setor educativo, o que foi feito por meio de uma reforma na lei da carreira docente; e, por fim, a extinção das unidades executoras autônomas dos serviços educacionais (CEPAL, 2013; p.13, *cuadro 1*). Outros avanços destacados no relatório dizem respeito à infraestrutura educativa, à melhoria no equipamento, à contratação de novos docentes e à adoção de novas políticas de avaliação e de profissionalização docente. As debilidades ainda pendentes de solução, segundo a mesma fonte, estariam relacionadas à “*rigidez de los métodos de enseñanza, la convencionalidad de los enfoques y estrategias pedagógicas, la insuficiente renovación y actualización de sus recursos humanos, y la reestructura integral del sistema*” (idem; p.45, rodapé 20).

Como destacam Ribeiro e Passos (2012), a Lei de Educação Geral do Equador, de 2009, não abole a educação particular, que havia sido reconhecida como legítima na Constituição de Montecristi (art.345), mas proíbe que ela tenha fins lucrativos. As escolas particulares devem reinvestir todo o seu excedente de recursos na própria instituição. Os

valores dos custos repassados aos alunos (que devem ser entendidos como os *vouchers* tão acidamente criticados pelas esquerdas na década de 1990) seriam estabelecidos pela Autoridade Educativa Nacional, cabendo também ao Estado, além da avaliação dos docentes, a verificação da qualidade da instituição e da formação de seus professores.

Ainda no que diz respeito a essa nova legislação, mesmo vozes críticas como López (2010) reconhecem os seus avanços. Contudo, o autor afirma que foi a articulação do magistério com demais forças sociais que conseguiu vencer a “prepotência do governo e sua maioria na Assembleia Legislativa” (p.385). O suposto caráter “emancipador” dessa articulação teria, inclusive, sido responsável pela denominação da lei como *Ley Orgánica de Educación Intercultural*, que se contrapõe ao fato de o governo, traindo o uso indiscriminado que faz da expressão “revolução educativa”, não ter considerado, em sua proposta, o caráter plurinacional e intercultural do Estado equatoriano (idem).

No que concerne à avaliação docente, sempre tão polêmica, a *Ley de Carrera Docente y Escalafón del Magisterio Nacional de Ecuador* estabelece, em seu Artigo 38, que os docentes que, por duas vezes consecutivas, obtiverem resultado “insatisfatório” na avaliação de desempenho, “*serán separados del magisterio*” (apud TELLO; ALMEIDA, 2014; p.172). Esses autores, preocupados especificamente com as políticas docentes na América Latina e com suas continuidades e rupturas no período pós-neoliberal, afirmam que, no Equador, teria havido sim uma ruptura com os preceitos neoliberais, em função do forte controle estatal imprimido pela Revolução Cidadã, como vimos. Contudo, os autores chamam a atenção para o fato de um governo latino-americano sintonizado com o chamado Socialismo do Século XXI responder “ao mandato neoliberal nos termos de accountability e regulação docente” (idem).

No campo da política educacional, assim, parece se reproduzir o hibridismo de estratégias apontado por Reygadas e Filgueira (2010). Além, é claro, de as iniciativas do governo da Revolução Cidadã, por seu continuísmo, por sua falta de ousadia e pelo caráter fragmentado e pontual de suas inovações não estarem à altura das expectativas suscitadas pelo discurso rupturista e pelo horizonte de esperanças desenhado pela ideia/plataforma do *Buen Vivir/Sumak Kawsay*. Vale lembrar, porém, que, segundo o *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP), os equatorianos fizeram, em 2014, a segunda melhor avaliação, na América Latina, dos serviços públicos de educação e saúde (apud López, 2015).

Considerações Finais

Medido pela taxa de crescimento médio anual do gasto social do Orçamento Geral do Estado equatoriano, parece significativa a priorização da política social por parte do governo Correa. Isso porque, no período 2000-2006, essa taxa foi de 5,6%, enquanto no período 2007-2012 ela foi de 15% (CEPAL, 2013; p.23). O fato de essa inflexão ter sido em parte proporcionada pelo *boom* das *commodities* não precisa ser superexplorado nestas nossas considerações finais. Por outro lado, um quadro um tanto distinto é revelado quando se observa o ocorrido com a questão da pobreza. Segundo a mesma fonte, enquanto entre 2000 e 2006 a incidência da pobreza, no plano nacional, se reduziu 25,3%, passando de 62,9% para 37,6%, entre 2007 e 2012 ela se reduziu “apenas” 10 pontos percentuais, passando de 36,7% para 27,3% (idem, p.11). Mesmo reconhecendo que, a partir de um ponto, a redução vai se tornando cada vez mais difícil, o contraste entre os dois períodos não deixa de parecer contraditório em relação à retórica oficial do *Buen Vivir/Sumak Kawsay*¹⁴.

A esse panorama devemos acrescentar o fato de hoje parecer inquestionável a caracterização do modelo de desenvolvimento fomentado por Correa (e também por Evo Morales) como um “neoextrativismo progressista” (RECASENS, 2014).

No seu panorama mais geral da evolução do sistema de proteção social equatoriano, a Cepal (2013), reconhecendo os avanços da Revolução Cidadã, afirma que, no entanto, as inovações foram poucas. “*La mayoría de los cambios aplicados más bien constituyen ajustes a los instrumentos de políticas sectoriales ya existentes, antes que innovaciones a los sistemas propiamente*” (p.13). “*En esencia se mantiene el viejo esquema de funcionamiento combinado con algunas nuevas medidas*” (idem), como também ficou claro nos dois casos estudados mais detidamente neste artigo.

Se, como sugere Walsh, “*the new Ecuadorian Constitution turns on its head the dominant geopolitics of knowledge*” (2010; p.208), a prática política e as

¹⁴ Para uma visão bem mais otimista, que destaca as reformas na estrutura institucional da provisão estatal de bem-estar social no Equador da Revolução Cidadã, que buscou promover a intersectorialidade, a coordenação das ações estatais e uma maior interação entre política social e política econômica, ver Nehring (2012). Contudo, como crítica o próprio autor, essas reformas produziram uma grande e pesada burocracia, problema esse também apontado pela Cepal (2013).

políticas públicas da Revolução Cidadã têm se mostrado claramente aquém de sua retórica e das expectativas suscitadas. O exemplo equatoriano parece ser apenas mais uma comprovação empírica da tese segundo a qual os governos, em vez de maximizadores, acabam se contentando com o papel de “satisfeitos”.

Outra interpretação possível nos é brindada por Peralta, para quem o “correísmo” está:

“demasiado imbuido de acción racional, modernización técnica e imitación tecnocrática de los países económicamente exitosos, como para conectar en un nivel más profundo con las identidades populares. No hay fatalidad alguna en esa opción tecnocrática; habría podido ser diferente. Pero el peso enorme del marketing y del saber técnico ha tendido a excluir la participación, o al menos la sensación de participación protagónica de los de abajo en el proceso de cambio”. (PERALTA, 2015; p.5)

Seria possível a combinação entre tecnocracia, criminalização da dissidência e da crítica social, como hoje amplamente documentado no Equador, e *Buen Vivir/Sumak Kawsay*? Seja como for, ao fim e ao cabo, com o passar do tempo o BV/SK tornou-se, para o governo Correa, pouco mais do que *marketing*, como hoje se reconhece em muitos quadrantes. Vale terminarmos com o desabafo de Alberto Acosta, que, depois de fundar o Alianza País, ser ministro de Correa, presidir a Assembleia Constituinte e escrever de maneira prolífica sobre o BV/SK, há anos tornou-se um dissidente:

No se quiere hacer una verdadera revolución, no se quiere cumplir lo que manda la Constitución ni hacer realidad el buen vivir, no hay voluntad política de cambio. Como dice Juan Cuví, un luchador incansable por la democracia y la justicia, el presidente Correa “no estaba para alternativas, mucho menos para revoluciones, y peor aún para utopías. El desarrollismo, la eficacia tecnocrática, la provisión de infraestructura y el incremento del consumo no son más que emulaciones de modelos anclados en viejos patrones colonialistas”. (ACOSTA apud FERNÁNDEZ; PARDO; SALAMANCA, 2014; p.114).

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto.
(2015). El buen vivir, una alternativa por construir. *Ecuador Debate*, No.75, pp.33-48, 2009.
- ARTARAZ, Kepa; CALESTANI, Melania.
(2014) Suma qamanã in Bolivia. Indigenous understandings of well-being and their contribution to a post-neoliberal paradigm. *Latin American Perspectives*, Issue 204, Vol.42, No.5.
- (2010). El buen vivir, una utopía por (re) construir. *Boletín ECOS*, No. 11.
- ASAMBLEA CONSTITUYENTE.
(2008). *Constitución de la Republica del Ecuador*. Quito, Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio e Integración, 217 p.
- AYLLÓN, Bruno; DOLCETTI, Michele.
(2014). Revolución ciudadana, Buen Vivir y cooperación en Ecuador (2007-2013). *Relaciones Internacionales*, No.46; p.177-199.
- BARBIER, Jean-Claude.
(2014). Languages of “social policy” at the EU level. In: BÉLAND, Daniel; PETERSEN, Klaus (Eds.). *Analysing social policy concepts and language: comparative and transnational perspectives*. Bristol, Policy Press; p.59-80.
- BASTENIER, M.A.
(2015). Las revoluciones andinas. A Bolivia y Ecuador les está creando problemas el componente indígena de sus países. *El País*, 4 de agosto de 2015. Disponible em: <http://internacional.elpais.com/internacional/2015/08/04/actualidad/1438704807_295256.html> Acceso em: 28 de setembro de 2015.
- BREDA, Tadeu.
(2011). *O Ecuador é verde*. Rafael Correa e os paradigmas do desenvolvimento. São Paulo, Elefante Editora.
- BRETÓN, Víctor; CORTEZ, David; GARCÍA, Fernando.
(2014). En Busca del Sumak Kawsay. Presentación del Dossier. *Íconos Revista de Ciencias Sociales*, n. 48; p.9-24.
- CAMERON, Maxwell A.
(2009). Latin America’s Left Turns: beyond good and bad. *Third World Quarterly*, v.30, n.2.
- CAMERON, Maxwell A. & HERSHBERG, Eric.
(2010). *Latin America’s Left Turns: politics, policies, and trajectories of change*. London, Lynne Rienner Publishers.
- CASTANEDA, Jorge G.
(2006). Latin America’s Left Turn. *Foreign Affairs*, v.83, n. 3.
- CEPAL.
(2013). *Sistemas de protección social en América Latina y el Caribe*: Ecuador. Santiago, Cepal, 81p.
- ESTERMANN, Josef.
(2013). Ecosofía andina: un paradigma alternativo de convivencia cósmica y de Vivir Bien. *Faia*, Vol.II, No.IX-X.
- DOBRONSKY, José Martínez; MONCAYO, José A. Rosero.
(2015). *Impacto del Bono de Desarrollo Humano en el Trabajo Infantil*. Quito, Ministerio de Coordinación de Desarrollo Social del Ecuador. s/d. Disponible em: http://white.oit.org.pe/ipecc/documentos/tmc_ecuador.pdf. Acceso em 23 de abril de 2015.
- DOMÍNGUEZ, Rafael; CARIA, Sara.
(2014). La ideología del Buen Vivir: La metamorfosis de una “alternativa al desarrollo” en desarrollo de toda la vida. *Pre-textos para el debate*, No.2. Universidad Andina Simón Bolívar, Quito.
- ESTEVEZ, Ana.
(2008). Introducción. In: Carlos Arcos Cabrera; Betty Espinosa (Eds.); *Desafíos para la educación en el Ecuador*: calidad y equidad. Quito, Flacso.
- FERNÁNDEZ, Blanca; PARDO, Liliana; SALAMANCA, Katherine.
(2014). El Buen Vivir en Ecuador. ¿Marketing político o proyecto en disputa? Un diálogo con Alberto Acosta. *Íconos Revista de Ciencias Sociales*, n. 48, p.101-117.

- FILGUEIRA, Fernando.
(1998). El nuevo modelo de prestaciones sociales en América Latina: eficiencia, residualismo y ciudadanía estratificada. In: Bryan Roberts(Ed.); *Ciudadanía y política social*. San José, FLACSO/SSRC, p.71-116.
- FRANZONI, Juliana Martínez.
(2005). La pieza que faltaba: uso del tiempo y regímenes de bienestar en América Latina. *Nueva Sociedad*, No.199; p. 35-52.
- GALLEGOS, Franklin Ramírez & STOESEL, Soledad.
(2015). Campos de conflictividade política e movimentos sociais no Equador da Revolução Cidadã. *Plural*, Vol.22, No.1; p.4-29.
- GONNET, Cecilia Osorio.
(2014). CCTs: the “perfect” programs. How epistemic community and international governmental organization do created a consensus about CCTs in Latin America. Trabalho apresentado no “XXIII World Congress of Political Science”. Montreal.
- GONZALES-ROZADA, Martin; PINTO, Freddy Llerena.
(2011). The Effects of a Conditional Transfer Program on the Labor Market: The Human Development Bonus in Ecuador. *Seminário Diálogo Regional de Política Laboral y Seguridad Social*. Washington, 20 de abril de 2011.
- GUDYNAS, Eduardo.
(2014). Buen Vivir: Sobre Secuestros, Domesticaciones, Rescates y Alternativas. In.: FREIRE, Atawallpa Oviedo (ed.). *Bifurcación del Buen Vivir y el Sumak Kawsay*. Quito, Ediciones Yachay; p.23-45.
- (2013). El Malestar Moderno con el Buen Vivir: Reacciones y Resistencias frente a una alternativa al desarrollo. *Ecuador Debate*, n.88.
- (2011). Buen Vivir: Germinando Alternativas al Desarrollo. *América Latina en Movimiento on line*, 2011. Disponível em: < <http://www.alainet.org/es/active/48052>>. Acesso em 02 de outubro de 2015.
- HIDALGO-CAPITÁN, Antonio Luis; CUBILLO-GUEVARA, Ana Patricia.
(2014). Seis Debates Abiertos sobre el Sumak Kawsay. *Íconos Revista de Ciencias Sociales*, n.48.
- HOBSBAWN, Eric.
(1984). Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.
- LÓPEZ, Alejandra Peña.
(2015). ¿Hacia un Estado meritocrático? *Revista Nueva Sociedad*, No. 258.
- LÓPEZ, Edgar Isch.
(2011). Las actuales propuestas y desafíos en Educación: el caso Ecuatoriano. *Revista Educação e Sociedade*, Vol.32, No.115.
- MACAS, Luis.
(2010). Sumak Kawsay: la vida en plenitud. *Revista América Latina en Movimiento*, No.452, Año XXXIV.
- MANOSALVAS, Margarita.
(2014). Buen Vivir o Sumak Kawsay. En busca de nuevos referenciales para la acción pública en Ecuador. *Íconos Revista de Ciencias Sociales*, n. 49.
- MENDOZA, Plinio Apuleyo; MONTANER, Carlos Alberto & LLOSA, Álvaro Vargas.
(2014). *Últimas noticias del nuevo idioma iberoamericano*. Bogotá, Planeta.
- MIDEROS, Andrés Ivan.
(2014). Social protection and poverty eradication in Ecuador. In: CECCHINI, S.; LAVIGNE, M. (Eds.). Public policies for equality. Towards universal social protection systems. Santiago, *ECLAC Seminars and Conferences Series*, No.78.
- MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y MOVILIDAD HUMANA.
Soberanía nacional y política exterior de la Revolución Ciudadana. Quito, Cancillería Ecuador, s/d. Disponível em: <http://www.cancilleria.gob.ec/wp-content/uploads/2014/08/Soberan%C3%ADa-Nacional-y-Pol%C3%ADtica-Exterior.pdf>.

- NEHRING, Ryan.
(2012). Social protection in Ecuador: a new vision for inclusive growth. *International Policy Centre for Inclusive Growth Research Brief*, n.28.
- PARGA, José Sánchez.
(2011). Discursos retrorevolucionarios: Sumak Kawsay, derechos de la naturaleza y otros pachamamismos. *Ecuador Debate*, 84; p.31-50.
- PERALTA, Pablo Ospina.
(2015). ¿Por qué protestan en Ecuador? *Revista Nueva Sociedad*, No.258.
- PETKOFF, Teodoro.
(2005). Las dos izquierdas. *Nueva Sociedad*, n. 197.
- PONCE, Juan; ACOSTA, Alberto.
(2010). La pobreza en la “revolución ciudadana” o ¿pobreza de revolución? *Revista Ecuador Debate*, No.81; p.7-20.
- RECASENS, Andreu Viola.
(2014). Discursos “pachamamistas” versus políticas desarrollistas: el debate sobre el Sumak Kawsay en los Andes. *Íconos Revista de Ciencias Sociales*, n.48; p.55-72.
- RIBEIRO, Erivane Rocha; PASSOS, Geovanna.
(2012). América Latina: políticas educacionais no Equador. *Revista Educação e Políticas em Debate*, Vol. 2, No.2; p.325-345.
- RODRIGUEZ, Edwin Cruz.
(2014). Prolegómenos al vivir bien-buen vivir: una evaluación normativa y práctica. *Revista Finanzas y Política Económica*, Vol.6, No.2; p.387-402.
- (2012). Comparando movimientos indígenas: Bolivia y Ecuador (1990-2008). *Íconos Revista de Ciencias Sociales*, No. 44; p.35-48.
- SILVA, Fabricio Pereira da.
(2010). Esquerdas latino-americanas: uma tipologia é possível? *Revista Oikos*, Rio de Janeiro, v.9, n.2.
- TELLO, César; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de.
(2014). Políticas educativas e profissionalização docente na América Latina. *Revista Lusófona de Educação*, No.26; p.161-174.
- TORRE, Carlos de la.
(2013a). El Tecnopopulismo de Rafael Correa. ¿Es compatible el carisma con la tecnocracia? *Latin American Research Review*, vol.48, No.1; p. 24-43.
- (2013b). Technocratic Populism in Ecuador. *Journal of Democracy*, Vol. 24, No.3; p.33-47.
- TRUJILLO, Jorge León.
(2010). Las organizaciones indígenas y el gobierno de Rafael Correa. *Íconos Revista de Ciencias Sociales*, No.37; p.13-23.
- VARGAS, José Antonio Monje.
(2013). Misión “Manuela Espejo”, paradigma de la solidaridad convertida en política de Estado en Ecuador. *Revista Cubana de Salud Pública*. Vol. 39, n.3; p.598-608.
- WALSH, Catherine.
(2010). Political Epistemic Insurgency, Social Movements and the refounding of the State. In.: MORANA, Mabel; GUSTAFSON, Bret (eds.). *Rethinking Intellectuals in Latin America*. Madrid, Iberoamericana; p.199-211.
- ZEPEDA, Beatriz; EGAS, Maria Gabriela.
(2011). La política exterior de la revolución ciudadana: opinión y actitudes públicas. *Revista Mexicana de Política Exterior*, No.93; p.95-134.

Recebido em
outubro de 2015

Aprovado em
junho de 2016

As fontes institucionais de informação agenda ambiental no Brasil e em Portugal: Estado, comunidade científica e entidades ecológicas

Antonio Teixeira de Barros*

Resumo

Estudo analítico sobre o papel político das fontes de informação no jornalismo ambiental no Brasil e em Portugal, no período de 1990 a 2010. A metodologia consiste na técnica de meta-análise ou revisão sistemática de bibliografia sobre o tema. O *corpus* da pesquisa compreende dez obras de referência na comunidade acadêmica (cinco de cada país), a fim de contemplar as principais obras que documentam e sintetizam a produção científica no período estudado. Conclui que as fontes de informação ambiental nos dois países seguem as mesmas tendências históricas e sociais, especialmente no que se refere às instituições governamentais, à comunidade científica e às organizações do terceiro setor.

Palavras-chave

Estudos ambientais. Fontes institucionais de informação. Brasil and Portugal.

Abstract

An analytical study regarding the political role of information sources for the environmental journalism in Brazil and in Portugal during the period of 1990 to 2000. The methodology consists in a meta-analysis technique or the systematic inspection of the bibliography regarding this theme. The research corpus conceives ten works of reference in the academic community (five of each country), in order to contemplate the main works which document and synthesize the scientific production of the studied period. I have concluded that the environmental sources of information in both countries have the same historic and social tendencies, especially when regarding the

* Antonio Teixeira de Barros é Doutor em Sociologia; e docente e pesquisador do Programa de Mestrado Profissional em Poder Legislativo do Centro de Formação da Câmara dos Deputados. E-mail: antonibarros@gmail.com.

governmental institutions, the scientific community and the organizations of the third section.

Keywords

Environmental studies. Environmental politics. Brazil and Portugal.

Introdução

Há vários paralelos entre Brasil e Portugal no que se refere à formação dos movimentos em defesa do ambiente (BARROS; SOUSA, 2010). Essa constatação indica que as convergências também são extensivas aos paradigmas jornalísticos relacionados à cobertura de temas ecológicos nos dois países, especialmente no que se refere à abordagem sobre as fontes de informação (BARROS; SOUSA, 2010; BARROS, 2015a). Como demonstram esses autores, nos dois países, a formação de uma agenda verde ocorreu mediante a participação de fontes diretamente ligadas ao Estado, à comunidade científica e aos movimentos ambientais. Diante dessa constatação é que se justifica a abordagem aqui proposta, ou seja, uma análise comparativa com foco específico nas fontes de informação, sob a ótica dos estudos de jornalismo ambiental realizados no Brasil e em Portugal no período de 1990 a 2010. O objetivo é analisar, sob a perspectiva qualitativa, como os estudos de jornalismo realizados no Brasil e em Portugal nas últimas décadas abordam a relação entre jornalistas e fontes e que aspectos são enfatizados nas pesquisas realizadas sobre o tema nesse período nos dois países, em função das convergências mencionadas.

O problema de pesquisa é composto pelas seguintes questões: (a) Como as fontes de informação ambiental são abordadas pelos estudos de jornalismo e meio ambiente no Brasil e em Portugal no período examinado? (b) Qual o tratamento dispensado aos atores estatais que atuam como fontes de informação ambiental para a imprensa? (c) Como a comunidade científica é representada nesses estudos, sob a ótica de fontes informativas? (d) Qual o papel político das entidades ambientais como fornecedoras de informação para a imprensa? (e) Que relações são estabelecidas entre esses atores no âmbito das fontes informativas no campo ecológico sob a ótica da mediatização das informações ecológicas?

O pressuposto sociológico que norteia o estudo é o de que o discurso da imprensa sobre ambiente não deve ser entendido como produção autônoma, uma vez que as notícias sobre o tema se reportam a diversos atores sociais (instituições estatais, partidos políticos, entidades científicas, movimentos sociais e ambientalistas) que atuam como fontes. Trata-se, pois, de um discurso condicionado por múltiplos fatores, segundo a perspectiva da *teoria multifactorial da notícia* (SOUSA, 2000; 2006). O jornalismo, como discurso social poroso e permeável, recebe influências de diversas vertentes do discurso ecológico, conforme o perfil e a natureza das fontes de informação.

O recorte analítico inclui as fontes fundadoras do discurso ambiental mediado pela imprensa, conforme identificado em pesquisa anterior (BARROS, 1999). São elas as fontes oficiais/governamentais, a comunidade científica e as organizações não governamentais. Esse *interplay* de atores, com suas diferentes perspectivas, interesses e enquadramentos, é considerado fundamental para a compreensão das dinâmicas de mediatização ambiental, entendida como a apropriação pela imprensa de discursos oriundos de outros campos (BARROS, 2013). Segundo o mesmo autor, a mediatização favoreceu a visibilidade da agenda verde, mediante a exposição dos argumentos e justificações dos diferentes atores envolvidos. Apesar de não serem os únicos atores, os agentes que representam o Estado, a comunidade científica e as entidades ecológicas são considerados pelo autor mencionado os protagonistas nesse processo de ampliação da visibilidade ambiental na arena midiática.

Descrição da Pesquisa e da Metodologia

A pesquisa se caracteriza como estudo de caso de natureza exploratória e qualitativa, com o auxílio da técnica de metanálise ou revisão sistemática, que consiste no exame minucioso de pesquisas já realizadas sobre um tema determinado, a fim de organizar o conhecimento produzido, comparar tendências, metodologias e produzir inferências (CLARKE, 2001). Nessa perspectiva, a metanálise foi aplicada com base na concepção operacional de obras-síntese, ou seja, publicações expressivas e representativas em termos de abordagens, abrangência temática, ferramentas metodológicas e referencial teórico utilizado. Foram selecionadas dez obras (cinco de cada país), de modo a incluir no *corpus* da pesquisa obras-síntese referentes às diversas

fases do período histórico estudado¹. O pressuposto, portanto, é que uma única obra-síntese pode servir de referência para a análise dos conteúdos de uma área de conhecimentos no decorrer de um período X, como um decênio ou um quinquênio.

A opção pelos estudos de jornalismo como objeto de análise qualitativa se justifica pela amplitude analítica das publicações, que apresentam característica especial, ao proporcionar a edição de obra-síntese, ou seja, em uma única publicação é possível encontrar análises relativas à cobertura jornalística acerca da evolução de um tema, durante um longo período, além de análises comparativas e diacrônicas. A denominação obra-síntese se explica, portanto, pela capacidade de uma única publicação sintetizar estudos de jornalismo ambiental referentes a amplos recortes temáticos e históricos.

A respeito do *corpus*, cabe explicar ainda que a profusão de estudos sobre o tema é característica da década de 1990, impulsionados pela cobertura jornalística acerca da Cúpula da Terra (Rio 92) e depois com a divulgação dos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (2003 a 2007). Tudo isso explica a concentração de publicações nas décadas de 1990 e 2010. Em levantamento realizado anteriormente, constatou-se que não há registro de estudos sobre jornalismo ambiental na década de 1970 nos dois países (BARROS; SOUSA, 2010). Nessa década, os estudos se limitaram ao campo das Ciências da Natureza e das Ciências Sociais. A partir da metade da década de 1980 é que as pesquisas sobre comunicação ambiental, e mais especificamente acerca do jornalismo ambiental, começaram a ser publicadas, tanto no Brasil como em Portugal, mas ainda de forma tímida e esparsa.

A seleção das obras-síntese se deu com base em critérios delineados por pesquisa prévia, com levantamento da produção de cada país, por década, mediante registro em relatórios bibliográficos detalhados. Para ser incluída na categoria de obra-síntese, levaram-se em conta a abrangência da pesquisa, o período histórico compreendido e a consistência teórica e analítica.

¹ O *corpus* da pesquisa é composto pelos seguintes estudos: **I - Brasil:** (1) Dencker; Kunsch (1996); (2) Oliveira (1991); (3) Costa (2006); (4) Motta (2006); Trigueiro (2005); **II - Portugal:** (6) Schmidt (2003); (7) García (2004); (8) Pereira Rosa (2006); (9) Vicira (2006); (10) Freitas (2007).

Outro critério considerado foi o reconhecimento e a legitimidade desses estudos pela comunidade acadêmica no Brasil e em Portugal, a partir do levantamento das obras mais citadas em comunicações apresentadas em congressos científicos, artigos de periódicos, capítulos de livros e demais publicações relacionadas ao tema no período compreendido pela pesquisa.²

Cabe ressaltar que a análise não se limitou a essas dez obras selecionadas. Esse *corpus* constitui a referência principal, o que não significa a exclusão de outras obras. De forma complementar, foram utilizadas dezenas de publicações adicionais, com o intuito de complementar as informações e enriquecer o estudo. O material complementar ao corpus principal é composto por textos de periódicos, de portais acadêmicos, comunicações científicas apresentadas em eventos, além de livros e capítulos de livros que apresentam temáticas relacionadas ao tema analisado. Em alguns casos, foram referenciados estudos nos quais o tema jornalismo de ambiente não aparecia em primeiro plano. Entretanto, a leitura revelava dados e informações de interesse para a contextualização da pesquisa ou para a complementação de explicações expostas nas obras que compunham o *corpus* de análise³.

A Perspectiva Sociopolítica das Fontes de Informação

O estudo das fontes de informação se reveste de especial importância na *sociologia dos emissores*, área que estuda o processo de produção da informação jornalística (*newsmaking*). Nessa perspectiva de estudos, as pessoas e instituições que fornecem dados, informações e declarações são encaradas como emissores, chegando a exercer, algumas vezes, maior importância do que os próprios jornalistas, visto que esses dependem de bons informantes

² O reconhecimento e a legitimidade das pesquisas sobre jornalismo ambiental foram avaliados em cinco etapas: (1) **Levantamento das obras mais citadas** em congressos científicos, artigos de periódicos, livros e demais publicações afins. (2) **Indicação espontânea de estudos e investigações e publicações sobre o assunto** – essa indicação foi solicitada por meio de contatos informais, como e-mails, telefonemas e abordagens diretas nos eventos acadêmicos. (3) **Seleção provisória** – realizada com base em todos os critérios anteriores, levando-se em conta ainda a chancela de instituições científicas, agências e associações de pesquisa da área de Comunicação. (5) **Seleção final** – escolha definitiva das 10 obras para a composição da amostra.

³ A lista das obras complementares consta nas referências.

para publicarem notícias que lhes conferem reconhecimento e prestígio. As fontes são um fator determinante para a qualidade da informação produzida pelos *mass media*. No entanto, a mitologia profissional “tende, pelo contrário, a realçar o papel ativo do jornalista, marginalizando o contributo, em muitos aspectos essencial, das fontes” (WOLF, 1995; p.199).

As fontes oficiais e institucionais ocupam um lugar central no processo de produção de informações jornalísticas atualmente, pois correspondem melhor do que as outras às necessidades organizativas das redações. Isso decorre da regularidade das relações entre jornalistas e representantes de órgãos públicos, o que, pela frequência dos contatos, permite que se estabeleça uma relação de confiança. Mas, vale ressaltar, que isso só se aplica mais facilmente aos jornalistas especializados, ou seja, aqueles que atuam por muito tempo em uma mesma área, como política e economia, por exemplo.

A razão principal pela qual os jornalistas recorrem, repetidas vezes, a um número restrito de informantes oficiais e institucionais se deve ao fato de que a reciprocidade da relação faz criar um modelo cumulativo. Esse modelo permite a veiculação de temas já amplamente difundidos e socialmente aceitos, o que é essencial às necessidades produtivas e aos procedimentos organizativos do trabalho jornalístico. A credibilidade de representantes de órgãos oficiais e institucionais decorre da própria rotina e organização do trabalho dos jornalistas, os quais “preferem fazer referência a fontes oficiais ou que ocupam posições institucionais de autoridade” (WOLF, 1995; p.202).

A exceção, no uso de informações oficiais / institucionais pela imprensa, ocorre com a produção de informações sobre temas especiais, a exemplo dos cadernos e suplementos temáticos. Nesse caso, a escassez de tempo não é tão imperiosa, uma vez que, geralmente, a equipe de produção dispõe de dias ou semanas para elaborar o produto final. Por isso, são mais utilizadas as fontes alternativas e individuais, até pelo tom testemunhal, ilustrativo ou mesmo pela construção de personagens, um processo similar ao da ficção, que cada vez mais a mídia utiliza atualmente, como lembra o autor mencionado. Nessa situação específica, o ineditismo dos informantes constitui um dos critérios de noticiabilidade e um *valor-notícia*, ou seja, torna-se um critério de valorização da informação – ou pelo menos de sua forma de apresentação, segundo a teoria do *newsmaking* (WOLF, 1995), que ressalta as rotinas e dinâmicas de produção do jornalismo, enfatizando sua dimensão de racionalidade técnica e pericial.

De uma perspectiva teórica mais ampla, é possível fazer um paralelo entre o *newsmaking* e os sistemas peritos gerados pela modernidade,

estudados sob a ótica da sociologia weberiana, que considera sistemas de informação e aparelhos culturais como resultantes do processo histórico de racionalização das civilizações ocidentais (WEBER, 1999). Na esteira do argumento weberiano, é cabível a discussão do conceito de sistemas peritos como decorrentes da modernização (GIDDENS, 1991), o que implica o avanço do conhecimento técnico e tecnológico, fruto da racionalização e da especialização técnica, que geram expertise, que se reveste de capital simbólico, o que se aplica diretamente ao jornalismo. De forma resumida, os sistemas peritos podem ser entendidos como sistemas desenvolvidos por especialistas com aplicação na sociedade e repercussão direta nas relações sociais e culturais. Como explica Giddens, a confiança é a chave do relacionamento entre o indivíduo e esses sistemas peritos, ou seja, o usuário confia em seu funcionamento e em sua eficácia técnica, embora não entenda os mecanismos operacionais que possibilitam seu funcionamento. A expertise é requerida apenas da parte de quem fornece os serviços ou produtos resultantes dos sistemas peritos. Sob essa perspectiva, um serviço de informação é entendido como sistema perito, seja um banco de dados ou um jornal. A expertise técnica e a perícia profissional são exigidas formalmente dos profissionais de informação, mas não do usuário. Assim como o paciente confia no cirurgião, o leitor confia no funcionamento do sistema de informação, o que lhe confere credibilidade (MIGUEL, 1999).

Jornalismo, Ambiente e Fontes – Análise Qualitativa

As investigações analisadas mostram que as fontes oficiais são predominantes na cobertura de imprensa sobre ambiente no Brasil e em Portugal, especialmente na década de 1970⁴, quando o noticiário, mesmo pouco diversificado, registrava cerca de 90 a 95% de informações fornecidas por fontes governamentais, ou seja, quase monopólio (BARROS, 1999). Nas décadas seguintes, as alternativas foram sendo ampliadas, e as instituições oficiais passaram a representar em média de 50% a 60% nas citações das amostragens do noticiário nas décadas de 1980 e início de 1990 (BARROS,

⁴ Mesmo fora do escopo temporal da análise, esses dados são relevantes, a título de ilustração.

2004). Os serviços públicos são os principais fornecedores de informações para a imprensa, no que diz respeito à ecologia. A diferença está apenas na abrangência, ou seja, os órgãos governamentais da esfera federal são os que mais se constituem fontes de informação ambiental, em torno de 70% das citações no âmbito das fontes oficiais em cada período mencionado (BARROS, 2004).

Os estudos ecológicos decorrentes de informações oriundas de entidades científicas também reforçam a intervenção das fontes oficiais, uma vez que, em sua maioria, são provenientes de pesquisas realizadas por universidades ou institutos de pesquisas ligados a autarquias públicas. Esse enfoque também é comum nas investigações brasileiras e portuguesas. Isso implica uma visão inicial de que o discurso científico sobre meio ambiente não constituía uma fonte autônoma, mas uma variação das fontes oficiais, uma vez que os pesquisadores vinculados a instituições públicas, especialmente as federais, se manifestavam em nome do Estado brasileiro ou do próprio Governo. Até porque a política científica era inteiramente dependente do Estado (MOREL, 1979). Com o passar do tempo é que passou a se desenvolver a formação de uma comunidade científica minimamente independente (SCHWARTZMAN, 1979; FERNANDES, 1990).

No Brasil, o uso constante de fontes institucionais externas também contribuiu para a chamada *globalização da agenda ecológica*. Trata-se dos documentos oficiais produzidos por organismos internacionais multilaterais, os quais se enquadram na categoria de fontes oficiais. Mesmo não sendo governamentais no sentido estrito do termo, tais instituições representam interesses alinhados à política externa dos países centrais, com algumas exceções, ou funcionam como agências de promoção dos interesses dos estados e governos que financiam suas atividades, na maioria dos casos ou em determinadas situações. Além disso, muitos dos dirigentes desses organismos são indicados direta ou indiretamente pelos governos dos países que exercem comando na agenda internacional referente às atribuições da instituição multilateral (WOLF, 1995). Da mesma forma que o discurso oficial, o qual se mantém mais sintonizado com os temas globais, preocupando-se mais com a opinião pública internacional, a imprensa brasileira seleciona e destaca as informações concernentes à agenda externa, com o respaldo de documentos ou fontes institucionais. Essa tendência é mais intensa em assuntos como Amazônia, aquecimento global, chuva ácida e clima (TRIGUEIRO, 2005). Na cobertura sobre os temas ligados à Amazônia, por exemplo, o que mais se lê nos jornais e revistas são reportagens que destacam as opiniões

de entidades, autoridades, personalidades, cientistas e grupos estrangeiros sobre a região. A pauta parece que é definida de acordo com a repercussão externa (MELLO, 2003). As fontes e os documentos são selecionados em consonância com os pressupostos dessa pauta, analisam os autores citados.

Entre as fontes internacionais mencionadas com mais frequência nas pesquisas, destacam-se: organismos internacionais, como ONU, Unesco e Organização Meteorológica Mundial; entidades governamentais, como NASA, FMI, e universidades estrangeiras, sobretudo norte-americanas, além dos relatórios do Banco Mundial, os chamados *World Development Report*. Em relação às fontes internacionais, é oportuno destacar outra característica em comum nos estudos comparados: o uso recorrente de fontes documentais. Praticamente a totalidade das pesquisas realizadas, tanto no Brasil como em Portugal, mencionam dados dos principais documentos sobre meio ambiente, sobretudo aqueles produzidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), pelo Clube de Roma e pelo Banco Mundial. Dentre esses documentos, destacam-se os relatórios anuais do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), os relatórios periódicos do Banco Mundial, tais como: (a) *World Development Report*, 1990; (b) *World Military Expenditures*, 1990; (c) *Development and Environment: World Development Report*, 1990; (d) *World Development Indicators*, 1990.

Entre os demais documentos mencionados com frequência estão: (1) *Habitat: Estratégia mundial de vivenda hasta El año 2000* (NAIRÓBI, 1990); (2) *Fome: O desafio dos anos de 1990* (SÃO PAULO, 1990) – relatório do Fundo das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura; (3) *Qualidade de Vida, 1992: Salve o Planeta* (1992) – relatório do *Worldwatch Institute*; (4) e o relatório da Agência Europeia do Ambiente *Os recursos hídricos da Europa: uma avaliação baseada em indicadores* (LUXEMBURGO, SERVIÇO DAS PUBLICAÇÕES OFICIAIS DA UNIÃO EUROPEIA, 2003).

O relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, *Nosso Futuro Comum*, publicado em 1988, é o documento oficial mais citado pelos estudos analisados, ao lado da *Declaração de Estocolmo*, da *Declaração da Cúpula da Terra*, a *Agenda 21*, a *Convenção para Mudanças do Clima* e o *Protocolo de Kyoto*. O uso dessas publicações consiste praticamente como fonte de dados estatísticos e análises sobre cenários e perspectivas ambientais.

Além dos documentos produzidos com a chancela de organismos internacionais, os estudos realizados no Brasil utilizam largamente relatórios e dados oficiais das instituições públicas nacionais. Assim, a cobertura da

imprensa reforça o poder do discurso oficial, o qual está sempre se justificando diante da comunidade internacional e destacando as belezas naturais e o potencial de recursos hídricos, de fauna e flora da Amazônia brasileira. Em Portugal, como destacam Schmidt (2003); Pereira Rosa (2006); Vieira (2006) e Garcia (2004), a agenda ambiental a partir da cobertura dos *media* passou a ser diretamente influenciada pelos problemas ecológicos de ampla repercussão na Europa, especialmente no período de 1940 a 1980. Entre os temas da agenda europeia que repercutiram na cobertura jornalística de Portugal, destacam-se os riscos da expansão do uso dos pesticidas na agricultura, os investimentos em projetos nucleares, o acidente de Chernobyl e as tentativas políticas de implantação de medidas ambientais conjuntas. No plano nacional, os autores destacam a contestação ao cultivo intensivo de eucaliptos para a produção de papel e celulose e a discussão sobre os riscos de extinção de espécies da fauna portuguesa, como a cegonha branca; além da poluição das praias, o impacto ambiental de grandes obras, como a Ponte 25 de Abril, e a proteção dos mananciais e de lugares como a Serra da Arrábida e o Parque do Gerês.

Outro aspecto comum aos estudos realizados nos dois países é a discussão sobre a legitimação das fontes oficiais. Tanto as revistas como os jornais e as emissoras de televisão exercem uma função de reconhecimento dessas fontes no que se refere ao noticiário sobre meio ambiente no Brasil e em Portugal. Essa função, indiretamente, pode ser considerada mecanismo de reforço do discurso oficial, uma vez que as “falas competentes” que adquirem visibilidade na cobertura jornalística são, em sua maioria, de titulares de cargos da alta burocracia governamental, o que reforça o poder do Estado no que tange à formulação do discurso sobre meio ambiente.

Com base nos estudos analisados, as características gerais mais marcantes do discurso ecológico produzido no âmbito governamental tanto no Brasil como em Portugal podem ser assim resumidas, conforme fazem Barros e Sousa (2010)⁵:

⁵ Um dos princípios da metanálise, técnica de pesquisa adotada para o presente estudo, é a fidelidade às categorias analíticas dos estudos analisados. Por essa razão, optamos pela manutenção dos tópicos citados pelos autores estudados nos três segmentos: discurso oficial, científico e ecológico.

1. Caráter defensivo - caracteriza-se, principalmente, pela natureza dos argumentos, os quais assumem a conotação de resposta às pressões internacionais. Grande parte dos discursos consiste em apresentar uma defesa do governo em face das críticas externas.
2. Redundância - a redundância se confirma pela reedição sistemática dos argumentos centrais, como a defesa da soberania nacional e do direito de livre utilização dos recursos naturais do País, por exemplo, especialmente no caso do Brasil.
3. Simplificação - consiste em uma estratégia dos órgãos oficiais para fixar suas ideias, mediante a simplificação das que são apresentadas.
4. Ufanismo - manifesta-se na incessante exaltação dos atributos naturais do País, sobretudo nos discursos de autoridades brasileiras sobre as belezas naturais, embora essa característica também seja compartilhada pelas manifestações do governo português, embora em menor proporção.
5. Secundarização - o que denominamos secundarização é, na realidade, a tendência do discurso governamental para a marginalização da ecologia em si, a qual sempre aparece atrelada a aspectos periféricos dos problemas ecológico-ambientais e raramente como fator central. É o que ocorre, por exemplo, nos textos que ressaltam a importância da economia, do desenvolvimento, da qualidade de vida, enfim, de quase todas as categorias principais.
6. Circunstancialidade - manifesta-se em muitos momentos também, sendo o exemplo maior os discursos que antecederam a Cimeira da Terra (ECO, 92). Mas essa característica também aparece em outros momentos como estratégia oficial para amenizar o impacto dos problemas denunciados pela imprensa ou pelas entidades ambientalistas.
7. Generalidade e superficialidade - é comum, nos dois países, o governo abordar os assuntos da agenda ecológica de modo genérico e superficial, utilizando-se de expressões vagas como desenvolvimento, preservação ecológica, interesse comum, qualidade de vida, etc.

Em termos gerais, o que se pode deduzir do posicionamento oficial sobre meio ambiente no Brasil e em Portugal é que se trata de um discurso

genérico, fragmentado e pouco sistematizado. Tais características refletem os atributos da frágil política ambiental no período e, mais especificamente, da inexistência de uma política ambiental no sentido estrito nos dois países, como ressaltam Caribé (1988; 1992), Vieira (1995; 1992), Soromenho-Marques (2001), Schmidt (2003) e Pereira Rosa (2006). Caribé (1988) ressalta que, além de serem recentes os mecanismos de proteção à natureza, existe ainda o problema da falta de continuidade dos projetos e filosofias das instituições. A autora analisa o caso específico do Brasil, mas a constatação também se aplica ao caso português.

No Brasil, somente a partir do Governo Sarney (1985-1989) é que houve uma tentativa de se delinear alguns parâmetros para a definição de política ambiental no País, com o primeiro grande plano governamental voltado para a questão: o Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA), popularmente conhecido como “Programa Nossa Natureza”. Voltado basicamente para a gestão ambiental, esse programa priorizou o desenvolvimento institucional do Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), destacando-se a informatização do órgão, a capacitação de recursos humanos e o desenvolvimento de tecnologias para o estudo e preservação de biomas específicos como Amazônia, Pantanal e Cerrados.

No caso de Portugal, os analistas atribuem ao governo de Mário Soares (1986-1996) a primeira tentativa de formulação de um conceito de política nacional de ambiente. Portanto, nos dois casos, as políticas foram marcadas por medidas pontuais, corretivas e remediadoras. Em outras palavras, ações voltadas para atenuar, diante da opinião pública nacional e internacional, os efeitos da degradação ambiental. Outra constatação é a de que o discurso ecológico apresentado pelo Estado (nos dois países) é fruto de um consenso induzido, ou seja, é resultado de um jogo desigual de poderes.

Nessa ordem de ideias, o direito moderno tornou-se mecanismo imprescindível para a atuação dos Estados empreendedores, no que concerne à construção social da representação da natureza, o que se tornou mais nítido, principalmente, com a emergência do Direito Ambiental como ramo do Direito Público e como variação e ampliação das fontes oficiais para o jornalismo ambiental. Tanto no Brasil como em Portugal, essa tendência é evidente, desde a criação das primeiras leis voltadas para a questão, a partir das décadas de 1970 e 80. Com isso, o direito ambiental passou a ocupar “posição de destaque no processo de introjeção social da ‘fisionomia’ da natureza em termos adequados à questão ambiental” (FUKS, 1992; p.123).

Essa novidade jurídica oportunizou a elaboração de um conjunto de

representações e pressupostos, por parte do Estado, cujos fundamentos são um conceito de natureza e um entendimento do que seja o homem, tendo como pressuposto a relação entre ambos. A natureza deixa de ser a presa para se tornar vítima, objeto da predação humana. A autoimagem do homem não é mais aquela do início dos tempos modernos, quando a exaltação à dignidade humana era combinada com um ingênuo sentimento de otimismo quanto aos resultados do uso de poderes que descobria em si próprio. Agora, o homem começa a adquirir consciência de uma crise surgida como consequência direta das atividades antrópicas, o que abala a sua confiança em ser o dono do meio ambiente. Por outro lado, como destaca Schmidt (2003), essa mudança de percepção foi crucial para a politização do debate ambiental, pois o foco se desloca das causas naturais para as ações humanas e suas consequências sobre o ambiente. Essa mudança de mentalidade contribuiu, inclusive, para o surgimento de diretrizes jurídicas, o que confirma o potencial de intervenção desse tipo de fonte de informação no jornalismo ambiental.

Fontes científicas

As fontes científicas são reconhecidas pelos pesquisadores como relevantes para a constituição da agenda ambiental e como provedoras de informação para a imprensa nos dois países (FERNANDES, 1990; SCHMIDT, 1993). De forma mais específica, no Brasil, essa questão perpassa todos os estudos publicados na coletânea *Meio Ambiente no Século XXI*, organizado por Trigueiro (2005). São 21 capítulos, cada um sobre um tema específico, com destaque para as áreas de educação ambiental, energia, agricultura, ciência e tecnologia, política e opinião pública. A amplitude dos temas revela a concepção da obra de chamar atenção para a transversalidade das questões ambientais, que permeiam praticamente todas as áreas de conhecimento atualmente.

O assunto também é discutido por Andrade (2004), que estudou especificamente a evolução das abordagens científicas sobre meio ambiente no telejornalismo e concluiu que as matérias sobre ecologia surgiram nos espaços para divulgação científica de forma tímida, pontual e sensacionalista até se projetarem com grande ênfase e exigirem o posicionamento de especialistas das mais diversas áreas científicas.

Em Portugal, o livro de Schmidt (2003) apresenta argumento similar, decorrente da análise da evolução das abordagens científicas do ambiente

na programação da Rádio e Televisão Portuguesa (RTP). Na década de 1970, por exemplo, destaca a autora, os especialistas procurados pelos jornalistas se limitavam aos investigadores de áreas como Botânica, Zoologia e Agronomia. A partir da década de 1980, o leque de áreas acadêmicas começou a ser expandido e hoje está tão abrangente e transversal quanto no Brasil. Pereira Rosa (2006) também dedica partes específicas de sua obra à análise da relação entre jornalistas e cientistas do ambiente. Neste quesito, o autor destaca um certo tipo de aliança do jornalismo com áreas especializadas de ambiente, como Engenharia Florestal, Biologia, Botânica, Química e Física. O pesquisador atribui a essa aliança o crescente interesse da população pela atividade dos cientistas:

O crescente interesse da população pela actividade dos cientistas, expressa, por exemplo, na eclosão vertiginosa de publicações dedicadas à divulgação científica e na abertura de novas secções sobre o tema nos jornais generalistas, motivou uma modificação gradual de comportamentos e uma relativa abertura dos cientistas à divulgação (PEREIRA ROSA, 2006; p.47).

Com a ampliação da divulgação de pesquisas e análises científicas sobre os mais variados aspectos relacionados aos temas ambientais, o interesse do público tende a crescer ainda mais. Um exemplo dessa tendência é a divulgação dos estudos relativos às mudanças climáticas, por meio de grandes reportagens, documentários e programas televisivos sobre história do clima, métodos para a análise de geleiras e glaciares, o desenvolvimento de tecnologias para aferir o nível de emissão de gases de efeito estufa e outros estudos de igual impacto, como mudanças no regime de chuvas e as causas do aquecimento global.

Essa abertura da agenda ambiental e a conexão direta com o cotidiano dos usuários de informação da mídia contribuíram para diminuir as resistências dos cientistas em relação à divulgação da mídia. Como explicam Targino e Barros (1994), na lógica da comunidade científica anterior à consolidação sociocultural do fenômeno da mediatização, os cientistas percebiam a divulgação da mídia com ressalvas, por se tratar de um sistema distinto das regras do campo científico (BOURDIEU, 1983). Entretanto, como observa Caldas (2004), a mediatização aproximou os dois campos e favoreceu parcerias entre cientistas e jornalistas na divulgação científica e ambiental.

Do ponto de vista da relação anterior entre cientistas e jornalistas, ou seja, no contexto da resistência e desconfiança dos primeiros, o estudo de Amaral (1986) aponta quatro fatores que contribuem para reforçar a resistência

dos *media* em relação à divulgação de temas de natureza científica, os quais também se aplicam ao estudo da relação entre jornalistas e cientistas do ambiente:

- Desinteresse dos *newsmakers* – ainda existe o predomínio da ideia de editores e gestores de notícias de que temas científicos não interessam ao grande público e que esse suposto desinteresse compromete a Audiência e afasta anunciantes.
- Retraimento das fontes científicas – os investigadores renomados e os gestores públicos de universidades e institutos de pesquisa ainda tendem a se retrair e evitar contato mais frequente com a imprensa, resultado de uma longa tradição de distanciamento entre cientistas e leigos (os jornalistas são considerados leigos pelos especialistas).
- Desconfiança do cientista em relação ao jornalista - as fontes especializadas - por preconceito ou precaução - evitam passar todas as informações para os jornalistas, geralmente por desconfiança. Para os cientistas, os jornalistas simplificam excessivamente as informações, por falta de capacidade para compreender os dados de pesquisas.
- Linguagem técnica – os temas científicos tratados em linguagem técnica não atraem o público, o que compromete maiores investimentos dos *media* na cobertura de temas especializados.

Garcia (2004) apresenta subsídios para quem escreve sobre ambiente, do ponto de vista de disseminação de informações técnicas para públicos leigos. Com isso, o autor sugere que se trata de uma forma de divulgação científica. A respeito dessa abordagem existem algumas divergências quanto à concepção de jornalismo de divulgação científica. Para Santos (1989), divulgação científica é o processo pelo qual se transmitem informações científicas ao grande público, de forma acessível. Bueno (1985) critica tal concepção, porque, a seu ver, reduz o processo de divulgação científica via jornalismo a uma prática de transferência de informação, ou seja, legítima o jornalismo como atividade unilateral, transferindo a outrem um determinado saber.

As fontes não governamentais

Do ponto de vista histórico, depois das fontes oficiais e da comunidade científica, as organizações não governamentais também são reconhecidas como fontes fundadoras e fundamentais do ponto de vista da redefinição da

noticiabilidade no campo ambiental (BARROS, 1996; SCHERER-WARREN, 1996; BORN, 2005; PEREIRA ROSA, 2006). Esse é um dos eixos importantes das pesquisas realizadas nos dois países. Os autores citados põem em relevo o papel das organizações ambientais do ambiente, sobretudo os efeitos da atuação delas sobre a produção jornalística. O crescimento da importância de movimentos cívicos “em representatividade e peso negocial nas sociedades contemporâneas modificou os relatos jornalísticos e promoveu a ascensão de fontes que a sociologia do jornalismo até então ignorara”. (PEREIRA ROSA, 2006, p.8).

As ONGs surgiram nos dois países como movimentos marginais, com o objetivo de contestar as iniciativas oficiais e criticar a falta de políticas para a preservação ambiental (PÁDUA, 1986; SOROMENHO-MARQUES, 1996). Enquanto atuavam movidos pelas convicções ideológicas radicais, a imprensa destinava pouco espaço às suas atividades, e seus representantes não gozavam de prestígio e credibilidade como fontes de informação. A média, segundo registros quantitativos da década de 1970 ao início de 1980, ficava abaixo de 3% no Brasil e menos de 2% em Portugal (BARROS; SOUSA, 2010). Contudo, após a Conferência do Rio em 1992, as ONGs conquistaram a confiança dos jornalistas e passaram a atuar como fontes credíveis e de prestígio, resultado da profissionalização dos movimentos e de um planejamento estratégico voltado para atrair a atenção da mídia, um processo que seguiu uma tendência internacional. Conforme Lycarião (2010; 2011), os grandes eventos internacionais e a atuação global de instituições ambientais, a exemplo do *Greenpeace*, contribuíram para acentuar a proximidade dessas entidades com a imprensa. Assim, tais entidades passaram a ocupar um papel mais expressivo na mediação jornalística na agenda ambiental, principalmente em assuntos de repercussão internacional, que envolvem questões técnicas e a tematização de riscos ecológicos. Essa análise sobre a atuação das Ongs ambientalistas internacionais é similar a argumentos apresentados em Portugal por Pereira Rosa (2006).

Ao analisar o caso da *Quercus*⁶ em Portugal, Pereira Rosa (2006) recorreu a outros estudos realizados na Europa e nos Estados Unidos sobre

⁶ Trata-se da Associação Nacional de Conservação da Natureza, a mais importante organização não governamental portuguesa do setor, que carrega o nome científico da árvore que é símbolo do país, o sobreiro (*Quercus suber*).

as consequências da relação entre as organizações não governamentais do ambiente (ONGAS) e os *media*. A conclusão é que tanto as ONGAS interferiram no modo de se fazer jornalismo sobre ambiente, como elas próprias também foram afetadas por essa intervenção, sobretudo em decorrência das estratégias de aproximação dos jornalistas e adequação aos critérios de noticiabilidade e aos valores-notícia. As ONGAS, por sua vez, causaram impactos significativos no esquema convencional, que orientava a relação dos *media* com as fontes, até então, de natureza predominantemente oficiais. No modelo convencional, as instituições públicas funcionavam como “armazéns de notícias”, sempre prontas a abastecer os jornalistas com dados, estatísticas e declarações.

A dificuldade inicial das entidades ambientalistas, conforme destaca Pereira Rosa, estava em romper o estereótipo de movimentos de contestação, sempre dispostos a disparar críticas contra os governantes e gerar polêmica, na maioria das vezes sem dados e informações de ordem objetiva. Assim, essas entidades eram procuradas pelos jornalistas apenas quando eles buscavam esse tipo de enquadramento. Essa relação esporádica e estigmatizada prejudicava os movimentos sociais, visto que sua imagem era associada geralmente a casos específicos, e suas declarações eram encaixadas em matérias jornalísticas já pré-formatadas, com o objetivo de acirrar os conflitos, numa perspectiva descontextualizada, que apontava, na maioria das vezes, para os comportamentos e fatos desviantes (PEREIRA ROSA, 2006).

As entidades ambientalistas passaram, então, a investir em estrutura, recursos e estratégias para modificar a relação com os *media* e com os jornalistas e, assim, conseguirem intervir na imagem delas projetada para a opinião pública. Nesse processo, as entidades ambientalistas passaram não só a fornecer informações em consonância com os pacotes mediáticos, mas também a exercer controle sobre a fase pós-cobertura, como estratégia de vigilância sobre os significados das notícias, visto que a divulgação delas produz efeitos imediatos na imagem da organização. Como explica o autor, as fontes preocupam-se em exercer controle sobre esse significado das notícias, “porque a publicação produzirá efeitos na organização a que estão vinculadas” (PEREIRA ROSA, 2006; p.39).

Essa estratégia é usada como meio preventivo, visto que os efeitos maléficos após a divulgação das notícias são praticamente irreversíveis, mesmo que haja direito de resposta. Assim, deduz-se que a visibilidade aos movimentos ambientalistas decorre de uma combinação de fatores. Além de

atuarem em áreas de notória deficiência do Estado, as ONGAS passaram a ter domínio sobre o ciclo de produção das notícias e estabeleceram uma rede de relacionamento com os *media*, com a contratação de serviços de jornalistas. Segundo Pereira Rosa (2006, p.74),

o conhecimento do ciclo noticioso, o relacionamento pessoal de alguns dirigentes com jornalistas, a capacidade de reagir rapidamente a um acontecimento e a facilidade de aceder a informação técnica e descodificá-la para a linguagem jornalística são os recursos que tornam os dirigentes de organizações não governamentais do ambiente fontes potenciais de informação.⁷

Além disso, as entidades tentam manter-se em evidência, ao alimentarem notícias, gerarem controvérsias e demandas para que seus aliados e oponentes também se pronunciem sobre os temas discutidos. Outra estratégia é a polarização com as instituições governamentais. Enquanto os representantes do Governo tentam fixar suas ações, numa perspectiva positiva, as entidades não governamentais ficam de plantão, prontas para apontarem lacunas em todas as ações governamentais (PEREIRA ROSA, 2006).

Born (2005) investiga especificamente esse ponto, no âmbito da realidade ambiental brasileira. Apesar dos estereótipos negativos em relação a essas entidades e da fragilidade institucional existente na maioria delas, as ONGAS “têm tido um papel cada vez maior e mais efetivo em políticas públicas e geração de iniciativas” (p. 107). Para o autor, a partir da perspectiva funcional, essas entidades passaram a exercer diferentes papéis na sociedade e na esfera política, os quais se complementam e reforçam seu poder de intervenção nas políticas públicas. As funções elencadas pelo estudioso são:

- a) denúncia e revelação de fatos e problemas ambientais;
- b) atuação em prol da educação ambiental e formação para a mobilização social;
- c) assessoria jurídica para a promoção de direitos ambientais e a cobrança de atuação do Poder Público;

⁷ O autor chega a essa conclusão com base em entrevista com um dos dirigentes da *Quercus*, Francisco Ferreira.

- d) pesquisa e difusão do conhecimento ecológico;
- e) monitoramento e fiscalização de obras públicas e empreendimentos que causam impacto ambiental;
- f) implementação de projetos de sustentabilidade;
- g) assessoria, disseminação e multiplicação de ideias e práticas ecologicamente sustentáveis;
- h) formação de capital humano para atuar nas redes e projetos de sustentabilidade.

Em relação a Portugal, Soromenho-Marques (1996; 2001; 2005) publicou vários estudos que ressaltam o poder de intervenção política das organizações não governamentais do ambiente, especialmente a *Quercus*. Em entrevista a Pereira Rosa (2006, p.105), Soromenho-Marques declarou que a intervenção foi associada às estratégias dramáticas: “A ação dramática tem uma função essencialmente pedagógica. É uma metonímia, uma figura de estilo que visa concentrar o mundo num ponto para o qual se chama a atenção”. Pereira Rosa, em seu estudo já citado anteriormente, reitera que, à medida que a *Quercus* se afirmava, como na discussão pública dos temas ambientais, também fortalecia a sua capacidade de influenciar a vida política.

Diante do exposto, com a análise das fontes oficiais, científicas e ecológicas, percebe-se a primazia das fontes oficiais nos estudos analisados, o que requer um breve registro. O que explica a predominância das fontes oficiais perante as fontes científicas e aquelas que representam as próprias entidades ambientais? Como analisam Barros e Sousa (2010), os estudos sobre meio ambiente e jornalismo retratam as práticas e os modos do fazer jornalístico dos dois países. Isso implica a constatação de que, no período analisado, a imprensa conferiu maior destaque às fontes oficiais. Por que isso ocorreu?

Ao apontarem argumentos acionados do campo da sociologia do jornalismo, mais especificamente da chamada *sociologia dos emissores* (WOLF, 1995; BARROS, 2015b), os autores chamam atenção para a complexa relação entre Estado e imprensa nos dois países, com ênfase para a força das instituições governamentais como fontes de informação para jornalistas. Barros e Sousa (2010) explicam ainda que os cientistas durante muito tempo hesitaram em fornecer informações para a imprensa, mediante a justificativa de que a arena midiática seria um espaço de sensacionalismo, simplificação

e generalização, o que dificultaria a exposição adequada de argumentos científicos.

Já os movimentos ecológicos foram vistos de forma estigmatizada pela imprensa durante muito tempo, como atores *outsiders*, segundo apontam os referidos autores. Levou muito tempo para que as entidades ecológicas fossem consideradas fontes credíveis, complementa Pereira Rosa (2006). Os órgãos e atores do Estado, ao contrário, sempre tiveram interesse em pautar e agendar a imprensa, inclusive no que se refere à agenda ambiental, como estratégia de divulgar os temas e perspectivas de interesse governamental. Isso explica a estreita relação dos jornalistas com as fontes oficiais, o que se justifica ainda pelas estruturas de informação disponíveis para gerenciar a relação entre o Estado e a mídia, como as assessorias de imprensa das instituições estatais, além do relativo acesso aos documentos oficiais e às autoridades públicas, por meio de entrevistas, declarações e comunicados, conforme explicam Barros e Sousa (2010).

Comentários Finais

Após a análise proposta, o que se observa é que os estudos de jornalismo realizados no Brasil e em Portugal, do ponto de vista histórico, identificam e tematizam as fontes de informação que mais exerceram influência qualitativa sobre o jornalismo ambiental, com visível predomínio das fontes oficiais/governamentais, seguidas de fontes científicas e de organizações não governamentais. À luz do que foi apresentado anteriormente sobre a importância das fontes, no âmbito da *sociologia dos emissores*, tentaremos aprofundar, agora, as razões específicas que justificam a constatação apontada, iniciando pela atuação do Estado.

Em ambos os países, exerceu papel reativo, na esteira da divulgação científica, da intervenção das entidades ambientalistas, e da atuação de partidos políticos calcados na ideologia conservacionista (SOROMENHO-MARQUES, 2001). A polarização entre essas vertentes e o discurso oficial foi própria das primeiras fases do ambientalismo nos dois países, marcado pela dicotomia entre os diagnósticos e prognósticos negativos da comunidade científica e pelos pronunciamentos do Estado voltados para a produção do consenso. O discurso oficial, durante os períodos iniciais de emergência do ambientalismo, principalmente na década de 1970, era reforçado pelas instituições científicas governamentais dos dois países; mas, com

a consolidação de uma comunidade científica com maior autonomia, as pesquisas científicas passaram a interpretar os fatos ecológicos de forma crítica e independente, especialmente no caso das ciências sociais (VIEIRA, 1992; SCHMIDT, 1993).

Sob a perspectiva das fontes científicas, destaca-se seu papel socioeducativo, para a difusão e a popularização do conhecimento científico produzido pelos mais diversos campos de saber, em que é cada vez maior a proliferação de informação deles oriunda. Autores como Melo (1982), além dos já mencionados, ressaltam que a disseminação de informações científicas não deve se restringir à mera divulgação de fatos e dados. Seu papel deve ser mais abrangente, ou seja, sua atuação deve se pautar pela dimensão didática, que favoreça a compreensão do tema exposto, a fim de motivar mudanças comportamentais dos indivíduos, evitando a superficialidade e a tendência para difundir dados e informações sem criteriosa apuração.

A consolidação de fontes independentes, a partir da década de 1980, é apontada como marco na agenda ambiental em Portugal (PEREIRA ROSA, 2006) e no Brasil (BARROS, 1996). Entretanto, os autores concluem que o êxito das organizações não governamentais se justifica por uma mudança de posição: as entidades deixaram de ser apenas promotoras de protestos para se tornarem referências em diagnósticos especializados, capazes de apresentar análises técnicas confiáveis sobre os temas em discussão pela agenda governamental e pela comunidade científica. Assim, essas organizações tornaram-se fontes peritas de alta credibilidade. Além disso, essas entidades modelaram suas estratégias para formatar suas mensagens de modo a atrair a atenção dos *media*. Ao superarem as concepções radicais do ambiente, essas instituições passaram a investir na constituição de redes para fortalecer o trabalho integrado e diversificar as estratégias de intervenção nas políticas públicas de defesa dos recursos naturais e de promoção da sustentabilidade.

Além disso, tais organizações desenvolveram amplo potencial para ações políticas e de intervenção crítica em relação ao planejamento, execução e avaliação de políticas públicas. Tanto no Brasil como em Portugal existem estudos que destacam esse potencial de intervenção, apontado como responsável pelo novo desenho de ações políticas voltadas para o campo ambiental. A intervenção de tais entidades levou as instituições oficiais a adotarem procedimentos e metodologias mais transparentes, em função da cobrança e da vigilância permanente das instituições do Terceiro Setor.

Em suma, o que se pode concluir é que as três vertentes de fontes de informação analisadas seguiram a mesma lógica de racionalização dos

sistemas peritos típicos da modernidade, cada uma a seu modo. Sob essa perspectiva, os três segmentos de fontes aqui analisados seguiram essa tendência. O Estado procurou investir em sistemas peritos de informação e de profissionalização técnica das assessorias de imprensa para a gestão do relacionamento com a mídia. Isso serviu para aperfeiçoar o princípio da publicidade dos atos oficiais. A comunidade científica em si já constitui um sistema perito, com uma rede sociotécnica de produção e difusão de conhecimentos. Os cientistas são vistos pela mídia como atores peritos, detentores de um capital simbólico de grande valor para a credibilidade das informações divulgadas. As ONGs superaram o discurso dogmático e ideológico e passaram a adotar a lógica da racionalização pericial, com a profissionalização de seus agentes e a adequação às rotinas e dinâmicas de produção dos jornalistas, conforme foi analisado anteriormente.

Todas essas fontes se relacionam diretamente com o fenômeno sociocultural da mediatização, entendido como um processo social de referência. Nessa visão, os *media* funcionam como agenciadores de sentidos no mundo atual. Mesmo em se tratando de pensamento complexo e multifacetado – apesar do prisma específico de cada tipo de fonte –, o que dificulta uma análise crítica generalizante (MORIN, 1994), percebe-se a tendência para agregar representações sociais implicadas na lógica contemporânea da mediatização, ou seja, transmissão de ideias, valores e símbolos pelos meios de comunicação de massa e sua inserção nas relações sociais (PETITAT, 2011). Tal fenômeno foi intensificado com a adesão dos *media* à agenda ambiental a partir da década de 1990, com a repercussão da Cúpula da Terra (Rio 92) e a consolidação do ambientalismo como um fenômeno mediatizado, de acordo com os enquadramentos e as conveniências da agenda jornalística e dos debates e entrevistas.

Seria incoerente atribuir esse papel exclusivamente aos meios de comunicação, uma vez que vários outros atores e fontes contribuíram historicamente para elevar os temas ambientais ao *status* de visibilidade conquistado na atualidade. Assim, é necessário considerar a relevância histórica de vários segmentos que atuaram como atores peritos, tais como o Estado, a comunidade e as ONGs. Afinal, a ação histórica dessa constelação de agentes sociais também contribuiu para ampliar a cobertura dos *media* sobre a agenda verde. Em suma, podemos inferir que o somatório de todas essas forças é que concorreu para ampliar a repercussão dos temas ambientais nos *media*, em consonância com os pressupostos da teoria multifatorial da notícia (SOUSA, 2006) e os estudos sobre a historicidade dos fenômenos

contemporâneos, na perspectiva da complexidade e da integração de saberes (MORIN 1994; LEFF, 2009).

Referências

- AMARAL, Luiz.
(1986). "O que é jornalismo científico". *Revista de Comunicação Social*, 16 (1-2); p.59-69.
- ANDRADE, Lacy Varela Barca.
(2004). *Iguarias na hora do jantar: o espaço da ciência no telejornalismo diário*. Tese de Doutorado apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- BARROS, Flavia Lessa de.
(1996). Ambientalismo, globalização e novos atores sociais. *Sociedade e Estado*, 21 (1); p.121-137.
- BARROS, Antonio Teixeira de.
(2015a). O rural mediatizado: análise comparada Brasil-Portugal. *Ambiente & Sociedade*, v. 18; p. 19-40.
- (2015b). Sociologia da mídia: principais perspectivas e contrapontos. *Século XXI: Revista de Ciências Sociais*, v. 5, n.1; p.186-223.
- (2013). A visibilidade ambiental em perspectiva sociológica: estudo comparado Brasil-Portugal. *Sociologias*, v. 15; p. 318-345.
- (2004). As fontes no jornalismo ambiental no Brasil (1972-1992). *Universitas*, 2 (2); p.39-54.
- (1999). *Atores e discursos ecológicos no Brasil: Estado, Ciência e Imprensa*. Tese de Doutorado apresentada à Universidade de Brasília.
- BARROS, Antonio Teixeira de; SOUSA, Jorge Pedro.
(2010). *Jornalismo e ambiente: análise de investigações realizadas no Brasil e em Portugal*. Porto: Edições Fernando Pessoa,
- BORN, Rubens Harry.
(2005). Meio ambiente e terceiro setor. In: André Trigueiro (Org.); *Meio ambiente no século XXI*. Campinas: Autores Associados.
- BOURDIEU, Pierre.
(1983). O Campo científico. In: Renato Ortiz (Org.); *Sociologia*. São Paulo: Ática.
- BRAGA, José Luiz.
(2006). Mediatização como processo interacional de referência. Texto apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação e Sociabilidade, do XV Encontro Anual da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). Unesp/Bauru, São Paulo, junho de 2006.
- BUENO, Wilson da Costa.
(1985). Jornalismo e ciência no Brasil: os compromissos de uma prática dependente. *Revista Brasileira de Tecnologia*, 16 (3); 21-25.
- CALDAS, Maria das Graças. C.
(2004). Jornalistas e cientistas: a construção coletiva do conhecimento. *Comunicação & Sociedade*, 41 (2).
- CLARKE, Mark.
(2001). *Formulating the problem*. Oxford; University Press.
- CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale.
(1988). *Informação ambiental no Brasil: subsídios para um sistema de informação*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Brasília.
- COSTA, Luciana Miranda.
(2006). *Comunicação e meio ambiente: análise das campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia*. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

- DENKER, Ada Freitas; KUNSCH, Margarida Maria Khrolling.
(1996). *Comunicação e meio ambiente*. São Paulo: Intercom.
- FIGUEIREDO, Vilma.
(1996). Globalização, meio ambiente e novos atores sociais". *Sociedade e Estado*, 21 (1); 119-120.
- FERNANDES, Ana Maria.
(1990). *A Construção da Ciência no Brasil e a SBPC*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.
- FUKS, Mario.
(1992). Natureza e meio ambiente: a caminho da construção de um consenso social. In: Mirian Goldenberg (Org.); *Ecologia, ciência e política*. Rio de Janeiro, Renavan.
- FREITAS, Helena de Sá.
(2007). Jornalismo de ambiente em Portugal: espécie em vias de extinção?. *Jornal dos Jornalistas*. Lisboa, janeiro-março.
- GARCIA, Ricardo.
(2004). *Sobre a Terra: um guia para quem lê e escreve sobre o ambiente*. Lisboa: Público.
- LEFF, Enrique.
(2009). Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. *Educação & Realidade*, 34 (3); p.17-24.
- LYCARIÃO, Diógenes.
(2010). *Greenpeace, espetáculo e internet: o intercruzamento entre diferentes modos de comunicação para a sustentação de debates na esfera pública*. Tese de Doutorado apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais.
- LYCARIÃO, Diógenes.
(2011). Internet e movimento ambientalista: estratégias do Greenpeace para a sustentação de debates na esfera pública. In: Rousiley Maia; Wilson Gomes; Francisco Marques (Org.); *Internet e Participação Política no Brasil*. Porto Alegre, Sulina.
- LIMA, Venício Artur de.
(1993). Jornalismo oficial: a imprensa em Brasília. In: *Jornalismo de Brasília: impressões e vivências*. Brasília: Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal.
- MACULAN, Anne Marie.
(1995). A política brasileira de ciência e tecnologia. *Novos Estudos CEBRAP*, 43 (3); p.173-194.
- MELLO, Neli Aparecida de.
(2003). Contradições territoriais: signos do modelo aplicado na Amazônia. *Sociedade e Estado*, 18.1-2; p.339-360.
- MELO, José.
(1982). Marques de. Impasses do jornalismo científico: notas para o debate. *Comunicação & Sociedade*, 4 (7); p.19-24.
- MIGUEL, Luis Felipe.
(1999). O jornalismo como sistema perito. *Tempo Social*, 11 (1); p.197-208.
- MORIN, Edgar.
(1994). *Introducción al pensamiento complejo*. Barcelona: Gedisa.
- MOTTA, Luiz Gonzaga; DRUMOND, José Augusto; QUEIROZ, Antônio Carlos, NASCIMENTO, Eliomar Pinheiro.
(2006). Os transgênicos e a grande imprensa: uma análise de conteúdo. In: Eliomar Pinheiro do Nascimento; João Nildo de Souza Vianna (Orgs); *Economia, meio ambiente e comunicação*. Rio de Janeiro: Garamond.
- MOREL, Regina.
(1979). *Ciência e Estado: a política científica no Brasil*. São Paulo: Queroz.
- PÁDUA, José Augusto.
(1986). *Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ.
- PEREIRA ROSA, Gonçalo.
(2006). *A Quercus nas Notícias*. Porto: Porto Editora.

- PETITAT, André.
(2011). Educação difusa e relação social. *Educação & Realidade*, 36 (2); p.365-376.
- SANTOS, Boaventura de Sousa.
(1989). *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal.
- SCHERRER-WARREN, Ilse.
(2003). *Ambiente no Ecrã: Emissões e demissões no serviço público televisivo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- SCHMIDT, Luisa.
(1996). Novos atores e práticas políticas ambientalistas na era da globalização. *Sociedade e Estado*, 21 (1); p.139-48.
- (1993). *O verde: preto no branco*. Lisboa, Gradiva.
- SCHWARTZMAN, Simon.
(1979). *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional.
- SOROMENHO-MARQUES, José Viriato.
(2001). Ambientalismo e política em Portugal: Valores e facetas de um arco-íris débil. In: Cristina Beckert (Coord.); *Natureza e ambiente: representações na cultura portuguesa*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.
- (2005). *Estratégia nacional para o desenvolvimento sustentável: um projecto para Portugal*. Lisboa, Pandora.
- (1996). *Ambiente e futuro: o caso português*. Matosinhos, C.M. de Matosinhos.
- SOUSA, Jorge Pedro.
(2006). *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media*. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa.
- (2000). *As notícias e seus efeitos: as teorias do jornalismo e dos efeitos sociais dos medias jornalísticos*. Coimbra, Minerva-Coimbra.
- TARGINO, Maria das Graças; BARROS, Antônio Teixeira de.
(1994). Comunicação e ciência na ótica de pesquisadores brasileiros. *Signo*, 2 (2); P.13-31.
- TRIGUEIRO, André.
(2005). Meio ambiente na idade média". In: André Trigueiro (Coord.); *Meio ambiente no século XXI*. Campinas, Autores Associados.
- VIEIRA, Paulo Freire.
(1995). Meio ambiente, desenvolvimento e planeamento. In: Eduardo Viola; Héctor Ricardo Leis; Use Sherer-Warren; et al. (Orgs.); *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo, Cortez.
- (1992). A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil (1980-1990). In: HOGAN, Daniel Joseph Hogan; Paulo Freire Vieira (Org.); *Dilemas sociambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas, Editora da Unicamp.
- VIEIRA, Pedro Almeida.
(2006). *Portugal: o vermelho e o negro*. Lisboa, Dom Quixote.
- WOLF, Mauro.
(1995). *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença.

Recebido em
março de 2014

Aprovado em
janeiro de 2016

Do Caminho à Trilha. As perspectivas do lazer e do habitar na Transcarioca¹

Luz Stella Rodríguez Cáceres*

O nosso céu é vosso chão
José E. Agualusa -Teoria Geral do Esquecimento

Resumo

A tensão entre as perspectivas do habitar e do lazer é analisada aqui a partir da experiência dos moradores do maciço da Pedra Branca (RJ), que tradicionalmente o têm habitado e que têm sofrido as consequências da transformação do seu lugar em unidade de conservação ambiental. Mais além e dos conflitos emanados das restrições de usos de espaço para os moradores do parque, esta reflexão procura entender o confronto de visões, interesses e experiências ambientais existentes entre as perspectivas dos habitantes locais e da população urbana visitante. A aspiração a usufruir da oferta ambiental por parte de segmentos urbanos, longe de ser homogênea, alimenta-se de contrastantes e particulares “expectativas de natureza” que nem sempre comungam com os desejos dos ambientalistas e promotores de trilhas ao interior do Parque Estadual Pedra Branca. Essas trilhas têm sua origem nos caminhos de ocupação e comércio históricos e estão vinculadas à ocupação da área e modos de vida rural.

Palavras-chave

Habitar. Meio ambiente. Turismo.

Abstract

The tension between the perspectives of living and leisure is analyzed here based on the experience of residents of the Pedra Branca massif (Rio de Janeiro), which have been living

¹ Este trabalho contou com o apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Sou grata à acolhida de Pedro Mesquita e sua família na sua casa durante os meses de trabalho de campo, sua receptividade à minha companhia e perguntas foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa. Agradeço a Raquel Paterman a leitura e comentários deste artigo.

* Luz Stella Rodríguez Cáceres é Antropóloga. Doutora em Geografia e pesquisadora do Laboratório de Antropologia da Arquitetura e Espaços (LAARES), vinculado Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: lunsella@gmail.com.

there traditionally and have been suffering the consequences of the transformation of their home in a unity of environmental protection. Furthermore, with the conflicts generated by the restriction of space use for the residents, this reflection intends to understand the confrontation of visions, interests and environmental experiences which exist between the perspective of local residents and the visiting urban population. The aspiration to enjoy the environment by the urban segments, which are far from being homogenous, feeds itself of contrasting and particular “nature expectations”, which not always agree with the desires of environmentalists and trail promoters inside the Pedra Branca State Park. These trails have their origins in the historic paths of occupation and commerce and are linked to the occupation of the area and the rural lifestyle.

Keywords

Inhabiting. Environment. Tourism.

Introdução

Os caminhos usados pelos habitantes e agricultores do maciço da Pedra Branca (RJ) na vertente de Vargem Grande são uma paisagem que delinea imbricações entre humanos, não humanos e ambiente. O uso desses caminhos não é apenas utilitário e está atrelado a um universo de relações de parentesco, tramas de significados e vínculos de pertencimento e envolvimento afetivo que configuram uma singular prática espacial. O conjunto dessas relações é visto a partir da perspectiva do habitar proposta por Heidegger (2002), segundo a qual as coisas não são entidades dadas no espaço objetivo às quais o espírito humano atribui significado posteriormente, pois elas são parte do universo habitado.

Por sua vez, os habitantes do maciço não são os únicos a se servirem dos caminhos que eles mesmos têm urdido ao longo da sua presença centenária. Eles vêm partilhando a paisagem com outros “usuários”, que fazem uma apropriação desses espaços partindo do que proponho chamar de “perspectivas do lazer”. Elas estão presentes nas casas de veraneio, caminhadas, pedaladas, cavalgadas e motocross, atividades que têm como denominador comum o desfrute do ócio e do tempo livre, perto da natureza, do qual usufruem segmentos da população urbana do Rio de Janeiro.

Visitas turísticas não representam novidade para os habitantes locais, porém sua intensificação e sua recente institucionalização – dadas na

divulgação de mapas de trilhas para montanhistas e no planejamento da Trilha Transcarioca – equacionam as perspectivas do lazer e as perspectivas do habitar de modo a deixar transparecer suas tensões, expondo que o chamado turismo de natureza não é alheio a conflitos sociais.

Partindo de uma abordagem fenomenológica, sabe-se que existem tantos espaços quantas experiências espaciais distintas (MERLEAU PONTY, 1976; DE CERTEAU, 2013). A percepção do espaço encontra-se necessariamente ligada às vivências das pessoas e dos grupos sociais, razão pela qual não é possível universalizar as relações que cada um chega a estabelecer com a natureza. Distintas experiências geram diversas percepções sobre um mesmo espaço e são, portanto, fonte de conflitos que me permitirei abordar nesta reflexão ao comparar lógicas de apropriação espacial. Elas podem ser compreendidas desde as *perspectivas do habitar* e do *lazer* e se distinguem pela sintaxe espacial produzida, de modo que a primeira corresponde ao *caminho* e, a segunda, à *trilha*. Descreverei então duas formas de se vivenciar a paisagem no caso de Vargem Grande, que não necessariamente se excluem, mas que, institucionalizadas sob certas políticas de manejo do PEPB, polarizam perspectivas nativas e não nativas de entendimento e percepção ambiental.

Não argumento que uma percepção seja mais autêntica que a outra, mas, baseando-me em trabalho de campo junto a agricultores do quilombo da Vargem Grande, privilegio aqui o ponto de vista nativo. Já a análise das perspectivas do lazer origina-se, em parte, da revisão e leitura de manuais e guias de trilhas, de onde é possível inferir categorias próprias que descortinam formas de relacionamento e entendimento com o dito mundo “natural”.

O presente entendimento da perspectiva do habitar remete à análise da relação entre *paisagem* e *parentesco* explorada alhures (RODRÍGUEZ, 2016), quando me vali do olhar etnográfico durante uma temporada de seis meses de trabalho de campo, em que morei na casa do agricultor Pedro Mesquita e o acompanhei em suas incursões diárias pelos caminhos do lugar. Também realizei entrevistas e conversas com outros membros da família Santos Mesquita, assim como com outros moradores de Cafundá e Morro Redondo. Outra parte das informações aqui apresentadas é produto de minha participação pessoal em vários encontros de divulgação e debate em torno do projeto Trilha Transcarioca.

A etnografia se iniciou em 2014, um mês após a comunidade receber a certidão de reconhecimento como remanescente de quilombo por parte da Fundação Cultural Palmares (FCP), e num contexto de organização comunitária em prol do pedido de demarcação territorial ante o Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A motivação dessa demanda surgiu, em parte, como forma de contestar atropelos e arbitrariedades cometidos pelos administradores do Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB). Meu trabalho etnográfico se centrou nas famílias que organizaram o Quilombo da Vargem Grande e, ainda que nem todas se dediquem à agricultura e muitos tenham incursionado em trabalhos urbanos, a percepção dos habitantes da paisagem continua atrelada às memórias do parentesco.

A Perspectiva do Habitar

O habitar não se refere simplesmente ao fato de se possuir uma residência. Traduz-se, segundo Heidegger (2002), no modo como o homem, ao se relacionar com as suas possibilidades de ser no mundo, constrói o mundo que o circunda. Sendo assim, teríamos que só é possível habitar aquilo que se constrói. Em outras palavras, o mundo não se apresenta a um sujeito como o espaço que contém uma coleção de coisas, mas como lugar ao qual se está ligado por uma relação de pertencimento. Habitar é ser trazido à paz de um abrigo.

O traço fundamental do habitar é esse resguardo. O resguardo perpassa o habitar em toda a sua amplitude. Mostra-se tão logo nos dispomos a pensar que ser homem consiste em habitar e, isso, no sentido de um de-morar-se dos mortais sobre essa terra. Sobre essa terra" já diz, no entanto, "sob o céu". Ambos supõem conjuntamente "permanecer diante dos deuses" e isso "em pertencendo à comunidade dos homens". Os quatro: terra e céu, os divinos e os mortais, pertencem um ao outro numa unidade originária (HEIDEGGER, 2002; p.3)

Demorar-se junto às coisas é permitir que elas aconteçam em seu vigor, o “demorar-se” está relacionado à paisagem, que materializa a realização desse encontro. O demorar-se, afirma Heidegger, acontece “nos lugares que dão moradia à demora dos homens” (2002; p.8). Desta forma, o tempo entra como variável para falar de permanências, da espera encarada na construção das casas, da paciência para acompanhar a germinação e a safra do plantado, do aguardo na gestação e criação dos filhos, dos mutirões organizados para compor caminhos e estradas, entre outros fluxos que compõem a vida.

Mesmo sem conter noções mais simétricas sobre as relações homem-natureza, os termos de Heidegger permitem-nos uma aproximação à relação que os agricultores da Vargem Grande têm estabelecido com o maciço da Pedra Branca, onde a noção de “demorar-se junto às coisas” assemelha-se ao dizer nativo *sempre estivemos aqui*, um dizer que abrange as dimensões familiares e sociais, produtivas e espirituais dos atuais moradores da vertente de Vargem Grande do PEPB (RODRIGUEZ, 2016).

Alguns desses aspectos essenciais, que serão abordados a seguir, na análise sobre a produção agrícola e os caminhos, conformam um conjunto de condições que permitem que falemos hoje de uma paisagem entendida como a própria condição de ser no mundo, em que cultura, natureza e sujeito estão entrelaçados. Deste modo, a paisagem não é um cenário no qual que se inscrevem as relações sociais, nem um elemento externo às relações, mas ela própria constitui e é constituída simultaneamente pelas relações de todos aqueles que a habitam: homens, plantas e animais (INGOLD, 2000).

Ao privilegiar o ponto de vista dos agricultores do maciço, torna-se indispensável abordar o cultivo de banana, caqui e hortaliças. Mais que um traço produtivo e identitário dos habitantes, essa atividade é uma tarefa de íntimo relacionamento com o ambiente. Considerando a perspectiva do habitar, a agricultura está imbrincada às cosmologias e conhecimentos locais de fluxos e ritmos sazonais.

A cultura da banana e caqui no maciço inclui grande variedade de espécies, cada uma das quais se desenvolve em condições ambientais precisas, o que não deixa de lado a contínua experimentação de técnicas e introdução de espécies não nativas. Contudo, a vontade e o trabalho do agricultor não são suficientes para que uma muda vingue. A “vontade” das plantas também conta, pois, como afirma Pedro Mesquita, “*elas escolhem dar ou não, às vezes você faz de tudo para o caqui dar certo e de repente vem as formigas e aí já não dá para fazer mais nada*”. Assim, os devires não humanos intervêm permanentemente nos projetos humanos.

Puxar banana é o momento em que se faz coleta. Ela acontece toda semana, são investidos de 2 a 4 dias, dependendo do número de roças, da participação agendada em mercados urbanos e da própria produção ao longo do ano, que varia de semana para semana e de estação para estação.

Para o observador inadvertido, a coleta da banana parece aleatória, mas na verdade é precedida de uma complexa sistematização, produzida nas visitas frequentes dos agricultores a cada uma das roças que podem vir a ter. Durante essas incursões, o agricultor executa várias atividades conjuntas:

umas que fomentam as condições para o crescimento das plantas, tais como abonar e roçar as mudas; e outras conexas, como “limpar caminho”, recolher capim para os burros e coletar outros elementos, como frutas de temporada, lenha e ervas medicinais. Como um tipo de perspectiva invertida, podemos deixar de ver plantas e animais como um conjunto de elementos passivos do meio natural ao serviço dos seres humanos, para começar a pensar os humanos e suas atividades como parte do ambiente das plantas e os animais (INGOLD, 2000; 2011).

À medida que essas atividades são executadas, o agricultor faz uma varredura visual: enquanto caminha, está atento ao crescimento e grau de maturação dos cachos de banana, o que lhe ajuda a decidir em quantos dias deve voltar para pegar a banana no ponto certo. É o *deveja* que lhe permite estocá-la até o dia da comercialização: nem muito verde ao ponto de não amadurecer, nem muito madura ao ponto de amassar durante o transporte. Esse ponto de decisão do momento em que se coleta a banana associa o conhecimento ao movimento, tornando-o um conhecimento performativo, formado entre as idas e vindas dos agricultores pelos caminhos do maciço. Se conhece porque se caminha. Daí que a epistemologia espacial nativa admita uma série de elementos advindos da comunhão com as coisas e do demorar-se junto a elas permitindo a emergência de categorias sensíveis (LEVI STRAUSS, 1976).

Os *sítios* de um agricultor limitam com os de outro, e a forma mais comum de estabelecer limites entre roças de diferentes proprietários é mediante o traço de *prumos*, feitos com castanheiras, árvores que se erguem retas como postes e são plantadas a uma distância que permite a visualização da árvore seguinte. Todos conhecem bem os limites de propriedade que estabelecem os prumos; identificar a área que as castanheiras demarcam é fundamental para evitar conflitos entre proprietários. Uma palmeira menor, chamada coqueirinho, também é usada para fazer marcações e cercas; nas casas também cultivos de flores e jardineiras demarcam o espaço doméstico do espaço mais público. Nos tempos em que a umbanda era mais difundida, a casa de um macumbeiro se reconhecia porque na sua entrada havia plantas conhecidas como *espada de São Jorge*, *arruda* e *comigo ninguém pode*.

Deste modo, as árvores e plantas não são apenas elementos da natureza, mas também essencialmente marcadores espaciais, atestado e símbolo da presença humana no lugar. As árvores testemunham histórias de residência e lavouras passadas e atuais. Assim, nas percepções do espaço e do tempo, os elementos da natureza cumprem o papel de fontes documentais e coloca no

patamar dos projetos humanos os devires não humanos (INGOLD, 2000). Essa dialética, implicada no conceito de paisagem como engajamento no mundo, indica uma radical assunção da simetria e do pertencimento dos seres humanos e não humanos à terra, bem como de uma consequente agência do ambiente e dos não humanos nos projetos humanos (LATOURE, 2008).

Além da agência da castanheira, do coqueiro, dos canteiros de flores e das ruínas na documentação das práticas sociais, estão também os relatos no papel da demarcação territorial, pois as operações de demarcação são também contratos narrativos compostos de fragmentos de histórias anteriores que se articulam de um modo único, para fundar lugares. Traçar as fronteiras é parte de fazer a genealogia do lugar (DE CERTEAU, 2013), mas nem tanto por uma preocupação histórica, como pelo estabelecimento de uma ordem no mundo vivido.

Os Caminhos

Os caminhos na paisagem do maciço não têm apenas desempenhado estruturalmente a intermediação entre o rural e o urbano dada na produção agrícola e o comércio em feiras urbanas, eles também participam da organização das relações sociais, fazendo parte da série de denominações de localidades – *núcleos*, *sítios* e *caminhos* – e da série de denominações de família/parentesco, em que a identificação de uma localidade e um nome de família insinuam um processo de “localização” das famílias e de “familiarização” das localidades. Assim, os caminhos mediam relações entre categorias cruciais, como o público e o doméstico, o trabalho e o descanso, os vivos e os mortos, e os deuses e os homens, adquirindo por esse viés o status de fato social total².

Mal se pode falar da ocupação do maciço da Pedra Branca sem se fazer referência à função que os caminhos cumpriram na colonização histórica e atual desse espaço, assim como no estabelecimento de rotas comerciais. Sabe-se que, à medida que os diversos ciclos econômicos (cana, carvão,

² O “fato social total” foi concebido por Mauss em “O ensaio sobre a dádiva” (1924) para designar fenômenos sociais complexos que abrangeriam interpretações provenientes de diversas áreas do conhecimento, interdisciplinarmente.

café) avançavam pelas encostas, a abertura de caminhos no interior da mata era requisitada; além disso, esses caminhos aproximavam lugares como Camorim, Rio da Prata, Pau da Fome e as Vargens. Alguns dos antigos caminhos coloniais mantêm seus calçamentos de pedra visíveis e continuam presentes no cotidiano e nos relatos dos habitantes.

Referências espaciais imprescindíveis, os caminhos são outra forma de nomear a paisagem que nunca ficam à margem de ricas e densas narrativas. Ligados a diferentes dimensões da vida social, os caminhos mobilizam a memória e sempre contam histórias para quem tem uma pergunta; evocam cheiros, sabores e lembranças; trazem para o presente fragmentos de passado e atualizam as tramas do parentesco e da vizinhança. As atitudes que se estabelecem com a natureza e o local reforçam certo tipo de união, em que os espaços são definidos mais pela ocorrência de atividades e relações entre parentes do que pela sua localização num espaço abstrato. Desse modo, o espaço físico e as suas propriedades não estão separados das experiências que o contêm.

Desde o caminho, a paisagem descortina uma história do lugar escrita nos processos vivenciados pelos moradores da serra. Cada ponto e lugar tem suas próprias entrelinhas, configurando uma epistemologia espacial nativa não redutível a nenhuma cartografia científica cartesiana ou apenas a um zoneamento ambiental.

Há caminhos com nomes fixos, sendo referência coletiva imutável (Caminho do Cafundá, Caminho do Morro Redondo, Caminho do Morgado, Caminho do Mato Alto). Quando o caminho chega à cidade formal, descaminha-se para se oficializar, congela-se para perder seu caráter provincial, adquirindo o *status* de estrada com a inalterabilidade ligada ao CEP. As estradas de Cabungui, Serra Dourada, Mucuíba, Pacuí, entre outras, foram alguma vez um estreito caminho aberto, melhorado pelo esforço dos próprios habitantes. O contrário também acontece: verdadeiras estradas, ao perderem usuários, tornaram-se caminhos; alguns deles somem, deixando rastro apenas na memória nativa.

Em contraste, a toponímia dos caminhos se mostra mais flexível, dependendo do narrador, de sua idade, do envolvimento de sua trajetória pessoal com lugares, parentes e vizinhos, antigos ou atuais. É a forma como os caminhos se atualizam, tornando-se, de certa forma, distintas versões de si mesmos, dependendo às vezes da direção, de onde se começa o trajeto, ou para onde se vai. No asfalto, o caminho do Cafundá é a continuação da estrada Mucuiba, mas, quando passa pelo núcleo de casa Juarez, pode se

chamar caminho de Juarez (Juarez e seus genros trabalharam nesse trajeto). Continuando para cima, o caminho adquire o nome de Cano de Ferro, por causa de uma nascente de água que foi canalizada mediante um cano; depois disso, é indiscutivelmente o caminho do Cafundá. E, para continuar com o exemplo, seguindo pelo caminho do Cafundá, pode-se virar pelo caminho da Dormideira, que mais adiante será o caminho de Gabriel, que depois vai se encontrar com o caminho da Água Fria.

Assim, existem nomes de caminhos que fazem sentido para alguns, existem caminhos sem nome para outros e caminhos com mais de um nome. A lista é infundável: Caminho do finado Ramiro, Caminho da Dormideira, Caminho de Gabriel, Caminho do Zé Almerindo, Caminho de Manuel Paez, Caminho do Rolador, Caminho da Água Fria, Caminho de Bela Vista, Caminho do chuveiro, o Caminho de Manuel Paez: o importante é saber que os caminhos sempre guardam uma história e seus nomes remetem a acontecimentos locais.

O caminho que vai para Pau da Fome se inicia pelo Poço do Nicanor. O tio Nicanor, cansado depois de ter levado seus produtos à feira, voltava da cidade e decidiu entrar no poço para se refrescar, mas começou se afogar e só saiu vivo do impasse porque o compadre Celso o resgatou das águas. A partir daí, todo mundo começou a chamar esse lugar pelo nome do salvado. Mais adiante, encontramos o Poço da Laje, antigo lugar das delícias da moçada local, cuja pedra lisa dá a sensação de se estar numa laje; um pouco mais acima está o poço da Mãe d'água, assim conhecido pela presença de uma *encantada* temida por muitos. O único que não tinha medo era o avô Celso, que tinha aquele local como predileto para a caça de paca. Ali, as pacas fugiam ao mergulhar embaixo da laje, porém Celso encarava o nado e, também mergulhando, saía do outro lado fazendo das pacas presas fáceis.

Os caminhos são a materialização das narrativas familiares e das redes de parentesco. Há os caminhos que se inauguram com o início de uma relação. Antes de Pingo namorar a mãe de seus filhos, Maria, não existia um caminho ligando as casas onde cada um morava. Maria morava na casa de Dorvalino, irmão de Carmélio que conta:

Não tinha aquela estrada que sobe ali depois da ponte, não. Era o caminho do Pingo, por aquele cruzamento que tem um cano até lá embaixo naquela lama que subia para cá para subir do outro lado. Mas Pingo, de tanto ir namorar por ali, fez um trilhozinho dentro do mato. E foi passando, foi passando e foi *enlarguecendo* o trilho, agora é estrada. E o caminho de baixo é aquele que tinha em frente do sítio dos Vieira fechou, acabou.

Deste modo, o começo do namoro foi também o início de uma rota para permitir seus encontros. O caminho é a materialização de um eterno envolvimento afetivo com a paisagem, enuncia usos de espaço, fala de lugares visitados e revisitados pela memória, pois permite produzir trajetos que descortinam cursos de vida. No seu percurso, o caminho se cruza com outros. Um encontro de caminhos chama-se *estação*: mais que a possibilidade de escolha de uma direção, uma *estação* é também o encontro retórico de duas ou mais histórias, e é assim como as encruzilhadas multiplicam retóricas.

Os caminhos nunca são passivos a trânsitos e pisadas, eles são verdadeiros agentes na paisagem, dispõem do tempo dos homens e os organiza em prol da sua manutenção, devendo ser feitos e refeitos. Os caminhos penosos desgastam as ferraduras dos burros e causam estragos nos carros, dificultam o transporte dos produtos da roça, limitam a expansão da agricultura, embaraçam a chegada à escola e atrapalham a vida do doente e do idoso. Ao estarem imersos em processos vitais (INGOLD, 2000; 2011), os caminhos nunca estão prontos, nunca permanecem imóveis, eles exigem de seus usuários os esforços contínuos de roçado e manutenção.

O caminho não é estático: uma enchente empurra pedras e barreiras clausurando o trânsito; em consequência, caminhos principais são abandonados, forçando a procura de alternativas, atalhos que, com o tempo, tornam-se principais. O caminho é uma luta constante na qual o mato sempre ameaça vencer, a falta de uso o fecha, obrigando a desbravá-lo constantemente; a chuva o atola e a árvore, caída, ou cria atalhos ou mobiliza as pessoas para retirá-la. Já o atalho mostra o essencial, que é saber o caminho alternativo, aquele menos transitado e oculto que persiste à insistência do mato.

O caminho não é uma intervenção na paisagem, ele próprio é a paisagem, somatória dos esforços humanos e não humanos; pois, como indica Ingold (2000), a paisagem é construída na interação entre projetos humanos e devires humanos e não humanos.

Temos concordado com Ingold (2000), quando afirma que corpo e paisagem se geram a si mesmos de forma simultânea e mútua, deixando de lado a ideia de paisagem como pano de fundo em que a ação acontece para ser, ela mesma, um feixe de ações articuladoras do encontro humano e não humano, produzindo de tal encontro uma mútua inscrição das marcas humanas no ambiente e deste na experiência humana do mundo. Se os caminhos representam uma parte dessa inscrição, os mesmos têm deixado suas marcas na experiência humana que os produz.

Falar dos caminhos é narrar empreitadas e mutirões feitos entre parentes e vizinhos que os tornam possíveis. *Feitos na mão* ou *na enxada*, os caminhos são ajeitados, empedrados e cimentados com recursos próprios e ferramentas básicas. A partir do momento em que o burro deixou de ser o único meio de transporte de acesso às íngremes encostas e começou a partilhar funções com motos e carros, foi necessária a adequação dos caminhos às rodas.

O registro das empreitadas é o próprio caminho ou, às vezes, eventos significativos como casamentos ou aniversários que exigiram seu conserto. Nem sempre todos os usuários têm consciência do trabalho investido, ou dos arranjos feitos que permitiram que hoje um trajeto seja transitável. Placas com nomes dos caminhos não são usuais: os agricultores não precisam delas para ler a paisagem.

Ao pensar no traçado e construção de caminhos, podemos raciocinar com Heidegger (2002) na capacidade de “um deixar-habitar”, tornar habitável um lugar, pois somente em sendo capazes de habitar é que se pode construir. Construir caminhos é edificar lugares, permitir usos e acessos; caminhar é fundar e articular espaços.

Polifonias do Lazer

A presença de visitantes no maciço não representa nenhuma novidade para os habitantes de Cafundá e Morro Redondo. Do ponto de vista nativo, visitantes sempre foram bem-vindos e fazem parte do universo de relações que constituem a paisagem. De fato, se Magalhães Correa concedeu nas suas reflexões algumas linhas ao turismo, sua apreciação não deixa por fora o contraste existente entre as atividades dos habitantes e o agir dos turistas, contraste que, como veremos, continua ainda a se manifestar.

Ao longo da estrada, transformada em feira livre, pelos seus habitantes, encontram-se guryrs, à margem de suas choupanas, tendo em permanente exposição gaiolas com passarinhos, meninas vendendo ovos e galinhas, mulheres e velhos com bananas e laranjas, em fim tudo que produz essa zona exuberante. Estas mercadorias em vários girâos e ganchos, esperam a passagem dos turistas, que infelizmente só são estrangeiros, pois os nossos, quando vão por essas estradas, passam em automóveis voando, já são conhecidos; quando chegam, porém, aos lares ou em roda de amigos, dizem: ‘foi extraordinário, indescritível o que

vimos!...Pobres dos que ficaram no caminho, pois à sua passagem transformam a estrada em verdadeiro vendaval, nuvens de poeira, só poeira! *sic* (MAGALHÃES CORREA, 1936; p.59)

A beleza cênica do maciço da Pedra Branca sempre atraiu turistas, e os habitantes foram não só se acostumando, como também classificando essas formas do lazer urbano: *o pessoal da cachoeira, os cavaleiros e os motoqueiros*, e até mesmo se preparando para seu recebimento, providenciando-lhes informações e vendendo-lhes comidas e bebidas³. Esses atos do lazer atingem diferentes definições de acordo com a relação que os próprios grupos estabelecem com o lugar e as atividades realizadas. Para os moradores locais, esses atos de lazer englobam práticas de caráter temporal realizadas por pessoas de fora da comunidade e que rendem um tipo de renda. Já os ambientalistas recorrem a uma classificação das atividades que pondera os impactos erosivos dessas atividades no solo ou as possibilidades de aliança nas metas da preservação. Daí as distinções entre “bons” e “maus” usuários que serão exploradas mais adiante.

No verão, os passeios ao local atingem um pico. Sem se reduzir a essa estação, os visitantes que, na sua maioria, são moradores da cidade, e em particular da zona oeste, realizam incursões curtas que não passam de uma jornada: manhã, tarde ou noite. Essas visitas promovem a concentração de esforços dos proprietários de pequenos bares e vendas de comida nesses períodos e a mobilização de alguns trabalhadores locais para empregos sazonais nos clubes campestres existentes em Vargem Grande.

Esses passeios à serra ainda não representam uma mudança no modo de vida local nem comportam, todavia, nenhuma das três dimensões consideradas como o tripé da indústria do turismo, a saber, transportes, hospedagem e agenciamento (BARRETTO, 2003). Porém, a publicidade que o lugar vem recebendo deixa apreensivos alguns moradores que têm sentimentos ambíguos frente ao incremento de visitantes. Ainda que o pequeno comércio obtenha ganhos econômicos, espaços domésticos e de plantio são invadidos; motoqueiros danificam caminhos, abrindo valas; e banhistas e caminhantes se aventuram dentro de propriedades particulares.

³ As minhas observações sobre a relação entre os moradores, o parque, as trilhas e os visitantes em Cafundá e Morro Redondo não são extensíveis para todas as comunidades do maciço da Pedra Branca.

A presença massiva de pessoas de fora inibe a visitação de nativos a poços e cachoeiras, sempre lotados; e, para muitos, a divulgação das trilhas é contraproducente, pois o aumento do fluxo de pessoas é sinônimo de um incremento no lixo para o qual o serviço de coleta é precário, quando não inexistente (CARVALHO, 2015).

O verão traz uma dose diária de banhistas que espalham sua presença ao longo da estação. Com o final da temporada, a presença de banhistas se reduz a finais de semana mais calorentos. As cavalgadas acontecem em qualquer época do ano e, inclusive, em horário noturno, enquanto os motoqueiros preferem frequentar o lugar nos finais de semana. Também fazem parte das perspectivas do lazer as dezenas de casas de veraneio construídas dentro do parque e suas imediações sem ser habitadas de forma permanente, mas visitadas em feriados e finais de semana.

Um marco importante para pensar o lazer e o ócio é dado pela sua oposição ao mundo do trabalho nos patamares da assunção capitalista⁴. Nesse sentido, férias e finais de semana marcam a temporalidade do lazer para as pessoas da cidade, que de certa forma difere da noção heideggeriana do demorar-se junto às coisas. Na definição do lazer, a oposição urbano/rural configura-se necessária para abordarmos a idealização dos parques naturais como modelo de área protegida associada a valores estéticos e lúdicos alimentados por poderosas fantasias de naturezas desabitadas.

A possibilidade de interação com a “natureza” e a busca pelo sossego correspondem a um conjunto de representações características de populações urbanas sobre o dito “natural”, concebido como o espaço privilegiado para a harmonização da vida cotidiana, e não mais como o manancial de recursos para uso humano, expandindo sensibilidades relacionadas ao meio ambiente (STEIL; TONIOL, 2011). Nesse sentido, visitar um parque aparece como

⁴ A conquista de tempo para uso livre nos remete aos primórdios da Revolução Industrial, quando era comum os trabalhadores se entregarem a tarefas infundáveis, até ficar exaustos. O capitalismo nascente, descreve Magnani (2000), exerceu um disciplinamento do tempo, marginando da racionalização do tempo as marcações dadas pelos ciclos da natureza ou os calendários religiosos e festivos que ditaram no período pré-industrial o ritmo do trabalho. Com sua produção virada para o mercado, a conservação e a reposição da força de trabalho dependeram em princípio do seu próprio trabalhador, que devia arcar com os custos dessa reprodução, mediante alimentos, descanso, teto e cuidados médicos. Melhores condições de trabalho e vida, como diminuição da jornada, descanso semanal remunerado e férias foram uma das maiores conquistas da classe trabalhadora, o que é um paradoxo, pois esse tempo livre é para manter e reproduzir essa força.

a possibilidade de fuga da cidade. Isso pode explicar, parcialmente, certas reações de moradores urbanos frente a ameaças, reais ou potenciais, de degradação da natureza ou da privatização de um espaço que deve conservar-se disponível ao usufruto de toda a população (FERNANDEZ, 2009).

A trilha

O acesso a esse ideal de “natureza” se dá através das *trilhas*. Ainda que a trilha constitua o próprio fim como atividade de lazer, ela também representa, para alguns habitantes urbanos, a mediação entre a cidade e a natureza, o trabalho e o lazer, a tranquilidade e a agitação, a monotonia e a aventura. Ao procurar por definições de trilha, encontra-se uma certa variabilidade, porém as palavras *lazer*, *parque* e *ecoturismo* aparecem com frequência.

As trilhas são a principal infraestrutura de manejo de visitantes em áreas de apelo ecoturístico e as unidades de conservação públicas são o grande destino dos milhares de visitantes, que buscam os ambientes naturais para lazer e prática de esportes (DA COSTA, 2006; p.6).

A trilha é um caminho estreito, normalmente não transitável por automóvel, sendo um corredor linear, na terra ou na água, com status de proteção e acesso público para recreação ou transporte (MENEZES 1998; p.12).

As trilhas são caminhos existentes ou estabelecidos, com diferentes formas, comprimentos ou larguras, que possuam o objetivo de aproximar o visitante ao ambiente natural, ou conduzi-lo a um atrativo específico possibilitando seu entretenimento e educação a traves de sinalizações ou recursos interpretativos (SALVATI 2003; p.01).

A trilha constitui-se um novo meio de contato com a natureza. Com a crescente urbanização tornou-se crescente a demanda por espaços naturais para o descanso mental e exercício físico (ANDRADE 2005; p.15).

Outras ideias que aparecem ao lado da *trilha* emolduram uma certa racionalização espacial que inclui termos como planejamento, recursos humanos, planos de manejo, monitoramento, infraestrutura e sinalização. Como analisado por De Certeau, (2013), é a capacidade de abstração, ou

seja, de separar as coisas dos espaços, que concebe o planejamento. Assim, a presença de placas de sinalização indicando nomes, direções, distâncias, altura, presença de serviços, recados de preservação e informações sobre espécies de árvores e animais da região são desejáveis, pois sugerem ao visitante o reconhecimento do espaço como um lugar controlado, planejado e monitorado, conectado com uma certa supermodernidade, em que o mapa da viagem sempre é externo à mente (AUGÉ, 2009).

A indicação de direções, sentidos, pontos cardeais não só estão presentes na sinalização de trilhas, mas também aparecem nas narrativas contidas nos manuais de caminhada pelo parque, cujas descrições técnicas enunciam itinerários com direções para atingir um destino, com as precisões e condições que requerem os espaços de circulação. Deste modo, a mediação que estabelece o vínculo das pessoas com as trilhas passa por palavras e textos que propõem modos de uso e, parafraseando Augé (2009), formas prescritivas (- tomar a bifurcação da direita), proibitivas (- proibido alimentar os animais) ou informativas (- Você está aqui), que recorrem a ideogramas codificados por consenso.

Voltando até a trilha principal, seguindo dessa vez para a direita na última bifurcação, com menos de cinco minutos de caminhada chega-se em outra entrada à esquerda, que dá acesso, por uma curta caminhada, a outro poço com uma pequena queda d'água e fundo de areia. Voltando à caminhada pela trilha principal, sem entrar em qualquer bifurcação, sempre no sentido nordeste, em cerca de 1,5 km cruza-se um riacho e logo depois chega-se em um bananal, onde a trilha fica bem confusa. Siga até quase o final do bananal, onde poderá seguir por dois caminhos. O primeiro é entrando à esquerda, sentido norte, alcançando a escondida Cachoeira Encontro dos Rios, em poucos minutos por uma trilha mal marcada. O outro caminho é entrando à direita, sentido nordeste, iniciando a subida do Vale do Gunza. Existe no início do bananal um caminho, também à direita, mas é um pouco mais fechado, que passa primeiro por uma gruta, e depois se encontra com a trilha que sobe o Vale do Gunza em definitivo. Caso queira apenas visitar as belas cachoeiras e poços, esse bananal é o ponto final da caminhada. Volte pelo mesmo caminho (INEIA, 2013; p.240).

Esse tipo de descrição técnica, cheia de detalhes de natureza física e biológica produzida pela observação e, às vezes, pelo georreferenciamento, é comum nos manuais de trilhas, que oferecem roteiros de cuidados e

descritores tipo mapa, correspondentes a um tipo de abstração moderna desprovida das histórias e toponímias locais e das experiências e práticas que produziram esse espaço (DE CERTEAU, 2013). Trata-se da mesma lógica que permite a delimitação de fronteiras claras e precisas, possível quando uma sociedade possui estrutura tecnológica e geométrica para representar um espaço independente de eventos. O mapa que acompanha os manuais de trilhas é parte de uma abstração isotrópica espacial, cuja intenção de se tornar universal e acessível para qualquer caminhante precisa da autonomia do relato local.

A trilha tem como propósito servir aos caminhantes, porém outras modalidades de recreação praticadas, tais como cavalgada, motocross e pedaladas, terminam por compor um leque de polifonias do lazer que nos afasta da imagem de grupos mais ou menos homogêneos, com olhares e sensibilidades ecológicas que se deslocam em uma mesma direção, tanto objetiva como simbolicamente.

Ao nos focar nas práticas do lazer praticadas no PEPB, encontramos, na verdade, uma arena de disputas que abriga tensões e conflitos entre diferentes discursos, enunciados, sentidos e representações de natureza, que colocam em relevo, entre outras coisas, oposições como cotidiano e não cotidiano, trabalho e lazer, ordinário e extraordinário, em que a natureza aparece nos termos de uma promessa de ruptura com o cotidiano e com aquilo que se vivencia no dia a dia do meio urbano (STEIL; TONIOL, 2011).

Entre as práticas de recreação levadas na vertente de Vargem Grande do PEPB, encontram-se os banhos nas cachoeiras, às quais se chega mediante pequenas trilhas, que nem sempre se fazem a pé – e, desvirtuando o espírito que os ambientalistas têm imputado à trilha, os banhistas realizam uma boa parte do percurso em automóveis que, uma vez estacionados, congestionam os caminhos, impedindo às vezes a passagem dos próprios moradores.

As cavalgadas, propiciadas pela existência de haras localizadas no entorno do maciço, são também uma atividade comum em Vargem Grande. Com efeito, se o uso do cavalo já esteve associado a necessidades de transporte e comunicação entre diferentes localidades do maciço no passado, ainda hoje uns poucos moradores recorrem a ele como meio de transporte. Mas, sem sombra de dúvidas, seu uso mais generalizado se relaciona com o lazer de um segmento das classes médias. Os haras oferecem, entre algumas opções, passeios pela trilha do Morgado, ou até Rio da Prata e Campo Grande.

Cavalgar por caminhos abertos no meio de exuberante Mata Atlântica, sem ter que se preocupar com suar a camisa para atingir

o destino final, constitui-se um prazer inesquecível. Uma vez montado em um puro sangue, sua única preocupação será admirar as belas vistas que se descortinam das trilhas, ora Vargem Grande do alto do Morro, ora a baixada de Guaratiba, ora o mar longínquo, ora um simpático açude. Se você já tem alguma experiência hípica, estes passeios vão surpreendê-lo (MENEZES, 1998; p.163).



Figura 1 - Charge promocional de curso de motocross achada numa página de Facebook

Fonte: <https://www.facebook.com/pages/Maromba-Racing-Curso-de-Motocross/348138888561151>

A travessia de trilhas mediante veículos como bicicletas e motos também é comum. O *bicicross* e o *motocross* são esportes que cada vez mais atraem novos usuários para as trilhas do parque, que ali se encontram para praticar treinos e competições. Os encontros são filmados, e os vídeos são postados na internet. A presença dos motoqueiros é das mais problemáticas para os habitantes, tanto pelo barulho como pelo perigo associado à alta velocidade, potencial causadora de acidentes.

A maioria dos visitantes reconhece o caráter público do parque, mas nem sempre é dada a reconhecê-lo também como um espaço de moradia: daí a ousadia de pegar bananas e plantas como dádivas da natureza para seu desfrute e transitar por ele como um espaço sem donos. As principais queixas dos moradores se relacionam com o lixo deixado pelos banhistas e caminhantes e com as motos de carreira e em competição, cuja passagem em alta velocidade causa acidentes e deteriora os caminhos habituais, inutilizando-os para os moradores e até para os mesmos motoqueiros e, assim, motivando a abertura de novos atalhos. Em dias de chuva, o dano é pior: os burros se atolam e pessoas e carros não conseguem passar. O passo dos motoqueiros por Cafundá e Morro Redondo atualiza a descrição que Magalhães Correa (1934) fizera uma vez em respeito aos turistas de outrora, que só deixam poeira e lixo! Uma imagem, encontrada em uma dessas páginas (Figura 1), ilustra o espírito do motocross, suas conexões com estados anímicos, com a aventura e a tecnologia.

A metamorfose de *caminhos* em *trilhas* obedece tanto à transformação do mato em parque como à implantação de uma política pública de manejo que vem sendo testada e construída. Dita proposta de intervenção

é enunciada, no entanto, sem estrutura e recursos humanos suficientes, minando a capacidade de controle e monitoramento que uma intensa visitação demanda. O resultado termina sendo uma incongruência, chega-se à destruição do objeto de preservação. Daí que o turismo como estratégia de preservação ambiental carregue consigo para uma certa inconsistência (LORENZO, 1996 apud MANHÃES, 2003).

Em síntese, as características dos usuários das trilhas são variáveis e relativas e impõem como desafio mais que uma denúncia ou demonização dessas práticas, a necessidade de se compreender as relações que pessoas, individualmente ou em grupos, estabelecem com a “natureza” e os ambientes visitados. Que tipo de experiência é essa? Que tipo de natureza é procurada em cada uma dessas práticas? Por que são toleradas pelo parque? Sem sombra de dúvida, nos faltam estudos e etnografias que investiguem os perfis dos diferentes grupos que vivenciam as trilhas como espaços de socialização e lugares repletos de aventuras⁵.

Por enquanto, aqui só analisarei a arte da caminhada, vista com uma atividade planejada, desejada e estimulada pelos órgãos ambientais. A partir do livro “Transcarioca Todos os Passos de um Sonho” e do texto bilíngue (inglês/português) “Trilhas – Parque Estadual da Pedra Branca / Trails – Pedra Branca State Park”, são inferidas algumas categorias, entendimentos sobre lazer e percepções de natureza. Este recorte não tem a ambição de dar conta da infinidade de experiências e grupos de montanhistas e caminhantes do PEPB.

O manejo e a implantação de trilhas aparecem explicitamente no manual do Instituto Estadual de Ambiente (INEA) “Trilhas – Parque Estadual da Pedra Branca / Trails – Pedra Branca State Park”, e são reafirmados com a implantação da Trilha Transcarioca. Na apresentação do manual, lê-se, logo nas primeiras páginas, que dentro dos limites do parque

(...) podem ser realizadas atividades recreativas em contato com a natureza; educativas e interpretativas; pesquisas científicas; ecoturismo e esportes e turismo de aventura (...) A revitalização do

⁵ Por outro lado, estamos diante de uma complexa trama de interesses, motivações, sentimentos e sensações experimentadas no uso das trilhas junto à “natureza”, que se articula a pequenas e grandes empresas (empresas de ecoturismo, haras, veterinárias, lojas de motocicletas) e serviços como de oficinas mecânicas, comércio de roupas especiais e acessórios, etc., assim como de mapeamento de trilhas, geração e distribuição de informações das mesmas.

Parque Estadual da Pedra Branca começou a se concretizar a partir de 2001 com a aplicação da Lei 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional das Unidades de Conservação – SNUC. Vários projetos estão em andamento visando proteger a sua biodiversidade, propiciando à população local e aos visitantes um agradável **ambiente de lazer** em pleno contato com a natureza (2013; p.27). **negrito meu.**

Ao fazer uma reconstrução da evolução das trilhas do parque, os organizadores do livro destacam seu vínculo com os ciclos de exploração econômica que marcaram o desenvolvimento da cidade. Em seguida, afirmam que, no século XX, o crescimento populacional provocou a aceleração da ocupação das encostas. Deste modo, a floresta passou a viver uma nova fase de degradação a partir de uma refuncionalização dos antigos caminhos do Maciço da Pedra Branca, que se tornaram veículo de degradação ambiental.

A apresentação do manual termina dizendo que esse novo ciclo foi felizmente combatido mediante a criação do parque onde “as trilhas passam, então, a ter a mais importante função de toda a sua história: a de veículo de conservação/preservação ambiental e de uso público “destinadas ao lazer e ao ecoturismo” (2013; p.84). É importante ressaltar que é a partir dessa política que as palavras turismo e ecoturismo aparecem na linguagem dos gestores do PEPB e que nem visitantes locais, nem a população anfitriã apelam até o momento para a noção de turismo. É com a Transcarioca que questões como hospedagem, logística e agenciamento, visando a um turismo global especializado, aparecem no contexto do manejo do PEPB.

No bojo das transformações promovidas pelo turismo, Urry (2001) identifica uma mudança no olhar do turista que deixa de ter um certo ar romantizado e individual para um olhar mais sóbrio e coletivo. Esse tipo de olhar coletivo se caracteriza pela onipresença, muitas vezes institucionalizada, de filtros e modos de percepção que sobrecarregam com valores próprios qualquer tipo de paisagem. Esse olhar se constrói na presença de um número significativo de pessoas, que é o que garante o sucesso de tais lugares.

Trilha Transcarioca

Com frequência os espaços turísticos de caráter natural tomam-se como realidades dadas, o caso da Trilha Transcarioca permite compreender os processos particulares que fazem emergir um lugar como destino turístico,

os quais também são produtores de sujeitos, espaços e naturezas para um certo tipo de consumo.

É no contexto de conservação ambiental e de uso público do PEPB que a Trilha Transcarioca é proposta aos “usuários” e “amantes da natureza” como uma travessia do Rio de Janeiro por um percurso⁶ de aproximadamente 170 km, saindo da Barra de Guaratiba até o Morro da Urca, aos pés do Pão de Açúcar. O projeto sugere que a trilha poderá ser percorrida na sua integridade ou em seções, de acordo com o interesse, a aptidão e a disponibilidade de tempo de seus usuários. Uma parte dessa grande trilha assim como outras divulgadas nos manuais do PEPB passam pelos caminhos dos agricultores do quilombo de Vargem Grande.

O traçado da *trilha* foi idealizado pelo diplomata Pedro Cunha e Menezes no início dos anos 1990 e foi publicado no livro “Transcarioca: todos os passos de um sonho (2000)”. Sob o lema “conhecer para conservar”, o autor expõe as principais motivações de sua ideia, entre as quais aparecem: contribuir para a consolidação de um corredor ecológico entre as áreas protegidas⁷, permitir o trânsito de *trilheiros* e *caminhantes* pelas florestas da Tijuca e do Maciço da Pedra Branca e funcionar como um instrumento para engajar escolas, universidades e outros grupos de interesse em torno da defesa e uso público de ambientes naturais no contexto urbano. A moldura para esses propósitos são as visitas às cachoeiras, prédios e ruínas coloniais e republicanas, a apreciação de jardins, a observação de animais, plantas e cavernas e os visuais incríveis que as alturas oferecem (MENEZES, 2000).

O projeto tem como inspiração diversos exemplos de trilhas de longo curso, tais como Huella Andina (Argentina), Hoerikwaggo Trail (África do Sul), Te Araroa Trail (Nova Zelândia), e a Appalachian Trail (EUA)⁸;

⁶ O percurso que passa por seis unidades de conservação: Parque de Grumari, Parque Estadual da Pedra Branca, Parque Nacional da Tijuca e os parques naturais municipais da Catacumba, da Paisagem Carioca (Morro do Leme e Babilônia) e Morro da Urca.

⁷ Segundo Menezes, amalgamar várias unidades de conservação aumenta a contiguidade das áreas protegidas e reduz o confinamento de espécies que produz um enfraquecimento genético (MENEZES, 2000; p.15)

⁸ A Appalachian Trail é o modelo mais inspirador para Menezes pois seus 3600 quilômetros ininterruptos começaram por estradas de terras e propriedades privadas, sendo que a intensidade da visitação anual criou tal força política que o governo destinou orçamento para a desapropriação de terrenos ao lado da trilha e ao longo de todo o trajeto (MENEZES, 2000; p.20).

a Transcarioca nasce emoldurada dentro de um modelo internacional de turismo. Seus promotores argumentam que o traçado oficial tem como propósito um incremento na visitação, melhorias na gestão das áreas protegidas, geração de emprego e renda advinda dos seus usuários⁹ dentro dos princípios do “desenvolvimento sustentável”. Pretende-se tornar a trilha parte constitutiva de um projeto político desenvolvimentista, cujo estabelecimento proporcionaria melhorias ambientais para a cidade (IBID).

A Transcarioca ajudaria a reverter a lógica econômica vigente de que esse corredor é um entrave à expansão e ao desenvolvimento. Ter essa trilha é assegurar que os parques do Rio serão ligados por um caminho verde, que terá um grupo permanente de apoio à sua manutenção – os próprios transcarioqueiros e a comunidade montanhista, cujos membros se multiplicaram muito (MENEZES 2000; p.21).

Uma ideia que permeia o texto de Menezes é que o homem e a cidade são os maiores inimigos dos parques, visão derivada do pressuposto de que estes representam simbolicamente espaços de resistência frente a um modelo de desenvolvimento econômico predatório. Dai que a estratégia pragmática de parte dos grupos ambientalistas no Brasil e no mundo seja a de preservar ilhas de vegetação nativa de um processo agressivo de crescimento urbano-industrial considerado como inexorável.

Preocupam ao autor problemas sociais de segurança pública e crescimento das favelas, mas ele mantém a esperança de que a natureza um dia vença a cidade. Para ele, a Transcarioca procuraria tornar o homem e a cidade aliados da conservação da “natureza” a partir de um processo educativo dado pela adoção de regras e modos de comportamento, que sob meu ponto de vista não deixam de preconizar uma possibilidade de “aperfeiçoamento de si” para o montanhista convertido, e também um certo projeto civilizatório para a população local. Dito processo civilizatório do nativo, em quanto aos seus usos e práticas da natureza, não é novidade, ele subjaz na própria legislação, está presente nos órgãos de controle ambiental e na mentalidade de alguns

⁹No momento da publicação do livro, o autor estimou que o os gastos diários de um excursionista seriam uma média de U\$ 15 dólares por dia, mais alimentação, mapas, camiseta, equipamento e pernoite.

grupos ambientalistas. O projeto da Trilha Transcarioca seria apenas a posta em marcha de um regime de regulação sócio-espacial, capaz de imaginar e transformar espaços, naturezas e sujeitos.

Através da leitura de “Transcarioca: todos os passos de um sonho” encontramos reflexões do autor sobre as relações homem/natureza, natureza/cidade, o sentido do *trekking*, e classificações operadas sobre os “usuários” das trilhas. O autor esclarece diferenças entre *Trekking*, caminhada de mais de um dia, *Hiking*, caminhada de menos de um dia, e *Looping*, caminhada circular. Em qualquer dessas modalidades sobressai a importância concedida ao sentido da visão. Menções a *belvederes*, *mirantes panoramas deslumbrantes*, *vistas imperdíveis*, *perspectivas descortinadas e ângulos inusitados*, somam-se a imaginários edênicos que além de privilegiar o olhar, prometem-se como prêmio ao caminhante que coroa um cume.

Os “usuários” das trilhas compõem um leque de categorias que deixam de lado o turista genérico para o classificar segundo seu comportamento e motivações em função de características socioeconômicas e psicossociológicas (COHEN, 1979). Assim, os usuários da Transcarioca podem ser *aventureiros trilheiros caminhantes*, *montanhistas*, *andadores iniciantes*, *montanhistas experientes*, *montanhistas menos experientes ou mais preguiçosos*, *excursionistas profissionais*, *malta de banhistas*, *excursionistas de primeira viagem* e finalmente os *trascarioqueros*, cujos predecessores seriam os pioneiros: aqueles que imaginaram o traçado da trilha Transcarioca e, por tal, são os *sonhadores*, *iniciados* e *destemidos* (MENEZES, 2000; p.25). As classificações sobre os usuários são recorrentes, divididos entre “bons visitantes” e “maus visitantes”. O propósito da Transcarioca é atrair os bons.

Segundo o idealizador do projeto, montanhistas experientes temem dividir a trilha com excursionistas de primeira viagem, que não seriam gente com “cultura ambientalista”¹⁰. Por outro lado, não convidá-los a conhecer

¹⁰ Os seguintes trechos permitem ver a classificação operada sobre os visitantes da floresta:

“(…)Excursionistas aparentando profissionalismo, com botas e mochilas importadas, são os primeiros a entrar no mato. Junto com eles observamos os escaladores e os personagens emblemáticos da floresta, aqueles que conhecem cada pedacinho da mata, cada nascente, cada pico. (...) buscam morros de nomes pouco familiares e vales raros. Vão a São Miguel e ao Vale das Pedras. A Transcarioca para eles não tem valor; é por demais trivial. Se na trilha encontram gente, estragou-se seu passeio, prezam acima de tudo solitude, são os verdadeiros personagens da Floresta. Qual gnomos tropicais preferem ver a serem vistos.” (Ibid; p.83).

“(…)Por fim, vêm os menos habitués Alguns exalam tensão, consultam mapas, procuram

o ambiente que induz aos hábitos do excursionismo de mínimo impacto é perpetuar na sociedade a cultura do balão, do lixo, do esgoto não tratado, da caça e do desmatamento (MENEZES, 2000; p.71).

Da mesma forma que os caminhantes, as caminhadas também são classificadas: os manuais de trilhas operam um sistema hierárquico que categoriza as caminhadas como mais ou menos autênticas, com vistas espetaculares ou não, e mais ou menos visitadas. O grau de dificuldade e o número de adversidades do caminho impostos ao caminhante estampam nessas jornadas características de marchas heroicas. Daí que na caminhada profissional a “exaustão física” estabeleça uma diferença do lazer e do turismo convencional, levando à exaltação de valores como a dor, o esforço e a conquista (STEIL; TONIOL, 2011).

A ideia da “iniciação” atravessa a classificação dos usuários e estabelece uma mediação com os graus de dificuldade que podem ir sendo atingidos na mão de um processo de conscientização estritamente ambiental. Ao longo dos textos citados, se infere que *trilhar* não é uma atividade para todo mundo: depende de educação e aprimoramento, e ainda da sensibilidade de uma classe urbana escolarizada, o que imprime a essa atividade de lazer mais que uma marca de classe, um caráter ascético que nos remete ao âmbito da devoção, como etnografado por Steil e Toniol (2011) nas experiências de caminhada em Rio Grande do Sul. Para esses autores, atitudes “responsáveis” em relação ao meio ambiente vêm constituindo uma “ascese ecológica” por parte de sujeitos e coletivos ecologicamente orientados que, ao incorporarem sistemas de crenças, terminam por promover uma sacralização da natureza (Ibid.).

É em função da sacralização de um espaço tido como “natural” que as “poluições” são exaltadas e denunciadas. Assim, Menezes lamenta-se tanto da insegurança em alguns trechos como da “sujeira” deixada pelas

ansiosos pelas placas e setas, que espalhadas pelo trajeto, ensinam o caminho aos menos versados na arte de trilhar. Entre estes últimos, os acidentes e os atos de vandalismo são os mais comuns. Não estão ainda acostumados à Floresta. Perdem-se por falta de atenção ou por excessiva ousadia, roubam a sinalização para servir-lhes de souvenir, e provar à namorada faceta Indiana Jones. Passamos por muitos deles, alguns tão animais e selvagens quanto a fauna que poderiam observar se caminhassem mais lentos e cuidadosos. Vem desembestados trilha abaixo a urrar gritos de guerra (...) Também há aqueles vestidos com calça de brim e saia rodada, chinelo de dedo e sandália aberta (...) aventuram-se dez, quinze minutos no máximo- terão histórias para contar durante vinte anos.” (Ibid; p. 84)

oferendas feitas pelos praticantes das religiões de matriz africana. Deplora o crescimento das favelas tanto quanto a presença das culturas tradicionais do maciço, encaradas como as grandes vilãs da floresta. “A pesar dos esforços de Marcelo o do IEF as plantações de caqui e banana parecem aumentar - é muito difícil reverter uma cultura secular que já deflorou a Pedra Branca em três ciclos econômicos prévios (...)” (MENEZES, 2000; p.38).

Sob a premissa do turismo como gerador de emprego, Menezes propõe a dedicação dos atuais moradores à recepção, alimentação e hospedagem de caminhantes, cujos serviços incrementariam a renda local de tal forma que lhes permitiria abandonar as atuais atividades agrícolas, mitigando assim os “impactos” da sua própria presença. Na conversão de espaços naturais em provedores de serviços de lazer e ócio está implícito o entendimento de que visitantes são aliados “naturais” à conservação, mais que os próprios moradores.

Na história ambiental do maciço, os usos nativos do espaço têm sido perseguidos e hostilizados (FERNANDEZ, 2009), e vistos como uma “não ecologia”, isto é, uma “ausência de”, ao invés de “a presença de uma ecologia nativa alternativa ou de um entendimento peculiar do mundo” (MANHÃES 2003; p.220). Ainda que algumas dessas atitudes repressoras tenham sido diminuídas pelas recentes gestões do PEPB, todavia, persistem percepções que assumem os agricultores como problema, termo presente no plano de manejo e nas falas espontâneas de alguns ambientalistas. Nas ideias por trás da implantação das trilhas por vezes emergem percepções da natureza que continuam a perpetuar uma separação natureza/cultura que opera sob uma visão que atribui um sentido de externalidade ao sujeito humano em relação ao mundo, configurando o mundo como o objeto de um sujeito fora dele e, como tal, objeto de intervenção, fiscalização, contemplação. Ao descrever a caminhada que realizou pela Estrada do Sacarrão até o Pau da Fome, Menezes afirma que esse trecho sintetiza os problemas do parque. Na única menção feita aos agricultores do maciço Menezes, propõe seu “tombamento” num tipo de visão ambígua que exotiza os camponeses, mas condena sua produção agrícola, base do seu sustento.

Até a cota de 250 metros são várias as casas de sitiantes. Construções toscas e feias em pau a pique, com puxados em alvenaria. Chão de terra batida, fogão a lenha apanhada no próprio Parque e colunas de madeira nativa a sustentar varanda de zinco. Uma rede a guisa de cama. Pendurados no teto, sacos de arroz, feijão, farinha... Porcos, cabritos e uma malta de cachorros magrelas a latir despeitados para os excursionistas (...) Não raro, cruzamos

como com uma tropa de burros carregados de banana, caquis ou algum outro produtos sendo escoado para a feira. Cena cristalizada na história da cidade, retratada por Debret e os sábios viajantes do início do século XIX, repetido por Magalhães Correa em seu celebre relato da Zona Oeste da era Vargas e viva ainda hoje, como nos idos da 1921 de Lima Barreto (...) Pudesse o IPHAN tombar gente e devíamos todos nós pôr a clamar pelo tombamento dessas tropas e tropeiros tão parte do fazimento do Brasil (MENEZES 2000; p.45).

De pé, retomamos a cabritada, trocamos de encosta. O lado de lá dói- dar pena, é todo degradado, coberto de pastos, plantações de caqui e outras lavouras. A terra, que se quer pública, esquadrejada e dividida em fazendolas protegidas por montes de arame farpado. As trilhas, rústicos caminhos de escoamento da produção (MENEZES, 2000; p.52).

Mas nem todas as obras e construções humanas causam no autor o mesmo sentimento. A sofisticação de exemplares da arquitetura europeia oitocentista, em pé no meio da floresta, lhe causa, pelo contrário, admiração, dada a possibilidade de recontar a história a partir da presença de mansões e casarões de viscondes e mecenas de arte que moraram no Rio de Janeiro. Para essas “casas espetaculares”, hoje em ruínas, o autor almeja sua transformação em albergues para os *trilheiros*, e o mesmo destino é sugerido para a conhecida Casa Amarela, localizada nas proximidades de Pau da Fome. Nessa linha de raciocínio, não estranha que a única simetria entre homem e natureza encontrada por Menezes seja a atual casa sede do parque, localizada em Pau da Fome, à qual se refere como

(...) um exemplo de perfeita harmonia entre a natureza e a construção humana. A sede do Parque, toda de madeira, saiu da prancheta do arquiteto Zanini, um artista que faz a integração entre ambiente e prédio parecer natural. Sua obra, por si só, já valeria a visita, pois nos deixa entrever a possibilidade de também um dia eliminar a oposição entre homem e floresta, mesclando-os com a mesma poesia da sua arquitetura (MENEZES, 2000; p.49).

Por trás das tais considerações, percebe-se uma concepção de paisagem que separa homem e natureza, mas visualiza sua comunhão mediante um saber especializado e acadêmico, desconhecendo a variedade de formas em que a paisagem está implicada nos atuais moradores e seus estilos de vida, que também são a paisagem (GOW, 1995).

Sinalização, Divulgação e os Conflitos das Perspectivas

Segundo a página Mosaico Carioca¹¹ (MC)¹², a divulgação da trilha vem sendo feita mediante redes sociais e diversos veículos de mídia impressa, televisão e websites, além de folhetos, mapas, camisetas, banners informativos e encontros. Em maio de 2013, o MC organizou “Trilha Transcarioca: Seminário Internacional de Trilhas de Longo Curso”, reunindo cerca de duzentos convidados entre especialistas, pesquisadores, montanhistas e gestores de unidades de conservação que participaram de oficinas técnicas para debater segurança, comunicação, sinalização, manejo, divulgação, geração de emprego e renda, assim como o traçado da Trilha em seus diferentes trechos. Ocasão da qual nenhum morador da área do parque participou.

Em dezembro de 2014, aconteceu o 1º Encontro para o Diálogo entre comunidades agrícolas e tradicionais e parques do Mosaico Carioca¹³. Foi o momento em que, depois de 40 anos de fundação do parque, os moradores da área tiveram pela primeira vez a oportunidade de se encontrar num espaço de participação com os gestores do PEPB no INEA. Entre vários temas, a Transcarioca apareceu sobre a mesa do debate. Para seus promulgadores, a Trilha Transcarioca era um fato sem discussão, dados os múltiplos e incontestáveis benefícios. *Benefícios para quem?* perguntaram os moradores presentes. *Para fazer conhecidas as áreas protegidas e incentivar entre a cidadania sua preservação*, responderam os gestores, que ainda acrescentaram que a comunidade poderia se beneficiar com a criação de um mercado de produtos locais, os quais poderiam ser oferecidos aos caminhantes e turistas.

No verão de 2015-2016, o número de caminhantes e banhistas multiplicou-se e, com ele, quantidades alarmantes de lixo não recolhido. As críticas ao projeto da Transcarioca adquiriram tal força nas redes sociais que os gestores do PEPB terminaram mediando uma reunião entre os moradores e

¹¹ <http://mosaico-carioca.blogspot.com.br/p/trilha-transcarioca.html>, consultada em 23 de março de 2015.

¹² O Mosaico Carioca de Áreas Protegidas faz parte de um programa incentivado pelo MMA com base jurídica através do sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e tem como objetivo a integração de ações entre as Áreas Protegidas envolvidas.

¹³ Parque Estadual da Pedra Branca e Parque Estadual do Mendanha.

os idealizadores da trilha. Nessa reunião, Menezes apresentou o projeto da trilha como uma iniciativa essencialmente voluntária, feita com os recursos e o tempo livre de voluntários ativos e das redes sociais, assim como de caminhantes e montanhistas, calculados em oito mil pessoas.

Com base nessa estimativa, Menezes defendeu o seu projeto como uma iniciativa “popular”, criada, segundo suas palavras, “de baixo para cima”. Ao ser questionado sobre os contornos da sua definição de “popular” e a legitimidade dessa representatividade que excluía moradores, Menezes afirmou que o fato de os moradores não concordarem com o traçado da trilha não seria um fator que viria a afetar a “popularidade” de uma proposta que preza, antes de mais nada, pelo direito da cidadania ao uso de uma área pública. Para ele, o caráter popular emana do fato de ser uma iniciativa independente das diretrizes dos órgãos ambientais do Estado. Contudo, o Estado não pareceu, nessa reunião, muito independente do projeto, já que alguns funcionários decidiram vestir nesse dia a camiseta da Trilhas Transcarioca.

O espaço dessa reunião também foi aproveitado para debater impactos negativos da agricultura e motivar a população nativa a se preparar para vender comida, carregar equipagens e recepcionar caminhantes que quisessem pernoitar nas suas casas, mas advertindo, paradoxalmente, que nenhuma “melhoria”, como ampliação ou remodelação, poderia ser feita nas casas existentes. Menezes sugeriu então que um cômodo dentro das casas fosse cedido e adequado para esse fim. Essa proposição causou constrangimento entre os moradores presentes, que assim constataram o estabelecimento oficial de relações transitórias, mas totalmente assimétricas entre a população anfitriã e os futuros visitantes que fruiriam desses serviços.

Muito tempo antes de essas reuniões terem lugar, a Transcarioca já tinha deixado suas marcas no território. No livro de Menezes e no manual de trilhas do PEPB é reiterada a necessidade de sinalização das trilhas seguindo técnicas internacionais de demarcação. O objetivo, além de orientar o caminhante para a direção correta, é também facilitar ações de manejo, evitando processos erosivos, impedir a criação de atalhos, e desestimular o pisoteio de áreas sensíveis, dentre outros benefícios ambientais.

Para a Trilha Transcarioca foi escolhida, como logomarca oficial da trilha, uma pegada de bota de caminhante que, no meio, tem a figura de um emblemático Cristo Redentor carregando uma mochila (figura 2). A demarcação das trilhas é feita mediante a convocação de mutirões pelas redes sociais: deles participam caminhantes, amantes da natureza, guarda-



Figura 2 - Pegada de bota com a figura do Cristo Redentor carregando uma mochila nas costas.
Fonte: Luz Stella Rodríguez

parques e os idealizadores do projeto. Muitos dos moradores não sabiam que as logomarcas estampadas em pedras e árvores correspondiam a um sistema de sinalização de trilhas. Foi por meio de jornais e comentários nas redes sociais que os moradores descobriram os autores e propósitos daquelas marcas nos caminhos feitos, praticados e mantidos por eles e seus ancestrais.

A execução da Trilha Transcarioca trouxe à tona elementos da relação tensa que tem existido entre os moradores do maciço e os gestores do parque. As falas dos moradores expressam as novas nuances que esse conflito assume. Um dos agricultores contou que, numa ocasião, as marcas para o caminho do Gunza foram feitas logo depois que seu irmão o roçou com a finalidade de escoar a banana que tinha nesse setor. Entendendo de que se tratavam essas marcas, questionou: *vem cá, quem reconhece esse nosso trabalho? Naquela roçada foram investidos três dias de trabalho, assim fica mole demarcar, né? Quem é que leva o crédito por isso?*

Como é possível? Se pergunta um outro agricultor, se a gente aqui é multado pelo parque até por roçar, e agora vêm pintar pezinhos no meio da roça da gente. Por que não há um ganho para o agricultor que de fato mantém esses caminhos? É a gente que conhece, é a gente que cuida. A indignação frente ao tratamento que os moradores tradicionais têm recebido por parte dos gestores do parque reaparece em narrações ligadas à manutenção dos caminhos do maciço. Um caso contado pelo agricultor Pedro resume bem o paradoxo da conservação frente às necessidades das populações locais.

Era 1999 e, cansado do estado da via acidentada e esburacada e dos danos causados à sua kombi, Pedro decidiu ajeitar o caminho, continuação da rua Cleodon Furtado, que, por sua vez, é continuação da Estrada Mucuíba. A empreitada de Pedro iniciou-se num ponto conhecido como a mansão do piloto e ia até o rio Paineiras. Fazer transitável o caminho era urgente para Pedro, por ser ele mesmo o comerciante da sua produção na feira. Foi um trabalho de longos meses com várias etapas, efetuado ora sozinho, ora em mutirão, ora com o tio, ora com o filho para empedrar e cimentar. Nos trajetos mais difíceis, teve que contratar um trator e adequar manilhas para canalizar as águas dos córregos.

Pela perspectiva do habitar, vimos que só é possível habitar aquilo

que se constrói. “Este, o construir, tem aquele, o habitar, como meta” (HEIDEGGER, 2002; p.1). E esse habitar nativo tem sido posto em xeque desde a implementação do PEPB no maciço. Assim sendo, a melhoria do caminho não passou invicta ante os órgãos fiscalizadores do PEPB: Pedro guarda na sua memória várias multas e três idas à cadeia por crime ambiental. Para ele e sua família, não deixa de causar indignação que, depois daquela saga, esse caminho pelo qual foi tão condenado e multado apareça hoje como uma das formas de acesso às cachoeiras e aos poços no manual de trilhas do PEPB com a chancela do INEA. Na “Travessia do Vale de Gunza”, um dos recorridos sugeridos no livro explica como acessar as cachoeiras, uma possibilidade que hoje se dá pelo trabalho de Pedro e sua família, mas ao que não se faz menção.

(...) Siga pela Estrada do Pacuí até o no 931 e entre à direita na Estrada do Mucuíba, seguindo até pouco depois do no 918 para entrar na próxima rua à esquerda, em uma bifurcação. **Caso venha de carro e queira subir até o início das quedas, nessa bifurcação siga pela direita, subindo a Estrada do Mucuíba até seu final.** Após entrar à esquerda, vá caminhando pela estradinha de calçamento de pedra e logo entre novamente à esquerda, onde começa a tornar-se de terra. Continue sempre no caminho principal em aclave. Após algumas casas, a estradinha fica cada vez mais precária, até se transformar em uma trilha, perto da cota 100. Minutos depois já poderá visitar o primeiro poço desse roteiro, em uma entradinha à esquerda da trilha. Depois de 500 m do poço há um larguinho e três opções de caminho. O caminho mais à direita é o final da Estrada do Mucuíba, de onde se optou por seguir pela trilha para chegar até aqui, **mas quem vier de carro pode seguir pela estrada até esse ponto.** O caminho mais à esquerda, atravessando uma ponte para oeste, na direção de algumas casas, é um antigo caminho colonial chamado de “Caminho do Cafundá”, que segue em direção a Campo Grande, e onde é possível fazer uma conexão com o final do “Caminho da Mangalarga”, (...) formando outro interessante circuito. Para o Vale do Gunza, seguir o caminho do meio, sentido nordeste, em uma trilha mais estreita, porém ainda bem marcada, continuando em paralelo ao Rio da Divisa, que desce essa escarpada encosta da serra formando uma série de cachoeiras e poços que convidam a uma visitação (INEA, 2013; p.239). **negrito meu.**

O ponto de confronto entre a perspectiva nativa e a atual promoção do lazer reforça as assimetrias que caracterizam a relação entre os gestores do

parque e os moradores tradicionais do maciço da Pedra Branca, pois o rigor da aplicação das leis de proteção tem como alvo preferencial a população tradicional, sem atingir da mesma forma outras camadas sociais. Para esses moradores e pequenos agricultores, um exemplo do que bem pode se chamar de racismo ambiental (HERCULANO; PACHECO, 2006) está nos casos dos moradores mais abastados que construíram dentro do parque e imediações mansões de luxo com piscinas sem maiores empecilhos. Estes não tiveram as sanções, multas e notificações que a população tradicional enfrenta quando tenta remodelar ou melhorar suas casas e caminhos. A narração desse confronto reflete uma clara reação aos excessos, ou absurdos, no que tange às exigências dos órgãos de controle ambiental aplicadas à população tradicional.

O choque com o projeto é considerável, tendo em vista a forma como sua implantação vem sendo feita, sem consulta nem participação. Ainda que seus idealizadores apresentem a Transcarioca como um projeto feito de baixo para cima, para os moradores tradicionais o projeto opera na direção inversa, como uma proposta de cima para baixo. Contudo, é necessário ressaltar que os moradores não se opõem à chegada dos visitantes – como já foi dito, “visitante é bem-vindo”. Mas questionam ficar à margem do projeto, não serem considerados aliados e parceiros, nem reconhecidos como conhecedores do local e, mais precisamente, responsáveis pela existência de muitos desses caminhos, envolvidos em epistemologias e saberes diferentes, e agora chamados trilhas. Os moradores querem participar em nível decisório e não apenas carregar as bagagens dos turistas.

Considerações Finais

A tensão entre as perspectivas do habitar e do lazer tem como marco uma população tradicional afetada pela transformação de seu lugar em unidade de conservação ambiental. O conflito de visões e interesses entre os moradores e a população urbana que pretende usufruir da chamada oferta ambiental da cidade tem como ponto de partida experiências ambientais e “expectativas de natureza” diferentes e, portanto, não universalizáveis, em que as agendas particulares e do Estado e a imposição de políticas e cobrança de cumprimento das leis ambientais têm um papel relevante.

Considerando as narrativas locais sobre os *caminhos* e as formas nativas de identificação do espaço, a implantação de trilhas e de sua política de manejo

representa uma divergência com os modos de vida locais que produziram, a partir das suas práticas e experiências, uma sintaxe espacial particular: o *caminho*, cujas flexíveis toponímias locais carregam histórias e narrativas. Além de estabelecer mediações entre espaços públicos e privados e conectar profundamente a população local à cidade, o caminho é a materialização das relações de parentesco na paisagem. Porém, dita materialização não é automática nem permanente. O caminho precisa de trabalho humano constante, cria mutirões e exige das pessoas sua presença, recursos e tempo para assim efetivar as mediações que lhe foram conferidas. Assim, os caminhos organizam relações sociais em prol de sua manutenção.

Na medida em que o *caminho* é, também, uma mediação entre o rural e o urbano, o surgimento da *trilha* está ligado à promessa de alcançar a “natureza”, distanciando-se da cidade, separando prazer de trabalho, e se tornando um fim em si mesma. Nessa procura, a noção de espaço público repercute nas práticas de lazer, apostando numa paisagem posta exclusivamente ao serviço da recreação urbana alimentada por ideias purificadas de natureza.

Mais que o confronto decorrente entre códigos distintos de relacionamento com a natureza, o caso do projeto da Trilha Transcarioca também sumariza os efeitos do desenho de políticas ambientais que continuam partindo, na prática, de uma certa ideia de vazio populacional da paisagem do maciço. A presença dos moradores, quando não é problemática, é ressaltada como folclórica, passível de musealização.

Como foi exposto, ainda que a trilha esteja vinculada às áreas de proteção ambiental, sua origem no maciço da Pedra Branca encontra-se ligada aos caminhos de ocupação histórica da cidade de Rio de Janeiro. Assim, a origem dessas trilhas está vinculada a um modo de vida rural que ainda persiste e que precisa ser reconhecido.

Referências

ANDRADE, W.
(2005). Implantação e manejo de trilhas”.
*Manual de Ecoturismo de Base comunitária,
ferramentas para um planejamento
responsável*. Brasília: WWF Sílvia Mitraud.

AUGÉ, M.
(2009). *Los ‘no lugares’, espacios del anonimato.
Una antropología de la sobremodernidad*. [en
línea] Xalpa, Al Fin Liebre Ediciones Digitales.
Disponível em: www.latrampadimirabilia.blogspot.com . Acesso em 20 de março de 2015.

- BARRETTO, M.
(2003). O imprescindível aporte das ciências sociais para o Planejamento e a compreensão do turismo. *Horizontes Antropológicos*, ano 9, n. 20; p. 15-29.
- CARVALHO, S.
(2015). Divulgar ou não divulgar, eis a questão. In: *O Sertão Carioca*. Disponível em <http://ecomuseusertaocarioca.blogspot.com.br/2015/03/o-sertao-carioca-por-sergio-de-carvalho.html>. Acesso em 25 de março de 2015.
- DA COSTA, V. C.
(2006). *Propostas de Manejo e Planejamento Ambiental de Trilhas Ecoturísticas: Um estudo no Maciço da Pedra Branca Município do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- DE CERTEAU, M.
(2013). Relatos de espaço. *A invenção do cotidiano*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. Vozes.
- FERNANDEZ, A.
(2009). *Do Sertão Carioca Ao Parque Estadual Da Pedra Branca: A Construção Social de uma Unidade de Conservação à Luz Das Políticas Ambientais Fluminenses e da Evolução Urbana do Rio De Janeiro*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- FUNBIO.
(2012). Edital de Contratação de empresa para a elaboração de projetos para implantação de trilhas e atrativos dos Parques Estaduais da Copa 2014. Disponível em: <http://www.funbio.org.br/?s=implanta%C3%A7%C3%A3o+das+trilhas+e+atrativos+dos+Parques+Estaduais+da+Copa+2014&cat=0>. Acesso em 15 de outubro de 2014.
- GOW, P.
(1995). Land people and paper in western Amazonia. In: Eric Hirsch and Michael O' Hanlon (Eds.); *The Anthropology of Landscape. Perspectives on Place and Space*. Oxford: University Press.
- HEIDEGGER, M.
(2002). Construir, Habitar, Pensar. In: *Ensaios e Conferências*. (trad.) Márcia Sá Cavalcante Schuback. 2. ed. Petrópolis: Vozes.
- HERCULANO, S.; PACHECO, T. (Org.).
(2006). Racismo ambiental, o que é isso?. *I Seminário brasileiro contra o racismo ambiental*. Rio de Janeiro: FASE.
- ILHA, André; CASTRO, Patrícia Figueiredo de; PEDROSO, Alexandre Marau; SCHNEIDER, Aline (Orgs.).
(2013). *Trilhas: Parque Estadual da Pedra Branca/Instituto Estadual do Ambiente*. Rio de Janeiro, INEA.
- INGOLD, T.
(2011). *Being alive: essays on movement, knowledge and description*. New York: Routledge.
(2000). The temporality of the landscape. In *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. Londres: Routledge.
- LATOUR, B.
(2008). *Reensamblar lo Social: una introducción a la teoría del actor-red*. Buenos Aires: Manantial.
- LÉVI-STRAUSS, C.
(1976). *O pensamento selvagem*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- MAGALHÃES CORREA, A.
(1936). Sertão Carioca. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Volume 167.
- MAGNANI, J. G.
(2000). Quando o campo é a cidade. In: José Guilherme Magnani; Lillian de Lucca Torres (Orgs.); *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo, EDUSP/FAPESP.
- MANHÃES, R. P.
(2003). As Espécies Exóticas Somos Nós: Reflexão a Propósito do Ecoturismo na Ilha Grande. *Horizontes Antropológicos*, ano 9, n. 20.

- MAUSS, M.
(1974 [1923-24]). Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *Sociologia e Antropologia*. v. II. São Paulo: Edusp.
- MENEZES E CUNHA, P.
(2000). *Transcarioca: todos os passos de um sonho*. Rio de Janeiro: Sextante.
- (1998). *Trilhas do Rio*. Rio de Janeiro: Salamandra.
- MERLEAU PONTY, M.
(1976). *Phénomologie de la perception* Paris: Gallimard.
- JORNAL O DIA.
(15 de dezembro de 2012). Supertrilha será a maior em área urbana do mundo. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/portal/rio/supertrilha-ser%C3%A1-a-maior-em-%C3%A1rea-urbana-do-mundo-1.526458#comments-facebook> . Acesso em 15 de agosto de 2014.
- RODRIGUEZ, L. S.
(no Prelo, 2016). Pelos Caminhos do Cafundá. Paisagem, Memória e Parentesco no Quilombo da Vargem Grande. Annelise Fernandez; Rogério Ribeiro de Oliveira (Orgs.); *Paisagens do Sertão Carioca: homem, floresta e cidade* Rio de Janeiro.
- SALVATI, S.
(2003). Trilhas, conceitos, técnicas de implantação e impactos. *Ecosfera*. Disponível em: www.ecosfera.site.uol.com.br/trilhas.htm . Acesso em 21 de setembro de 2003.
- STEIL, C. A.; TONIOL, R.
(2011). Ecologia, Corpo Espiritualidade. Uma etnografia das experiências de caminhada ecológica em um grupo de ecoturistas. *Caderno CRH*, v. 24, n. 61.
- URRY, J.
(2001). *O Olhar do Turista*. 2001. Editora Studio Nobel/SESC: São Paulo.

Recebido em
abril de 2015

Aprovado em
maio de 2016

Sociabilidades: uma Rede de Relações no Trabalho com o Lixo

Marília Veríssimo Veronese*

Sueli Maria Cabral**

Norberto Kuhn Junior***

Resumo

O artigo analisa as representações construídas por um grupo de trabalhadores que, de alguma forma, estão entrelaçadas com o lixo, em termos de desvelar como articulam processos de sociabilidades e que sentidos atribuem ao trabalho com os resíduos. Com base na noção *simmeliana* de sociabilidade, tomamos a vida cotidiana enquanto jogo e arte, sendo que o estar-junto confere sentidos às coisas e às pessoas, agregando um modo de ser – *ethos* – mesmo que particular e momentâneo, propiciando um *sentir-junto* às convergências das ações e à sinergia social. Foram realizadas entrevistas com vinte e oito trabalhadores organizados em uma cooperativa de reciclagem. As entrevistas foram analisadas a partir do método do Discurso do Sujeito Coletivo, proposta de organização de dados qualitativos de natureza verbal, com fundamento na teoria das representações sociais. Evidenciou-se uma rede de relações que fomenta estratégias e ações questionadoras, que combatem os problemas em um âmbito privado, mas igualmente no aspecto público de suas vidas, entrelaçando-os. Pois, quando estão unidos cotidianamente, lutam contra – não necessariamente vencem – o próprio estigma social a que são submetidos.

Palavras-chave

Sociabilidades. Catadores. Trabalho.

* Marília Verissimo Verone é Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) – Rio Grande do Sul. Docente e pesquisadora do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale dos Sinos - UNISINOS. Email: marilivero@yahoo.com.br.

** Sueli Cabral é Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale os Sinos. Docente da Universidade Feevale. Email: suelimariacabral@gmail.com.

*** Norberto Kuhn Junior é Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos; e docente e pesquisador no Programa de Pós-graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social e no Mestrado Profissional em Indústria Criativa da Universidade Feevale. Email: nkjunior@feevale.br.

Abstract

The article analyzes the representations created by a group of workers which, in some way, are intertwined with trash, in terms of revealing how the processes of sociability articulate and which meanings are attributed to the work with waste. Based on the simmelian notion of sociability, we face our daily lives as games and art, only the being-together gives meaning to things and people, incorporating a way of being – an ethos – even if it is private and momentary, fostering a *feel-together* to the converging of actions and the social synergy. Twenty-eight workers of a recycling cooperative were interviewed. The interviews were analyzed based on the method of the Discourse of the Collective Subject, which was proposed with the organization of qualitative data of verbal nature, founded on the theory of social representations. It became evident that there is a network of relationships which foment questioning strategies and actions, confronting the problems in the private as well as the public areas of their lives, intertwining them. Therefore, in their everyday union, they fight against – but not necessarily win – the very social stigma to which they are submitted.

Keywords

Sociability. Waste pickers. Work.

Introdução

O estudo que ora se apresenta toma como ponto central vidas estigmatizadas, aprofundando o estudo da tríade homem-lixo-trabalho enquanto figuras de desordem¹. Busca-se a compreensão da vida cotidiana dos sujeitos em questão e o quanto esse cotidiano pode revelar um movimento em que a desordem se configura como agente de fortalecimento individual e coletivo. O foco está na tessitura de uma forma de *estar-junto* que se tornou um fundamento da sociabilidade presente, um vínculo que ganha a condição de processo de aproximação e estreitamento das relações entre os membros do grupo e destes em suas demais interações. Essas relações não são apenas utilitárias,

¹ Os estudos sobre a rede de significados que compõem a complexa tríade homem-lixo-trabalho teve início com a pesquisa intitulada “Trabalhadores do Lixo, o Relato de Uma Pedagogia da Desordem”, realizada em 2001, em uma perspectiva que explorou prioritariamente o aspecto pedagógico do trabalho e as possibilidades da construção de conhecimentos significativos que foram denominados conhecimento-emancipação.

mas compõem uma sociabilidade compreendida como um fenômeno singular.

A pesquisa foi realizada com sujeitos que trabalham juntos, convivem e, em grande parte, sobrevivem dos resíduos sólidos urbanos, moradores da cidade de Esteio-RS, em bairros periféricos, comunidades de abrangência do programa governamental Territórios da Paz² e (re)conhecidas pelas ausências de segurança, de saneamento básico e outros direitos de cidadania. Em tais espaços, a violência é vivenciada na realidade não apenas objetiva, mas igualmente simbólica.

Assim, tornou-se relevante durante o estudo um olhar atento aos lugares onde esses homens e mulheres moram e trabalham, o que, sem dúvida, confirmou a coexistência de elementos do passado e do presente ou de um passado reconstituído no presente, que vem impulsionando e fortalecendo diferentes formas de convivência e inserção na sociedade atual.

Organizado em uma cooperativa, a COOTRE - Cooperativa de Trabalho de Recicladores de Esteio -, o grupo, composto por aproximadamente trinta pessoas entre homens e mulheres, trabalha diariamente no Centro de Triagem pertencente à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, na cidade de Esteio, Rio Grande do Sul.

No período em que o estudo de campo foi realizado (durante o ano de 2014), vinte e oito trabalhadores estavam na condição de cooperados. Esse é um número que oscila durante o ano, pois, apesar dos benefícios oferecidos, como alimentação, equipamento de segurança e renda mensal acima da média das cooperativas de resíduos sólidos, a atividade ainda é exaustiva, penosa e cercada por estigmas que lhe conferem um status socialmente inferior.

É, portanto, na intercessão de elementos objetivos e simbólicos que a reflexão se inicia, uma reflexão não apenas do que se constitui de concreto – a existência objetiva do homem/mulher, do lixo e do trabalho – mas igualmente das percepções e das representações que circundam esses elementos, as representações dominantes de moral, de valor, de insegurança, do certo, do errado, de gênero etc. Isso acaba por transformar o acontecer cotidiano em uma instância de alianças que influencia e é influenciada pelas

² O programa faz parte do PRONASCI, Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. É um programa federal com gestão local. (BRASIL, 2015).

interações sociais existentes, as quais propiciam uma sociabilidade que, balizada por um estar-junto, confere sentidos às coisas e às pessoas.

A Concepção de Sociabilidade

As possibilidades de compreensão do conceito de sociabilidade partem do pressuposto de que existem laços sociais que são tecidos nas manifestações cotidianas, nas quais o *estar-junto* se consolida por certa fluidez e instantaneidade.

Tais laços, mesmo que fluidos, possibilitam um *apropriar-se do mundo* a partir de maneiras, atitudes e ações que permitem efetivas conexões das interações e das relações sociais. Por conseguinte, o pensamento *simmeliano* sobre sociabilidade constituiu-se um ponto de partida importante para a compreensão da *condição do estar-junto*.

Simmel (2006) considera que a sociedade é uma realidade que possui duplo sentido: em uma instância, há a percepção imediata da existência que leva a cabo os processos de associação e que une os sujeitos. Em outra, existem os interesses ou impulsos dos sujeitos que motivam tal união, como os econômicos, os bélicos, os eróticos, os religiosos etc. Para satisfazer tais impulsos e alcançar os propósitos de cada um ou de todos através de um estado constante de correlação e teleologicamente determinado, os sujeitos produzem efeitos sobre outros, ao mesmo tempo em que os recebem (SIMMEL, 2006).

Tais processos são determinados pelo grau de sociação, ou modos pelos quais os fluxos de experiências vividas ganham forma e persistem para além dos conteúdos íntimos originais que os sujeitos possuem. Para o autor, a própria consciência possui uma base sociológica, que permeia as atitudes individuais e se manifesta nas relações com os outros, de acordo com seus próprios conceitos e preconceitos.

Círculos Sociais

Na obra *Sociologia Simmeliana*, em especial, no capítulo intitulado *El cruce de los círculos sociales*, o autor ressaltou que os círculos sociais aos quais os sujeitos pertencem se multiplicaram. O sujeito coloca-se em diferentes grupos – ou

círculos sociais - como a família, o trabalho e os amigos e, no entrelaçamento desses *círculos sociais*, constitui-se. Para Simmel, a noção de individualidade está associada ao número de círculos nos quais cada pessoa interage.

Os sujeitos e suas formas de produção simbólica e material, portanto, são os resultados do processo de interações que eles constroem ao longo de sua vida nos diversos círculos sociais. E sua participação neles acaba por expandir uma face da individualidade geralmente não explorada, sendo que são os pontos de intersecção que se tornam determinantes para a construção e a compreensão da própria individualidade.

A pertença a distintos círculos sociais acaba por colocar em comunicação os diferentes papéis que o sujeito desempenha em sociedade; concomitantemente, seu entrecruzamento constitui não apenas sua individualidade, mas, igualmente, relações que acabam por dar forma à complexa estrutura do tecido social. A articulação teórica entre a filosofia, a psicologia e a sociologia e sua recusa em aceitar as fronteiras disciplinares permite a Simmel (2006) revelar uma sociologia que não se limita a uma perspectiva cujo objeto seja a vida dos sujeitos, mas formada *a partir dela*. Nessa perspectiva, a categoria sociedade é apreendida como um processo de interações duradouras já cristalizadas - como o Estado e a família - e as não tão organizadas e duradouras, pois, considerando-se que os sujeitos estão constantemente ligados uns aos outros, influenciando e recebendo influências, cria-se um laço social que se retroalimenta por eles mesmos, constituindo um processo de sociação que acontece por elementos tangíveis e não tangíveis.

Os laços de associação entre os homens são incessantemente feitos e desfeitos para que não sejam refeitos, constituindo uma fluidez e uma pulsação que atam os sujeitos, mesmos quando não atingem a forma de verdadeiras organizações. Que os seres humanos troquem olhares e que sejam ciumentos, que se correspondam por cartas ou que alcem juntos, que pareçam simpáticos ou antipáticos uns aos outros para além de qualquer interesse aparente, que a gratidão pelo gesto altruísta crie um laço mútuo indissolúvel, que um pergunte ao outro pelo caminho certo para se chegar a um determinado lugar, e que um se vista e se embeleze para o outro – todas essas milhares de relações cujos exemplos citados foram escolhidos ao acaso, são praticadas de pessoa a pessoa e nos unem ininterruptamente, sejam elas momentâneas ou duradouras, conscientes ou inconscientes, inconsequentes ou consequentes. (SIMMEL, 2006; p.17).

Sociação e Sociabilidade

O autor acredita que as relações sociais estão ligadas a um sentimento comum a todos os homens e mulheres: a sociabilidade. Ressalta, contudo, que ela pode variar de intensidade segundo as qualidades pessoais daqueles com os quais nos relacionamos, intercambiando ideias, emoções e até objetos. Nesse sentido, seu pensamento sociológico traz, de forma proeminente, a questão das interações sociais que, para ele, constituem a base das relações sociais.

A sociedade só existe a partir dessas ligações entre os sujeitos; nesse processo, esses influenciam e são influenciados, consolidando, dessa forma, uma relação de troca e distinguindo-se de um simples conjunto de sujeitos. Trata-se, portanto, *do princípio da reciprocidade de efeitos entre as ações individuais*, fundamental na teoria *simmeliana*, pois é o que mantém as interações e, conseqüentemente, a existência da própria sociedade.

Assim, a partir do conceito de sociação, surge o de *sociabilidade*, que para Simmel (2006) vincula-se à ideia de que a vida social só existe no âmbito das formas sociais. Ou seja, a existência individual *é um transitar habitual* por um conjunto de formas fluidas, efêmeras ou fixas, que, ao serem responsáveis pelas interações dos sujeitos, acabam por representar a capacidade de criação do espírito humano.

Tomando por base as categorias sociológicas, defino então a sociabilidade como a forma lúdica de sociação, e – *mutatis mutandis* – algo cuja concretude determinada se comporta da mesma maneira como a obra de arte se relaciona com a realidade. (SIMMEL, 2006; p.65).

A sociabilidade estabelece-se mediante um jogo em que cada sujeito deve garantir ao outro aquele máximo de valores sociáveis (felicidade, autonomia, liberação, vivacidade) compatível com o máximo de valores recebidos por esse sujeito, imbuídos de valores intencionais. Nesse jogo, há uma atração que possui um duplo sentido: “não somente joga na sociedade aquele que a mantém externamente, mas com ele joga-se de fato a sociedade” (SIMMEL, 2006; p.72).

Os sujeitos como parte da sociedade vão estar pautados em um complexo conjunto de atitudes socialmente sancionadas, que vão permitir a efetivação das interações e das relações sociais; são os arranjos sociais que se configuram como artifícios de produção do meio social. Considerando as formas de sociabilidade, existe um nivelamento das posições sociais. *A priori*,

as relações ocorrem em membros de classes sociais similares, pois implicam valores partilhados. Trata-se, nesse sentido, de uma relação construída com indivíduos que vivem e convivem com seus iguais, com proximidade espacial e conhecimento mútuo. São vínculos que transcendem a intimidade da casa, mas que propiciam o encontro mais estimado com o outro, fazendo dele uma fonte de segurança, mas igualmente de receios.

Desse modo, como já foi dito, a sociabilidade oferece um caso possivelmente único no qual *o falar* se torna legitimamente um fim em si mesmo. Por ser puramente bilateral – e, talvez, com a exceção da “troca de olhares”, a forma de bilateralidade mais pura e sublime entre todos os fenômenos sociológicos –, ela se torna o preenchimento de uma relação que nada quer ser além de uma relação, na qual também aquilo que de resto é apenas forma de interação torna-se seu conteúdo mais significativo.

Forma e Conteúdo da Sociação

Simmel (2006) compreende a sociedade a partir de duas diferenciações básicas: forma e conteúdo. O conteúdo da sociação é o que existe no sujeito, tais como os impulsos, os interesses e as finalidades, que são, em síntese, os interesses, os fins e as motivações individuais, tratando-se do que é próprio do sujeito e que lhe permite causar efeitos *sobre* os outros e receber efeito *dos* outros. Ressalta-se, no entanto, que tais motivações se tornam sociais apenas quando presentes nos processos de interação. Tais conteúdos, por sua vez, concretizam-se na realidade social a partir das formas ou dos modos de interação entre os sujeitos.

A sociação é, portanto, a forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os sujeitos, em razão dos seus interesses – sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movido pela causalidade ou teleologicamente determinados se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam. (SIMMEL, 2006; p.60-61).

Percebe-se, portanto, que, entre as formas e os conteúdos, há sempre um jogo, uma tensão constante e igualmente uma autonomia, na qual as formas passam a ter vida própria e não estão conectadas a um determinado conteúdo. E esse processo acaba por gerar o fenômeno da sociabilidade.

Para o autor, interesses e racionalidade pouco estão envolvidos na noção de sociabilidade. São relações que têm como fim elas mesmas, sua existência está condicionada ao momento sociável e, quando muito, a sua lembrança. Não há propósitos objetivos nem resultados exteriores, a sociabilidade depende das personalidades envolvidas e do instante vivido. Entende-se, portanto, que o homem sociável só existe em relações sociáveis, nas relações de jogo social, nas conversações, que há uma “democracia da sociabilidade, mesmo entre aqueles socialmente iguais, é um jogo de cena. A sociabilidade cria, caso se queira, um mundo sociologicamente ideal: nele, a alegria do sujeito está totalmente ligada à felicidade dos outros” (SIMMEL, 2006; p.69). Ou seja, a única obrigação do sujeito é oferecer o máximo de valores sociais (alegria, vivacidade e similares) compatíveis com o máximo de valores que recebe. Trata-se de um *estar-junto* que, a partir de um *eu* que é plural, permite constituir laços sociais de ideias, sonhos e emoções partilhadas. Trata-se de uma sociabilidade que possui uma lógica transgressora da ordem racionalizadora e instrumental, vivenciada na dimensão que cria condições à participação e ao multicultural, experimentados e compreendidos também pelos sentidos. Assim, revela-se enquanto um terreno sobre o qual é possível entender o subterrâneo da dinâmica social, o que *religa*, a partir da lógica de interesses, impulsos e emoções que repousam em um tipo de ligação com o outro, que repousa na correspondência, no reconhecimento da proximidade.

Essa breve incursão sobre o tema sociabilidade não está, obviamente, completa, nem pretende esgotar um tema complexo, amplo e interdisciplinar. Apenas nos fornece alguns elementos teóricos para pensar o objeto em foco. Passamos agora ao estudo das interações e representações dos trabalhadores da COOTRE, que nos forneceram um rico registro empírico para análise. Iniciamos com breve descrição dos procedimentos metodológicos adotados na coleta e análise dos relatos dos vinte e oito trabalhadores entrevistados, para, na sequência, desvelar a tríade homem-lixo-trabalho através das categorias produzidas na análise, “o trabalho com o lixo” e “a reciprocidade do estar-junto”.

Imersão Etnográfica e o Método do Discurso do Sujeito Coletivo

Com apoio na revisão bibliográfica realizada, nas observações participantes, nas entrevistas semiestruturadas e nas anotações no diário de campo,

procuramos traduzir as representações produzidas entre trabalhadores, que impactam na constituição de suas identidades, nos processos de sociabilidades e nos sentidos do trabalho com o lixo. Ressalta-se que a lógica da pesquisa só pode operar a partir da interligação de elementos sociológicos, antropológicos, geográficos e socioeconômicos, conectando o empírico e o teórico, desenvolvendo uma elaboração analítica que destaca, separa e opõe, mas na qual não procede a redução e a disjunção (MORIN *et al.*, 1997).

Assim, optou-se pelo paradigma qualitativo, uma vez que, sob essa perspectiva, é possível compreender de forma singular atitudes, comportamentos, opiniões e atributos do contexto pesquisado, avaliando aspectos emocionais e intencionais, implícitos nas opiniões dos sujeitos da pesquisa e dada a complexidade do objeto de estudo. Entendeu-se, igualmente, ser necessário fazer uso dos pressupostos da etnografia como uma possibilidade de desvelar as representações próprias ao campo, o que exige que o observador vá além dos discursos e observe os rituais (formais ou não) do grupo analisado. Sendo assim, a etnografia pode oportunizar o reconhecimento e conhecimento, dando a inteligibilidade necessária para a compreensão. Sobre etnografia, em especial a urbana, Magnani (2002; p.18) afirma que

... o que se propõe é um olhar de perto e de dentro, mas a partir dos arranjos dos próprios atores sociais, ou seja, das formas por meio das quais eles se vêm para transitar pela cidade, usufruir seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas – religiosidade, trabalho, lazer, cultura, participação política ou associativa etc. Esta estratégia supõe um investimento em ambos os polos da relação: de um lado, sobre os atores sociais, o grupo e a prática que estão sendo estudados e, de outro, a paisagem em que essa prática se desenvolve, entendida não como mero cenário, mas parte constitutiva do recorte de análise. É o que caracteriza o enfoque da antropologia urbana, diferenciando-o da abordagem de outras disciplinas e até mesmo de outras opções no interior da antropologia.

As entrevistas foram analisadas a partir do método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que é uma proposta de organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal, obtidos de depoimentos/entrevistas, com fundamento na teoria das representações sociais de Serge Moscovici (2003) e seus pressupostos sociológicos. Essa metodologia tem como ponto de partida depoimentos coletados por entrevistas e “visa expressar o pensamento de

uma coletividade, como se esta coletividade fosse o emissor de um discurso” (LEFEVRE; CRESTANA; CORNETTA, 2003; p.70).

O Discurso do Sujeito Coletivo tem os depoimentos como matéria-prima, sob a forma de um ou vários discursos-síntese escritos na primeira pessoa do singular, expediente que visa expressar o pensamento de uma coletividade, como se essa coletividade fosse o emissor de um discurso. A proposta consiste essencialmente em analisar os depoimentos coletados e, posteriormente, interconectá-los com a fundamentação teórica desenvolvida. Trata-se de uma abordagem socioantropológica, porque assim é possível compreender as representações sociais como expressão de referências de uma coletividade³. Lefèvre e Lefèvre (2005; p.25) conceituam o método como uma

estratégia metodológica para descrever o sentido dos discursos presentes em pesquisa de representação social, pois utiliza-se, entre outras, das figuras metodológicas da ideia central e das expressões chaves. O objetivo aqui é mostrar como a inter-relação entre essas duas figuras contribui para descrever, de maneira adequada, o sentido dos discursos presentes em pesquisa sobre representações.

De acordo com seus criadores, o DSC possui três figuras metodológicas centrais, a saber: expressões-chave, ideias centrais e ancoragem. *Expressões-chave (ECH)* são trechos do discurso coletado que acabam por revelar a essência do conteúdo das representações ou das teorias subjacentes a elas. As expressões são parte essencial da análise e constituem os recortes do discurso. *Ideias Centrais (IC)* são a descrição sintética do sentido das palavras do entrevistado; não constituem, contudo, uma interpretação, mas uma descrição, revelando o que foi dito. No que diz respeito à *Ancoragem*, segundo os autores, algumas ECH não remetem a uma IC, mas à manifestação de uma teoria, ideologia ou crença em que os entrevistados acreditam ou que professam. Trata-se de uma afirmação genérica do enunciador do discurso para enquadrar uma situação específica. Ressalta-se que todo discurso possui uma ancoragem, pois traz

³ Não se trata aqui de resgatar as representações coletivas de Durkheim (1994), uma vez que estas são muito abrangentes e pouco flexíveis para darem conta da produção do pensamento na sociedade atual. Busca-se, todavia, compreender o posicionamento subjetivo dos sujeitos a partir de espaços sociais que encadeiam fenômenos interativos, frutos de processos sociais do cotidiano do mundo contemporâneo, a partir da teoria de Moscovici (2003) e de outros que a desenvolvem.

uma ideia básica que sustenta o discurso, os valores que estão embutidos na fala, o que está subjacente ao cotidiano. Todo processo de análise do DSC considera o discurso de sujeitos que compartilham um espaço social ou de crenças e valores comuns indissociáveis do pensamento possível de ser coletivo – mesmo que, em uma temporalidade determinada – e procura compreendê-la sem fazer mutilações em favor de uma teoria ou outra. Nesse sentido, o DSC configura-se como um sistema de interpretação da realidade dos participantes, das relações estabelecidas por eles no contexto social a partir de suas falas.

Considerando-se tais premissas, o processo de coleta de dados iniciou-se no primeiro semestre de 2014. Em termos gerais, o processo etnográfico percorreu o caminho da percepção, conhecimento e interação entre pesquisadores e sujeitos, criando os elos necessários entre a ética e a estética, o público e o privado, a ordem e o caos. Potencializou-se, assim, a apropriação de uma interpretação possível das *coisas da vida cotidiana* e, entre o que foi dito e o que ficou silenciado, procurou-se dar visibilidade aos diferentes sentidos, às diferentes representações e concepções existentes no espaço pesquisado. As histórias relatadas pelos sujeitos e os momentos comuns compartilhados permitiram entrar em um universo repleto de elementos tangíveis e não tangíveis. Essa riqueza favoreceu maior compreensão dos discursos, que acabaram por representar as vozes de um grupo de sujeitos infinitamente interessante, complexo e, como diria Friedrich Nietzsche (2003), *humano, demasiado humano*.

Tal etapa configurou-se a partir da curiosidade e da flexibilidade (dias de visita, tempo de visitação e conversas), o que possibilitou a construção de um diário de campo (DC – que aparece, aqui, na forma de citação). Esse diário constituiu-se para além de uma acumulação de anotações, pois permitiu que pequenos acontecimentos se mostrassem reveladores de importantes signos, favorecendo uma percepção mais sensível e menos mutilada da realidade investigada. Tem-se, como resultado desse processo, vínculos estabelecidos a partir do duplo olhar: o da *estranheza* (ações cognitivas que permitem uma compreensão pelo exterior) e o da *identificação* (ações cognitivas que permitem uma compreensão pelo interior), permitindo certa inteligibilidade do fenômeno, em uma perspectiva que une múltiplos elementos: coisas, signos, símbolos ou discursos, sempre em uma postura dialógica do que estranha e identifica. É o que vai se verificar nas considerações a seguir.

O DSC foi utilizado como recurso metodológico e expositivo, para compor um discurso, finito e temporal, que contemporizou o sentido comum

das falas dos sujeitos entrevistados. O resultado final não é uma narrativa comumente vista, ou seja, um texto coeso com início e fim. Trata-se antes de uma compilação das *Expressões-chave (ECH)* e *Ideias Centrais (IC)*, que foram agrupadas por categorias.

O Trabalho com o Lixo e a Reciprocidade do Estar-Junto

Vimos que a noção de sociabilidade nos permite enaltecer a vida cotidiana enquanto jogo e arte, sendo que o *estar-junto* com o outro confere sentidos às coisas e às pessoas, agregando um modo de ser (*ethos*), mesmo que particular e momentâneo, propiciando um *sentir-junto* às convergências das ações e à sinergia social, o que possibilita desvelar mais da tríade homem-lixo-trabalho. Para o recorte proposto neste artigo, tomamos as seguintes perguntas e suas respectivas categorias emergentes: “*Por que e como iniciou o trabalho na COOTRE?*”, da qual resultou a categoria “*trabalho com o lixo: a estação possível*”, e a pergunta “*Qual sua relação com seus colegas de trabalho? O que eles significam para você?*”, que resultou a categoria “*Reciprocidade do estar-junto*”.

Trabalho com o lixo: a estação possível

Uma vez reunidas todas as respostas à questão “*Por que e como iniciou o trabalho na COOTRE?*” e aplicados os procedimentos de organização dos dados conforme descrito, chegamos à categoria *Trabalho com o lixo: estação possível*, em uma clara referência a um local onde, apesar dos estigmas, dignidade e esperança se entrelaçam no cotidiano.

Os entrevistados já estiveram ligados ao trabalho assalariado, formalmente ou não, seja no âmbito fabril ou doméstico; contudo, a baixa escolaridade, antecedentes criminais e, em alguns casos, o preconceito social e práticas discriminatórias contra pessoas gays, lésbicas, travestis e transexuais, favoreceram a entrada dos sujeitos na COOTRE. Sua permanência na atividade – ainda que repleta da percepção de dignidade, é carregada de estigmas a ela atribuídos – justifica-se pelo fato de que eles não acreditam que haja uma opção real de trabalho com uma carga menos penosa, física e emocional.

Olha eu vivi de prostituição, mas na rua não estava dando mais.
A rua é assim: um dia dá, outro dia não dá. Foi onde uma amiga

minha falou assim: "Ah, tem a reciclagem lá do morro, olha, é no meio do lixo, tu é nojenta!" E realmente eu sou nojenta. Eu estava precisando, tu encara entendeu? Foi onde eu fui e me surpreendi comigo mesma, tu nunca foi lá, não é? É horrível, um verdadeiro lixo com comida junto, tudo o que tu imaginar [...] Lá eu ganhava R\$200,00 por semana, descontava 30 reais da Van, ficavam 170 reais. Então falei com uma amiga e ela falou com a coordenadora. Fui aceita e eu estou aqui. Mas não é fácil e eu quero mais. Quero voltar a estudar técnico de enfermagem. (Entrevistada X, fev/14).

A precariedade na execução das atividades – menor quando comparada com outras sedes de associações ou cooperativas – é quase palpável. As instalações elétricas são inapropriadas (extensões das extensões) e, em dias de chuva, há goteiras próximas ao pequeno e perigoso universo de fios e suas imbricadas conexões. A esteira é muito alta, dificultando o processo de triagem do material recebido. Sua estrutura, portanto, não oferece qualidade na relação máquina *versus* operador, o que, em médio prazo, poderá causar danos à saúde desses trabalhadores. Os equipamentos de proteção individual ou EPI's são fornecidos, mas pouco utilizados, uma vez que, para muitos, esses equipamentos mais atrapalham do que ajudam no cumprimento das tarefas. O trabalho é árduo e realizado de segunda a sexta-feira regularmente e, quando necessário, também aos sábados. A triagem do material, a pesagem e o enfardamento são trabalhos intensos, o cheiro do ambiente é de lixo e o cansaço, perceptível. Nenhum dos associados/cooperados contribui para o INSS, dependem exclusivamente da assistência médica pública e, nos recentes exames médicos realizados – fruto de uma parceria inédita entre a COOTRE, Prefeitura de Esteio e uma Unidade Básica de Saúde do município – nenhum deles está em condições de saúde consideradas plenamente satisfatórias, apresentando variados problemas. Esses são apenas alguns elementos que exemplificam a precariedade do trabalho e a condição vulnerável em que os trabalhadores da COOTRE se encontram. Esse cenário pode ser compreendido melhor a partir de Robert Castel (2003), que afirma que é difícil estabelecer uma clara separação entre a precariedade e a vulnerabilidade, uma vez que ambas estão entrelaçadas. Apesar de esse autor não se referir especificamente ao Brasil, suas proposições constituem-se subsídios importantes para a compreensão do nosso contexto. Nascidas no seio de movimentos econômicos excludentes, a precariedade e vulnerabilidade geraram, em seu percurso, uma dinâmica social que resultou em um processo de desfiliação, constituído de frágeis vínculos dentro das

estruturas sociais.

Os sujeitos entrevistados foram atingidos por esse fenômeno e, portanto, em algum momento de suas vidas, perceberam-se fora dos “circuitos de trocas produtivas”, tornando-se “inúteis” nos espaços socialmente aceitáveis, que se articulam pela interdependência funcional entre seus membros produtivos. O grupo, dessa forma, não apenas estava em uma condição de desfiliação, de flutuação dentro da estrutura social – inclusive, em alguns casos, alguns sujeitos encontram-se em desfiliação sociofamiliar – mas, igualmente está separado por uma linha abissal (SANTOS, 2007), que fomenta nele uma condição de vida repleta de desconfiança e de insegurança em razão de seu suposto *status* de inferioridade.

Eles são os outros que estão “do lado de lá” dessa linha simbólica que separa os cidadãos, os incluídos no mundo do trabalho, dos não cidadãos e dele excluídos. Contudo, ainda resta perguntar: mas quem são esses que estão no lado de lá? Quem são os que possuem uma existência considerada tão desqualificada que são metaforicamente considerados inexistentes? De modo geral, são sujeitos que possuem algumas características comuns: são destituídos de recursos materiais e, por vezes, simbólicos; possuem dificuldades de acessar seus direitos sociais – em relação à saúde, à educação, à cultura e ao lazer; normalmente, estão em uma zona de invisibilidade; e, por terem baixo poder aquisitivo, são considerados pobres e dificilmente encontram-se próximos a um trabalho de boa qualidade, compondo o exército de uma sub-humanidade moderna.

Destaca-se que dezoito dos vinte e oito entrevistados para este estudo declararam que não completaram o Ensino Fundamental; destes apenas oito terminaram o 5º ano; os demais frequentaram por apenas um ou dois anos os bancos escolares. Mesmo assim, vale o destaque para as respostas “Eu sempre trabalhei em reciclagem, no lixão mesmo. Sem estudo e sem dinheiro tem que ir para o lixo mesmo”; “Antes eu trabalhei como assalariada, mas foi por pouco tempo, e eu sabia que eu não iria conseguir de novo. Não tenho estudo, não tenho profissão e não me esforcei para ter uma” e “Eu não sou boa para trabalhar com outra coisa, só com o lixo mesmo”. Tais fragmentos do DSC sintetizam alguns elementos fundantes do processo de inserção do grupo na ARCA/COOTRE, e a leitura atenta desvela que o que está presente são sentidos muito mais amplos que a própria pergunta.

Sentimentos de incapacidade e inferioridade permeiam todo o discurso, oriundos talvez da baixa escolaridade ou de outras contingências vividas; os sujeitos compreendem, de modo geral, que são os únicos responsáveis pela

recusa do mercado em (re) admiti-los e, portanto, o que lhes cabia (ou o que lhes cabe?) era (é?) *o trabalho com o lixo*. Na perspectiva dos entrevistados, tal condição de sobrevivência não decorre do fato de serem vítimas de uma sociedade excludente ou, no mínimo, corresponsável pelas decisões tomadas no decorrer de sua vida. Inicialmente – e esta palavra deve ser destacada – o trabalho com o lixo é condição de merecimento – ou a ausência deste, pois não acreditam que são “bons o suficiente” para realizar outro tipo de atividade.

Entende-se que tal leitura é o resultado de um esforço não apenas de entenderem, mas de se *ajustarem* à condição existente. Como anotado em uma das passagens do diário de campo construído no decorrer da pesquisa:

o grupo acredita que atualmente o trabalho com o lixo é bom, mas percebe-se que todos se referem a esta atividade não como uma opção, mas uma condição. A conversa na hora do almoço foi esclarecedora. Uma das mulheres afirmou que estava aqui porque era o que havia sobrado para ela nesta vida (DC, abril/2014.).

O que deve ser destacado é que sujeitos empobrecidos têm sido levados a conseguir alternativas de geração de trabalho e renda, seja através de iniciativas autônomas, seja através de coletivos organizados, herdeiros de gerações de igualmente empobrecidos, sem qualificação; preconizam um sentimento de inferioridade e desvalorização que acaba influenciando suas identidades. Igualmente, a partir das respostas apresentadas e das relações expressas pelos entrevistados, verifica-se que há outra base comum: quase a totalidade dos entrevistados foi para a COOTRE em função da atual presidente da cooperativa. Trata-se da líder do grupo, uma ativa liderança comunitária e uma conselheira religiosa.

A R. me mostrou que eu ia mudar minha vida. Trabalhar na COOTRE é trabalhar com a R. e, onde ela for, eu vou e o T. vai junto (ENTR 02, maio/14).

A liderança da presidente é forte técnica e administrativamente, mas há, em seu entorno, uma “aura messiânica”. Sua autoridade não está apenas no aspecto profissional. Trata-se de uma autoridade que também é espiritual. Seu alcance não é apenas nos trabalhadores da COOTRE, mas igualmente na comunidade adjacente à sua casa. Não há valores financeiros envolvidos, mas gosta que tudo seja feito da sua forma e no seu tempo (DC, abril/2014).

As interações existentes, que compõem o cotidiano do trabalho, são sempre costuradas, fomentadas e, às vezes, construídas pela líder do grupo. Reuniões no horário do almoço são comuns, discussões coletivas sobre o enfrentamento dos problemas e a ampliação dos benefícios para todos estão sempre em pauta. Trata-se, portanto, de um processo relacional e simbólico, de proteção, de alianças e de laços sociais, vínculos que tangenciam o sofrimento e a desilusão, mas igualmente a esperança. Vale destacar, igualmente, algumas ideias presentes nos discursos que apontam em direção ao que Maffesoli (1996) denomina estética social. Para o autor, é na necessidade de pertencer que o laço social se constitui; trata-se de uma potência que cria a solidariedade e que favorece a fusão.

Reciprocidade do estar-junto

O Discurso do Sujeito Coletivo, formulado a partir das narrativas em torno das perguntas “*Qual sua relação com seus colegas de trabalho? O que eles significam para você?*”, resultou na categoria de análise *reciprocidade do estar-junto*.

Propomos pensar essa categoria a partir das contribuições de Simmel (2006), em especial no que se refere à sociabilidades, pois as narrativas mostraram que existem relações claramente construídas e desenvolvidas a partir de um arquétipo social que sustenta as estruturas lá edificadas. Para dar conta das formas de sociação, o autor utiliza a noção de arquétipo sociológico, caracterizado, afinal, por um pensamento relacional. As construções subjetivas, os imaginários e suas modalidades de partilha são parte do repertório de modelos, ou arquétipos, que determinam a relação com o outro e com o espaço-tempo. Mas, no contexto investigado, o que seriam arquétipos? Os arquétipos estão no cerne dos simbolismos de diversas civilizações, estão presentes nos mitos, nas lendas, nos contos de fadas e até em obras de arte. *A priori*, trata-se de um fenômeno intuitivo, motivador de mudanças e/ou de identificação.

Eles são minha família. Eu sou mais gente perto deles. A gente briga, fala alto, mas todo mundo fica bem no final. É sempre bom estar aqui apesar de, às vezes, ser ruim. Dá para entender? Às vezes, a gente briga, mas depois fica tudo bem. É igual uma família mesmo. Às vezes, a Rita tem que puxar a orelha da gente, mas aqui eu não tenho receio de ser o que eu sou, eu falo de tudo, não só trabalho. Eles me apoiam quando estou triste e eu faço a mesma coisa com eles. Quando alguém está doente, nós ajudamos,

quando precisa de apoio, nós estamos lá. A relação é boa e eles significam tudo para mim, eles são a minha família. (Entrevistada L, fev/2014)

São como uma família. Sabe, antes de vir trabalhar aqui eu tinha um monte de preconceito, por exemplo, com ‘bibas’, hoje não, antes de eu conhecer aquela bibona ali, eu até tinha um pouco, o Junior, sabe qual é? Quando eu cheguei aqui, fiquei até, meio assim, mas conversando com a gente, ele mostrou respeito, de não se passar nem nada, a gente foi dialogando, dialogando..., eu fui abrindo a mente pra isso também. (Entrevistada R, maio/2014).

Este trabalho faz com que a gente abra a cabeça para muitas coisas e para muitas pessoas. A gente se torna diferente, então passa a aceitar mais as pessoas pelo que elas são, não pelo que elas podem dar para você. A maioria não tem nada mesmo a não ser o que passa no coração. (Entrevistada M, abril/2014)

“*Somos uma família*” foi uma das expressões mais utilizadas pelo grupo, e não se pode esquecer que a família possui um lugar privilegiado na construção social da realidade, sendo lócus da constituição de importantes arquétipos e mitos sociais. Na tradição do pensamento social brasileiro, muito foi discutido sobre o entrecruzamento das esferas familiares – privada – e públicas, como Estado e local de trabalho. Segundo Itaboraí (2005), autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Nestor Duarte procuraram demonstrar como a família patriarcal favoreceu laços de dependência interpessoal que acabaram estendendo-se para a esfera pública, caracterizando, dentre outros elementos, a cultura ibérica da qual somos herdeiros. Contudo, nos parece aqui que a vinculação do grupo de trabalho com a ideia de família trazida pelos entrevistados também se deve a outros fatores de ordem psicossocial presentes na experiência desses catadores.

Uma vez que muitos dos sujeitos tiveram vínculos familiares interrompidos, parece-nos que o grupo ocupa um lugar de afeto que recupera vivências importantes para eles, fazendo emergir aspectos interessantes da categoria do estar-junto. Para Saraceno (1997), a família – que possui formas diferentes na sociedade – é um espaço simbólico e historicamente construído. A autora afirma:

O espaço ao mesmo tempo físico, relacional e simbólico aparentemente mais conhecido e comum, a ponto de ser usado como metáfora para todas as situações que têm a ver com

espontaneidade, com a naturalidade, com o reconhecimento sem necessidade de mediação - «somos como uma família», «uma linguagem familiar», uma «pessoa da família» -, a família revela-se como um dos lugares privilegiados de construção social da realidade, a partir da construção social dos acontecimentos e relações aparentemente mais naturais (1997; p.5).

Assim, a partir da ideia de que “somos como uma família”, que surge a partir das interações afetivas do e pelo grupo, percebe-se um prazer do estar-junto, que se constitui de uma emoção compartilhada, arquivada no cotidiano do trabalho, mas que, em alguns casos, extravasa o espaço da cooperativa. Portanto, há uma linha muito tênue que separa o público – trabalho, cooperativa, políticas de reciclagem – e o privado – casa, família, comunidade de entorno. Em “somos como uma família”, está presente um sentimento comum, uma forma comunitária que, apesar das inúmeras singularidades – e de suas próprias individualidades – possui um sentido de pertencimento que orienta os sujeitos pesquisados.

Destaca-se que o estar-junto desenvolvido pelo grupo é um valor central, e, apesar de talvez pouco comum, mostra que foram capazes de construir vínculos relacionais *denominados por eles* como familiares, influenciados diariamente por brigas, pela carga de atividade elevada, pelo material insuficiente, pela rotatividade, pelos afetos e desafetos, que geram sociabilidades e solidariedades, que acabam por estipular ou orientar condutas a serem seguidas. Por exemplo, apesar dos conflitos, a ajuda diante de problemas financeiros ou de saúde é uma rotina cotidiana para o grupo. A ajuda mútua é elemento fundamental em suas vidas diárias e algo que sustenta suas trajetórias pessoais.

Nos depoimentos coletados (de homens e mulheres), há sempre alguma referência que sublinha a importância da R., presidente da cooperativa. Ela tem sido suporte fundamental nas relações que são estabelecidas, *uma mãe* para todos. Ao que tudo indica, o grupo respeita as inúmeras intervenções de R. em suas vidas. Chama a atenção, em especial, sua atuação nos finais de semana, pois mantém um firme cuidado dos membros de *sua família além-trabalho*, como ela mesma denomina, uma postura firme que, com criatividade (visitas, jantares, roda de chimarrão, etc.) e solidariedade, fortalece o conjunto, principalmente, por meio de um *estar-junto* entre todos os membros.

Cabe destacar o emprego do conceito de *estar-junto* aqui utilizado: ele remete a um esforço que privilegia o sensível, o que liga os sujeitos uns com

os outros, homens e mulheres que, em sua maioria, vivenciaram e que ainda vivenciam uma expressiva fragilidade de vínculos sociais. *Estar-junto*, portanto, permite o fortalecimento desses vínculos, na medida em os sentimentos e as experiências são partilhados.

As conversas, no horário do almoço e mesmo durante a execução das atividades, são muito particulares, quase invasivas. Uma das cooperativadas estava falando dos seus problemas conjugais com uma forte riqueza de detalhes; outro, dos problemas financeiros, considerando que os valores conquistados este mês estão abaixo da média da cooperativa, e outro de quanto a sua filha adolescente começou a ‘problemar’. Mesmo estando nós presentes, não há qualquer indício de inibição. A troca de experiências é rica. Cada qual possui uma história para contar sobre o tema abordado (DC, junho/2014- pesquisadora).

Para Maffesoli (1996), as relações sociais estabelecidas no trabalho, na família, durante o lazer, ou seja, na *ordem da vida*, não são guiadas apenas por um objetivo a ser conquistado, delimitado por uma lógica econômica ou moral. Elas são estruturadas por laços sociais que tanto constituem, como são constituídos, por aqueles que elaboram um modo de ser, um *ethos social*, em que o “*aqui e o agora*”, estão sempre em movimento e nunca são permanentes, ocupam um valor importante. Esse movimento é denominado pelo autor “ética da estética”.

Decididamente, a estética (*aisthesis*), o sentir comum, parece ser o melhor meio de denominar o ‘consenso’ que se elabora aos nossos olhos, o dos sentimentos partilhados ou sensações exacerbadas: ‘Cum-sensualis’. [...] Parece, de fato, que uma estética descompartmentada permite compreender esse estar-junto desordenado, versátil e completamente inatingível sem isso: a socialidade (MAFFESOLI, 1996; p.13).

Assim, a ideia do *estar-junto* remete à noção de uma emoção estética, ou seja, uma emoção que não é mero fenômeno psicológico, mas funciona como “cimento”, matéria-prima para a fusão de múltiplos valores, inclusive heterogêneos e, sem ser uma unidade, é capaz de formar, mesmo que de forma provisória e contraditória, certa unicidade.

A conversa hoje ficou na questão política e religiosa. Os diálogos mostram as diferentes posições. Religião e política entraram

como prato principal no horário do almoço. Chama a atenção a cooperativada que, apesar de ser evangélica ‘de verdade’ – como ela mesma se denomina – não aprova o discurso preconceituoso de um dos candidatos evangélicos e a razão disso são, segundo a mesma, os amigos da COOTRE, que expressam claramente suas orientações sexuais, ‘as bibas’, como são denominados. Pelo menos por ora, mais forte que a fala do pastor é a amizade que os une (DC, novembro/2014).

Ressalta-se a fala da entrevistada que, aos 24 anos, é responsável pela sua família. O companheiro, os filhos e a mãe dependem dela para sobreviver. Para ela, a relação estabelecida com os colegas a equilibra, pois enfrenta uma dificuldade ainda maior: a luta com o tráfico, com o qual seu companheiro não quer mais se envolver após ter saído, recentemente, da prisão. Além disso, seu irmão mais novo cumpre pena no sistema prisional. Destaca-se, em suas respostas, a presença solidária do grupo, que se reúne para buscar ajuda e soluções viáveis para os problemas da colega. Essa característica, o estímulo e a procura de soluções para os problemas em conjunto, se não com todos os cooperativados, com a sua maioria, propicia uma integração a partir de uma solidariedade possível, um processo de reciprocidade e, por que não dizer, uma aprendizagem frente a situações impostas no cotidiano.

Evidencia-se, igualmente, uma rede de relações que fomenta estratégias e ações questionadoras, que combatem os problemas em um âmbito privado, mas igualmente no aspecto público de suas vidas. Pois, quando estão unidos, combatem – não necessariamente vencem – o próprio estigma social a que são submetidos “pela sujeira que os cerca e neles penetra, por sua existência em contato com imundícies, que não têm tempo nem meios para afastar de si e que sua própria educação não os ensinou a temer” (CORBIN, 1987; p.192).

Dessa forma, esses sujeitos, no convívio com as dificuldades, acabam tecendo um movimento transformador e organizador em suas vidas, efetuando mudanças que, por vezes, transcendem a ordem da realidade “para além de sua própria esfera e de seu ambiente, alterando-a a partir de sua dimensão ética, que irá nortear os seus valores” (PETRAGLIA, 1995; p.59). Sendo assim, a condição do estar-junto é a reciprocidade que se estabelece a partir do desordenamento da produção e reprodução – material e simbólica – das experiências individuais e coletivas.

Considerações Finais

Conforme percebido ao longo da análise, atualmente a geração de trabalho e renda é apenas um dos motivos da permanência desses sujeitos no local de trabalho. O convívio existente entre eles fomentou a partilha de emoções e sensações, um estar-junto detentor de uma força capaz de oportunizar participações mais ativas diante dos problemas enfrentados no cotidiano não só do trabalho, mas de suas vidas como um todo. O espaço de trabalho, portanto, é mais um elemento que ajuda a clarear e compreender a tríade homem-lixo-trabalho. É um feixe de luz que contribui com sua tradução: a autoestima, o cuidado com o outro, a noção de igualdade e segurança constituem um lócus ético e estético que propicia uma (re)ligação a partir de uma ótica da emoção (MAFFESOLI, 1996).

Essa emoção conduz a um novo tipo de ligação com o outro, que repousa na correspondência, no reconhecimento daquele que está próximo. Nessa perspectiva, a sociabilidade enaltece a vida cotidiana enquanto jogo e arte, sendo que o estar-junto com o outro confere sentidos às coisas e às pessoas. O lixo, apesar de descartável e desagradável, é também renda, propicia uma “família”, une e dá sentido à vida. Sentidos contraditórios, por certo; ao mesmo tempo em que a ele dedica-se quem “não estudou”, ou “não fez por merecer” algo melhor, ele pode “salvar” vidas que seriam totalmente desperdiçadas pela precariedade: da prisão, da violência e mesmo da morte precoce. A rede de relações ativada pela produção das sociabilidades traz ambiguidades, ambivalências: apesar de o trabalho com o lixo ser a estação do possível, o que sobrou para eles, também propicia vivências que resgatam afetos desfeitos, constroem parcerias inusitadas, propiciam transformações na visão de mundo (como a catadora que tinha preconceito contra homossexuais e abandonou-os ao conviver com o colega da cooperativa que assumia tranquilamente sua orientação sexual).

O campo representacional dos sujeitos é complexo, mas as constelações de sentido incluem fortemente os vínculos sociais como esteios de sua sobrevivência e de sua luta por uma vida digna. A sociação, a prática e a fruição do estar-junto é cotidiana, e acaba formando vínculos de maior estabilidade, que assumem grande importância na vida dos sujeitos. A ocorrência da fluidez e o desfazimento de laços, característicos da perspectiva *simmeliana*, estão presentes, por certo; há certo ir e vir de associados que, vez por outra, saem para tentar um emprego, voltam eventualmente para atividades de risco, unem-se a outros grupos cooperativos em outros locais,

tentam retornar à cooperativa; mas, enquanto permanecem na COOTRE, esse cotidiano de estar junto, esse vir a ser da vida social que experimentam lhes confere sentidos dignificantes, de acolhimento e sustentação. Afetam e são afetados continuamente na interação que os constitui como sujeitos.

Há uma combinação simultânea de “aproximações” e “afastamentos”, conforme Simmel, sempre presente nas sociedades modernas, e o estar mais próximo ou estar mais longe é um jogo que, se não totalmente livre de determinantes socioeconômicos, como a pobreza e a precariedade, é jogado por esses sujeitos nas trajetórias que experimentam, constituindo em seu contexto, o *socius* que faz deles membros de uma sociedade.

Referências

- BRASIL – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA.
(2015). *Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci)*: apresentação. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ3444D074ITEMID2C7FC5BAF0D5431AA66A136E434AF6BCPTBRIE.htm>> . Acesso em setembro de 2015.
- CABRAL, Sueli Maria.
(2001). *Trabalhadores do lixo: o relato de uma pedagogia da desordem*. Dissertação de Mestrado em Educação apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- CASTEL, Robert.
(2003). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 4. ed. Petrópolis: Vozes.
- CORBIN, Alain.
(1987). *Saberes e Odores*. O olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove. São Paulo: Companhia das Letras.
- DURKHEIM, Emile.
(1994). *As regras do método sociológico*. 11. ed. São Paulo: Ed. Nacional.
- GARCIA, Carmen Giménez.
(1977). Estudios sobre las formas de socialización by Georg Simmel. *Revista española de la opinión pública*, n. 49; p. 201-208.
- ITABORAÍ, Nathalie Reis.
(2005). A família colonial e a construção do Brasil: Vida doméstica e identidade nacional em Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda e Nestor Duarte. *Revista ANTHROPOLOGICAS*, v. 16, n. 9; p. 171-196.
- LEFEVRE, Ana Maria; CRESTANA, Maria Fazanelli; CORNETTA, Vitória Kedy.
(2003). A utilização da metodologia do discurso do sujeito coletivo na avaliação qualitativa dos cursos de especialização 'Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos em Saúde-CADRUH'. *Saudesoc*, São Paulo, v. 12, n. 2, Dec.
- LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria.
(2005). *A soma qualitativa*. Disponível em: <<http://www.fsp.usp.br/quali-saude>> Acesso em 12 de maio de 2012.
- MAFFESOLI, Michel.
(1996). *No Fundo das Aparências*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MAGNANI, José Guilherme.
(2002). De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, p. 11-29.
- MOSCOVICI, Serge.
(2003). *A representação social da psicanálise*. 4 ed. Petrópolis: Vozes.

- MORIN, Edgar et alii.
(1997). *A Sociedade em busca de valores: para fugir à alternativa entre o cepticismo e o dogmatismo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm.
(2003). *Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres*. São Paulo: Companhia das Letras.
- PETRAGLIA, Isabel Cristina.
(1995). *Edgar Morin: a Educação e a Complexidade do Ser e do Saber*. Petrópolis: Vozes.
- ROBLES, Fernando Reis.
(2000). La ambivalencia como categoría sociológica en Simmel. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/40184231?uid=3737664&uid=> Acesso em: 14 de agosto de 2014.
- SANTOS, Boaventura de Sousa.
(2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de sabere. *Novos estud.* - CEBRAP [online]. n.79, p. 71-94. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>. Acesso em 20 de abril de 2012.
- SARACENO, Chiara.
(1997). *Sociologia da família*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- SIMMEL, Georg.
(2006). A sociabilidade Exemplo de sociologia pura ou formal. In: Georg Simmel; *Questões fundamentais da sociologia: sujeito e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Recebido em
outubro de 2015

Aprovado em
maio de 2016

Imagens da fama: abrindo os álbuns de fotografias do mercado erótico popular brasileiro

Raphael Bispo*

Resumo

A imagem estática adquiriu um significado essencial para a circulação de erotismos ligados às *chacretes*, as antigas dançarinas de palco de Chacrinha, programa da rede de TV brasileira, que serão foco deste artigo. O texto analisa uma série de fotografias que tais dançarinas utilizavam para a autopromoção de seus serviços profissionais. O trabalho procura explorar que o ato de tirar fotografias era uma das melhores oportunidades para as dançarinas desenvolverem suas habilidades em torno das técnicas corporais que lhes eram exigidas. E mais: era através do ato fotográfico que as *chacretes* buscavam o prestígio e a singularização no instável mercado erótico e do entretenimento dos anos 1970.

Palavras-chave

Carreiras artísticas. Gênero e Sexualidade. Televisão.

Abstract

The static image acquired an essential meaning for the circulation of eroticism connected to the *chacretes*. These old stage dancers in the Cachrinha show will be the focus of this article. The text analyzes a series of pictures which such dancers used to promote their professional services. The work intends to explore that the act of taking pictures was one of the best opportunities for the dancers to develop their abilities regarding the body techniques demanded of them. And more, it was through the photographic act that the *chacretes* aimed for prestige and singularity in the unstable erotic and entertainment markets of the 1970s.

Keywords

Artistic carrers. Gender and sexuality. Television.

* Raphael Bispo é professor Adjunto da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional (MN) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e pesquisador associado do Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESAP) do Instituto Universitário do Estado do Rio de Janeiro (IUPERJ/ UCAM). E-mail: raphaelbispo83@gmail.com.

Introdução

Durante o início dos anos 1970, um dos maiores apresentadores de televisão do Brasil na época, Abelardo Barbosa, o Chacrinha, foi o primeiro *show man* a se valer do recurso de exibir belas, jovens e sensuais dançarinas a fim de fomentar a audiência de seus programas, tanto na Rede Globo quanto nas demais emissoras pelas quais passou posteriormente. As chacetes – como ficou conhecido o corpo de baile que compôs durante cerca de vinte anos os programas de auditório desse apresentador-clown – adquiriram relativa notoriedade e tornaram-se figuras-chaves para a compreensão de uma linguagem audiovisual de marca popular no âmbito da televisão.

Nesse sentido, este artigo é resultado de uma pesquisa de campo realizada ao longo de dois anos de maneira esparsa (2010-2012) junto a essas antigas dançarinas, que hoje têm cerca de sessenta e cinco anos as mais velhas. O trabalho de campo foi feito na cidade do Rio de Janeiro, pelos mais diferentes bairros em que habitam as chacetes, numa busca em acompanhar o dia-a-dia de algumas delas. A pesquisa culminou com a redação de minha tese de doutorado (BISPO, 2016), que se tornou um relato da trajetória de vida da primeira geração de chacetes.

Durante minhas conversas com elas sobre suas experiências artísticas, percebia que diferentes tipos de imagem adquiriram um significado especial para a circulação de erotismos e a obtenção do renome, principalmente na maneira como se portavam diante das câmeras de televisão. Como demonstrei em outros textos (BISPO 2012; 2014; 2015), o sucesso das chacetes sempre esteve associado à necessária fabricação de uma performance de gênero hiperfeminina por parte dessas mulheres. A dança cênica e midiaticizada delas, executada durante os programas de Chacrinha para uma ampla e diversificada plateia de telespectadores, tinha como proposta performática construir tais girls como mais mulheres do que qualquer outra mulher, parafraseando Perlongher (2008; p.100), visto que exageravam e dramatizavam a feminilidade mais convencional em suas apresentações – borrando ou mesmo reificando certas fronteiras de gênero e da sexualidade mais hegemônicas –, atitude essa que nomeei nesses trabalhos anteriores de *performance de superfêmea*.

Isso porque, seguindo Butler (2003; p.194), pode-se dizer que tais performances exageradas das chacetes denunciavam o quanto o feminino/ser mulher não é algo tão estável e ontológico assim, mas fabricações sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. Nos programas

de auditório, as fabricações do feminino se davam particularmente na forma como as mulheres interagiam no palco. Suas habilidades performáticas de *superfêmea*, em última instância, eram provas de sua efetiva capacidade para ser chacrete e obter sucesso com a atividade. Veremos ao longo deste artigo, todavia, que fotografias impressas também foram essenciais para a construção desse tipo específico de performance. Isso porque pude perceber que a construção da *superfêmea* para as câmeras de vídeo era algo ainda considerado difícil, “complicado”, devido aos primeiros contatos que elas estabeleciam com tal tecnologia em seu dia-a-dia. A fotografia sempre foi um recurso de incitação dos sentidos pelas chacetes por ser uma tecnologia há mais tempo difundida. Era mais fácil fazer-se *superfêmea* pelas imagens estáticas do que através das audiovisuais, em movimento.

Outra coisa que me chamou muito a atenção ao longo de minha pesquisa de campo com as chacetes foram os inúmeros passeios etnográficos que acabei realizando com elas por revistas, jornais, fascículos de coleções, biografias, autobiografias, cartas, fotografias, vídeos ou qualquer outro tipo de reminiscência sobre a experiência de se ser uma chacrete nos anos 1970. Afinal, elas não “existem” hoje tal como as vemos em vídeos dos programas de Chacrinha. Elas compõem um momento muito específico das comunicações de massa no Brasil. Logo, um mergulho dito mais “historiográfico” foi se tornando muito importante em minha pesquisa a fim de compreender essa experiência de ser uma chacrete nos anos 1970.

Os arquivos e coleções particulares das próprias dançarinas tornaram-se assim essenciais. Algumas possuem ainda um vasto acervo sobre o seu passado de dançarina, focado, é claro, em suas carreiras. Muitas possuem reminiscências escritas como cartas e autobiografias guardadas com cuidado em prateleiras empoeiradas. A vasta quantidade de material que algumas possuem, quando comparada a de amigas, já nos indica o quanto umas conseguiam mais espaço na imprensa em geral do que outras. Além disso, tais dançarinas “com arquivos” conseguiram manter praticamente intacto quase todo o material que recolheram. A manutenção durante mais de quarenta anos de todo o acervo não é algo fácil por esbarrar, por exemplo, nas tentativas de apagamento de seus passados por parte de maridos ou demais parentes. São várias as chacetes que tiveram ao longo da vida seus recortes incinerados por cônjuges. Sendo assim, procurei utilizar na pesquisa todo o material que elas compartilhavam comigo a fim de contarem suas vidas e que nos permitem não esgotar mas, sim, recompor de forma caleidoscópica alguns rastros dessas trajetórias heterogêneas. Tais textos e imagens antigos

que emergiam em campo assumem neste trabalho o sentido de “inscrições objetivadas” proposto por Kofes (2001; p. 21), não por serem efetivamente mais objetivos do que certos relatos orais supostamente “subjetivos”, enviesados, mas, sim, por preservarem melhor certa temporalidade difícil de ser captada em outros registros, tornando-se referências básicas para percebermos as dançarinas em seu auge nos anos 1970.

Tendo isso claro, este artigo procura analisar uma série de fotografias que tais dançarinas utilizavam para a autopromoção de seus serviços, presentes nesses arquivos pessoais. Trata-se de um álbum profissional composto por um conjunto mínimo de seis fotografias e que servia como um “*curriculum imagético*” (MARTINEZ, 2004; p.217) das chacretes. Serão analisadas também imagens delas exibidas em revistas eróticas da época, como a *Status* e a *Revista do Homem*. Ao final do artigo, veremos como as próprias dançarinas falam hoje sobre suas imagens e reportagens midiáticas de quarenta anos atrás. O artigo procura explorar que tirar fotografias era uma das melhores oportunidades para as dançarinas desenvolverem suas habilidades em torno das “técnicas corporais” (MAUSS, 2003) que lhes eram exigidas enquanto *superfêmeas*. E mais: era através do ato fotográfico que as chacretes buscavam o prestígio e a singularização no instável mercado erótico e do entretenimento dos anos 1970.

Tecnologias Imagéticas e Performances de Superfêmea

As chacretes possuíam uma força de comunicação tão intensa quanto era a sua imagem no conjunto do espetáculo televisivo comandado pelo Velho Guerreiro em programas como a *Disoteca do Chacrinha* e o *Cassino do Chacrinha*. A dança era sua melhor forma de interação com a plateia, seja o auditório propriamente dito, seja quem lhes assistia pela TV. No entanto, é preciso atentar para as peculiaridades dessa dança. Isso porque ela era elaborada numa articulação com a tecnologia televisiva. Dançava-se para as câmeras, num cenário montado em um estúdio de gravação, tudo disposto e organizado com a finalidade última de se transmitirem imagens por meio de antenas e sinais de longa distância. Quando Haraway (2009; p.76) formula a expressão “mulheres no circuito integrado”, ela procura justamente aludir às configurações das dinâmicas sociais que passam cada vez mais a serem mediadas pelas novas tecnologias. As mulheres e suas práticas cotidianas são reestruturadas por meio das “relações sociais da ciência e tecnologia”,

articulação esta que acaba por compor significados específicos a seus corpos. Seguindo Haraway, a dança das chacretes precisa ser compreendida em sua integração a um circuito sociotécnico emaranhado de linguagens audiovisuais e técnicas de gravação próprias, cuja centralidade das dinâmicas de funcionamento do maquinário de filmografia repercutia diretamente na forma como se apresentavam, se comunicavam e davam significados aos seus corpos. As chacretes se faziam nas tecnologias de transmissão televisivas.

Isso ocorre justamente porque o período histórico que vai do final dos 1960 até meados da década de 1970 pode ser compreendido como um momento de grande relevância para a consolidação de uma efetiva e atuante indústria cultural no Brasil. Anteriormente, já produzíamos alguns filmes, editávamos poucos livros e ouvíamos certas músicas pelo rádio. Porém, as condições socioeconômicas do país durante tal época específica – sob os auspícios de um projeto político de integrar a nação por parte da ditadura militar vigente – estimularam o crescimento de um diversificado mercado de consumo de bens culturais até então nunca visto (CAPARELLI, 1982; ORTIZ, 1988). Deixávamos para trás a incipiente e um tanto amadora iniciativa de poucos empresários na área do consumo cultural para a solidificação de um amplo mercado do entretenimento, com bases lucrativas e de impacto na vida da população. A televisão foi, em boa medida, a força motora responsável por dinamizar a cultura popular de massa no país. As primeiras transmissões foram realizadas, em 1950, pela TV Tupi, de Assis Chateaubriand, ainda bastante atreladas às logísticas do rádio e do teatro (SIMÕES, 1986). Porém, já no início dos anos 1970, graças principalmente às investidas modernizadoras implementadas pela Rede Globo, tais transmissões viriam adquirir características próprias e um alto grau de profissionalismo (KEHL, 1986).

As tecnologias televisivas, que nos anos 1950/ 1960 atingiam um número reduzido de pessoas, passavam na década em que as chacretes foram estrelas por uma ampla expansão em termos de produção, distribuição e consumo. Em 1970, já existiam cerca de 4 milhões e 259 mil domicílios com aparelhos de televisão, o que significa que 56% da população era atingida de alguma forma pelo veículo (ORTIZ, 1988; p.130). No entanto, essa moderna tecnologia relativamente consolidada ainda era “novidade” para muitos indivíduos, já que o hábito de ver TV sedimentar-se-ia ao longo dos tempos. O videoteipe difundiu-se nesse período e garantiu uma circulação mais ampla pelo país, principalmente, das telenovelas, deixando concentrado nas grandes metrópoles os programas de auditório cujo “ao vivo” era fundamental para a

sensação de euforia a ser passada ao público.

Boa parte das apresentações das chacetes pertencentes à primeira geração foi efetuada sem o auxílio de videoteipes. Dançava-se para as câmeras e só, quase nunca entravam em contato com as imagens que produziam para os telespectadores. Mesmo com a introdução de um sistema nacional de micro-ondas interligando todo o território em 1968, através da Embratel (ORTIZ, 1988; p.118), o “ao vivo” permanecia sendo mais barato e valorizado para os auditórios. Se hoje a experiência dos sujeitos diante de imagens de si em movimento é quase que banalizada, o mesmo não se dava para as chacetes dos anos 1970. Havia a necessidade de uma aprendizagem constante, a fim de se saber lidar melhor com as tecnologias de gravação em movimento. Nas lembranças da chacrete Índia Potira, por exemplo, nas conversas gravadas que tecíamos, a fim de rememorar o passado, fica muito claro o quanto a dança televisionada em seu início era mais um tipo de dança como outra qualquer e que, aos poucos, a chacrete foi conhecendo a tecnologia específica ligada à TV e produzindo movimentos pertinentes ao veículo:

“Então como eu já fazia os clubes e tudo isso, foi aonde eu tinha que ficar nervosa. Depois a gente fazia apresentação em TV. Era como se fosse em clube. A gente não dava a mínima importância pra aquela tela que estava na nossa frente. Que a gente não tinha noção, bem dizer, do que era, entendeu? E eu depois não tinha oportunidade de me ver porque eu não tinha televisão. Então eu sempre trabalhei e não tinha a oportunidade de me ver. Só depois quando eu comecei a dançar na Tupi como bailarina profissional... Nem bailarina profissional, que minha mãe não tinha ainda televisão... Como atriz, que eu já morava sozinha, que eu tinha televisão, porque eu fui, antes de eu ter televisão, a gente via no VT. Acabava a gravação e ‘Valeu!’. Aí corria todo mundo pro VT pra gente assistir. Aí que eu comecei a me assistir, fazer uma dança pro vídeo e tal”.

Assim, se o modo de funcionamento da TV era novidade a ser destrinchada, foi por meio das fotografias, isto é, das imagens estáticas fixadas em uma superfície sensível, que as chacetes mais souberam estimular erotismos e aprimorar técnicas corporais. Mesmo sendo as precursoras da dança no vídeo, em seus depoimentos as chacetes sempre me lembravam de que era por meio das fotografias que “se sentiam mais à vontade” para executarem suas performances. Se a construção da *superfêmea* para as câmeras de vídeo era algo ainda complicado e inusitado devido aos primeiros contatos que

estabeleciam com tal tecnologia em seu dia a dia, a fotografia sempre foi um recurso de incitação dos sentidos, por ser uma técnica há mais tempo difundida e da qual elas já haviam feito múltiplos usos bem antes de chegarem à TV.

Para a autopromoção de seus serviços, as chacretes não abriam mão de possuírem em todo lugar que iam um conjunto de fotografias de si mesmas feitas por especialistas, tiradas em estúdios fotográficos ou em ambientes propícios. Esse álbum profissional era composto por um conjunto mínimo de seis fotografias e servia como um “cartão de visitas” e, ao mesmo tempo, um “*curriculum* imagético” das dançarinas, algo que tempos depois o mundo da moda viria a consagrar com o nome de *book* (MARTINEZ, 2004; p.217). Por meio desse repertório de imagens estáticas, as chacretes divulgavam seus “serviços” entre produtores, diretores e jornalistas. Mais íntimas das câmeras fotográficas do que das televisivas, disseminavam melhor seus serviços por meio dessas formas imagéticas mais tradicionais. Em muitos casos, era comum possuírem cópias em tamanho reduzido de tais fotografias, a serem distribuídas entre amigas de trabalho ou deixadas em agências ou estúdios com um número de telefone atrás escrito à mão ou carimbado para contatos.

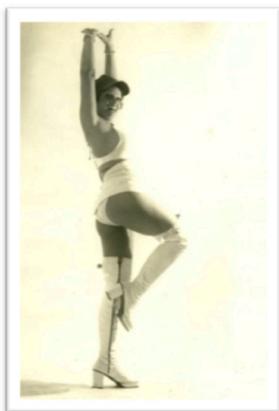
As fotos selecionadas buscavam “vender” seus serviços de dançarina aos interessados. Havia uma substituição periódica por novas fotografias no álbum, conforme os trabalhos eram realizados e a carreira avançava. O responsável pelas imagens – a “assinatura” das fotos – garantia um diferencial, sendo elogiadas até hoje as dançarinas que “consequiram” ser fotografadas pelos mais renomados do mercado. A ideia de “conseguir” uma foto assinada revela-nos as etapas e inconstâncias da carreira. Aliás, a improvisação e a tentativa de montar um álbum com poucos recursos era uma saída encontrada por muitas diante das dificuldades recorrentes da ocupação. Deparei-me com inúmeros conjuntos de fotos menos profissionais tirados em locais públicos, ao término de shows, diante de paisagens ou em parques, até mesmo dentro de casa, geralmente produzidos por um amigo ou conhecido mais talentoso do meio artístico. Tais características conferiam às fotos uma marcação distinta: a de que a dançarina estava ou em início de carreira ou não era tão requisitada assim pelo mercado por ter fotos tão “pobres”. A meta era tornar as mais provisórias possíveis tais imagens, sendo substituídas bem rapidamente pelas confeccionadas em estúdio.

As fotos de divulgação do trabalho de Índia Potira e Lucinha Apache
Fonte: Acervo pessoal de Índia Potira



As fotos de divulgação do trabalho de Edilma Campos e Beth Boné

Fonte: Acervo pessoal de Edilma Campos e Beth Boné



Em sua consagrada obra *Naven*, Bateson (2008; p.199) revela-nos o quanto a fotografia e o próprio ato de produzi-las provocava nos iatmuls a manifestação explícita dos *ethos* que compõem as contrastivas diferenças entre os gêneros no grupo. O estilo guerreiro e orgulhoso dos homens da tribo manifestava-se com bastante constância sob as condições experimentais produzidas ao se apontar uma câmera para um indivíduo. O mesmo poderia ser pensado para a dupla tendência do *ethos* feminino observada pelo autor: ora cooperativas e humildes nas fotos feitas em certos contextos privados; ora orgulhosas e ativas quando, bem vestidas, as mulheres posavam às lentes no espaço público. As imagens captavam com perfeição as “personalidades” e “temperamentos” que permeavam os “sexos” iatmuls, revelando o quanto os marcadores de gênero e da sexualidade diziam muito sobre a experiência de vida daquela tribo da Nova Guiné nos anos 1930, até mesmo por meio de simples atos fotográficos.

Acredito que, respeitando-se os propósitos específicos das imagens e seus contextos históricos, pode-se afirmar que a hiperfemilidade das chacetes fazia-se captar também com bastante precisão quando elas percebiam o olhar da câmera sobre si durante a confecção de fotografias profissionais. Como afirmaram Bourdieu e Bourdieu (2006; p.38) sobre o exercício de alteridade que é o momento fotográfico, “ao olhar para a pessoa que olha para mim (ou que me fotografa), ao preparar a minha postura, dou-me para ser visto como quero ser visto; dou a imagem de mim próprio que quero dar e, muito simplesmente, dou a minha imagem”. Na verdade, essas atividades eram uma das melhores oportunidades para as dançarinas desenvolverem suas habilidades em torno das técnicas corporais que lhes eram exigidas enquanto dançarinas. Elas sempre me disseram que tirar fotos era uma atividade que as ajudava no desenvolvimento de gestos, expressões faciais e corporais diferenciados, conforme a imagem de *superfêmea*.



Acompanhando várias séries de fotografias pertencentes aos rotativos álbuns de quatro chacetes (Edilma Campos, Beth Boné, Índia Potira e Lúcia Apache), notamos imageticamente essa disposição dos *ethos*, quando os sujeitos estão diante de câmeras tal como identificada por Bateson. A maioria das fotos profissionais era tirada com uma tela em branco ao fundo, o que permite que se veja a chacrete em destaque. Ela era instalada no centro

da imagem. Não se fotografa apenas o tronco, o rosto ou detalhes corporais. Era preciso captá-las por inteiro, em todas as suas dimensões, e a tela permitia esse efeito. A brancura do entorno fotográfico garante a concentração de quem observa a imagem no complexo trabalho de fotogenia efetuado pela equipe para aquela cena, já que se realçam poses, gestos e comportamentos por meio desse artifício. Ao utilizarem roupas sumárias como biquínis, maiôs, shorts curtos, lingerie, vestidos decotados e roupas transparentes, as chactres destacavam ainda mais seus contornos corporais e facilitavam a identificação de suas medidas, quando estas já não estavam anotadas na parte de trás da fotografia (busto, cintura, quadril e coxas).

As principais poses efetuadas aproximam-se imageticamente daquilo que as fofocas escritas na imprensa popular já difundiam simbolicamente, a combinação entre um agressivo erotismo da mulher “devoradora de homens” com uma submissa domesticidade. As jovens promovem, quando fotografadas, uma “ritualização da feminilidade” (GOFFMAN, 1977; p.38), na medida em que, por mais diferentes que sejam as poses e gestos adotados, bem como infinita seja a variabilidade de configurações cênicas possíveis de serem formuladas pela equipe, há sempre recorrências estruturais que nos indicam algumas reificações das normativas de gênero e sexualidade presentes em nossa sociedade. Isso pode ser verificado, por exemplo, nas fotos nas quais as chactres encontram-se ora agachadas, dispersas pelo chão do estúdio, ora em pé, em poses altaneiras. Por mais diferentes que sejam tais imagens, uma vez que exigem dos profissionais recursos fotográficos antagônicos, elas aproximam-se estruturalmente uma da outra devido aos sentidos ali subjacentes sustentados pelos signos corpóreos e outros meios discursivos que eclodem de tais narrativas imagéticas.

Assim, o agachamento sugere desde uma inata submissão e dependência feminina àquele que a observa – pressupondo ser esse público primordialmente de homens heterossexuais – até a disponibilidade sexual, a indicação de estar preparada para o coito por meio da adoção de uma postura passiva, de espera pela penetração. Nesse caso, percebemos o uso do recurso do *plongée* pelo fotógrafo, um tipo de enquadramento em que a câmera capta a modelo de cima para baixo, produzindo um efeito de diminuição da jovem. Esse “mergulho” do enquadramento é sugestivo para compor a espera sexual corporificada e inferiorizada da chactre. Ele se faz por meio de tais gestos combinados aos recursos visuais, como se o espectador estivesse prestes a se jogar sobre a girl à sua disposição.

As fotos em pé faziam uso do *contra-plongée* na maioria das vezes, quando

a câmera enquadra o objeto de baixo para cima. Isso engrandecia a chacrete na imagem, gerando uma sensação de superioridade dela em relação ao observador. Ora, tal engrandecimento não é alusivo a uma posição privilegiada delas na hierarquia social, mas, sim, de um enaltecimento da *superfêmea* que elas se tornam enquanto chacretes. Por meio desse recurso, realçavam-se as coxas, bundas e pernas, se possível permitia-se até mesmo mostrar parte de suas roupas íntimas. A chacrete visivelmente tornava-se maior do que todas as mulheres. O corpo alongava-se nesse enquadramento e não se contraía como quando estavam agachadas. Porém, tais disposições cênicas entre *plongées* e *contra-plongées* não são tão antagônicas assim porque sempre acabam remetendo, por meio dessas “repetições de atos estilizados” (BUTLER, 2003; p.48), à eminência do intercurso sexual e à disponibilidade das dançarinas para a “safadeza”. As fotografias, portanto, “fazem gênero”, segundo Butler (2003), ou “ritualizam feminilidades”, nos termos de Goffman (1977; p.38), mesmo diante de distintas maneiras de serem compostas, porque os signos corporais incentivados nas imagens performatizam a todo instante as normas binárias de gênero e das relações sexuais que marcam nossa vivência social.

Os gestos mais recorrentes nas fotos também reforçam milimetricamente tais performances que fazem gênero: além dos olhares e sorrisos provocativos para a câmera, a maioria destaca o bumbum das chacretes, o grande protagonista de tal encenação ritualizada. Assim, posa-se de costas ou de lado, quase sempre. As regiões genitais também ganham destaque, mas não superam em recorrência o apreço dado às nádegas pelos fotógrafos. Era comum conseguir realçar as partes da frente da chacrete colocando os braços por trás da cabeça, indicando a disposição da modelo em mostrar ao espectador a sua “área” íntima. Esconder os braços também garantia maior exibição do corpo por inteiro. Logo, tais poses e gestos sempre sugerem as partes corporais que podem causar maior excitação em quem as vê. As fotografias, portanto, permitem observar os “pequenos comportamentos” que fazem gênero no cotidiano, mas são difíceis de serem captados devido as suas “microfuncionalidades” dispersas e fortuitas (GOFFMAN, 1977; p.34).

Passeando pelas Revistas Eróticas

Outro conjunto de fotografias das chacretes que garantia as circulações de erotismos podia ser visualizado nos periódicos voltados “para adultos” dos anos 1970 e 1980. As dançarinas abasteciam regularmente o mercado de

modelos que posavam nuas ou seminuas. Apesar da disposição maior dos editores em mostrar aos leitores cenas de nudez feminina e, não raro, a simulação de relações sexuais, era a heterogeneidade de como se efetivava essa abordagem que diferenciava tais publicações entre si.

As chacretes tornaram-se referências para as revistas masculinas que surgiam nos anos 1970 na esteira da diversificação das publicações seriadas e do aumento no volume e dimensão do mercado de bens culturais. O setor de publicações cresceu em um ritmo vertiginoso, quadruplicando a partir de 1965 o número de exemplares vendidos no país em um intervalo temporal de apenas dez anos, além de trazer à tona uma grande variedade de títulos e linhas editoriais, voltados para a ideia, a partir de então em voga na indústria cultural, de que existiam públicos especializados que consomem produtos diretamente produzidos para eles (ORTIZ, 1988; p.123). *Status* (Editora Três), *Ele & Ela* (Bloch), *Revista do Homem* (posteriormente chamada de *Playboy*, da Abril) e *Homem* (Idéia Editorial) tornaram-se as mais vendidas “revistas masculinas”. Todas elas tiveram chacretes estampadas em sua capa ou miolo em diferentes tempos. Tais periódicos eram produzidos pelas grandes editoras que, diante do sucesso conquistado pelas revistas de “mulher pelada” produzidas quase que amadoramente pelas rotativas das pequenas empresas, decidiram investir no filão do mercado do sexo, passando a valorizar a nudez de brasileiras. Essas revistas consolidaram-se no mercado pelo fato de terem sido aquelas que tiraram a roupa das estrelas da televisão e das celebridades do momento ou que apostavam na descoberta de símbolos sexuais, garotas que, de suas páginas, saíam do anonimato para a fama. As chacretes, portanto, ocuparam espaços hegemônicos nesse segmento. Se na TV eram coadjuvantes, nas revistas eróticas tornaram-se finalmente protagonistas.

Tal entrada das grandes editoras no mercado erótico deixou de lado as fotos de nus oriundas das agências internacionais, recorrentes nas publicações mais populares e baratas, em prol de uma “fabricação nacional”. Essa autossuficiência estimulou o desenvolvimento de linhas editoriais que procuravam distinguir as novas publicações perante a concorrência “menor”. Essas novas linhas tomaram como referência de suas qualidades as performances pelas quais expunham as mulheres em suas páginas – considerados estilos “não vulgares” ou “obscenos” de nudez – e as formas de composição da foto, utilizando-se das mais variadas técnicas ditas artísticas (GONÇALO JR., 2010). A proposta era a de consolidar a perspectiva de que não havia nada de transgressor e muito menos uma “intenção deliberada de

violiar tabus morais e sociais” (GREGORI, 2003; p.94) nas revistas. Insinuava-se nessa clara intenção editorial e de conquista de mercado a reafirmação de uma fronteira recorrente no imaginário ocidental entre as proibitivas e execráveis imagens “pornográficas” (um conceito mais carnal, sensorial e explícito da nudez) em oposição às aceitáveis imagens “eróticas”, que exibiriam o nu para o deleite e elogio do belo, algo que tenderia “ao sublime, espiritualizado, delicado, sentimental e sugestivo” (LEITE JR., 2006; p.32). Essa operação clarifica-se na nítida tentativa de demarcação de fronteiras presente na carta de um profissional da Editora Abril em resposta a uma censura sofrida pela *Revista do Homem* em 1975: “a aludida determinação se deve ao acanalhamento da nudez feminina que revistas de outro nível têm criado, explorando-a em situações, posições e expressões de evidente lascívia, quando não grosseiramente fesceninas” (GONÇALO JR., 2010; p.249).

Na busca pela legitimidade cultural desses periódicos, apelava-se, portanto, para um apagamento do choque, uma neutralização das possíveis tensões que tais imagens poderiam suscitar socialmente, “um esforço claro de integração e não de subversão” (GREGORI, 2003; p.111). As revistas masculinas das grandes editoras sempre fizeram uso de termos autopromocionais, como “sofisticadas”, “sem vulgaridades”, “de bom gosto”, “para um homem seletivo” etc., a fim de conquistar públicos de maior poder aquisitivo e ditos consumidores. Portanto, os periódicos das grandes editoras posicionavam-se no mercado construindo um “erotismo politicamente correto” (GREGORI, 2003; p.111), a fim de maximizar seus lucros e serem aceitos perante o público. A nudez é domesticada por meio dos recursos audiovisuais disponíveis; ela insinua-se, é sutil, mas a tensão sexual nunca é abertamente exibida. Afasta-se com isso do dito “pornográfico”, supostamente recorrente nos impressos alternativos, em que as poses, ângulos e formas de disposição dos corpos são considerados obscenos por exibirem situações de libidinagem, de prazer sexual, de masturbação, ou mesmo cenas de sexo reais, sem subterfúgios.

Mesmo diante da ascensão da temática sexual “politicamente correta” ao cardápio de assuntos publicáveis nos anos 1970, tal assunto continuava a ser uma questão de “segurança nacional”, fazendo com que os grandes editores também se vissem envolvidos por ofícios, memorandos e verificação prévia de conteúdo nas redações. A revista *Status* de setembro de 1975, cuja capa era a chacrete Sandra Mattera, foi uma das que mais sofreu restrições antes de chegar às bancas no âmbito das publicações da Editora Três. Segundo Gonçalo Jr. (2010; p.239), foi cobrada, a princípio por parte da censura prévia, a total proibição da circulação desse número com Mattera. Diante das

negociações, permitiu-se circular quatro das dezesseis fotos programadas, sendo que Mattera deveria estar “vestida” em todas, sem “mamilos à mostra”. Foi preciso um exercício gráfico, a fim de adaptar as imagens aos desígnios da censura. O nu frontal ou seu correlato eufemismo de “exibição dos pelos pubianos”, aliás, era algo terminantemente proibido, sendo liberado apenas no ano de 1980, com a portaria do Governo Federal anunciando maior tolerância para manifestações artísticas em geral que fizessem uso do nu frontal (GONÇALO JR., 2010; p.373). Assim, os fotógrafos precisavam, durante o ato de tirar as fotos, ser criativos para produzirem imagens que insinuassem ao máximo os corpos das modelos sem esbarrar nas proibições tão taxativas da censura.



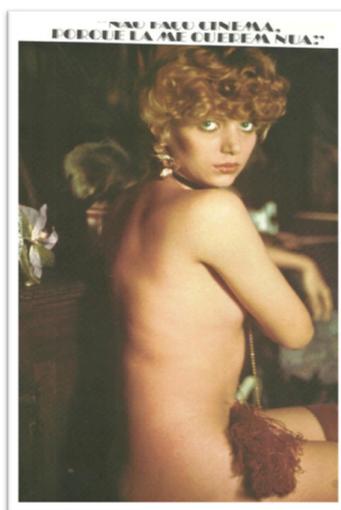
Sandra Mattera na *Revista Status*, em 1975

Fonte: *Status*, setembro de 1975, n. 14, p. 72, acervo da Biblioteca Nacional

Um passeio pelos ensaios sensuais das chacretes nas revistas masculinas – e levando-se em conta esse contexto de conquista de mercado e censura federal dos anos 1970 – revela-nos outros enunciados sobre sexualidade e performances de gênero um tanto diferentes da *superfêmea* que temos visto até agora. A *Status* polêmica com Sandra, por exemplo, valorizou os traços fenotípicos europeus da chacrete, descendente de italianos, por meio de cenários e figurinos que aludiam às alcovas ou bordéis de final do século XIX. Plumas, cortinas, roupas com rendas e objetos de antiquário compõem a cena. As imagens são muito recatadas e parecem fazer referências às cocotes e cortesãs. Valorizam o rosto e os olhos da chacrete, ao invés das partes corporais inferiores. Sandra nunca esteve tão vestida publicamente

quanto na revista voltada justamente para a exposição da nudez. Até na TV aparecia mais despidorada. No máximo, uma foto com as costas nuas, mas sem qualquer close do bumbum ou genitálias, e muito menos recursos estéticos, como o *plongée* ou *contra-plongée*. Se os gestos corporificados e rotineiramente praticados na cena pública sempre reverberam na imagem de mulher superexcitada, aqui esse lado é um tanto amainado, ganhando mais força o imaginário de fragilidade e docilidade femininas, sem qualquer conotação de atrevimento e volúpia sexual. Não há sorrisos, apenas uma rígida seriedade. Os jogos com as mãos no rosto ou por trás dos ombros sugerem uma timidez, como se quase escondessem a face diante daquela exposição. As pernas e o colo são as poucas partes corporais reveladas entre meias-calças e babados do figurino. Sem sombra de dúvidas, há uma preocupação da fotógrafa Marisa Alvarez Lima em fazer algo dito artístico, com “qualidades” estéticas e técnicas fotográficas originais.

Diante desse e de outros ensaios pela década de 1970 afora, percebemos que as chacetes eram mais superexcitadas nos espaços menos vigiados pela censura, tornando-se sublimes, delicadas e sentimentalizadas nas revistas masculinas. Mas é preciso ir além da atuação tópica do controle governamental e dimensionar os efeitos disciplinares por detrás desses periódicos. Afinal, advertenos Leite Jr. (2006; p.16), o mercado erótico legalizado e hegemônico, mais do que liberar a fruição dos prazeres, pode explicitar uma padronização dos desejos e uma domesticação dos corpos. Como visto, existe uma intenção candente dos editores das revistas masculinas *mainstream* em fazer de seus produtos algo que não constranja a moral sexual reinante, já que estão disponíveis a se adequarem e conquistarem espaços no mercado editorial. O comprometimento das revistas com uma moral hegemônica não é, portanto, um mero resultado da censura, mas também uma compreensão maior dos limites da exposição da nudez, do que é digno de ser visto e exposto. Isso reverbera em uma busca constante em não oferecer aos leitores imagens “sexualizadas”, mas, sim “eróticas”, “artísticas”, percorrendo um caminho paralelo, que é o da hipervalorização



do puritanismo moral das modelos que se dispunham a aparecer nos ensaios. Seminuas, sim. Mas vulgares, nunca.

Isso se verifica com frequência nos textos que acompanhavam as fotografias. Não eram somente as imagens que apregoavam o comedimento comportamental de uma chacrete, mas os escritos que seguiam junto a elas também complementavam o libelo ao “erotismo politicamente correto” que se propunha a *Status* e outros títulos. A chamada principal do ensaio era “Sandra, à espera de um homem realmente interessante”, e a matéria de uma página enfatizava a trajetória da dançarina, descrita como “um bom esquema de mulher” e “atraente e muito sexy, na base do felino, hoje sua figura elástica, saudável, e seu rosto de olhos grandes e verdes, são conhecidos de qualquer telespectador que se preze”. O interessante é perceber o espaço dado nessas apresentações às afirmativas que exaltam o seu interesse em não posar completamente pelada (“Só no cinema é que nunca acertei trabalho. É que sempre me quiseram nua, e nua não filmo”) e sua timidez (“tímida e envergonhada por causa talvez de uma formação muito rígida e conservadora, de família de Vila Isabel, onde vivo até hoje”¹). Dessa forma, tanto os textos quanto as imagens nas revistas oferecem sentidos complementares à proposta geral recorrente nas linhas editoriais de representar uma feminilidade limpa, legal e organizada. Todavia, é fato que a imagem não é o equivalente ao texto, “a capacidade despertadora da imagem não pode igualar a função enunciativa da linguagem” (SAMAIN, 2004; p.69). Somos conduzidos a compreender as fotografias como sendo representativas e ilustrativas desse erotismo plácido que os editores procuram imputar à revista. O texto tende sempre a preceder à imagem; recorreremos a ele para buscar o sentido atribuído pelos produtores, e não o contrário.

“O texto conduz a imagem, a dirige. O texto induz a ver a imagem e, nela, a reencontrar o conceito antes formulado. A imagem é uma empregada inteligente e necessária: ela ‘serve’ a ‘traduzir’, a ‘fazer entender’, a ‘justificar’ aquilo que as palavras não consigam mostrar com tanta eficácia” (SAMAIN, 2004; p.70).

¹ *Status*, setembro de 1975, n. 14, p. 72, acervo da Biblioteca Nacional.

Conclusão

Afim de concluir este artigo sobre as fotografias de divulgação das chacretes, gostaria de retomar aqui alguns dados de campo das conversas que tive com elas e que esclarecem o que as próprias pensam a respeito das imagens que tiraram mais de quarenta anos atrás. Existem duas categorias recorrentemente mencionadas por elas e que despontam como emblemáticas para compreendermos a forma como analisam a própria exposição nessas mídias: a “notícia” e a “fofoca”.

A “notícia” consiste na narrativa midiática considerada por elas como “positiva”. Ela pode ter uma marca meramente informativa, de compartilhamento com o público de questões sobre sua vida privada sem qualquer caráter avaliador ou crítico por parte do narrador. A “notícia” mais valorizada é aquela que menciona suas belezas, fala de seus corpos ou mesmo elogia suas atuações como dançarinas. É “notícia”, portanto, todas as narrativas que não contem avaliações ou julgamentos de seus comportamentos, ou que as enaltecem, dignificando-as perante os outros, tal como essas fotografias mostradas ao longo do artigo, seja as de divulgação ou as das revistas eróticas.

Porém, muita “notícia” pode ser maliciosa, hostil e crítica às dançarinas, contendo dados equivocados ou mesmo mentirosos. Ainda assim, muitas não provocam um tipo de repulsa maior por parte delas nos dias de hoje, pelo contrário, trata-se de uma informação que, quando bem manipulada, pode ser bem vista. Exemplos desses textos são as ironias e maledicências sobre suas relações amorosas recorrentes na imprensa. Tais textos continuam sendo para elas “notícias”, mesmo que tais malícias tencionem suas reputações e, em algum grau, façam com que se sintam ofendidas com isso.

Isso ocorre porque o sentido puramente positivo de certas informações não é uma condição necessária para a satisfação das chacretes com o que dizem sobre elas. “Falar mal”, ser um tanto difamada, parece ser um acordo tácito que fazem consigo mesmas para angariar espaços. É constitutivo da *persona-superfêmea* ser em algum grau “mal-falada”. As informações maliciosas compõem o repertório porque incitam os sentidos dos leitores, estimulam o erotismo. Ser “notícia” é importante, mesmo com leves toques de difamação. A fofoca dá status, insere as novatas no rol das dançarinas conhecidas. “Estar na boca do povo por bem ou por mal”, é vital. Logo, as dançarinas oferecem à categoria “notícia” um sentido amplo, açambarcando matérias e fotografias neutras, elogiosas (como as fotografias aqui mostradas) e até aquelas que

elas mesmas percebem como sendo um tanto hostis a suas honras. “Falem bem ou falem mal, mas que falem de mim” é quase um mantra repetido por várias ainda hoje, apontando para suas negociações morais com o que é dito sobre suas vidas, o grau e o tipo de difamação que conseguem suportar e passarem incólumes.

Todavia, isso não significa a inexistência de limites acerca do que é possível ser dito. Nem toda difamação é bem-vinda. O julgamento mal recebido, as narrativas imagéticas depreciativas que abalam e impactam reputações são vistas como “fofoca”. A “fofoca” não é qualquer circulação de informação sobre elas propriamente dita, mas aquela que exclusivamente machuca, é “mídia negativa”, só causa aporrinhações e aborrecimentos. As reportagens de seus álbuns pessoais sobre consumo de drogas entre as chacetes são de longe o melhor exemplo de “fofoca”. O consumo de “tóxicos” era um desses temas a serem rechaçados com veemência. Assim, em certas esferas, como as que remetem ao campo do gênero e da sexualidade, ser “mal-falada” pode ser uma situação positivizada por render frutos profissionais e contribuir para a performance de superfêmea. No entanto, a difamação por meio da pecha de “viciada” não é “notícia”, mas “fofoca”, por não condizer com aquilo que se espera socialmente delas como dançarinas.

O que tais lembranças e comentários das chacetes sobre suas imagens na imprensa em geral nos mostra também é uma constante “negociação da realidade” (VELHO, 2010) por parte delas com certas exigências em torno de suas personas hiperfemininas e o quanto elas próprias dominavam relativamente a forma como deveriam portar-se na mídia, incentivando elas mesmas também a imagem erótica da superfêmea. Ao adentrarem o *show business*, as jovens deparavam-se com um conjunto de processos e procedimentos para ser uma chacete que as faziam dialogar a todo tempo com os intempéries da ocupação, percebendo possíveis caminhos a serem seguidos e trocando informações entre si mesmas no sentido de como adquirir status e prestígio na carreira. O artista no contexto da indústria do entretenimento é um ser em constante diálogo com seus próprios limites e as exigências da estrutura de produção, devendo ser flexível o suficiente para satisfazer certas expectativas em torno de suas personas. Aparecer como nas fotografias mostradas ao longo deste texto era quase que uma obrigação para todas as chacetes.

A importância da circulação das chacetes pela mídia indica que a ocupação é efetuada por jovens mulheres das camadas populares em início de carreira, sendo o burburinho uma oportunidade para o encontro,

as sociabilidades e a consolidação de redes profissionais. Os bastidores televisivos são, primordialmente, uma forma de se incluírem em uma rede de pessoas que ocupam posições privilegiadas na indústria cultural. Estar ali era conseguir informações, fazer amigos e ter acesso a pessoas importantes, além de ampliar o circuito de consumo. O próprio tempo de duração como chacrete liga-se ao bom tráfego por tais redes. Isso incita as jovens a uma constante busca por contatos e trocas. É preciso articular-se ao meio, conhecê-lo, saber com quem falar, inteirar-se dos eventos. Ser chacrete implica percorrer um universo variado de espaços e exigências. Além da dança, beleza e hiperfeminilidades, importam também as sociabilidades engendradas nos bastidores, que permitem estabelecer redes, amizades e caminhos que auxiliarão a um maior destaque.

Portanto, “estar na mídia”, “aparecer” era um meio privilegiado para a ascensão das dançarinas a estratos sociais antes nunca frequentados, para a ultrapassagem das fronteiras das classes, enfim, para a abertura de suas vidas a um “novo mundo”, marcado pelos “sonhos” e possibilidades de consumo. Estar nesses lugares antes nunca frequentados, junto com “pessoas finas e chiques”, curtindo a vida de maneira um tanto despreziosa e em ambientes envolvidos em uma aura de glamour e exceção, fazem com que elas se lembrem da aproximação com as artes de maneira saudosista. Isso nos revela também as novas possibilidades de vida e melhorias no seu dia-a-dia que o trabalho no mundo artístico possibilitou, pelo menos temporariamente. A vida artística era indicativo também de um momento em que puderam consumir como nunca, festejar e gozar a vida. As imagens de outrora são, de certa forma, instrumento de ostentação e signos da distinção social pela qual passavam por meio de suas carreiras essas mulheres oriundas das camadas populares dos grandes centros urbanos da década de 1970.

Referência

- BATESON, Gregory. (2008). *Naven*. São Paulo: Edusp. (2015). Vivendo do Rebolado: feminilidades, corpos e erotismos no show business televisivo. *Mana*, v.21, n.2; p. 237-266.
- BISPO, Raphael. (2016). *Rainhas do Rebolado: carreiras artísticas e sensibilidades femininas no mundo televisivo*. Rio de Janeiro : Mauad X/ Faperj. (2014). Feminilidades a dedo: danças, performances e erotismos no show business televisivo. *Aceno*, v.1, n.2 ; p. 25-39.

- (2012). Gênero e carreiras artísticas na emergente indústria cultural brasileira. *Comunicação e Sociedade*, v.21 ; p. 79-94.
- BOURDIEU, Pierre ; BOURDIEU, Marie-Claire.
(2006). O camponês e a fotografia. *Revista de Sociologia e Política*, n. 26; p. 31-39.
- BUTLER, Judith.
(2002). *Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del 'sexo'*. Buenos Aires: Paidós.
- (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CAPARELLI, Sérgio.
(1982). *Televisão e Capitalismo no Brasil*. Porto Alegre: L&PM.
- GOFFMAN, Erving.
(1977). La Ritualisation de la feminite. *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, n.14, v.1 ; p. 34-50.
- GREGORI, Maria Filomena.
(2003). Relações de violência e erotismo. *Cadernos Pagu*, n. 20, v.1; p. 87-120.
- HARAWAY, Donna.
(2009). Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: Donna Haraway et al. (Orgs.); *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica.
- JÚNIOR, Gonçalo.
(2010). *Maria Erótica e o Clamor do Sexo: imprensa, pornografia, comunismo e censura na ditadura militar (1964-1985)*. São Paulo: Editoractiva.
- LEITE JÚNIOR, Jorge.
(2006). *Das maravilhas e prodígios sexuais: a pornografia "bizarra" como entretenimento*. São Paulo: Annablume/ Fapesp.
- KEHL, Maria Rita.
(1986). Eu vi um Brasil na TV. In: Inima Simões; Hari Kunzru; e Tomaz Tadeu et al. (Orgs.); *Um país no ar: história da TV brasileira em três canais*. São Paulo: Brasiliense/Funarte.
- KOFES, Suely.
(2001). *Uma trajetória, em narrativas*. Campinas: Mercado das Letras.
- MARTINEZ, Fabiana Jordão.
(2004). Experiência e (hiper)corporalidade entre modelos profissionais". *Cadernos do IFCH*, n.31; p. 211-234.
- MAUSS, Marcel.
(2003). As técnicas do corpo. In: Marcel Mauss; *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify.
- ORTIZ, Renato.
(1988). *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- PERLONGHER, Néstor.
(2008). *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- SAMAIN, Etienne.
(2004). Balinese Character (re)visitado. In: André Alves; *Os Argonautas do Mangue*. São Paulo: Imesp.
- SIMÕES, Inimá.
(1986). TV à Chateaubriand. In: Inima Simões; Alcir Henrique da Costa; e Maria Rita Kehl (Orgs.); *Um país no ar: história da TV brasileira em três canais*. São Paulo: Brasiliense/Funarte.
- VELHO, Gilberto.
(2010). Metrôpole, cosmopolitismo e mediação. *Horizontes Antropológicos*, n.33; p. 15-23.

Recebido em
setembro de 2015

Aprovado em
maio de 2016

Propostas de reforma do auxílio-reclusão no Congresso Nacional: impacto e embates políticos

Otávio Dias de Souza Ferreira*

Resumo

Tramitaram na última Legislatura (2011-2014) no Congresso Nacional brasileiro quatro propostas de emenda constitucional sobre o benefício penitenciário chamado de auxílio-reclusão, destinado aos dependentes de pessoas presas com vínculos com a Previdência Social. As propostas variavam entre a ampliação do público beneficiado, a restrição dos segurados e a extinção completa do benefício. Inicialmente, promove-se uma avaliação dos impactos que o benefício previdenciário apresenta para o Estado e para os segurados. No momento seguinte, a partir das justificativas, conteúdos e status no processo legislativo das propostas, são analisadas as suas perspectivas, considerando a mudança na correlação de forças verificada após as eleições de 2014. Mostra-se como se afigura improvável, no novo cenário político, a aprovação de alguma das propostas de modificação do auxílio-reclusão.

Palavras-chave

Auxílio-reclusão. Reforma constitucional. Disputas políticas.

Abstract

In the last Legislature (2011-2014) of the Brazilian National Congress, four constitutional amendment proposals were carried out regarding the penitentiary benefits known as the inmate welfare assistance, which is destined to the dependents of incarcerated people connected to the Social Security. The proposals varied among the increase of the benefited public, the restriction of the insured and the benefit's complete extinction. Initially, they promote an evaluation of the impacts such benefits present to the State and the insured. Soon after, based on justifications, contents and status in the legislative process of the proposals, the perspectives are analyzed, considering the change in the power correlation verified after the 2014 elections. It is revealed how unlikely it seems, in the new political setting, for any of the modification proposals in the inmate welfare assistance to be approved.

Keywords

Inmate welfare assistance. Constitutional reform. Political debates.

* Otávio Dias de Souza Ferreira é Doutorando em Ciência Política pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), com bolsa de estudos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); e pesquisador do Núcleo Direito e Democracia do CEBRAP. E-mail: euotavio@gmail.com.

Introdução

O auxílio-reclusão é um benefício previdenciário – não acidentário – pago pelo Ministério da Previdência Social apenas aos dependentes do segurado punido com a privação de liberdade, nos regimes fechado ou semiaberto. Não é a pessoa presa quem é beneficiada, mas apenas seus dependentes, sejam eles seu cônjuge ou companheiro, seus filhos, pais ou mesmo seus irmãos. Sua origem remonta aos anos 1930, mas ele vem sofrendo ao longo das décadas algumas alterações legais (CHIES; PASSOS, 2012. DANTAS; RODRIGUES, 2009).

A última alteração mais significativa foi introduzida dez anos após a Constituição Federal. Segundo a redação original da Carta de 1988, o benefício previdenciário do auxílio-reclusão era devido a todos os dependentes de pessoas presas que se enquadrassem na qualidade de seguradas da Previdência. A Emenda Constitucional nº 20, de 1998, restringiu o benefício apenas para os dependentes de segurados de baixa-renda¹.

Diferentes Propostas de Emenda à Constituição (PECs) tramitaram no Congresso Nacional na última Legislatura (2011-2014) tratando da reforma do auxílio-reclusão: uma pretendia aumentar o público beneficiado, outra buscava restringi-lo, além de outras duas apresentadas no segundo semestre de 2013, em meio à turbulência gerada pelas manifestações populares de junho daquele ano, que visavam extinguir o benefício.

Muitas informações deturpadas e inverídicas vêm sendo amplamente divulgadas há anos em redes sociais e servem para persuadir parcelas da opinião pública a protestar contra o auxílio-reclusão (CHIES; PASSOS, 2012.). Diz-se, por exemplo, que se trata de uma “bolsa-bandido”, beneficiando diretamente o próprio autor de crime, e não seus dependentes. Afirma-se que todos os presos fazem jus ao auxílio-reclusão, enquanto apenas uma pequena minoria é beneficiada. Sustenta-se que todos os cidadãos financiam esse benefício, enquanto um requisito para a concessão do benefício é a contribuição prévia. Alega-se que a concessão desse benefício é responsável

¹ Raupp (2009) critica severamente essa alteração constitucional operada pela Emenda n. 20/1998, acusando-a de inconstitucional por ter modificado a própria natureza do auxílio-reclusão, destoando dos demais benefícios previdenciários e aproximando-o dos benefícios assistenciais, uma vez que passou a se submeter ao princípio da seletividade.

por um rombo na Previdência Social, enquanto ele ocupa apenas uma parcela ínfima dos gastos do sistema previdenciário nacional. Quem acredita nessas afirmações parece desconhecer o que é esse benefício e como funciona a sua concessão.

Como qualquer direito ligado às populações encarceradas, em geral, não goza de popularidade perante a população, um fenômeno que não é exclusivo de nosso país, como já mostrava Michel Foucault (1989). Estudos já mostraram como certos grupos conservadores têm mobilizado de forma pejorativa no Brasil a ideia de direitos de presos, desde pelo menos o início dos anos 1980 (CALDEIRA, 1991; CARDIA, 1995; HOLSTON, 2008).

A impopularidade do benefício do auxílio-reclusão tem se confirmado amplamente em enquête promovida pelo Portal da Câmara dos Deputados (BRASIL, s.d.2). De pouco mais de um milhão de votantes – entre janeiro de 2014 e novembro de 2014 – cerca de 95% deles concordaram com a extinção do auxílio-reclusão para ser substituído por um benefício para a vítima direta de crimes. A tal enquête propõe a seguinte questão: “Você concorda com o fim do auxílio-reclusão e a criação de um benefício para as vítimas dos crimes?”. Apresenta um link para o participante se informar melhor sobre o assunto. Mas, ao acessar o endereço, há apenas a apresentação da PEC n. 304/2013, com o texto da proposta e a opinião de sua autora, não se prestando a maiores esclarecimentos. Falta um contraponto.

Em um primeiro momento deste artigo, pretende-se iluminar, com base em pesquisas e análise de dados oficiais, o impacto que o benefício previdenciário tem para o Governo e para os segurados e seus familiares. No segundo momento, a intenção é apresentar a exposição das justificativas e conteúdos das propostas legislativas², para se identificar a forma pela qual o debate vem sendo proposto no Legislativo. Em seguida, são analisadas as perspectivas das PECs, considerando o cenário político e institucional e a mudança na correlação de forças verificada após as eleições de 2014.

² Todos os textos e justificativas mencionados a seguir encontram-se na página eletrônica da Câmara dos Deputados (BRASIL, s.d.1) e do Senado (BRASIL, s.d.4).

Impactos do Auxílio-Reclusão

A formação de alguma convicção sobre uma reforma no instituto do auxílio-reclusão requer a consciência dos impactos que esse benefício tem para o Estado e para os segurados e seus familiares. Trata-se de uma temática complexa. Na leitura das propostas e suas justificativas, há diversos elementos utilizados para o convencimento dos demais parlamentares, mas se percebe alguma carência de informações sobre a realidade social e econômica na qual ele se insere.

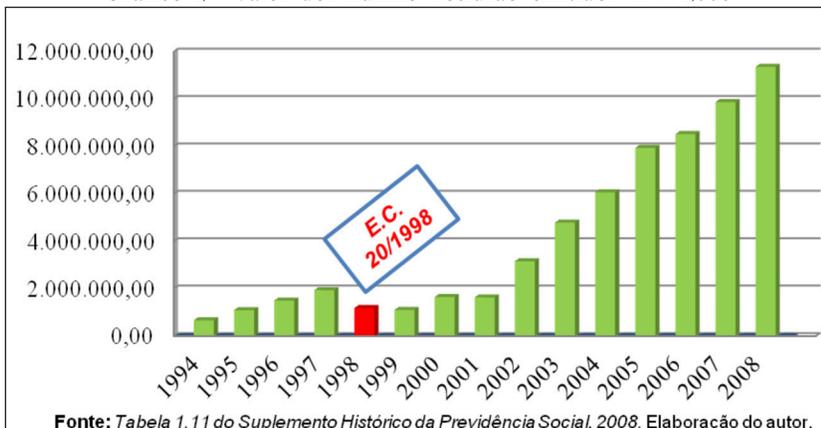
Nas campanhas contra o auxílio-reclusão promovidas durante e após junho de 2013, um argumento que era proferido referia-se a um suposto “rombo” que tal benefício previdenciário provocaria no orçamento da Previdência Social. Para verificar sua procedência, é preciso analisar alguns dados oficiais.

Nos gráficos 1 e 2, podemos observar, no período entre 1994 e 2008, os efeitos práticos da mudança, que implicou na alteração da redação original da Constituição, por conta da Emenda Constitucional n. 20/1998, que restringiu o público atendido inicialmente pelo auxílio-reclusão para apenas famílias em condições mais extremas de exclusão social de contribuintes da Previdência Social.

Gráfico 1 - Quantidade dos Auxílios-reclusão emitidos 1994-2008



Gráfico 2 - Valor dos Auxílios-reclusão emitidos 1994-2008

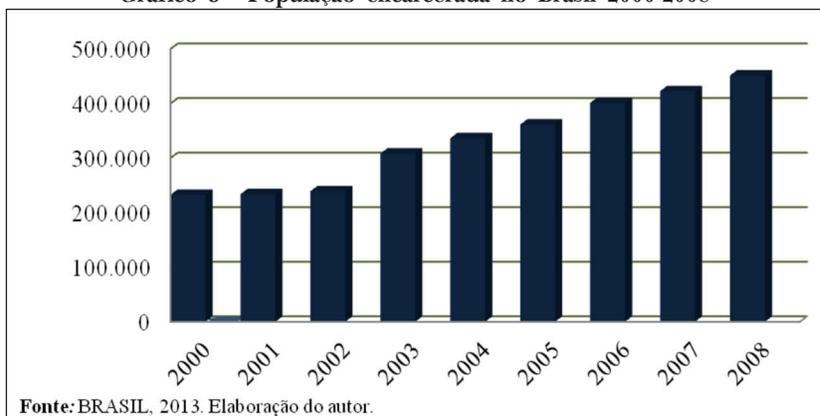


Em ambos os gráficos, fica nítido o recuo da tendência histórica da quantidade de benefícios emitidos já no primeiro momento posterior à edição da Emenda Constitucional n. 20 de 1998.

Naturalmente, quando a quantidade de benefícios diminui, também é de se esperar a redução do valor despendido com o auxílio-reclusão, conforme demonstra o gráfico 2.

Entretanto, apesar da inicial redução de concessões do benefício, o fenômeno do encarceramento em massa, agravado nos últimos anos, sobretudo em decorrência de ações do Executivo e do Judiciário, foi decisivo para o posterior aumento. Para se ter melhor ideia desse fenômeno no período, o gráfico 3 traz o aumento populacional durante o período de 2000 a 2008. Importa esclarecer, todavia, que o Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN – não disponibiliza estatísticas anteriores a 2000. No censo penitenciário de dezembro de 2012, o número total de presos no país alcançou a cifra de 548.003.

Gráfico 3 - População encarcerada no Brasil 2000-2008



Observando mais atentamente os três gráficos apresentados, há uma nítida relação entre o aumento populacional e o aumento na emissão de auxílios-reclusão. No entanto, apenas uma minúscula parcela de familiares de pessoas presas é beneficiada, e a proporcionalidade dessa relação praticamente não sofre alteração ao longo dos anos.

O fato é que a concessão do benefício representa uma diminuta parcela no total dos gastos da Previdência. No ano de 2011, havia 43.124 benefícios dessa natureza ativos, foram concedidos 14.672 novos e 4.697 cessaram (BRASIL, 2011). Em 2011, a população nacional encarcerada era de 514.582 pessoas (BRASIL, s.d.3), significando que menos de um a cada cem presos fazia jus ao benefício. Tendo em conta que o total despendido com os benefícios de auxílio-reclusão emitidos era, em 2011, de R\$21.253.000,00, para 33.245 beneficiados, perfazia apenas 0,11% do total dos gastos da Previdência Social³.

Qualquer discussão racional sobre a ampliação ou a extinção do benefício não pode confundir o capital administrado pelo sistema previdenciário com aquele montante arrecadado pelo Estado através de seu poder geral de tributar. São recursos de naturezas distintas. No caso dos tributos, é dinheiro público que deve ser revertido para o benefício mais amplo da população, conforme diferentes estratégias políticas de gastos públicos

³ Em 2011, o total de gastos ativos foi de R\$23.154.879.225,00, segundo o Anuário Estatístico da Previdência Social (BRASIL, 2011).

empreendidos pelos governos. No caso de recursos da Previdência, trata-se de recursos administrados pelo Estado, custeados por parcelas da população na qualidade de segurados, que visam resguardar esses contribuintes em caso de necessidade proveniente de algumas contingências sociais. É o caso do auxílio-reclusão.

Um dos requisitos principais para a concessão desse benefício é o vínculo da pessoa presa com o Instituto Nacional de Seguridade Social. Embora o número de trabalhadores com carteira assinada tenha aumentado demasiadamente na última década, o mercado de trabalho informal ainda é grande, e boa parte da população brasileira não preenche os critérios legais para o benefício previdenciário no momento de reclusão⁴. Essas exigências restringem a concessão desse benefício previdenciário para a parte considerável da população encarcerada e fazem com que o percentual de beneficiados seja bem reduzido. Além disso, o benefício cessa, mais cedo ou mais tarde. Os dependentes devem apresentar a cada três meses uma certidão atualizada da situação do parente preso e, nessas ocasiões, o benefício pode ser extinto⁵.

Mesmo pessoas que cumprem – em tese – os requisitos legais encontram diversas barreiras nos âmbitos administrativo e judicial para fazer jus efetivamente ao auxílio-reclusão. Dantas e Rodrigues (2009) mostram que o número de pedidos indeferidos é maior que o de concedidos. Como exemplo de motivos para o indeferimento, pode-se citar a dificuldade de se comprovar a dependência, o vínculo com a Previdência e o devido enquadramento dos requerentes na condição de baixa renda.

Um pressuposto legal para sua concessão é o de que a pessoa considerada autora de algum delito já esteja respondendo severamente mediante a

⁴ Para saber mais, ver o trabalho do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos– DIEESE – A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000 (2012).

⁵ O Regulamento da Previdência Social (Decreto 3.048/1999) prevê hipóteses em que o benefício pode ser cassado: - com a morte do segurado e, nesse caso, o auxílio-reclusão será convertido em pensão por morte; - em caso de fuga, liberdade condicional, transferência para prisão albergue ou cumprimento da pena em regime aberto; - se o segurado passar a receber aposentadoria ou auxílio-doença (os dependentes e o segurado poderão optar pelo benefício mais vantajoso, mediante declaração escrita de ambas as partes); - ao dependente que perder a qualidade (ex: filho ou irmão que se emancipar ou completar 21 anos de idade, salvo se inválido; cessação da invalidez, no caso de dependente inválido, etc.); - com o fim da invalidez ou morte do dependente.

privação de liberdade. Estar recluso em instituições prisionais no Brasil é, na maior parte das vezes, se submeter a condições degradantes, com agravantes diversos não previstos formalmente na sentença condenatória, como a superlotação, a insalubridade do ambiente, a violação a diversos direitos humanos, etc.⁶

As críticas à instituição prisional são antigas na literatura da sociologia da punição. Há prisões piores do que outras e, no Brasil, a situação predominante dos estabelecimentos é de calamidade, com a violação sistemática da maioria dos direitos previstos na Lei de Execução Penal⁷. Além de não servir a qualquer pretensão de integração social das pessoas privadas de liberdade, essa realidade degradante tende a acarretar muitos custos sociais para a sociedade, atingindo não apenas a pessoa presa, mas seus entes familiares e a sociedade como um todo. Baratta (2006b; p. 311) ressalta, a partir de resultados de pesquisa empírica realizada no Canadá em 1981, que os efeitos devastadores do cárcere são muito piores para as famílias mais pobres, tendendo a condená-las a uma situação inferior à da trajetória própria do grupo de origem.

O sistema prisional brasileiro está repleto de pessoas dos estratos sociais mais pobres e marginalizados economicamente da sociedade brasileira. Não se pode ignorar que, ao longo da história, os sistemas punitivos ocidentais – não apenas o brasileiro – guardam uma estreita relação com o sistema de produção vigente⁸ e, embora a prática de delitos esteja longe de ser um fenômeno restrito às camadas mais pobres da sociedade, os processos de criminalização⁹ costumam ser altamente seletivos quando tratam da

⁶ Pode-se ver melhor sobre denúncias de violações de direitos humanos nas prisões brasileiras no recente relatório apresentado pelo Grupo de Trabalho sobre Detenção Arbitrária, do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), apresentado em junho de 2014 na Assembleia Geral da ONU e causando constrangimentos ao Governo brasileiro (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2014).

⁷ Sobre denúncias de violação de direitos nas prisões de São Paulo, ver Ferreira (2014).

⁸ Para saber mais sobre o assunto, ver Rusche e Kirshheimer (2004) e Foucault (2003).

⁹ O que Alessandro Baratta (2006a) chamava de “processo de criminalização”, referia-se aos diversos processos sociais que resultam na prisão de um indivíduo, desde a ação do legislador ao definir quais condutas merecerão maior reprobabilidade pela lei penal, passando pela ação prática dos órgãos de repressão, até a submissão do caso aos diversos filtros existentes na prática Judiciária.

aplicação de penas de prisão¹⁰. Nesse sentido, o censo penitenciário de dezembro de 2012 (BRASIL, s.d.3) diagnosticou que 86% (oitenta e seis por cento) dos cerca de 550 mil presos do país não possuíam nem sequer o ensino médio completo, número bem inferior à média nacional¹¹. Os últimos anos registraram um aumento no acesso à educação e na escolaridade média do brasileiro, mas esses avanços parecem ter ficado distantes do sistema prisional¹².

Considerando-se essa realidade, pode-se presumir que o benefício previdenciário concedido para os dependentes de pessoas presas tende a fazer uma diferença significativa na vida dessas pessoas.

Distintas Propostas de Emenda Constitucional referentes ao Auxílio-Reclusão

Distintas propostas de emenda constitucional (PECs) referentes a reformas no auxílio-reclusão tramitaram no Congresso Nacional brasileiro nessa última Legislatura: a PEC n. 420/2009, a PEC n. 20/2011, a PEC n. 33/2013 e a PEC n. 304/2013, que tramita com a PEC n. 368/2013 em apenso.

A propositura das quatro PECs referidas deu-se conforme o disposto no inciso I, do artigo 60, da Constituição Federal, contando com as assinaturas de um terço, no mínimo, dos membros de uma das casas do Congresso.

A PEC n. 420/2009, de autoria do Deputado Ratinho Junior, do PSC/PR, visa retirar o limite de renda para o pagamento do benefício imposto pela Emenda Constitucional n. 20, de 1998, retomando a situação prevista no texto da Constituição Federal de 1988. Na prática, excluiria um dos requisitos para a concessão do auxílio-reclusão e aumentaria um pouco o número de potenciais beneficiados. Contava, na época de sua propositura,

¹⁰ Para saber mais sobre essa relação, ver Garland (2006) e Wacquant (2011).

¹¹ Para se ter uma ideia dos dados nacionais, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD – de 2009, promovida pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE –, 48% dos jovens entre 18 a 24 anos não tinham o ensino médio completo (ACESSO ao ensino superior no Brasil: equidade e desigualdade social, 2012).

¹² Estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA –, com base nos últimos PNADs, evidenciou um significativo aumento da escolaridade média do brasileiro nos últimos dez anos (BRASIL, 2013a).

com as assinaturas confirmadas de 211 Deputados¹³.

Como justificativas, argumentou-se que deveria prevalecer para o auxílio-reclusão o mesmo princípio da pensão por morte, mantendo-se idênticos critérios de cálculo e concessão, por serem ambos voltados ao “amparo aos dependentes do segurado na sua falta permanente ou provisória”. Assim, serão protegidas as crianças e adolescentes, que correspondem, na maioria dos casos, aos dependentes do segurado. Termina refletindo que:

limitar a concessão do auxílio-reclusão ao valor do salário-de-contribuição do segurado recluso ou à renda de seus dependentes mostra-se espúrio, por contrariar o princípio básico do seguro social de proteção aos dependentes do segurado exposto a risco social não programável cuja renda foi cessada. Essa proteção é feita mediante a concessão a esses dependentes de benefício de prestação continuada calculado com base no salário-de-contribuição do segurado, que não terá valor inferior ao salário mínimo e nem superior ao valor máximo de salário-de-contribuição.

Além disso, a adoção de seletividade na concessão do auxílio-reclusão vem denotando, entre outras, as seguintes impropriedades:

- descaracterização de sua natureza de benefício previdenciário sujeito às regras do seguro contributivo obrigatório, ao submeter sua concessão a critérios da assistência social cujos benefícios independem de contribuição e são concedidos a pessoas de baixa renda ou nenhuma renda;
- discriminação e preconceito para com as pessoas de baixa renda, por induzir que apenas estas cometem crimes, são apenadas e recolhidas à prisão;
- punição aos segurados de renda superior ao patamar fixado que foram apenados e recolhidos à prisão, e, por consequência, a seus dependentes¹⁴.

Em 2011, o Deputado Federal Fernando Francischini (PSDB/PR) apresentou a PEC 30/2011, visando excluir a prestação do auxílio-reclusão

¹³ Os Deputados Federais subscritores da PEC 420/2009 estão vinculados aos seguintes partidos: 44 do PMDB, 37 do PT, 18 do DEM, 15 do PR, 14 do PSDB, 14 do PSB, 11 do PP, 11 do PDT, 9 do PTB, 7 do PSC, 5 do PV, 5 do PCdoB, 3 do PPS, 2 do PTC, 2 do PRB, 2 do PMN e 1 do PSOL.

¹⁴ Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=704342&filename=PEC+420/2009. Acesso em 29 de julho de 2014.

para dependentes de pessoas condenadas pela “prática de tortura, racismo, terrorismo, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, pedofilia e crimes definidos como hediondos”¹⁵. Como justificativa para essa proposta, o parlamentar apenas mencionou genericamente a existência de um entendimento na sociedade no sentido de limitar o auxílio-reclusão apenas aos dependentes de autores de crime de menor gravidade. A PEC também conta com dispositivo para impor ao Estado a criação de oportunidades de trabalho para as pessoas presas, inclusive para os não beneficiados pelo auxílio-reclusão, sendo que os presos que trabalharem terão obrigação de destinar a fração de 1/3 dos ganhos auferidos para ressarcimento do Estado pelas despesas com a sua manutenção no cárcere.

No calor das mobilizações populares de 2013, em 02 de julho de 2013 foi apresentada a PEC n. 33/2013¹⁶, da autoria do Senador Alfredo Nascimento (PR/AM), visando extinguir o auxílio-reclusão¹⁷. Sua justificativa fez expressa referência à “conjuntura atual”, referindo-se expressamente ao clamor da população:

Há muito se protesta, especialmente através de correntes de e-mails ou em redes sociais e, de um modo geral na mídia, contra o auxílio-reclusão. Os protestos enfurecidos atacam o brio dos brasileiros, dizem seguramente que os trabalhadores que contribuem com o Regime Geral da Previdência pagam a conta para que os dependentes do detento em regime fechado usufruam do benefício.

Por isso, o referido auxílio-reclusão é um benefício previdenciário que ainda gera muita polêmica. Para a sociedade não é fácil aceitar pacificamente a concessão do benefício àqueles que cometeram crimes, ainda que se leve em conta os aspectos e circunstâncias fáticas que resultaram na condenação somada ao comportamento prisional do detento que, invariavelmente, por natureza, é hostil quanto à aceitação e cumprimento da pena e, não raro, agravado

¹⁵ Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=873634&filename=PEC+30/2011. Acesso em 29 de julho de 2014.

¹⁶ Não confundir a PEC n. 33/2013 com a já famosa PEC n. 33/2011, que gerou grande celeuma em torno da suposta violação à separação de poderes que a eventual aprovação dessa emenda proporcionaria.

¹⁷ Os senadores subscritores da PEC33/2013 estão vinculados aos seguintes partidos políticos: 12 do PMDB, 3 do DEM, 3 do PTB, 2 do PR, 2 do PDT, 2 do PSDB, 2 do PP, 1 do PSC e 1 do PRB.

pela própria conduta no curso do internato (com participação em rebeliões e outras práticas criminosas no âmbito interno e repercussão externa do cárcere). Daí os questionamentos e a dificuldade de aceitação por parte da sociedade em concordar com esse tipo de benefício.

O auxílio-reclusão faz parte das garantias previdenciárias constantes no artigo 201 e incisos da Constituição Federal. Assim, para que se possa fazer reforma normativa sobre o tema, é necessária a aprovação de emenda constitucional, excluindo o auxílio-reclusão do rol de garantias previdenciárias, além de desonerar a previdência social de um encargo que se mostra, pela conjuntura atual, indevido e injusto¹⁸.

A PEC n. 304/2013, por sua vez, foi apresentada perante a Câmara dos Deputados pela Deputada Federal Antonia Lucileia Cruz Ramos Câmara (PSC/AC), na data de 29 de agosto de 2013. Além de almejar o fim do auxílio-reclusão, propõe-se a instituição de um benefício previdenciário para as vítimas de crime para figurar no lugar do auxílio-reclusão, nos seguintes termos:

VI – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa vítima de crime, pelo período que for afastada da atividade que garanta seu sustento e, em caso de morte da vítima, conversão do benefício em pensão ao cônjuge ou companheiro e dependentes da vítima, na forma da lei¹⁹.

No final de 2013, a essa PEC foi apensada a PEC n. 368/2013, apresentada à Câmara dos Deputados, em 11 de dezembro de 2013, pelo Deputado Federal Fábio Faria, do Partido Social Democrático (PSD), que prevê a criação de um benefício assistencial em favor das vítimas de delitos e não trata diretamente do auxílio-reclusão.

¹⁸ Disponível em: http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=113456. Acesso em: 29 de julho de 2014.

¹⁹ Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=E90403EFA48D81EF5E0BA451782E5899.proposicoesWeb1?codteor=1123340&filename=PEC+304/2013. Acesso em 29 de julho de 2014.

**Tabela 1 - Resumo das PECs sobre auxílio-reclusão
(Legislatura 2011-2014).**

| PECs | Autor | Data de apresentação | Síntese da Proposta |
|----------|---|----------------------|---|
| 420/2009 | Dep. Fed. Ratinho Junior (PSC/PR) | 20.10.2009 | Retira o limite de renda para o pagamento do benefício imposto pela Emenda Constitucional n. 20, de 1998, ampliando o público beneficiado. |
| 30/2011 | Dep. Fed. Fernando Francischini (PSDB/PR) | 18.05.2011 | Veda o auxílio-reclusão para segurados que respondam por crimes graves e impõe ao Estado a criação de oportunidades de trabalho para as pessoas presas, destinando-se parte do salário para pagar despesas com o recluso. |
| 33/2013 | Sen. Fed. Alfredo Nascimento (PR/AM) | 02.07.2013 | Extingue o auxílio-reclusão. |
| 304/2013 | Dep. Fed. Antonia Lucileia Cruz Ramos Câmara (PSC/AC) | 29.08.2013 | Extingue o auxílio-reclusão. A PEC 368/2013, que tramita em apenso, prevê a instituição de um benefício previdenciário para as vítimas de crime. |

Fonte: Páginas eletrônicas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Elaborada pelo autor.

É adequado que as vítimas de crimes recebam alguma forma de reparação pelo delito. Já existem no ordenamento brasileiro benefícios que cumprem a função prevista nas propostas de emenda, como é o caso da pensão por morte e do auxílio-invalidez. O Código de Processo Penal impõe ao juiz a fixação de reparação de danos da vítima, quando da sentença criminal condenatória²⁰. Além disso, sempre existe a possibilidade de ingresso de ação reparatória na esfera cível. Não há nenhuma incompatibilidade entre um benefício assistencial ou previdenciário para vítimas diretas de delitos e o

²⁰ A redação do inciso IV, do artigo 387, fixada pela lei 11.719/2008, prevê que o juiz, quando da fixação da pena, “fixará valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido”.

auxílio-reclusão. Os dois benefícios podem conviver simultaneamente. Um não precisa ser suprimido para que o outro exista.

Por outro lado, não se pode ignorar que costumam sofrer danos do ato criminoso, mesmo que de forma indireta, também os familiares das pessoas privadas de liberdade. O delito provoca – muitas vezes – uma desestruturação na dinâmica das famílias, afetando-as de forma afetiva, econômica e até influenciando em aspectos morais e educacionais. Quando a família não abandona a pessoa presa – algo que ocorre muitas vezes –, os seus membros passam a se submeter a muitos sacrifícios para visitar o ente e para providenciar bens de primeira necessidade que o Estado não costuma fornecer²¹.

As justificativas oficiais desses dois projetos exploram o desamparo das vítimas da violência, mas a da PEC n. 304/2013 traz vários ataques ao auxílio-reclusão, afirmando, por exemplo, que o auxílio-reclusão constitui um estímulo para a decisão do cometimento de um delito e que “é mais justo “amparar a família da vítima do que a do criminoso”²².

O andamento de todas essas propostas no Congresso será discutido a seguir.

A Tramitação das PECs e o Novo Cenário Político

Uma mudança no sentido de se extinguir o auxílio-reclusão tende a ser mais respaldada pelos partidos mais à direita no espectro político-ideológico.

Ao menos desde a campanha empreendida contra os direitos de pessoas presas durante os anos 1980, cujos embates foram bem relatados por Caldeira (2000)²³, os setores políticos mais conservadores e a direita política,

²¹ Para mais informações sobre as dificuldades enfrentadas por famílias de pessoas presas, ver Godoy (2014).

²² Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?jsessionid=E90403EFA48D81EF5E0BA451782E5899.proposicoesWeb1?codteor=1123340&filename=PEC+304/2013. Acesso em: 29 de julho de 2014.

²³ Caldeira (2000) mostra como foi forte o movimento contra os direitos humanos de pessoas presas em oposição às iniciativas do Governo Montoro (1983-1987), que seguiam no sentido de “humanização” das condições de vida no cárcere. Foi protagonizado por políticos de direita, por setores da polícia do Estado de São Paulo e por expoentes da imprensa.

no sentido comportamental, estão fortemente ligados a uma perspectiva de punição, que passa pelo sofrimento do acusado ou condenado e pela vingança. Por outro lado, os grupos mais identificados com uma visão de defesa da lei, de direitos, da justiça e do sistema judiciário reúnem expoentes do centro e da esquerda política, passando por intelectuais, setores da Igreja Católica e diversas associações civis.

É sintomático a Emenda Constitucional n. 20/1998 – que restringiu bastante o público atendido pelo auxílio-reclusão, quando foi imposto um critério de renda –, ter sido aprovada logo na Legislatura em que a Câmara dos Deputados teve uma das configurações mais conservadoras das últimas décadas. Conforme a pesquisa de Santos, Canello e Cunha (2014b), a Câmara dos Deputados contava em 1998 com um bloco de direita de nada menos que 60,4% da Casa.

No entanto, apesar de a ampliação do público beneficiado pelo auxílio-reclusão ser uma pauta que parece se identificar mais com o espectro político-ideológico da esquerda comportamental, o autor da PEC n. 420/2009 – Ratinho Júnior (PSC/PR) – pertence a um partido considerado de direita. Na lista de assinaturas que viabilizou a propositura da PEC, verifica-se um flagrante equilíbrio entre representantes da esquerda, do centro e da direita, com, respectivamente, 33,8%, 35,85% e 30,3%²⁴.

No caso da PEC n. 30/2011, que restringe o benefício para beneficiados acusados da prática de crimes mais graves, apesar de haver apoio significativo por parte de representantes de partidos da esquerda e do centro – com 30,68% e 31,82%, respectivamente –, a maioria das assinaturas foi obtida por

²⁴ Os cálculos tomam por base as 198 assinaturas confirmadas de Deputados Federais do Relatório de Conferência de Assinaturas da PEC n. 420/2009, elaborado em de 22.10.2009 (Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=B6F4C3FF368AB332505EF50E20088E41.proposicoesWeb2?codteor=705773&filename=Tramitacao-PEC+420/2009 . Acesso em 23 de novembro de 2014) e o critério de distribuição de partidos no espectro político ideológico proposto pelos estudiosos do Núcleo de Estudos sobre o Congresso (NECON), vinculado ao Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (SANTOS; CANELLO; CUNHA, 2014b). Assim, no centro, foram incluídos o PMDB, o PROS, o PRB, o PR, o PSD, o SD, o PV, o PEN, o PTC, o PMN, o PSL, o PRP e o PHS; à direita, foram considerados o DEM, o PSDB, o PPS, o PP, o PTB, o PSC, o PT do B, o PTN, o PRTB e o PSDC; à esquerda foram elencados o PT, o PC do B, o PDT, o PSB e o PSOL.

parlamentares considerados de bancadas de direita – com 37,5%²⁵. Trata-se de um projeto que interfere no benefício de modo menos radical do que os outros mais recentes, afetando apenas um pequeno número de segurados – e familiares – acusados e condenados por delitos que causam maior comoção.

No total das assinaturas que permitiram a propositura da PEC n. 33/2013, que visa extinguir o auxílio-reclusão, percebe-se nitidamente a prevalência de representantes de partidos do centro e da direita, com 55,17% e 37,03%, respectivamente²⁶.

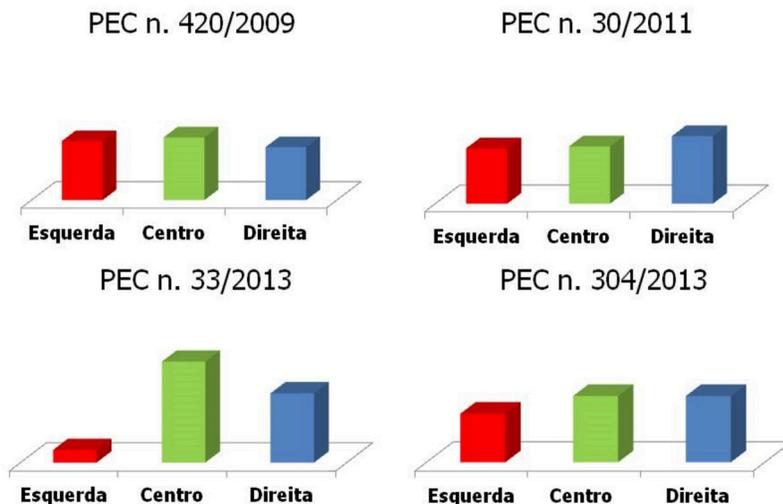
Na propositura da PEC n.304/2013, a maioria das assinaturas também provém de partidos políticos do centro e da direita, com a idêntica porcentagem de 36,6% cada um²⁷.

²⁵ Os cálculos tomam por base as 176 assinaturas confirmadas de Deputados Federais do Relatório de Conferência de Assinaturas da PEC n. 30/2011, elaborado em 20 de abril de 2011 (Disponível em: <file:///C:/Users/Ot%C3%A1lvio/Dropbox/Escritos%20diversos/Artigos%20acad%C3%AAmicos%20Ci%C3%AAncias%20Sociais/Auxilio%20reclus%C3%A3o/Subscri%C3%A7%C3%B5es%20da%20PEC%2030-2011.pdf>. Acesso em 23 de novembro de 2014) e o critério de distribuição de partidos no espectro político ideológico proposto pelos estudiosos do NECON (SANTOS; CANELLO; CUNHA, 2014b).

²⁶ Os cálculos tomam por base as 29 assinaturas de Senadores disposta na página eletrônica do Senado Federal (Disponível em: http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=113456. Acesso em 24 de novembro de 2014). Adota-se o critério de distribuição de partidos no espectro político ideológico proposto pelos estudiosos do NECON (SANTOS; CANELLO; CUNHA, 2014b).

²⁷ Os cálculos tomam por base as 172 assinaturas confirmadas de Deputados Federais do Relatório de Conferência de Assinaturas da PEC n. 30/2011, elaborado em 20.05.2011 (Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1127331&filename=Tramitacao-PEC+304/2013. Acesso em 23 de novembro de 2014) e o critério de distribuição de partidos no espectro político ideológico proposto pelos estudiosos do NECON (SANTOS; CANELLO; CUNHA, 2014b).

Gráfico 4 - Assinaturas de proposição das PECs (%)



Fonte: Páginas eletrônicas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Elaboração do autor.

Observando-se o gráfico 4, que compara as assinaturas das proposições das 4 PECs, nota-se uma participação maior de partidos da direita nas duas PECs mais recentes, que pretendem acabar com o benefício previdenciário. Nas outras duas, há maior equilíbrio, havendo até um número maior de assinaturas de partidos da esquerda no projeto mais antigo, que almeja a ampliação do público de segurados do auxílio-reclusão. As bancadas dos partidos do centro aparecem com destaque na proposição das quatro PECs.

As 4 PECs, cujos conteúdos são distintos entre si, e até contraditórios, obtiveram – em casas distintas – de um mesmo partido – o PMDB –, a maioria das assinaturas que ensejaram as suas proposições, nos termos do inciso I, do artigo 60, da Constituição Federal. Essa constatação parece reafirmar a heterogeneidade desse partido político identificado com o centro no espectro político-ideológico, que costuma eleger numerosas bancadas no Congresso.

Vale ponderar que a convicção e os critérios norteadores de uma decisão de assinatura em uma proposição de lei ou de emenda constitucional tendem a ser menos rigorosos do que aqueles utilizados para a decisão sobre sua aprovação, no final da tramitação. O parlamentar age com maior liberdade nas etapas preliminares do processo legislativo, sem tanta pressão da liderança partidária – e do Executivo –, do que nos seus momentos

derradeiros, quando se esperam maior coesão e fidelidade²⁸.

O trâmite de aprovação de uma proposta de emenda constitucional (PEC), mesmo no caso de não enfrentar nenhuma alteração do texto, é complexo²⁹. Depois de apresentada a PEC nos termos do artigo 60 da Constituição Federal, sua admissibilidade é avaliada no âmbito da Comissão de Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados. Caso seja aprovada ali, designa-se uma comissão especial para a análise do conteúdo da PEC. A Comissão Especial vai produzir um parecer que vai se prestar como orientação para a votação da proposta no Plenário da casa legislativa. Aprovada pelo quórum de 3/5 dos deputados em dois turnos, ela segue para o Senado. Lá, também é submetida à análise da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, de onde segue para o Plenário, onde deve obter a aprovação por maioria qualificada em dois turnos.

Ao final de uma Legislatura, porém, de acordo com o artigo n. 105 do Regimento Internos da Câmara dos Deputados (RICD)³⁰ e com o artigo n. 332 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF)³¹, a regra é que as

²⁸ Sobre a fidelidade partidária, ver estudos de Figueiredo e Limongi (2000).

²⁹ A depender de uma alteração no texto da PEC, o trâmite do processo legislativo deve ser retomado, e a proposta deve ser submetida novamente a todo o percurso.

³⁰ Conforme o artigo n. 105 do RICD: “Finda a legislatura, arquivar-se-ão todas as proposições que no seu decurso tenham sido submetidas à deliberação da Câmara e ainda se encontrem em tramitação, bem como as que abram crédito suplementar, com pareceres ou sem eles, salvo as: I - com pareceres favoráveis de todas as Comissões; II - já aprovadas em turno único, em primeiro ou segundo turno;

III - que tenham tramitado pelo Senado, ou dele originárias; IV - de iniciativa popular; V - de iniciativa de outro Poder ou do Procurador-Geral da República. Parágrafo único. A proposição poderá ser desarquivada mediante requerimento do Autor, ou Autores, dentro dos primeiros cento e oitenta dias da primeira sessão legislativa ordinária da legislatura subsequente, retomando a tramitação desde o estágio em que se encontrava”.

³¹ De acordo com o artigo n. 332 do RISF: “Ao final da legislatura serão arquivadas todas as proposições em tramitação no Senado, exceto: I – as originárias da Câmara ou por ela revisadas; II – as de autoria de Senadores que permaneçam no exercício de mandato ou que tenham sido reeleitos; III – as apresentadas por Senadores no último ano de mandato; IV – as com parecer favorável das comissões; V – as que tratem de matéria de competência exclusiva do Congresso Nacional (Const., art. 49); VI – as que tratem de matéria de competência privativa do Senado Federal (Const., art. 52); VII – pedido de sustação de processo contra Senador em andamento no Supremo Tribunal Federal (Const., art. 53, §§ 3º e 4º, EC no 35/2001). § 1º Em qualquer das hipóteses dos incisos do caput, será automaticamente arquivada a proposição que se encontre em tramitação há duas legislaturas, salvo se requerida a continuidade de sua tramitação por 1/3 (um terço) dos Senadores, até 60 (sessenta) dias após o início da primeira sessão legislativa da legislatura seguinte ao arquivamento, e aprovado o seu desarquivamento pelo Plenário do Senado. § 2º Na hipótese do § 1º, se a proposição desarquivada não tiver a sua tramitação concluída, nessa legislatura, será, ao final dela, arquivada definitivamente”.

PECs sejam arquivadas, salvo em determinadas situações.

Como o momento é de transição de Legislaturas, convém observar o estágio de tramitação de cada um dos projetos que tramitaram no período entre 2010 e 2014 para entender as possibilidades de desarquivamento.

A PEC n. 420/2009 é a mais antiga. Foi proposta durante a Legislatura de 2006-2010, e desarquivada no início da última Legislatura. Em 31.05.2011, o Relator Silas Câmara (PSD/AM) proferiu seu parecer pela admissibilidade do projeto na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Esse parecer, entretanto, trata apenas do voto do relator e não da opinião dos demais membros do colegiado. Desde então, a proposta não teve novo andamento.

Pelo seu andamento processual, essa PEC não se enquadra nas exceções e está fadada ao arquivamento. Diferentemente do RISE, o RICD não veda expressamente o seu desarquivamento por mais de uma vez. Mas o texto da norma incumbe ao autor – ou aos autores – essa ação de desarquivamento e, no caso, o autor dessa PEC não é mais Deputado Federal³². Assim, essa PEC permanecerá arquivada de forma definitiva.

A PEC n. 30/2011, proposta pelo Deputado Federal Fernando Francischini (PSDB/PR), que trata da redução do alcance do benefício do auxílio-reclusão para os segurados acusados e condenados pela prática de alguns crimes considerados de maior gravidade e almeja obrigar o Estado a aumentar a oportunidade de trabalho para todas as pessoas presas, obrigando-as a destinarem parte dos salários para ressarcir o Estado por gastos com a sua prisão, ficou mais de dois anos parada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aguardando a designação de relatoria. Em 30.08.2013, o relator – o Deputado Mendonça Prado (DEM/SE) – expediu parecer, opinando pela sua admissibilidade. Até o final da Legislatura, os demais membros da Comissão não se pronunciaram. Está facultado ao autor, Delegado licenciado da Polícia Federal reeleito para a Câmara dos Deputados, agora membro da bancada do partido Solidariedade, o desarquivamento da PEC na nova Legislatura.

A PEC n. 33/2013 começou sua tramitação pelo Senado e encontra-se desde 05.05.2014 com o Relator – o Senador José Pimentel (PT/CE) – na

³² Ratinho Júnior (PSC/PR), o autor da PEC n. 420/2009, foi eleito em 2014 para o cargo de Deputado Estadual na Assembleia Legislativa do Paraná.

Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, aguardando relatório. Com o final da Legislatura, ela é automaticamente arquivada. Como o RISF não incumbe apenas ao autor – ou aos autores – da PEC o seu desarquivamento, sua tramitação poderá ser retomada na nova Legislatura.

A PEC n. 304/2013 segue com a PEC n. 368/2013 em apenso. Sua tramitação não avançou para além do parecer favorável à sua admissibilidade por parte do seu relator, o Deputado André Moura (PSC/SE), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em 18 de dezembro de 2013³³.

Ao final de 2014, as duas PECs que tramitam juntas serão automaticamente arquivadas, podendo ser retomadas na nova Legislatura por iniciativa de seu autor – ou autores. No caso da PEC n. 304/2013, a autora Antonia Lúcia (PSC/AC) não foi reeleita, mas figura como suplente e tem alguma chance de assumir o cargo, hipótese em que a proposta poderá ser desarquivada, desde que isso ocorra nos primeiros 180 dias da nova Legislatura. No caso da PEC n. 368/2013, o Relator Fábio Faria (PSD/RN) foi reeleito e pode retomar a tramitação da proposta no início da nova Legislatura.

Os autores das duas PECs apresentadas em 2013 tentaram se aproveitar do momento de turbulência política causada pelas manifestações de junho de 2013. A PEC n. 33/2013, por exemplo, mencionou em suas justificativas expressamente a “conjuntura atual”.

As chamadas Jornadas de Junho correspondem a um fenômeno complexo que foi objeto de distintas interpretações. Em um primeiro momento, as primeiras mobilizações populares de junho de 2013 em várias cidades do Brasil foram organizadas por movimentos sociais e de estudantes e tinham relação com o valor do transporte público municipal. Sofreram ofensivas por setores da mídia e dura repressão por parte das agências de segurança, sobretudo na capital paulista. No segundo momento, por motivações diversas, ampliou-se enormemente o número de manifestantes, de movimentos participantes e de pautas reivindicatórias. Setores da mídia que tinham sido contrários aos primeiros protestos passaram a ser simpáticos às manifestações, mas destacaram seletivamente algumas pautas em detrimento de outras, como – por exemplo – a corrupção do Governo Federal (AVRITZER, 2013) e a degeneração da classe política (LIMONGI, 2013). A falta de infraestrutura

³³ Da mesma forma como exposto no caso da PEC n. 420.2009, vale dizer que este parecer não é vinculante para o resto do colegiado.

urbana no Brasil, que estava na origem das manifestações, deixou de receber a luz dos maiores holofotes, e a extinção do auxílio-reclusão figurou como mais uma entre as múltiplas demandas mobilizadas pelos manifestantes.

A desconfiança da população em relação ao Congresso Nacional, segundo avaliação do Datafolha realizada em julho de 2013, aumentou nove pontos percentuais após a onda de protestos de junho (REPROVAÇÃO ao congresso sobe nove pontos depois de protesto, 2013). Como resultado direto, os deputados e senadores se preocuparam em apresentar para a população mais esforços na atividade parlamentar, e a produção legislativa foi intensificada no período imediatamente subsequente. Em comparação da produção legislativa no período de junho e julho, constatou-se um aumento de projetos aprovados, tanto na Câmara, quanto no Senado (APÓS os protestos, Congresso produz mais e prioriza projetos sociais, 2013. EM RESPOSTA às manifestações, legislativo acelera aprovação de projetos, 2013). Falou-se muito, nos discursos, sobre a necessidade de se dar uma urgente resposta ao “clamor popular das ruas”. A referência a essa conjuntura política foi utilizada estrategicamente na tentativa de aprovação de projetos de maneira mais célere, à custa da mitigação dos debates.

Passado esse momento mais turbulento que afetou a rotina do Congresso Nacional, nenhuma das citadas PECs referentes ao auxílio-reclusão foi adiante no processo legislativo. A Legislatura chega ao fim, e as propostas de reforma do benefício previdenciário seguem para o arquivamento.

As eleições de 2014 garantiram a vitória de Dilma Rousseff, mas o desenho das bancadas do Congresso sofreu alterações.

Na análise das mudanças nas bancadas partidárias nas últimas eleições para o Legislativo, realizada pelos pesquisadores Santos, Canello e Cunha (2014a), no âmbito do Núcleo de Estudos sobre o Congresso (NECON), destacam-se algumas constatações, como o aumento da fragmentação partidária, de 22 para 28 partidos com representação no Congresso Nacional; e uma pequena redução da base do Governo na Câmara dos Deputados (de 66,2% para 59,1%) e um pequeno incremento dela no Senado (de 64,1% para 65,3%). Um reduzido fortalecimento da oposição no Congresso em relação à última eleição pode ser observado, retomando uma configuração semelhante à verificada em 2010.

Qualquer iniciativa que vise reformar auxílio-reclusão terá de ser negociada nessa nova correlação de forças. No estudo sobre o perfil ideológico dos parlamentares, esses mesmos pesquisadores ressaltam o grande equilíbrio das bancadas de Direita e de Esquerda, com uma prevalência de um bloco

de Centro na nova configuração política do Congresso Nacional. Houve um fortalecimento pequeno da Direita na Câmara dos Deputados, mas não no Senado Federal. Ao contrário do que foi alardeado por alguns meios de comunicação, o avanço conservador não foi tão significativo. A análise comparativa do perfil de congressistas no longo prazo mostra o estancamento de uma tendência histórica de enfraquecimento da direita (SANTOS; CANELLO; CUNHA, 2014b).

Pesquisadores do NECON constataram na Legislatura recém-eleita um grande equilíbrio entre as bancadas com relação ao perfil político ideológico dos representantes: os partidos mais identificados com a direita na Legislatura recém-eleita conquistam 32,5% das cadeiras da Câmara dos Deputados e 30,85%, do Senado Federal; a esquerda conta com 26,8% da Câmara dos Deputados e 33,33% do Senado; enquanto o centro ocupa 30,8% da Câmara e 35,79% do Senado. (SANTOS; CANELLO; CUNHA, 2014b).

A mudança em relação à última Legislatura não é tão drástica. Há um equilíbrio de forças, e o bloco de partidos que integram o Centro, somados ao PMDB, serão decisivos no jogo político.

Nesse cenário equitativo de distribuição de forças políticas no campo ideológico e de dificuldades adicionais para formação de uma coalizão majoritária, parece mais improvável que medidas polêmicas que não sejam consideradas prioritárias para o Executivo³⁴ e para as lideranças dos principais partidos tenham êxito no processo legislativo. Quando não há um significativo arranjo de forças, é mais provável que o projeto nem sequer siga adiante nos trâmites processuais.

A coligação liderada pelo Partido dos Trabalhadores buscará a construção e a gestão de uma coalizão majoritária no Congresso capaz de viabilizar a aprovação de projetos prioritários.

Destaca-se que a base do Governo recém-eleita para a Câmara dos Deputados – com 59.1% –, ainda que votasse de maneira disciplinada,

³⁴ Estudos sobre o desenho institucional brasileiro pós-Constituição de 1988 apontam para um ambiente de estabilidade institucional, com a tendência de prevalência do Executivo Federal sobre o Legislativo, mediante alguns mecanismos constitucionais e regimentais e a formação – e manutenção – de gabinetes de coalizão em um ambiente multipartidário fragmentado (PALERMO, 2000; LIMONGI, 2006). Figueiredo e Limongi (2000) destacaram alguns arranjos institucionais que possibilitam o controle por parte do Executivo e das lideranças partidárias sobre o processo decisório das duas casas do Congresso e sobre a agenda dos trabalhos legislativos.

tem um número de parlamentares insuficiente para alcançar a maioria qualificada para a aprovação de uma PEC (de 60%), um entrave que não ocorre no Senado.

Considerando-se que a coligação que detém o poder no Governo Federal está à esquerda no espectro político e que no ambiente de coalizão ela costuma exercer uma significativa influência na agenda de trabalhos do Congresso, pode-se estimar uma maior improbabilidade de aprovação de reformas legislativas tendentes a abolir direitos e garantias fundamentais e, mais especificamente, um benefício como o auxílio-reclusão.

Considerações Finais

O auxílio-reclusão corresponde a um benefício de importância ínfima para o orçamento da Previdência Social, mas significativo para famílias de baixa renda, atenuando a situação de miséria enfrentada por muitas mulheres e crianças.

Pelo simples fato de ser um direito relacionado – ainda que indiretamente – a pessoas presas, está fadado a ser recebido com reservas por amplos setores da população. O funcionamento do auxílio-reclusão parece mal compreendido, e as campanhas mobilizadas pela sua extinção servem-se, muitas vezes, de informações e argumentos deturpados ou inverídicos.

Há de se convir que o próprio nome “auxílio-reclusão” parece impreciso e inadequado para traduzir o seu conteúdo, abrindo margem para algumas confusões conceituais.

Quando a justificção da PEC n. 33/2013 – que pretende extinguir o benefício – apela aos “protestos enfurecidos” que ofendem “o brio dos brasileiros”, parece jogar com recursos retóricos e apelativos, furtando-se a uma densa discussão acerca de uma temática complexa. Um momento de turbulência política pode servir a favor ou contra a política, suprimindo ou estimulando o debate e o enfrentamento de ideias. Pode servir a pautas de direita ou de esquerda, pois, se há um clamor popular em torno da redução da idade penal e do fim do auxílio-reclusão, há também outros pleitos nas ruas de grande intensidade em favor da mobilidade urbana e pela mitigação de desigualdades sociais. O princípio majoritário parece tencionar valores basilares constitucionais e os fundamentos do Estado de direito, suscitando relevantes questões jurídicas e políticas.

Há diferentes propostas relacionadas ao auxílio-reclusão no Congresso

Nacional, seja para ampliar o público atendido seja para extinguir o benefício previdenciário. Todas elas têm permanecido inertes ao longo dos últimos anos, não passando sequer pela decisão de admissibilidade na Comissão de Constituição e Justiça da casa onde o processo legislativo se iniciou.

Pelas análises sobre a nova configuração política desenhada pelas eleições de 2014, não parece que as correlações de forças tenham se alterado de modo significativo para um ou outro lado. Desse modo, em um cenário de grande equilíbrio de poder entre a esquerda, a direita e o centro nas casas legislativas e com a manutenção da Presidente Dilma Roussef no Executivo, não parece provável nem a aprovação de uma proposta para extinguir e nem para ampliar o auxílio-reclusão no curso desse novo período.

Referências

APÓS os protestos, Congresso produz mais e prioriza projetos sociais.

(2013). *Portal G1*. Rio de Janeiro: Globo, 07 de julho de 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/07/apos-protestos-congresso-produz-mais-e-prioriza-projetos-sociais.html>. Acesso em 11 de setembro de 2013.

AVRITZER, Leonardo.

(2013). O que as manifestações no Brasil nos dizem?. *Carta Capital*. São Paulo, ed. Confiança, 18 de junho de 2013. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-que-as-manifestacoes-no-brasil-nos-dizem-1313.html>. Acesso em 01 de setembro de 2013.

BARATTA, Alessandro.

(2006a). Observaciones sobre las funciones de la cárcel en la producción de las relaciones sociales de desigualdad. In: Alessandro Baratta; (compilación in memoriam); Carlos Alberto Elbert (Org.); *Criminología y sistema penal*. Buenos Aires: Editorial IBDeF; Júlio César Faira editor.

(2006b). Principios del derecho penal mínimo (para una teoría de los derechos humanos como objeto y límite de la ley penal). In: Alessandro Baratta; (compilación in memoriam); Carlos Alberto Elbert (Org.);

Criminología y sistema penal. Buenos Aires: Editorial IBDeF; Júlio César Faira editor.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.

(2013b). *Agência Eletrônica*: auxílio-reclusão. Brasília, MPS. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=22>. Acesso em 01 de setembro de 2013.

(2011). *Anuário Estatístico da Previdência Social*. Brasília, MPS. Disponível em: http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/1_121023-162858-947.pdf. Acesso em 01 de setembro de 2013.

(2008). *Suplemento Histórico da Previdência Social*. Brasília, MPS. Disponível em: <http://www.mpas.gov.br/conteudoDinamico.php?id=423>. Acesso em 16 de setembro de 2013. BRASIL.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; MINISTÉRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.

(2010). Censo Demográfico. Brasília: IBGE. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2013.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS; SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. (2013a). *PNAD mostra o aumento da escolaridade média do brasileiro*. Brasília: Portal IPEA, 01.10.2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/porta1/index.php?option=com_content&view=article&id=20012. Acesso em 11 de outubro de 2013.

CÂMARA DOS DEPUTADOS.

(s.d.1). *Brasília: Câmara dos Deputados, s.d.* Disponível em: <http://www.camara.gov.br>. Acesso em 29 de julho de 2014.

(s.d.2). *Resultado da enquete*. Brasília, Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/agencia-app/resultadoEnquete/enquete/CF458143-50F3-4AD9-9685-61F8B1A5A8C2>. Acesso em 19 de novembro de 2014. BRASIL.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA.

(s.d.3). *Infopen*. Brasília: Infopen / MJ. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View=%7BD574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896%7D&Team=¶ms=itemID=%7BD82B764A-E854-4DC2-A018-450D0D1009C7%7D;&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>. Acesso em 11 de setembro de 2013.

SENADO FEDERAL.

(s.d.4). Senado Federal. Disponível em <http://www.senado.gov.br>. Acesso em 01 de setembro de 2013.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio.

(1991). *Direitos humanos ou 'privilégios de bandidos'?* Desventuras da democratização brasileira. CEBRAP. Novos Estudos, N. 30. São Paulo: CEBRAP, Julho de 1991.

CARDIA, Nancy.

(1995). *Direitos humanos: ausência de cidadania e exclusão moral*. São Paulo: Comissão de Justiça e Paz.

CHIES, Luiz Antonio Bogo; PASSOS, Rodrigo Azevedo.

(2012). *Auxílio-reclusão: a bizarra transmutação de um direito social e sua colonização perversa por um populismo*

punitivo. *Textos e Contextos*, vol. 11, n. 02; p. 273-291. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/12386/8637>. Acesso em 29 de julho de 2014.

DANTAS, Emanuel de Araújo; RODRIGUES, Eva Batista de Oliveira.

(2009). *Auxílio-reclusão: uma abordagem conceitual. Informe da Previdência Social*, vol. 21, n. 06. Brasília, junho de 2009. Disponível em: http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3_091124-161649-231.pdf. Acesso em 29 de julho de 2014.

DIEESE.

(2012). *A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000*. São Paulo: DIEESE. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/livro/2012/livroSituacaoTrabalhoBrasil.pdf>. Acesso em 14 de outubro de 2013.

EM RESPOSTA às manifestações, legislativo acelera aprovação de projetos.

(2013). *El Economista América*, 26 de junho de 2013 [Online]. Disponível em: <http://www.economistaamerica.com.br/sociedadeAm-brasil/noticias/4948310/06/13/Em-resposta-s-manifestaes-legislativo-acelera-aprovao-de-projetos.html>. Acesso em 09 de outubro de 2013.

FERREIRA, Otávio Dias de Souza.

(2014). *Agências da Administração Penitenciária de São Paulo com potencial de accountability em direitos humanos no pós-redemocratização*. Tese de Mestrado apresentada à Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando.

(2000). *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. São Paulo: FGV; FAPESP.

FOUCAULT, Michel.

(2003) *Vigiar e punir*. 27. ed. Petrópolis: Vozes.

(1979) *Microfísica do poder*. 8. ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal (Biblioteca de Filosofia e História das Ciências, n. 7).

- GARLAND, David.
(2006). *A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Revan (Pensamento Criminológico, nº 16).
- GODOY, Rafael.
(2014). *Uma fila de centenas e centenas de quilômetros: o processo de visitação em penitenciárias do oeste paulista*. 38º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu: ANPOCS. Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9245&Itemid=456. Acesso em 11 de novembro de 2014.
- HOLSTON, James.
(2008). *Dangerous spaces of citizenship: gang talk, rights talk and rule of law in Brazil*. In: *Insurgent Citizenship: disjunctions of democracy and modernity in Brazil*. Princeton: University Press.
- LIMONGI, Fernando.
(2013). "Regeneração" da vida pública. *O Estado de São Paulo*, caderno Aliás. São Paulo, 07 de julho de 2013. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,regeneracao-da-vida-publica-,1051033,0.htm>. Acesso em 01 de setembro de 2013.
- (2006). Presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. *Novos Estudos*, 76. São Paulo: CEBRAP, novembro de 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000300002. Acesso em 21 de novembro de 2014.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS.
(2014). Conselho de Direitos Humanos. *Report of the Working Group on Arbitrary Detention*. Nova Iorque: 30 de junho de 2014.
- PALERMO, Vicente.
(2000). Como se Governava o Brasil? O Debate sobre instituições Políticas e Gestão de Governo. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Vol. 43, n. 3. Rio de Janeiro: IUPERJ. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582000000300004&script=sci_arttext. Acesso em 22 de novembro de 2014.
- RAUPP, Daniel.
(2009). Auxílio-reclusão: inconstitucionalidade do requisito baixa renda. *Revista CEJ*, ano 13, n. 46. Brasília: jul./set. 2009, p. 62-70. Disponível em: <http://www2.cjf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewFile/1090/1278>. Acesso em 29 de julho de 2014.
- REPROVAÇÃO ao Congresso sobe nove pontos depois de protesto.
(2013). *Folha de São Paulo*. São Paulo: 11 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/08/1324809-reprovacao-ao-congresso-sobe-9-pontos-apos-protestos.shtml>. Acesso em 11 de setembro de 2013.
- RUSCHE, Georg. KIRCHHEIMER, Otto.
(2004). *Punição e estrutura social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan.
- SANTOS, Fabiano. CANELLO, Júlio; CUNHA, Brenda.
(2014a). O Congresso e as eleições legislativas de 2014: bancadas partidárias. *Boletim do Núcleo de Estudos sobre o Congresso*. Rio de Janeiro: IESP/UERJ. Disponível em: <http://necon.iesp.uerj.br/images/pdf/boletim.pdf>. Acesso em 14 de novembro de 2014.
- (2014b) *O Congresso e as eleições legislativas de 2014: perfil ideológico*. *Boletim do Núcleo de Estudos sobre o Congresso*. Rio de Janeiro: IESP/UERJ, 2014b. Disponível em: http://necon.iesp.uerj.br/images/pdf/boletim_ideol.pdf. Acesso em 14 de novembro de 2014.
- WACQUANT, Loïc.
(2011) *As prisões da miséria*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

Recebido em
dezembro de 2014

Aprovado em
maio de 2016

A Demanda de Trabalho das Empresas de Serviços TIC no Brasil, 2006 a 2013

Lucas Rodrigues Azambuja*

Daniel Gustavo Mocelin**

Resumo

Este artigo centra sua análise na demanda no mercado de trabalho tendo em vista o contexto de mudanças tecnológicas e socioeconômicas em razão do surgimento da chamada economia informacional. Empreendeu-se uma análise estatística descritiva, que compara a demanda das empresas de serviços considerados paradigmáticos da economia informacional, isto é, os serviços diretamente relacionados às tecnologias da informação e telecomunicação (TIC), com o setor de serviços como um todo. Essa análise utiliza dados da base RAIS para o Brasil entre os anos de 2006 a 2013. A análise teve como objetivo estabelecer algumas características da demanda por trabalho nesses ramos de atividades das TIC para guiar futuros estudos sobre a realidade laboral da economia informacional no Brasil. De modo geral, constatou-se que o setor de serviços TIC possui realidades laborais e organizacionais heterogêneas entre seus diversos segmentos, variando conforme o grau de inserção desses segmentos nos processos mais diretamente ligados à competição via inovação tecnológica..

Palavras-chave

Demanda de trabalho. Economia informacional. Setor de serviços.

Abstract

This article focuses its analysis on the demand in the labor market considering the context of technological and socioeconomic changes with the rise of the so-called informational economy. We undertook a descriptive statistical analysis that compares the companies' demand of services considered paradigmatic in the information economy, that is, the services

* Lucas Rodrigues Azambuja é professor adjunto no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) – Minas Gerais; Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP); e pesquisador associado ao grupo de pesquisa “Sociedade, Economia e Trabalho”, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: lr.azambuja81@gmail.com.

**Daniel Gustavo Mocelin é professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Doutor em Sociologia pela mesma universidade; e pesquisador associado ao grupo de pesquisa “Sociedade, Economia e Trabalho” (UFRGS). E-mail: daniel.mocelin@ufrgs.br.

directly related to information and communications technologies (ICT), to the service sector as a whole. This analysis uses Brazil's RAIS (Social Information Annual List) basis of data between the years 2006 and 2013. The analysis aimed to establish some characteristics of the labor demand in these ICT branches of activities to guide future studies on the labor reality of the informational economy in Brazil. In general, it was found that the ICT service sector has heterogeneous labor and organizational realities among the various segments, varying according to the degree of integration of these segments in the processes more directly linked to competition through technological innovation.

Keywords

Labor demand. Informational economy. The service sector.

Introdução

Uma característica do mercado de trabalho é a alteração de sua configuração em função das transformações econômicas e da mudança tecnológica. Na literatura recente, há um consenso razoável de que competição de mercado, inovações tecnológicas, liberalização comercial são processos interativos que estão entre as principais características das atividades econômicas que mais se expandiram nas últimas décadas. Porém, tais processos muitas vezes são apontados como causas da precarização do trabalho e do emprego em diversas atividades econômicas. Estudos recentes permitem questionar conclusões precipitadas sobre os impactos do desenvolvimento capitalista sobre o emprego, sugerindo que o dinamismo econômico também pode melhorar as condições de trabalho e de emprego para os trabalhadores, em função de novas lógicas produtivas, práticas administrativas e mercados competitivos, características do modo de desenvolvimento informacional, meio que é demandante de trabalho mais qualificado, embora não dispense trabalho não qualificado (INFANTE, 1999; FERRANTI *et al.*, 2002; DE NEGRI *et al.*, 2005; DE NEGRI *et al.*, 2006).

Castells (2000) reconhece a polarização do mercado de trabalho, especialmente no caso de economias desenvolvidas. Segundo o argumento do autor, as atividades laborais mais ricas em conteúdo e que demandam maior qualificação dos trabalhadores são essenciais para o desempenho de setores produtivos de ponta, em expansão na economia atual. Essa configuração do mercado de trabalho tem relação com a forma empresarial,

que passa a ser predominante, a “empresa em rede”, que gera e processa informações com grande eficiência e uso de tecnologias informacionais, estabelece relações entre prestadores de serviços e fornecedores e permite flexibilidade para potencializar a inovação, transformando os meios de produção tão rapidamente quanto mudam os objetos sob o impacto de rápida transformação cultural e dos padrões de consumo.

Estudos realizados tanto nos Estados Unidos quanto nos países da América Latina demonstraram que a elevação da competitividade e a adoção de novas práticas de gestão têm resultado no aumento da dispersão salarial em favor dos trabalhadores mais qualificados, cuja produtividade e remunerações são maiores. Especialmente no caso da América Latina, a abertura econômica teria barateado os bens de capital, favorecendo aquisição de equipamentos mais modernos pelas empresas, que exigem trabalho mais qualificado no seu manuseio, eliminando trabalho menos qualificado e afetando a demanda e as remunerações em ocupações inferiores. (INFANTE, 1999; HUALDE; SERRANO, 2005).

É recorrente na literatura o argumento de que as características dos mercados de trabalho estão fortemente associadas com as novas dinâmicas da economia sob o paradigma informacional. Ferranti *et al.* (2002) observam que da mesma forma que a adoção de novas tecnologias demanda maior nível de capacitação dos empregados e os postos de trabalho demandariam mais dos trabalhadores em termos de capital humano, a competição estimula a adoção de novas tecnologias e estas, por sua vez, requereriam melhor capacitação e atualização. Essa dinâmica leva os autores a observar também que nos setores liberalizados os salários se mantêm em melhores condições que em setores mais protegidos, muito regulados e com formação de monopólios. No mesmo sentido, Centeno *et al.* (2007) destacam que o crescimento da produtividade nos mercados competitivos acaba sendo alcançado, principalmente, por meio da substituição de empresas pouco produtivas por outras mais produtivas e pela substituição de postos de trabalho pouco eficientes. Os autores concordam com a ideia de que a maior produtividade se traduz em salários mais altos e em mais empregos quando o ambiente concorrencial promove o uso de trabalho qualificado como fator produtivo essencial.

Nesta breve revisão da literatura, verificamos a tendência dos estudos em centrar sua análise no “lado da oferta” do mercado de trabalho, isto é, em compreender os impactos e tendências das transformações recentes da economia capitalistas nas ocupações tendo em conta perfil de trabalhadores

e de empregos. Em contraste, o presente estudo centra sua análise no “lado da demanda” no mercado de trabalho, ou seja, procura fazer uma análise descritiva inicial sobre algumas características do comportamento da demanda de trabalho de empresas situadas em serviços considerados paradigmáticos da economia informacional, isto é, os serviços diretamente relacionados às tecnologias da informação e telecomunicação. O objetivo é que este estudo forneça evidências e conclusões iniciais a serem verificadas e aprofundadas em futuras pesquisas.

O artigo está dividido em: 1) discussão sobre a definição de firmas de serviços de TIC e sua atuação no mercado de trabalho; 2) considerações metodológicas; 3) análise dos dados RAIS; 4) considerações finais sobre as características e tendências que se destacam na demanda de trabalho das empresas de serviços TIC no Brasil.

Empresas de Serviços de TIC: definições e o seu lugar no Mercado de Trabalho

As tecnologias da informação e comunicação (TIC), principalmente nas últimas décadas, têm sido marcadas por intensas e rápidas inovações e por sua integração a outras tecnologias, como as biológicas e as audiovisuais. Isso faz com que seja uma tarefa complexa estabelecer uma noção de TIC. A definição de Castells é, nesse sentido, ilustrativa com relação ao caráter integrado dessas tecnologias: “Entre as tecnologias da informação, incluo [...] o *conjunto convergente* de tecnologias em microeletrônica, computação (*software e hardware*), telecomunicações/radiodifusão, e optoeletrônica” (2000, p. 67, grifos do autor). O autor ainda considera como parte das TIC a engenharia genética, pois ela lida com os códigos de informação da matéria viva e por ter interagido com a eletrônica e informática ao longo da década de 1990.

É ainda em função dessa convergência com outras tecnologias que, frequentemente, tecnologias da informação e da telecomunicação, apesar de diferentes, são definidas numa mesma categoria, as TIC¹. Nesse sentido,

¹ O aparelho celular é talvez o símbolo mais expressivo dessa convergência. Num mesmo dispositivo há funções de telefonia, Internet, televisão, vídeo, música, texto, jogos, GPS, etc. Tablets e Smartphones ampliam ainda mais a convergência tecnológica.

A convergência configura-se, assim, como o conectivo tecnológico de base digital que possibilita a comunicação entre diversos tipos de aparelhos e equipamentos compreendidos no conjunto das TICs, permitindo a migração de dados, textos, sons e imagens entre diferentes aparelhos e equipamentos de informação e até mesmo a conjunção de diferentes formas de comunicação em um mesmo aparelho ou equipamento (SALDANHA, 2006; p. 65).

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), na CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) 2.0, estabeleceu o setor de “Informação e Comunicação”², conforme tabela 1:

Tabela 1 - Setor de TICs segundo CNAE 2.0

| Hierarquia |
|--|
| Seção: J Informação e Comunicação |
| DIVISÕES: |
| 58 – Edição e edição integrada à impressão |
| 59 – Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão; gravação de som e edição de música |
| 60 – Atividades de rádio e de televisão |
| 61 – Telecomunicações |
| 62 – Atividades de serviços de tecnologia da informação |
| 63 – Atividades de prestação de serviços de informação |

Fonte: Comissão Nacional de Classificação.

Nota-se que essa definição se faz pela ótica dos produtos e serviços nos quais as TICs se materializam. Também que foram excluídas as atividades industriais de fabricação de máquinas e equipamentos de TIC³.

Diferenças de definições acontecem em razão de as TICs serem determinadas ou como um setor econômico, ou um grupo de produtos e serviços ou um paradigma tecnológico (EISCHEN, 2000). Essas diferentes “portas de entrada” para definição de TIC produzem, então, uma cacofonia conceitual que, nos parágrafos anteriores, apenas se arranhou a superfície.

² A CNAE 1.0 não apresentava um setor específico de informação e comunicação. Era preciso, então, construir uma classificação satélite na forma de agregados alternativos. Em IBGE (2009) podemos ver um exemplo desse esforço de classificação.

³ Essas atividades constam na seção C (Indústria de Transformação), divisão 26 (Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos).

Tendo em vista a centralidade das atividades de serviços nas discussões sobre as transformações recentes do capitalismo, elaboramos neste artigo uma noção de TIC para, principalmente, localizar empresas que representem casos-tipo na demanda de trabalho da nova economia. Assim sendo, elaborou-se uma definição como um *gênero* de serviços que constituem a atividade-fim de certos grupos de empresas. A intenção, portanto, é alcançar uma definição que permita identificar os tipos de empresas que estão produzindo aqueles serviços que se constituem referências ubíquas nos processos que configuram o surgimento e funcionamento de uma nova etapa da economia capitalista. Portanto, nesta pesquisa compreendemos por TIC o conjunto de serviços que lidam com a produção, tratamento e/ou circulação da informação (seja na forma de texto, imagem, dado ou som) através de meios eletrônicos ou digitais.

Delimitar pelo critério de atividade-fim é ainda mais importante quando temos em vista os resultados de pesquisa de Hualde e Micheli (2009). Segundo esses autores, no segmento de serviços relacionados às tecnologias da informação se constituem duas realidades que, frequentemente, são tratadas indistintamente e amalgamadas dentro daquilo que se pode chamar de “setor econômico de tecnologias da informação”, quais sejam: “serviços de tecnologia da informação” e os “serviços propiciados pelas tecnologias da informação”. No primeiro estão situadas as firmas que têm como atividade-fim a prestação de serviços genuinamente de TI, como empresas de desenvolvimento de *software*. No segundo se constata a presença de empresas bastante distintas das do primeiro grupo, por exemplo, os centros de teleatendimento que prestam serviços de *marketing*, suporte técnico e/ou vendas.

A definição do setor de TIC elaborada neste artigo se mostra pertinente, pois através dela se podem distinguir essas duas realidades de segmentos do setor de serviços de tecnologia da informação, que, como demonstram Hualde e Micheli (2009), possuem um perfil diferente de mão de obra empregada do ponto de vista de níveis de remuneração, modalidade de contrato de trabalho, nível de escolaridade, etc. Portanto, se propõe examinar empresas que justamente são as que estão mais diretamente relacionadas com as tecnologias da informação, não somente porque utilizam essas últimas como ferramentas de trabalho e gestão, como também são essas tecnologias o que elas ofertam no mercado. Na CNAE 2.0, tal diferença transparece ao identificarmos que as atividades de teleatendimento nem mesmo estão classificados na seção J, “Setor de Informação e Comunicação”, aparecem na seção N, denomina de “Atividades Administrativas e Serviços Complementares”.

Procedimentos Metodológicos

Neste artigo é feita uma análise quantitativa descritiva da evolução da demanda de trabalho no setor de TIC no que diz respeito às características das firmas, vínculos de trabalho utilizados e à força de trabalho por elas empregadas. Nosso objetivo *não* é testar hipóteses previamente formuladas e, sim, apresentar evidências que fornecem um panorama da demanda de trabalho no setor de serviços TIC, setor este que tem sido apontado como paradigmático na dinâmica das transformações econômicas recentes. Assim, nosso objetivo é trazer aspectos desse segmento do mercado formal de trabalho brasileiro, apontando para princípios conceituais e metodológicos que subsidiem futuras pesquisas. Para garantir um parâmetro de compreensão dos dados desse setor específico, elegemos por compará-los com o grande setor do qual essas atividades fazem parte, qual seja, o Setor de Serviços tal como é definido pelo IBGE com base na CNAE.

Utilizamos como fonte de dados a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A RAIS é um registro administrativo, de âmbito nacional, com periodicidade anual, obrigatório para todos os estabelecimentos públicos e privados. Ao contrário das pesquisas domiciliares cuja coleta tem objetivos estatísticos, a RAIS é feita com finalidades administrativas e, em razão dessa característica, apresenta limitações conceituais, porém tem caráter censitário. Essa fonte fornece informações do universo nacional de empresas com um ou mais vínculos de trabalho no ano-base, sendo que também podemos vislumbrar o número de estabelecimentos empresariais sem vínculos no ano, ou seja, a chamada declaração de “RAIS negativa”. A RAIS compreende somente o chamado mercado *formal* de trabalho, não possibilitando vislumbrar vínculos e firmas que atuem de modo informal; e o MTE obtém esses dados através de formulários preenchidos pela própria empresa – então, distorções podem ocorrer. Sendo assim, consideram-se aqui os dados da RAIS como um *proxy* da demanda formal de trabalho do setor de TIC.

Para classificar o tipo de atividade exercida pela empresa, a RAIS utiliza a CNAE. Foi utilizada a CNAE 2.0 porque é a versão que define especificamente o setor de TICs e, também, porque os dados mais recentes da RAIS estão estruturados nessa versão.

Conforme já mencionado na Tabela 1, a CNAE inclui as atividades de conteúdo, isto é, serviços audiovisuais, rádio e televisão. Como nossa definição de setor TIC envolve apenas empresas cuja atividade-fim consiste em serviços

diretamente relacionados à difusão mais intensa das TICs, escolhemos centrar nossa análise apenas nas divisões 61 (Telecomunicações), 62 (Atividades de serviços de tecnologia da informação) e 63 (Atividades de prestação de serviços de informação), as quais são amostra fiel do setor de atividade econômica em questão e categorias de padrão comparativo internacional. As três tabelas seguintes trazem a definição de cada uma dessas divisões da Seção J da CNAE 2.0:

Tabela 2 - Divisão dos Serviços Telecomunicações

| Hierarquia |
|--|
| SEÇÃO |
| J – Informação e Comunicação |
| DIVISÃO |
| 61 – Telecomunicações |
| GRUPOS |
| 611 – Telecomunicações por fio |
| 612 – Telecomunicações sem fio |
| 613 – Telecomunicações por satélite |
| 614 – Operadores de televisão por assinatura |
| 619 – Outras atividades de telecomunicações |

Fonte: Comissão Nacional de Classificação.

Tabela 3 - Divisão dos Serviços de Tecnologia da Informação

| Hierarquia |
|---|
| SEÇÃO |
| J – Informação e Comunicação |
| DIVISÃO: |
| 62 – Atividades de serviços de tecnologia da informação |
| GRUPO |
| 620 – Atividades de serviços de tecnologia da informação |
| CLASSES |
| 6201-5 Desenvolvimento de Programas de Computador sob Encomenda |
| 6202-3 Desenvolvimento e Licenciamento de Programas de Computador Customizáveis |
| 6203-1 Desenvolvimento e Licenciamento de Programas de Computador Não Customizáveis |
| 6204-0 Consultoria em Tecnologia da Informação |
| 6209-1 Suporte Técnico, Manutenção e Outros Serviços em Tecnologia da Informação |

Fonte: Comissão Nacional de Classificação.

Tabela 4 - Divisão de Prestação de Serviços de Informação

| Hierarquia |
|--|
| SEÇÃO |
| J – Informação e Comunicação |
| DIVISÃO: |
| 63 – Atividades de prestação serviços de informação |
| GRUPO |
| 631 – Tratamento de dados, hospedagem na internet e outras atividades relacionadas |
| 639 – Outras atividades de prestação de serviços de informação |

Fonte: Comissão Nacional de Classificação.

Assim, nesta pesquisa, o setor de serviços TIC está delimitado como as atividades diretamente envolvidas em serviços de tecnologias da informação e comunicação, isto é, firmas pertencentes às divisões 61, 62 e 63 da seção J da CNAE 2.0. Como a adoção da CNAE 2.0 se refere somente aos dados da RAIS entre os anos de 2006 a 2013, optou-se por esse recorte temporal na análise que segue, evitando, assim, possíveis distorções nos dados em função de adaptações entre diferentes versões da CNAE.

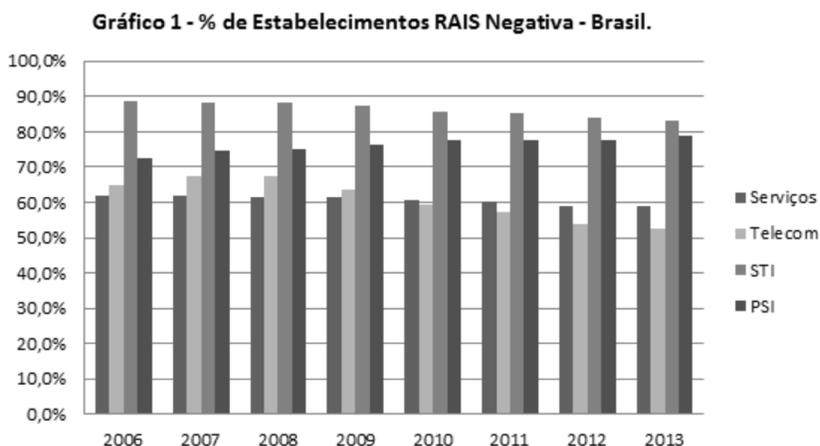
A unidade de análise consiste na demanda da firma, porque esse é o objeto deste artigo. Assim, além das características das firmas de TIC, coletaram-se dados que dizem respeito à frequência e intensidade da sua demanda, características dos vínculos e mão de obra por elas demandadas. Portanto, o interesse não é compreender o perfil dos trabalhadores e como eles circulam nesse mercado de trabalho, mas o comportamento da demanda das empresas de TIC. Por essa razão, nos dados que se seguem estão inclusos os vínculos ativos e inativos em 31 de dezembro do ano base. Poder-se-ia argumentar que, ao fazer isso, consideram-se duas ou mais vezes o mesmo trabalhador; entretanto, esse problema não se aplica, porque esta análise se estrutura para compreender a demanda e não a oferta de trabalho, ou seja, o que se está mensurando é a ação de demandar da firma de TIC no mercado de trabalho.

Entretanto, mais uma limitação da RAIS se revela neste ponto da demanda da firma como unidade de análise, a saber, a RAIS somente registra aquelas demandas que resultaram em estabelecimento de vínculos de trabalho, excluindo vagas de trabalho abertas (demandas) não preenchidas. Ademais, trata-se da demanda apenas por vínculos de trabalho contratados com indivíduos e, neste sentido, uma firma pode, por exemplo, demandar certas funções ou atividades através de contrato com outras firmas. Portanto, reitera-se aqui que a análise dos dados da RAIS é um *proxy* do comportamento

da demanda das firmas de TIC no mercado formal de trabalho.

Por fim, cabe destacar a seguinte tendência no mercado de TIC: a presença dos chamados PJI, ou seja, pessoas jurídicas individuais. Trata-se de profissionais que individualmente se constituem como empresas através do registro de pessoa jurídica e normalmente prestam serviços de TIC no mercado; concorrendo, em alguns casos, com as demais empresas de TIC que possuem funcionários.

Uma maneira indireta e aproximada para compreender a representatividade dos PJI no setor de tecnologias da informação e comunicação é comparar o número de RAIS negativas com os demais estabelecimentos; pois, se a característica comum aos PJI é ser uma empresa sem vínculos de trabalho, estes devem fazer a declaração de RAIS negativa. Contudo, encontramos nessa declaração, por exemplo, estabelecimentos que suspenderam suas atividades naquele ano, ou seja, nem toda declaração de RAIS negativa é PJI. Além disso, podemos considerar PJI pequenas empresas que possuem funcionários, porém nenhum deles exerce ocupação ligada à atividade-fim da firma de TI. Portanto, o gráfico a seguir é apenas uma estimativa da representatividade dos PJI no setor de serviços e de serviços TIC:



Fonte: RAIS - MTE.

Para fins de clareza na exposição dos dados, adotamos as seguintes contrações ou siglas para os setores de atividades que estamos analisando: 1) o grande setor de serviços é denominado “Serviços”; 2) os serviços

de telecomunicações aparecem como “Telecom”; 3) STI é a sigla para “Serviços de Tecnologia da Informação”; 4) PSI é “Prestação de Serviços de Informação”.

As atividades de serviços TIC, com exceção das telecomunicações a partir de 2010, apresentam uma concentração maior de RAIS negativas do que no setor de serviços como um todo. Apesar de representarem uma grande parcela dos estabelecimentos, os PJI ou RAIS negativas não foram incluídos aqui na análise, porque, dada as próprias regras da base RAIS, a declaração negativa exige o estabelecimento de fornecer qualquer outra informação, ou seja, não há dados disponíveis nessa base sobre eles. Em razão do elevado número de declarações negativas, especialmente nos serviços TIC, compreendemos ser importante que futuros estudos enfoquem nesses “ilustres desconhecidos”, que são os PJI e, de maneira mais ampla, a realidade dos estabelecimentos de declaração RAIS negativa.

Em suma, empreendemos uma análise estatística descritiva, que compara as divisões 61, 62 e 63 com o setor de serviços como um todo. Essa análise utiliza dados da base RAIS para o Brasil entre os anos de 2006 a 2013.

A Demanda das Empresas de Serviços de TIC no Mercado de Trabalho

Se a análise se estrutura na comparação dos serviços TIC com o grande setor de serviços, cabe começar aqui descrever o peso do número de estabelecimentos dos primeiros diante do último.

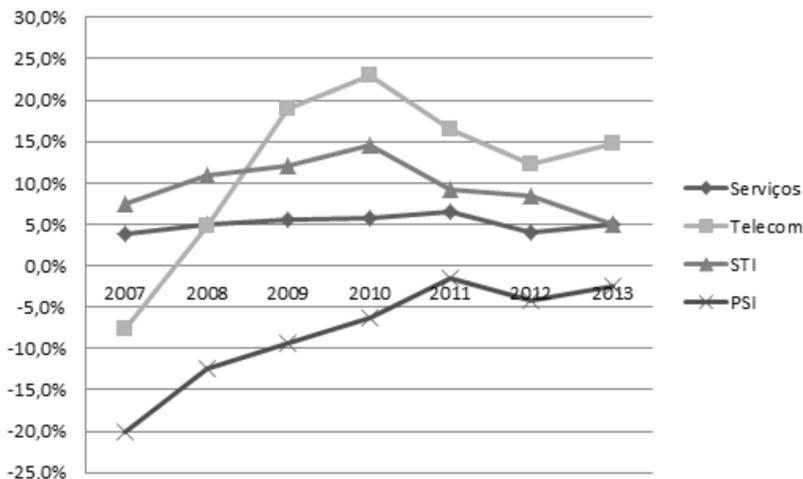
Tabela 5 - Participação dos Estabelecimentos de Serviços TIC no Setor de Serviços - Brasil

| | Serviços | Telecom | STI | PSI |
|------|-----------------|----------------|------------|------------|
| 2013 | 1.393.174 | 8.119 | 17.043 | 9.163 |
| | (100,0) | (0,6) | (1,2) | (0,7) |
| 2012 | 1.325.839 | 7.078 | 16.236 | 9.400 |
| | (100,0) | (0,5) | (1,2) | (0,7) |
| 2011 | 1.273.575 | 6.303 | 14.984 | 9.815 |
| | (100,0) | (0,5) | (1,2) | (0,8) |
| 2010 | 1.196.122 | 5.407 | 13.711 | 9.975 |
| | (100,0) | (0,5) | (1,1) | (0,8) |
| 2009 | 1.130.461 | 4.399 | 11.975 | 10.649 |
| | (100,0) | (0,4) | (1,1) | (0,9) |
| 2008 | 1.070.962 | 3.696 | 10.685 | 11.751 |
| | (100,0) | (0,3) | (1,0) | (1,1) |
| 2007 | 1.019.185 | 3.528 | 9.639 | 13.406 |
| | (100,0) | (0,3) | (0,9) | (1,3) |
| 2006 | 981.380 | 3.820 | 8.968 | 16.775 |
| | (100,0) | (0,4) | (0,9) | (1,7) |

Fonte: RAIS - MTE.

Constata-se que a participação dos estabelecimentos de serviços TIC é pequena em relação ao setor de serviços como um todo. No entanto, é interessante destacar a expansão acima de 100%, no período entre 2006 e 2013, no número de empresas de Telecom e STI. Nessas duas atividades observa-se crescimento superior ao setor de serviços em geral, fato que pode ser um indicativo da animação – mas ainda pouco expressiva em termos proporcionais – dos segmentos empresariais ligados à economia informacional do país. Com exceção do segmento de PSI, os outros dois segmentos apresentaram um crescimento constante ao longo do período. Essa tendência reflete-se, conforme gráfico 2, nas taxas desse crescimento do número de estabelecimentos.

Gráfico 2 - Taxa de Crescimento Anual do No. de Estabelecimentos - Brasil.



Fonte: RAIS - MTE.

O gráfico 2 mostra justamente uma redução do número de estabelecimentos PSI e taxas de crescimento ascendentes, em boa parte do período, no número de empresas de telecomunicações e de STI.

Se a participação dos números de estabelecimentos do setor de serviços TIC é pequena em relação ao grande setor; o que é possível observar com relação ao número de vínculos de trabalho demandado?

Tabela 6 - Participação do No. de Vínculos de Trabalho de Estabelecimentos de Serviços TIC no Setor de Serviços - Brasil

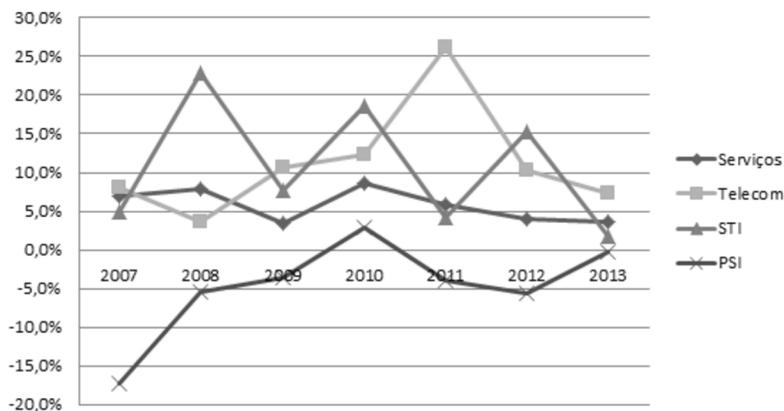
| | Serviços | Telecom | STI | PSI |
|------|------------|---------|---------|---------|
| 2013 | 37.396.538 | 338.203 | 484.325 | 172.365 |
| | (100,0) | (0,9) | (1,3) | (0,5) |
| 2012 | 36.108.264 | 314.950 | 476.238 | 172.828 |
| | (100,0) | (0,9) | (1,3) | (0,5) |
| 2011 | 34.701.721 | 285.363 | 413.184 | 183.269 |
| | (100,0) | (0,8) | (1,2) | (0,5) |
| 2010 | 32.798.399 | 226.117 | 396.450 | 190.663 |
| | (100,0) | (0,7) | (1,2) | (0,6) |

| | Serviços | Telecom | STI | PSI |
|------|------------|---------|---------|---------|
| 2009 | 30.197.654 | 201.253 | 334.276 | 185.324 |
| | (100,0) | (0,7) | (1,1) | (0,6) |
| 2008 | 29.219.055 | 182.032 | 310.665 | 192.318 |
| | (100,0) | (0,6) | (1,1) | (0,7) |
| 2007 | 27.087.985 | 175.562 | 253.026 | 203.567 |
| | (100,0) | (0,6) | (0,9) | (0,8) |
| 2006 | 25.332.998 | 162.405 | 241.164 | 246.278 |
| | (100,0) | (0,6) | (1,0) | (1,0) |

Fonte: RAIS - MTE.

Também a participação da quantidade de vínculos de trabalho demandados pelos segmentos de serviços TIC é percentualmente baixa em relação ao setor de serviços. Em números de vínculos, o segmento de PSI encolheu em termos absolutos e na sua participação no grande setor. Porém, deve-se destacar que, da mesma forma que foi observado em relação ao número de estabelecimentos, o número de vínculos de trabalho em Telecom e STI cresceu a taxas maiores que o setor de serviços em geral, dando mostra de certa dinamização da economia informacional no país, em anos recentes. Telecom cresceu especialmente entre os anos de 2009 e 2011, auge da liberalização do mercado e abertura comercial do setor, mas apresentou certo arrefecimento após 2012. No segmento de STI constata-se uma taxa mais cíclica.

Gráfico 3 - Taxa de Crescimento Anual dos Vínculos de Trabalho por Segmentos de TI e Grandes Setores - Brasil



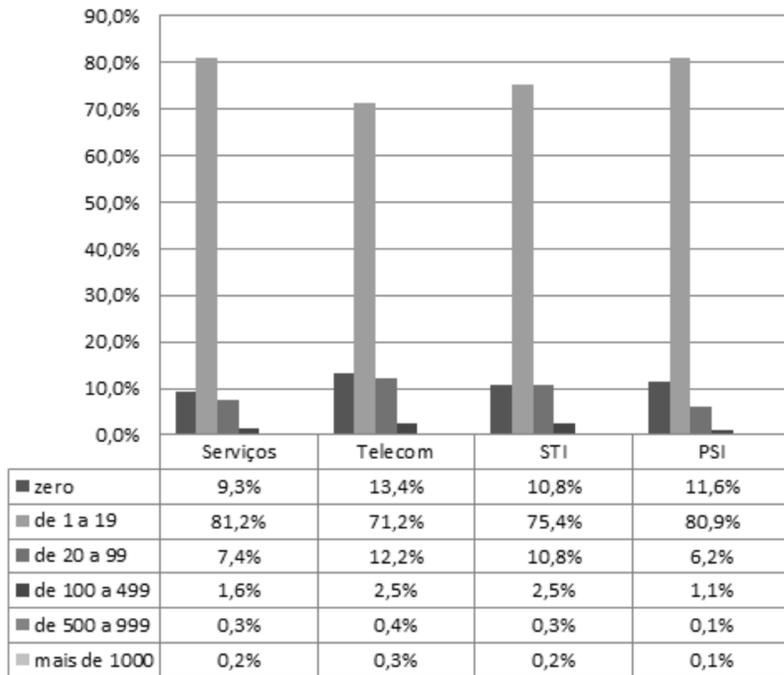
Fonte: RAIS - MTE.

Mais uma vez, o segmento PSI apresentou taxas negativas de crescimento, exceto no ano de 2010. O crescimento dos outros dois segmentos de serviços de TIC manteve-se em taxas oscilantes ao se comparar o movimento ao longo do período: os STI, ao longo do período, apresentaram um movimento de ascensão e queda nas taxas, quando as comparamos anualmente; já o segmento de Telecom apresentou uma trajetória mais longa de taxas crescentes, mais especificamente entre os anos 2008 até 2011, e desde 2009 teve taxas de crescimento de contratações maiores que as do grande setor de serviços. Esse período em que há forte crescimento do número de vínculos de emprego na atividade de telecomunicações corresponde ao momento em que ocorre intensificação da concorrência no setor, quando as empresas iniciaram franca competição, baseada na convergência tecnológica. Após a liberalização do mercado, caracterizou-se um novo cenário empresarial em que as firmas visam a ampliar a participação no mercado por meio da competição, para que obtenham lucro e atraiam investidores. A concorrência depende de investimento em tecnologias, mudanças organizacionais, diversificação de produtos e serviços e empregados jovens e escolarizados, capacitados em fornecer suporte estratégico, operacional e técnico ao setor. Sob essas condições, ocorreu deslocamento na demanda por trabalho, que passou de especializado para qualificado.

Tanto o movimento dos indicadores sobre o número dos estabelecimentos como os de contratações indicam o estudo da relação entre as variações nesses indicadores e possíveis causas de retração ou crescimento do número de estabelecimentos e vínculos. Por exemplo, seria o movimento desses números determinados pelo desempenho macroeconômico brasileiro? Ou por variáveis institucionais, por exemplo, incentivos setoriais e carga tributária?

A base RAIS fornece poucas informações que dizem respeito à caracterização econômica da firma, centrando seus dados sobre as características da força-de-trabalho e dos vínculos. Todavia, é possível extrair uma descrição sobre o tamanho dos estabelecimentos e sua composição na demanda de trabalho.

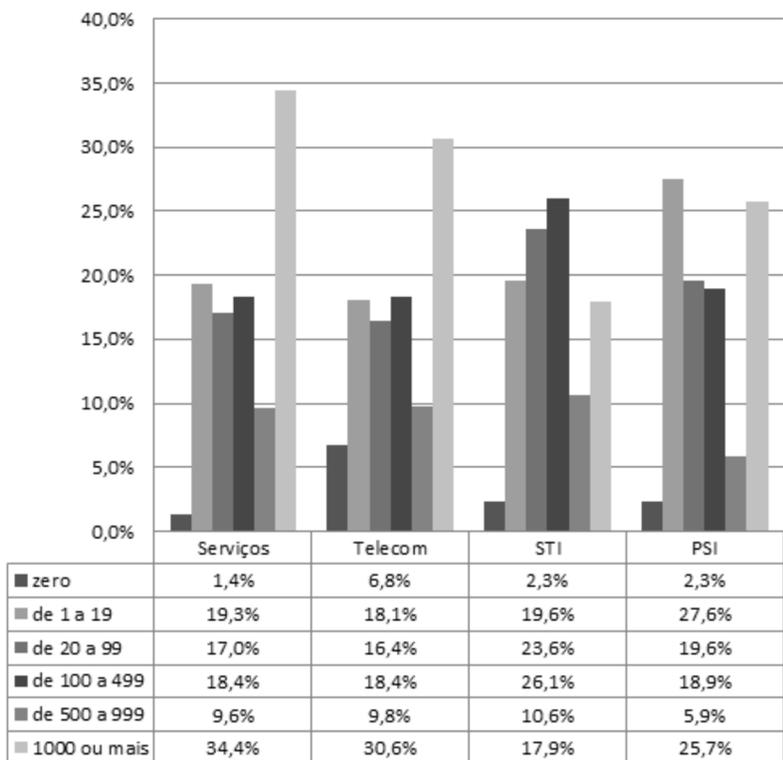
Gráfico 4 - Distribuição de Estabelecimentos por Faixa de Vínculos de Trabalho - Brasil, 2013



Fonte: RAIS - MTE.

Em ambos, no grande setor e nos três segmentos de TIC, a maior parte dos estabelecimentos declarou ter entre 1 e 19 vínculos de trabalho. Ao longo do período de 2006 a 2013, essa configuração não se modificou. Portanto, caberia concluir que o estudo do mercado de trabalho no setor de serviços e no de serviços de TIC precisa levar em conta que a grande maioria dos empregadores é de estabelecimentos de pequeno porte. Entretanto, é preciso identificar se a maior parcela das contratações ocorre por parte desses pequenos estabelecimentos.

Gráfico 5 - Distribuição dos Vínculos de Trabalho por Tamanho de Estabelecimentos - Brasil, 2013



Fonte: RAIS - MTE.

Constata-se uma diferença entre, de um lado, o setor de serviços e o segmento de telecomunicações e, de outro, os segmentos STI e PSI. Enquanto nos primeiros há um maior predomínio de contratações nos grandes estabelecimentos, nos segundos há poucas diferenças entre os pequenos e os grandes estabelecimentos. Essa estrutura de distribuição não sofreu grandes alterações entre 2006 e 2013, e, portanto, pesquisas futuras precisam lidar com essas características da população de vínculos e estabelecimentos do mercado formal de trabalho dessas atividades. Por exemplo, será que a concentração de contratações nos maiores estabelecimentos indica pouca competição entre esses e os estabelecimentos médios e pequenos na hora de contratar mão de obra qualificada? Características dos vínculos de trabalho e do perfil da mão de obra contratada são diferentes quando consideramos

setores com concentração de vínculos em maiores estabelecimentos comparando com os setores no quais os vínculos de trabalho estão mais significativamente nos estabelecimentos de menor porte?

Até aqui foi caracterizada a demanda de trabalho em serviços TIC pelo tamanho das firmas; o que se pode observar a respeito dos vínculos nessa demanda? Cabe destacar que a quase totalidade dos vínculos é CLT: tanto no setor de serviços como nos segmentos de serviços de TIC a porcentagem de vínculos CLT fica entre 97 e 99%. O que, então, é possível verificar sobre a duração desses vínculos?

Tabela 7 - Média de tempo em meses dos vínculos de trabalho - Brasil

| | Serviços | Telecom | STI | PSI |
|------|----------|---------|------|------|
| 2013 | 59,6 | 25,4 | 31,3 | 33,2 |
| 2012 | 60,0 | 27,2 | 29,6 | 32,3 |
| 2011 | 60,4 | 24,6 | 29,1 | 36,3 |
| 2010 | 58,3 | 28,4 | 28,8 | 28,3 |
| 2009 | 60,6 | 29,7 | 31,1 | 28,7 |
| 2008 | 64,4 | 33,8 | 31,9 | 28,9 |
| 2007 | 66,4 | 35,4 | 33,2 | 33,1 |
| 2006 | 67,8 | 37,6 | 35,0 | 26,3 |

Fonte: RAIS - MTE.

As empresas de serviços TIC apresentam médias de tempo de vínculo tradicionalmente menores das registradas no setor de serviços como um todo. Isso pode indicar que a “ida” das empresas TIC ao mercado de trabalho tem sido mais recorrente do que a de outras empresas do setor de serviços. Com exceção do segmento PSI, o setor de serviços, o segmento de telecomunicações e o de STI apresentaram redução nas médias de tempo ao longo do período. Cabe destacar esse aspecto porque, como foi demonstrado, o segmento PSI tem apresentado redução, ao longo de 2006 e 2013, do número de estabelecimento e de vínculos. Assim, como explicar essa redução combinada com um aumento na média da duração dos vínculos? Uma hipótese é que esteja relacionado a um núcleo de trabalho permanente com a existência de um entorno flexível. Porém, cabe investigar por que não ocorre nos segmentos centrais do setor de TIC e sim no segmento mais periférico. Deixamos em aberto essa questão para futuras pesquisas.

Essa diferença entre menores médias dos segmentos TIC em relação ao setor de serviços reflete nas diferenças entre as taxas anuais de não desligados:

Tabela 8 - Participação (%) de Vínculos Não Desligados - Brasil

| | Serviços | Telecom | STI | PSI |
|------|----------|---------|------|------|
| 2013 | 69,6 | 60,8 | 67,3 | 63,5 |
| 2012 | 69,5 | 62,0 | 66,2 | 62,6 |
| 2011 | 70,4 | 63,9 | 67,3 | 63,7 |
| 2010 | 70,8 | 65,5 | 64,5 | 63,9 |
| 2009 | 72,9 | 67,4 | 67,1 | 63,6 |
| 2008 | 71,5 | 70,4 | 63,1 | 62,5 |
| 2007 | 74,3 | 70,2 | 67,8 | 62,0 |
| 2006 | 74,8 | 65,3 | 65,8 | 62,6 |

Fonte: RAIS - MTE.

Se o setor de serviços também apresenta porcentagens maiores de não desligados no ano, essa diferença em relação aos segmentos TIC não é tão maior quanto a verificada na comparação entre as médias de tempo dos vínculos. Novamente com exceção do segmento PSI, os demais apresentaram um movimento de redução da participação dos vínculos não desligados ao longo do período de 2006 a 2013.

O comportamento desses indicadores sobre a duração e estabilidade dos vínculos precisa ser explicado. Um ponto de partida possível é identificar se os vínculos estão sendo terminados por iniciativas das empresas (demissão) ou dos trabalhadores (desligamento).

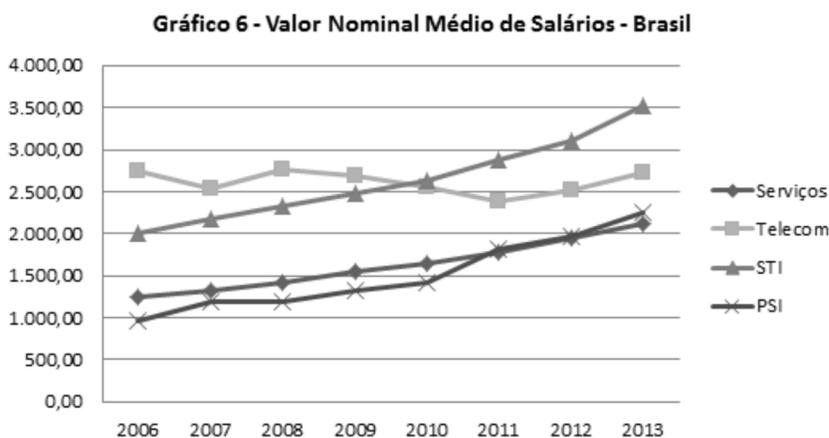
Tabela 9 - Participação (%) de Demissões e de Desligamentos nos Vínculos Terminados no Ano - Brasil

| | Serviços | | Telecom | | STI | | PSI | |
|------|----------|--------------|----------|--------------|----------|--------------|----------|--------------|
| | Demissão | Desligamento | Demissão | Desligamento | Demissão | Desligamento | Demissão | Desligamento |
| 2013 | 42,4 | 25,6 | 40,5 | 24,6 | 45,5 | 35,1 | 50,8 | 26,8 |
| 2012 | 41,1 | 26,1 | 43,6 | 27,9 | 38,7 | 35,4 | 48,2 | 30,4 |
| 2011 | 41,0 | 26,0 | 39,7 | 31,3 | 41,1 | 39,9 | 48,5 | 33,1 |
| 2010 | 40,9 | 23,8 | 49,4 | 22,5 | 37,8 | 33,8 | 51,1 | 29,0 |
| 2009 | 45,4 | 21,0 | 51,5 | 17,8 | 50,6 | 28,6 | 57,7 | 22,8 |
| 2008 | 43,1 | 21,9 | 49,2 | 26,1 | 39,9 | 31,0 | 56,2 | 26,9 |
| 2007 | 44,9 | 19,9 | 52,7 | 22,8 | 46,1 | 31,5 | 56,0 | 21,9 |
| 2006 | 45,4 | 18,5 | 44,9 | 13,9 | 44,7 | 24,6 | 58,7 | 18,6 |

Fonte: RAIS - MTE.

Constata-se que no setor de serviços assim como nos segmentos de serviços TIC houve aumento da participação do término do vínculo por iniciativa do trabalhador. Isso pode indicar uma conjuntura na qual o mercado de trabalho apresenta um crescimento de oportunidades de emprego para os trabalhadores e um aumento da competição entre as empresas para contratação de mão de obra. Corroborando com essa hipótese, podemos observar que, exceto o segmento STI, todos apresentaram uma tendência de redução na participação das demissões nos vínculos terminados anualmente ao longo de 2006 a 2013. Entretanto, cabe destacar que as demissões ainda têm maior participação nos terminos de vínculos, apesar do crescimento dos desligamentos. Por fim, podemos especular que a tendência de redução das médias de tempo dos vínculos de trabalho, assim como da menor participação dos vínculos não terminados, tem sido em parte causada por um movimento no qual os trabalhadores, por iniciativa própria, têm terminado o contrato de trabalho. Resta saber quais as causas que levaram ao aumento do número de trabalhadores que escolhem pedir desligamento da empresa.

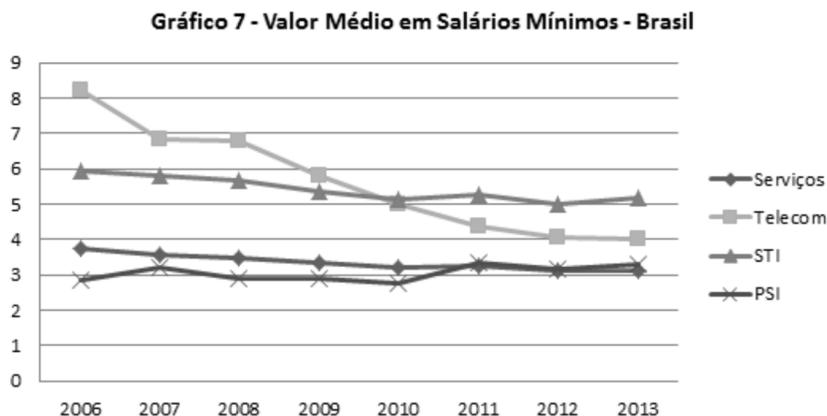
Para contribuir com a verificação da hipótese de um mercado de trabalho dinâmico, com maiores oportunidades e incentivos para os trabalhadores mudarem de empresa, é relevante analisar o comportamento das médias salariais ao longo do período.



Fonte: RAIS - MTE.

Exceto o segmento de telecomunicações, observa-se um aumento dos valores médios nominais dos salários, corroborando, portanto, com a ideia

de um mercado de trabalho favorável aos trabalhadores. É curioso observar que o segmento de PSI apresenta crescimento na média salarial mesmo apresentando redução dos números de vínculos e de estabelecimentos no período (conforme tabelas 5 e 6). Todavia, quando analisamos as médias salariais em termos do número de salários mínimos, constata-se outra dinâmica:



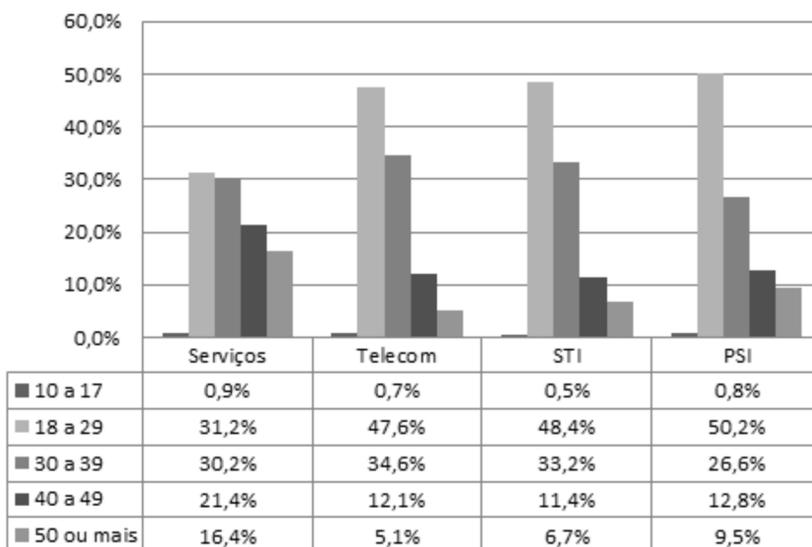
Fonte: RAIS - MTE.

Em termos de salários mínimos, as médias salariais do segmento de telecomunicações apresentam um movimento de queda acentuado e, com exceção do segmento PSI, nos demais, as médias se estabilizaram com uma leve tendência de queda. Talvez isso explique, então, o aumento da participação dos vínculos terminados pelos trabalhadores (conforme tabela 9). Uma vez que os ganhos nominais não excederam ou acompanharam os ganhos do salário mínimo, pode-se conjecturar que os trabalhadores desses segmentos de serviços de TIC e do setor de serviços procuraram oportunidades em outros segmentos da economia. No entanto, deve-se considerar a política governamental de aumento do salário mínimo em vigor no período. Enfim, é preciso maiores estudos para compreender as possíveis relações entre médias salariais e as características do número de vínculos e sua duração.

Apesar desse quadro no que se refere às médias salariais e a participação decrescente do número anual de não desligados, verificamos um aumento no número de contratações com exceção do segmento PSI. Todavia, o que podemos observar sobre as características dos trabalhadores que estão sendo

demandados e contratos pelas empresas do setor de serviços e dos segmentos de serviços de TIC?

Gráfico 8 - % de Vínculos por Faixa Etária - Brasil, 2013

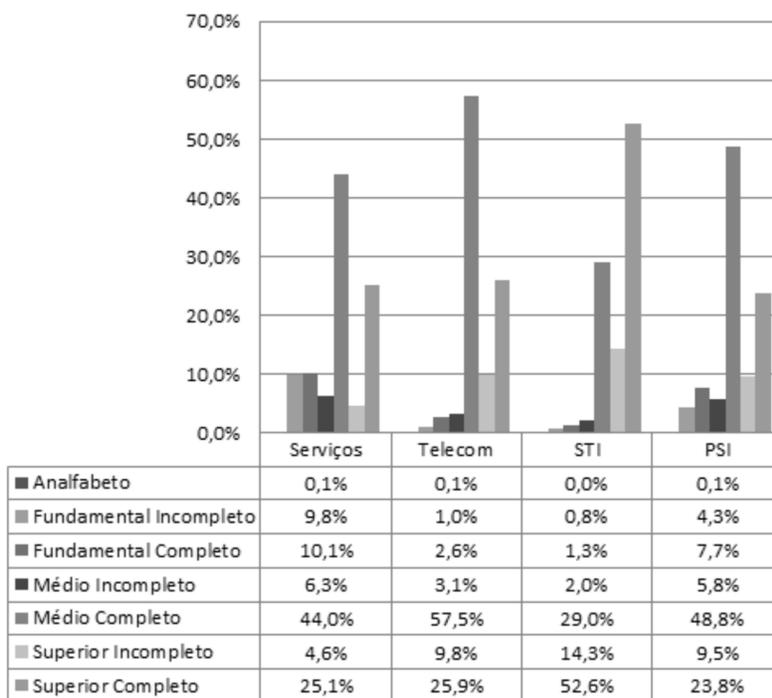


Fonte: RAIS - MTE.

Destaca-se que os segmentos de serviços TIC possuem uma concentração maior de vínculos de trabalho com trabalhadores mais jovens, especialmente na faixa entre 18 a 29 anos de idade. Talvez o fato de serem segmentos cujas atividades são marcadas pelo uso de novas tecnologias explique essa concentração de trabalhadores mais jovens. Outra explicação que pode ser aventada é a presença de uma preferência por mão de obra mais jovem por parte dessas empresas de serviços TIC.

Outro elemento importante para caracterizar a demanda de trabalho das firmas de TIC diz respeito ao nível de escolaridade da força de trabalho contratada. Será que os segmentos de serviços TIC, como atividades representativas de uma economia do conhecimento, demandam, em média, trabalhadores mais escolarizados?

Gráfico 9 - % de Vínculos por Escolaridade - Brasil, 2013



Fonte: RAIS - MTE.

Com exceção do segmento de STI, todos apresentaram maior concentração de contratações no nível de escolaridade “médio completo”. Nesse sentido, o segmento de STI é bem peculiar e representativo da ideia de uma economia do conhecimento, pois pouco mais da metade das contratações ocorreu entre os trabalhadores com nível de escolaridade superior completo, e também são os que têm maior média salarial e maior concentração em faixa etária mais jovem. Essa diferença é um indicativo para não considerar o setor de serviços de TIC como uniforme, isto é, nesse setor é provável que existam realidades laborais e organizacionais bem distintas.

Podemos verificar no período uma tendência no aumento da participação nas contratações nos níveis “médio completo” e “superior completo”?

Tabela 10 - % de Vínculos de Trabalho Demandados com Curso Superior Completo - Brasil

| | Serviços | Telecom | STI | PSI |
|------|----------|---------|------|------|
| 2013 | 25,1 | 25,9 | 52,6 | 23,8 |
| 2012 | 24,0 | 24,4 | 46,1 | 20,9 |
| 2011 | 23,4 | 26,0 | 45,3 | 20,8 |
| 2010 | 22,8 | 30,9 | 45,8 | 16,7 |
| 2009 | 22,9 | 33,5 | 40,4 | 14,7 |
| 2008 | 22,2 | 36,8 | 38,7 | 13,9 |
| 2007 | 21,8 | 33,8 | 38,8 | 14,9 |
| 2006 | 21,3 | 36,4 | 35,9 | 12,6 |

Fonte: RAIS - MTE.

Tabela 11 - % de Vínculos de Trabalho Demandados com Ensino Médio Completo - Brasil

| | Serviços | Telecom | STI | PSI |
|------|----------|---------|------|------|
| 2013 | 44,0 | 57,5 | 29,0 | 48,8 |
| 2012 | 43,7 | 56,3 | 31,5 | 49,7 |
| 2011 | 42,9 | 53,9 | 32,0 | 47,2 |
| 2010 | 41,9 | 46,9 | 32,2 | 45,4 |
| 2009 | 40,1 | 44,4 | 34,2 | 44,9 |
| 2008 | 39,2 | 40,6 | 32,9 | 45,1 |
| 2007 | 37,6 | 42,3 | 35,6 | 43,6 |
| 2006 | 36,5 | 39,3 | 38,1 | 44,0 |

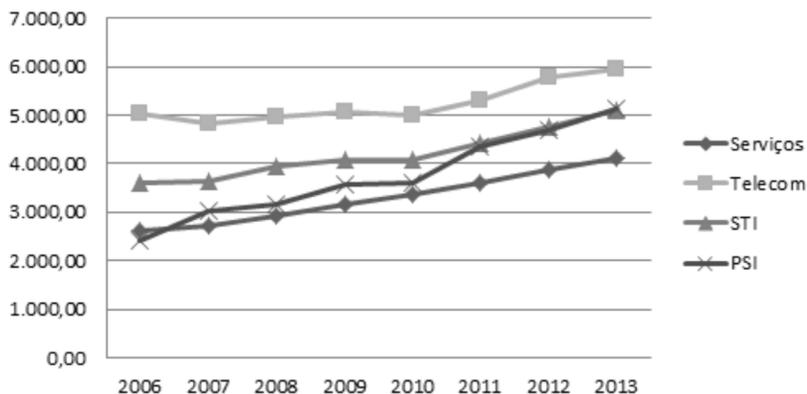
Fonte: RAIS - MTE.

No caso do segmento de STI, constata-se uma clara redução da participação do nível “ensino médio completo” nas contratações em contraste com um forte crescimento da participação no nível “superior completo”. Todavia, o setor de serviços e o segmento PSI apresentaram aumento na participação nas contratações no nível de escolaridade “superior completo”, mas no segmento de telecomunicações verifica-se uma redução da participação desse nível de escolaridade combinado com um marcante crescimento da participação no nível “médio completo”. Esses resultados corroboram com a ideia de que, dentro daquilo que podemos chamar de setor de serviços TIC, existem realidades laborais e organizacionais muito diversas.

Essas diferenças entre os segmentos de serviços TIC e o grande setor de serviços em termos da participação dos níveis de escolaridade “médio

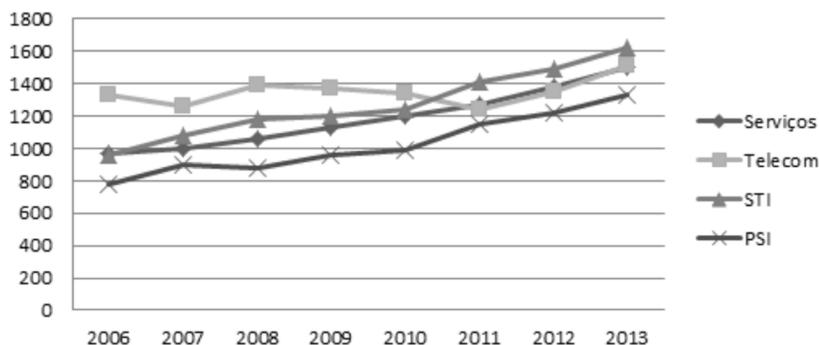
completo” e “superior completo” nas contratações do período analisado refletem-se na evolução das médias salariais desagregadas nesses dois níveis de escolaridade?

Gráfico 10 - Valor Médio do Salário Nominal para Trabalhadores com Curso Superior Completo - Brasil



Fonte: RAIS - MTE.

Gráfico 11 - Valor Médio do Salário Nominal para Trabalhadores com Ensino Médio Completo - Brasil



Fonte: RAIS - MTE.

Finalizando, nas médias salariais nominais, observa-se que em ambos os níveis de escolarização e em todos os segmentos de serviços TIC como, também, no grande setor de serviços, houve um movimento de aumento das médias salariais nominais durante o período de 2006 a 2013. No segmento de

telecomunicações, enquanto a participação das contratações de trabalhadores com ensino superior completo diminui (ver Tabela 10), a média salarial para esse nível de escolarização não só aumentou como, também, foi a maior comparada com o grande setor de serviços e os demais segmentos de serviços TIC, durante todo o período analisado. Será que esse fenômeno é explicado pelo fato de que a redução da participação permitiu pagar salários mais altos para um número menor de trabalhadores? Ou, então, o aumento da média salarial combinado com a diminuição da participação das contratações de trabalhadores com ensino superior completo reflete que essa redução da participação não foi um movimento desejado e planejado pelas empresas de telecomunicações, que procuraram reverter essa redução aumentando os salários oferecidos aos trabalhadores com o nível de escolaridade em questão? Nesse sentido, cabe destacar que, enquanto a participação nas contratações dos trabalhadores com ensino médio completo diminui no segmento de STI, a média salarial aumentou de tal maneira que, em 2013, esse segmento apresentou a maior média comparado com o grande setor e os demais segmentos de serviços TIC. Portanto, essa relação entre médias salariais e participação das contratações por níveis de escolaridade precisa ser mais bem estudada para compreender o quanto ela é determinada por mudanças e decisões encaminhadas pelas empresas ou por outros fatores exógenos às firmas, por exemplo, políticas de emprego e renda.

Considerações finais

A principal constatação que este estudo de análise descritiva estatística alcançou é que dentro do que se pode chamar de serviços de TIC existem realidades laborais heterogêneas entre segmentos desse setor de serviços. Tal constatação corrobora com a tese mais geral de que, apesar de haver tendências gerais, as mudanças provocadas pela emergência do capitalismo informacional são complexas e diversas entre diferentes níveis de realidade socioeconômica. Pesquisas futuras precisam considerar esse ponto para evitar generalizações indevidas.

O setor de STI é o mais próximo da realidade de mercado típica do paradigma informacional, parece representar precisamente as características do comportamento da demanda de trabalho das firmas de ponta do ramo de TIC. Comparativamente, esse segmento é uma novidade em termos de mercado de trabalho no país: a expansão em termos de estabelecimentos

e vínculos de trabalho indica a tendência identificada globalmente pela exigência da demanda por um perfil profissional qualificado e em grande parte altamente escolarizado, com predominância de pessoal com nível superior.

Telecom é um mercado com as peculiaridades de um setor que se reestruturou mediante as novas TIC, tem importância decisiva na economia atual, mas não chega a ser caso típico do paradigma informacional. Trata-se de um setor tradicional que se modernizou, adaptando-se ao novo ambiente de convergência tecnológica e franca concorrência de mercado. As firmas do setor demonstram ampliação da demanda por um perfil profissional qualificado e escolarizado. Ademais, houve crescimento da participação de profissionais com nível superior, mas é ampla a presença de pessoal de nível médio e técnico. É um setor em que não necessariamente as firmas criam novos produtos e serviços, sobretudo respondem à forte competição de mercado. O setor de Telecom é ativo no paradigma informacional e, portanto, a demanda por trabalho é a de um perfil profissional tecnicamente habilitado para armazenar, organizar e transmitir informação, que precisou se adequar às exigências de uma atividade econômica central para operacionalizar a nova economia.

PSI é um segmento de suporte e prestação de serviços aos variados setores produtivos da economia informacional, semelhante a um mercado de segunda classe. A oscilação negativa no número de estabelecimentos e de vínculos de emprego, as menores médias salariais, a reduzida permanência no emprego apontam para a caracterização de uma atividade produtiva que responde à flexibilidade funcional do mercado de trabalho. Mesmo com a diminuição de postos de trabalho, as firmas desta atividade econômica demonstram ampliação da demanda por um perfil profissional com nível superior, mas, tal como no setor de Telecom, é ampla a presença de pessoal de nível médio e técnico. O setor de PSI é passivo no paradigma informacional e por isso a demanda por trabalho é a de um perfil profissional capacitado a responder às exigências de uma atividade econômica assessoria à lógica organizacional da nova economia.

Referências

- CASTELLS, Manuel.
(2000). *A sociedade em rede*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra.
- CENTENO, Mário; MACHADO, Carla; NOVO, Álvaro.
(2007). A criação e destruição de emprego em Portugal. *Boletim Económico*. Lisboa, Banco de Portugal.
- DE NEGRI, João Alberto; DE NEGRI, Fernanda; COELHO, Danilo; TURCHI, Lenita.
(2006). Tecnologia, Exportação e Emprego. In: DE NEGRI, João Alberto De Negri; Fernanda De Negri; Danilo Coelho (Org.); *Tecnologia, exportação e emprego*. Brasília, IPEA.
- DE NEGRI, João Alberto; SALERNO, Mario Sergio (Org.).
(2005). *Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras*. Brasília; IPEA.
- EISCHEN, Kyle.
(2000). *Information Technology: History, Practice and Implication for Development*. Disponível em: <http://escholarship.org/uc/item/951709tx>. Acesso em 20 de outubro de 2011.
- FERRANTI, David de; PERRY, Guilherme; LEDERMAN, Daniel; MALONEY, William.
(2002). *De los recursos naturales a la economía del conocimiento: comercio y calidad del empleo*. Banco Mundial, Estudios sobre América Latina y el Caribe.
- HUALDE, Alfredo; SERRANO, Arcelia.
(2005). La calidad del empleo de asalariados con educación superior en tijuana y monterrey: Un análisis cuantitativo. *Revista Mexicana de Investigación Educativa*, v. 10, n. 25; p. 345-374. México D.F.
- HUALDE, Alfredo; MICHELLI, Jordy.
(2009). Mercados de Trabalho nos Setor de Tecnologias da Informação e Comunicação no México. In: Sonia Guimarães (Org.); *Trabalho, Emprego e Relações Laborais em Setores Intensivos em Conhecimento: Brasil, México e Canadá*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- INFANTE, Ricardo (Org.).
(1999). *La calidad del empleo: la experiencia de los países latinoamericanos y de los Estados Unidos*. Santiago-Chile: OIT / ETM.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
(2009). *O Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação no Brasil, 2003-2006*. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv41716.pdf>. Acesso em 2 de dezembro de 2010.
- SALDANHA, Roberto da Cruz.
(2006). *Sociedade da Informação e Mercado de Trabalho: uma abordagem empírica sob a ótica das atividades econômica*. Tese de mestrado apresentada à Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Recebido em
novembro de 2015

Aprovado em
julho de 2015

O debate sobre (novo)desenvolvimentismo brasileiro: uma análise dos artigos publicados em *Revista Brasileira de Ciências Sociais, Dados e Revista de Economia Política* (2003-2013)

Vinicius de Lara Ribas*

Resumo

O trabalho analisa três importantes periódicos brasileiros da área da ciência política (*Revista Brasileira de Ciências Sociais, Dados e Revista de Economia Política*) observando os artigos publicados entre 2003 a 2013 que tratam a temática da retomada da agenda desenvolvimentista (ou “neodesenvolvimentismo”) na formulação de políticas públicas no Brasil após os anos 1990, conhecidos como “década neoliberal”. Para isso, selecionamos três revistas expressivas no debate acadêmico nacional e examinamos: (1) a quantidade de artigos ligados à temática, ao longo dos dez anos em que ela está em vigor; (2) os trabalhos nelas ligados ao desenvolvimentismo e a retomada dessa política; Como resultados principais, observamos que o debate é capitaneado em maior grau por economistas, bem como o escopo teórico provém da teoria econômica, o que necessita, portanto, de um espaço de discussão que reúna tanto elementos da ciência política quanto da teoria econômica.

Palavras-chave

Neodesenvolvimentismo. Periódicos científicos. Estado de bem-estar no Brasil.

Abstract

This work analyzes three important Brazilian Political Science journals (*Revista Brasileira de Ciências Sociais, Dados and Revista de Economia Política*), observing the articles published from 2003 until 2013, which address the issue of resuming the development agenda (or “neo-developmentalism”) in the formulation of public policies in Brazil after the 1990's, known as "neoliberal decade". We have selected three significant journals in the national academic debate and examined the following: (1) The number of articles related to the theme over the ten years which it has been in Brazilian politics; (2) Articles linked to developmentalism and

* Vinicius de Lara Ribas é Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com bolsa de estudos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: viniciusdeklararibas@gmail.com.

the resuming of the policy. As main results, we have observed that the debate is headed to a greater extent by economists, since the theoretical scope comes from the economic theory, which therefore needs a space for discussion that brings together both the political science as well as the elements of economic theory.

Keywords

New-developmentalism. Scientific journals. Welfare State in Brazil.

Introdução

O termo “desenvolvimentismo”, cunhado para explicar a intervenção do Estado na economia, particularmente no contexto latino-americano, entrou em voga a partir dos estudos provenientes do grupo da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), institucionalizada nos anos 1950 e vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU). No Brasil, o debate foi inaugurado por Celso Furtado (1965; 1964 [1959]; 1961) e representava a busca por mudanças significativas na sociedade brasileira, em que os “cepalinos” (grupo de intelectuais ligados à CEPAL) consideravam ser o Estado o responsável pela industrialização, a fim de superar a miséria, pois o mercado e as classes hegemônicas economicamente no Brasil – vinculadas aos interesses agrários –, não haviam produzido tal efeito.

Pedro Fonseca *et al.* (2013) define o termo como “um conjunto de ideias e de práticas efetivas dos governantes, o qual sugere estar permeado por uma lógica que se expressa como um projeto de nação”, nesse sentido, “a política econômica governamental não é errática nem apenas reativa aos ciclos ou às flutuações inerentes à conjuntura, mas formulada em consonância a uma pretensão de interferência em seu curso, em busca de uma trajetória previamente definida” (FONSECA *et al.*, 2013, p. 411). A trajetória nacional-desenvolvimentista brasileira, como abordará a seção seguinte deste texto, iniciou-se nos anos 1930 e encerrou-se no fim da década de 80, com o colapso das políticas gestadas pelos governos militares e o retorno às políticas econômicas ortodoxas.

Os anos 1990 marcaram o fim do “período desenvolvimentista” no Brasil, logo em seguida ao término da Guerra Fria, período que sofreu influência das políticas do Consenso de Washington e do colapso de um mundo baseado “no equilíbrio bipolar de duas potências antagônicas

(URSS e EUA), no padrão internacional do dólar, na intervenção estatal no mercado e no Estado de orientação socialdemocrata no primeiro mundo e desenvolvimentista na periferia do capitalismo” (MORAES, 2009; p. 01). Dessa forma, a conjuntura apontava para o poder incontestado dos Estados Unidos (EUA), que exportaram uma receita de desenvolvimento econômico cujo cerne está no desmantelamento do Estado, eliminando a ideia deste como o promotor de políticas públicas que visam ao desenvolvimento de capacidades humanas (SEN, 1999) e a melhora na qualidade de vida da população. Assim sendo, relegou-se ao mercado uma força antes reservada ao Estado, que passou a ser continuamente enfraquecido.

Portanto, o desenvolvimentismo no Brasil, inaugurado nos anos 1930 e com força dos anos 1950 à década de 1970, encerrou-se ao longo da “década neoliberal”, os anos 1990. No entanto, após a conquista da Presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores (PT), a literatura aponta para uma retomada de uma agenda desenvolvimentista por parte do Estado brasileiro, conhecida, segundo alguns analistas, como “novo desenvolvimentismo” ou “neodesenvolvimentismo”.

Os autores defendem que o período Lula (2003-2011) constitui-se em um retorno, em alguns aspectos (dentro dos quais está o campo social), da política varguista, buscando reformar o capitalismo brasileiro e empoderando o Estado frente ao mercado (SINGER, 2012). Esse retorno encontra suporte na literatura, que entende o governo Lula como neodesenvolvimentista, com ênfase nas políticas sociais. A diferença entre os dois períodos – Vargas e Lula – se dá no papel da sociedade civil no processo desenvolvimentista. A política capitaneada por Vargas e seus posteriores, desde 1930 até os anos 80, sobreviveu em regimes de exceção (1937-45 e 1964-85) e no regime democrático (1946-1964). A política capitaneada por Lula, embora tenha suas bases na política varguista no tocante ao campo social, busca ampliar o diálogo entre sociedade civil e Estado (BOSCHI, 2010), preocupação inexistente no modelo anterior.

Este trabalho se propõe a analisar em três periódicos qualificados como A1/A2 (o que corresponde a alto padrão internacional das publicações) na área de ciência política, sendo eles *Dados*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* e *Revista de Economia Política*, o caráter e a quantidade de artigos publicados sobre a temática “desenvolvimentismo” e/ou “neodesenvolvimentismo” no Brasil, entre os anos 2003 a 2013. Isto porque, como salientado anteriormente, a literatura aponta para uma retomada de políticas desenvolvimentistas a partir do governo Lula, iniciado em janeiro de 2003.

Como pressuposto principal, buscaremos testar se este tema, uma intersecção entre economia e ciência política, é mais presente nas revistas eminentemente de ciência política ou ciências sociais, como *Dados* e *RBCS*, ou se o debate busca elementos e explicações ligadas tanto à ciência política quanto à economia, o que em nossos casos fica representado pela *Revista de Economia Política*, qualificada como A2 na área de Ciência Política e Relações Internacionais.

O artigo divide-se em quatro partes: rapidamente, contextualizamos o debate sobre Estado desenvolvimentista no Brasil, desde suas origens, passando pelo momento de ruptura com o mesmo, durante o período neoliberal, até sua retomada, sob a insígnia do “neodesenvolvimentismo”, a partir do governo Lula. Em seguida, expomos a metodologia para a seleção dos periódicos que foram analisados, bem como os artigos ligados à temática para, então, na terceira parte, analisar as contribuições dos trabalhos para o debate. A quarta parte é dedicada às considerações finais.

Desenvolvimentismo no Brasil em Perspectiva Histórica

O início do período desenvolvimentista brasileiro se dá sob a égide do governo de Getúlio Vargas. Após o golpe de 1930, também conhecido como “Revolução de 1930”, no qual Vargas assume provisoriamente o poder (condição que duraria até 1934, quando seria eleito Presidente via Congresso Nacional), lançam-se as bases de um Estado promotor de políticas e forte frente aos avanços do mercado, bem como industrializante.

Essas condições foram facilitadas com um cenário de autoritarismo, inaugurado por Vargas a partir do golpe de 1937, período que durou até 1945 e ficou conhecido como Estado Novo. Neste período, acelerou-se de forma considerável a industrialização brasileira, o que mudou os contornos urbanos do país: as cidades começaram a ser mais atrativas do que o campo, pois o trabalho fabril começava a se institucionalizar. A partir disso, passa a existir também uma nova correlação de classes, em que os operários ganham força política (DINIZ, 1996) e, com a queda da ditadura do Estado Novo, se veem representados por dois partidos: Partido Comunista Brasileiro (PCB), cujo registro foi cassado em 1948, e PTB, essencialmente urbano e operário, criado por Vargas como um anteparo ao avanço do PCB (DELGADO, 1989).

Ao longo do primeiro período democrático brasileiro, de 1946 a 1964, o desenvolvimentismo esteve sempre em voga. Para Edson Nunes (2003),

o presidente que melhor soube aliar a política desenvolvimentista com estabilidade política foi Juscelino Kubitschek, responsável pelo “plano de metas”, um conjunto de medidas cujo Estado era o indutor central do desenvolvimento. O golpe militar de 1964 não afetou, entretanto, a política desenvolvimentista por parte do Estado, que continuou investindo em obras de infraestrutura, ainda que com vícios formalistas, em que casos de desvio de recurso eram ocultados pela censura à imprensa e repressão contra a sociedade civil. No entanto, o modelo de desenvolvimento adotado pelos militares – cujo ponto auge foi o período conhecido como “milagre econômico”, em que o Brasil alcançou taxas de crescimento elevadas – começou a ruir definitivamente nos anos 1980, ocorrendo com isso a substituição do nacional-desenvolvimentismo para as políticas ligadas à economia ortodoxa (BRESSER-PEREIRA, 2011). Com uma conjuntura mundial que acenava também ao retorno de políticas ortodoxas e de corte neoliberal, o Brasil dos anos 1990 ficou marcado pelo enxugamento e enfraquecimento do Estado perante o mercado, tendo em vista uma série de privatizações de estatais e a precarização de serviços públicos.

A ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) representaria o retorno ao modelo neodesenvolvimentista (BRESSER-PEREIRA, 2004), em que as políticas sociais são muito parecidas com as políticas desenvolvidas nos governos de Getúlio Vargas (SINGER, 2012). Mesmo depois do período neoliberal e desmonte do Estado provocado pelo seu enxugamento, as instituições conseguem promover a retomada do desenvolvimentismo.

As próximas sessões avaliam como essa retomada do nacional-desenvolvimentismo foi interpretada em três periódicos nacionais ligados à ciência política, bem como o avanço e expoentes do debate, levando em conta o primeiro ano do governo do PT até 2013.

Método de Seleção dos Periódicos e Artigos

A seleção dos casos para análise, no presente trabalho, se deu da seguinte forma: inicialmente, separaram-se os periódicos nacionais da área de Ciência Política e Relações Internacionais que mantinham o Conceito Qualis/CAPES atualizado em A1, representando, com isso, alto padrão de qualidade nos artigos publicados. Nessa primeira etapa, foram selecionados os seguintes periódicos: *Brazilian Review of Social Sciences*, *Dados – Revista de Ciências Sociais*, *Opinião Pública*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)* e *Revista Brasileira*

de *Política Internacional*. Incluímos no grupo, dada a proximidade da temática com a economia, o periódico classificado como A2 na CP&RI, *Revista de Economia Política*.

Em seguida, realizou-se uma triagem nos periódicos, a fim de verificar os anos em que se iniciaram as publicações e seu caráter temático na área de Ciência Política. Nesse momento, excluíram-se os periódicos *Brazilian Review of Social Sciences*, cuja publicação de dois números apenas ocorreu entre 2000 e 2002; *Opinião Pública*, dada a temática de nenhum artigo, para o período estudado, referir-se ao desenvolvimentismo brasileiro ou na América Latina. Os trabalhos mais próximos, na *Opinião Pública*, ligados aos programas sociais analisavam a ótica do eleitor e o impacto desses nas eleições presidenciais e a formação de agenda de campanha (CASTRO *et al.*, 2009; LICIO; CASTRO, 2009; BIROLI; MANTOVANI, 2010; KERBAUY, 2011) não se enquadrando, por isso, para o estudo aqui realizado. Por fim, excluiu-se também a *Revista Brasileira de Política Internacional*, ligada às Relações Internacionais. Para a análise de artigos, foram selecionados, portanto, os seguintes periódicos: *Dados – Revista de Ciências Sociais*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* e *Revista de Economia Política*.

Dados, fundada em 1966, era uma revista do Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), ligado à Universidade Cândido Mendes (UCAM) no início do período aqui pesquisado (2003). Em 2009, com a saída do corpo docente do IUPERJ e a criação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a revista também migrou para a “nova casa”. A mudança, entretanto, não alterou de forma significativa o corpo editorial e as temáticas publicadas. Sua periodização é bimestral, publicando quatro números ao ano. Em abril de 1997, passou a ser publicada no portal *SciELO/Brasil*. A *Revista Brasileira de Ciências Sociais* é editada, desde a sua fundação, em 1986, pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). *RBCS* publica artigos ligados às Ciências Sociais e tem periodização trimestral, publicando três números ao ano. Em 1998, foi admitida à coleção *SciELO/Brasil*. Por fim, a *Revista de Economia Política* tem por missão “publicar trabalhos sobre teoria econômica e ciência política, teóricos e aplicados, que envolvam Estados e mercado”. Organizada pela Editora 34, sua fundação ocorreu em 1981 e atualmente é editada por Luiz Carlos Bresser-Pereira. Apresenta quatro números por ano e, em 2005, foi admitida à coleção *SciELO/Brasil*.

Ao longo da série aqui estudada, 2003 a 2013, a quantidade de

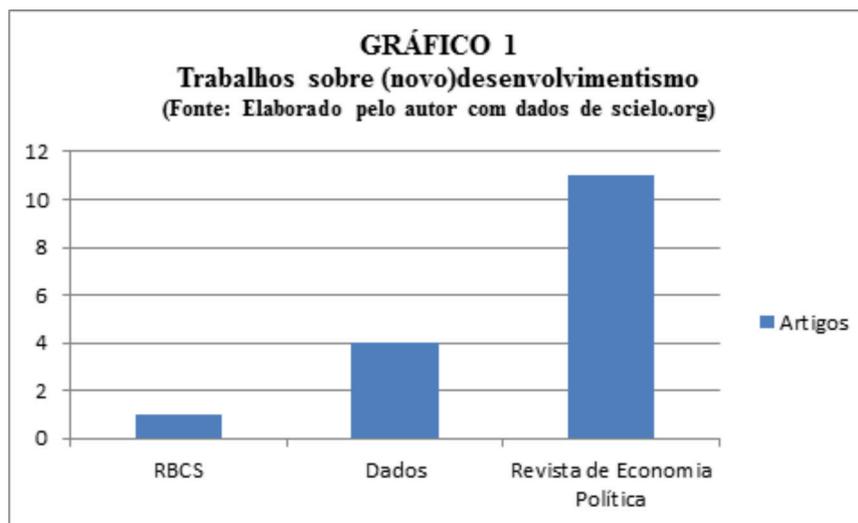
artigos publicados¹ nas revistas, bem como os de algum modo ligados ao desenvolvimentismo, é apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 - Artigos publicados em *Dados*, *RBCS* e *Revista de Economia Política* (2003-2013)

| | | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | TOTAL | % |
|------------------------------|-------------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|-------|
| Dados | Artigos | 25 | 24 | 24 | 26 | 26 | 30 | 28 | 27 | 25 | 30 | 30 | 295 | |
| | Desenvolvimentismo e temas próximos | 0 | 2 | 2 | 0 | 1 | 0 | 3 | 1 | 7 | 1 | 3 | 20 | 6,77% |
| RBCS | Artigos | 28 | 27 | 26 | 26 | 34 | 32 | 26 | 26 | 33 | 31 | 37 | 236 | |
| | Desenvolvimentismo e temas próximos | 2 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 2 | 0 | 1 | 09 | 3,81% |
| Revista de Economia Política | Artigos | 37 | 39 | 25 | 33 | 36 | 34 | 40 | 37 | 58 | 37 | 40 | 416 | |
| | Desenvolvimentismo e temas próximos | 2 | 4 | 0 | 5 | 2 | 1 | 5 | 3 | 5 | 4 | 5 | 36 | 8,65% |

Fonte: Elaborado pelo autor com base em <http://www.scielo.com/> e <http://www.rep.org.br/>. Todos os artigos selecionados que tratam de alguma forma da temática "desenvolvimentismo e temas próximos" estão expostos na primeira parte da seção de referências deste trabalho.

Dentre os selecionados, há artigos próximos à temática desenvolvimentista, sobretudo os que analisam políticas públicas que promovem o desenvolvimento das capacidades humanas. Os artigos que tratam exclusivamente do tema, são representados de forma quantitativa no Gráfico 1.



¹ Ficam excluídas, da análise, as resenhas, notas de pesquisa, homenagens a falecimentos de intelectuais, conferências e demais textos apresentados que não correspondam ao formato "artigo inédito em periódico científico".

Pode-se perceber, de início, o protagonismo da *Revista de Economia Política* diante das demais no que se relaciona aos estudos sobre novo desenvolvimentismo no Brasil. Isso indica uma forte intersecção do tema entre a economia e a ciência política, visto que a revista publica artigos das duas áreas em igual medida.

Os trabalhos que versam sobre a temática do desenvolvimentismo nos três periódicos estão descritos, em ideias gerais e resultados principais alcançados, e são apresentados na próxima seção do texto. Para fins de análise, seguimos a ordem cronológica de publicação, com início em 2003 e término em 2013, a fim de verificar com isso a evolução do debate nos periódicos nacionais.

Dados, RBCS e Revista de Economia Política e o Desenvolvimentismo

Em 2003, primeiro ano de governo Lula, Dados não publicou artigos referentes ao tema do desenvolvimentismo brasileiro. RBCS apresentou um artigo e *Revista de Economia Política* publicou dois artigos referentes ao tema. O artigo Diniz e Boschi (2003), publicado na RBCS trata, sobretudo, do empresariado e suas estratégias para o desenvolvimento. Esse trabalho, no entanto, é anterior ao governo Lula (apresentado em outubro de 2002) e buscava avaliar o impacto das reformas orientadas ao mercado – bem como o desmonte das políticas desenvolvimentistas – no empresariado nacional. O trabalho propôs, ainda que timidamente, a retomada da agenda desenvolvimentista por parte do governo Lula, apontando “mudanças importantes em curso no que diz respeito aos rumos do capitalismo no país e sua inserção na nova ordem internacional” (DINIZ; BOSCHI, 2003: 29).

Na Revista de *Economia Política*, o trabalho de Paulani (2003) analisa de forma geral a política econômica do novo governo, comandado por Lula. Suas afirmações discorrem sobre um movimento “inequivocadamente neoliberal” do Partido dos Trabalhadores, que antes era crítico a essa postura. Seu trabalho, dado o momento em que foi escrito (primeiro ano do governo), não se constituiu como uma referência ao debate nacional sobre a temática, que passaria a se desenvolver a partir de 2006.

Na Revista *Dados*, os artigos ligados ao desenvolvimentismo ficaram a cargo de Celia Lessa Kerstenetzky (2009; 2011; 2012) e Eli Diniz (2011). Kerstenetzky se constituiu como uma das principais intérpretes no Brasil do economista Amartya Sen, ligado à tradição de desenvolvimento como o motor

de diminuição das desigualdades, promotor do desenvolvimento humano e expansão das capacidades multidimensionais dos indivíduos (SEN, 1999; 2001). Em 2000, a autora publicou um longo ensaio interpretando as ideias de Sen para as realidades desiguais, sobretudo visando à redução da pobreza (KERSTENETZKY, 2000).

A partir de 2009, levando em conta as contribuições teóricas de Sen para o desenvolvimentismo, Kerstenetzky publicou o trabalho “Redistribuição e desenvolvimento? A economia política do programa bolsa família”, no qual conclui que o Programa Bolsa Família, implementado em janeiro de 2004, é uma política de desenvolvimento que aumenta tanto o bem-estar quanto as capacitações individuais, buscando romper com ciclos de pobreza e desigualdade, ou seja, em concordância com a teoria de desenvolvimentismo não apenas econômico, mas também social (KERSTENETZKY, 2009).

Em 2011 e 2012, *Dados* publicou mais dois artigos de Celia Lessa Kerstenetzky. Os dois trabalhos problematizaram o *welfare state* e desenvolvimento no Brasil, não se atentando a nenhuma política social específica (como ocorreu em 2009, com Bolsa Família). Para a autora, conciliar desenvolvimento com distribuição de renda é o essencial no Estado brasileiro, entendendo isso em que a “forma teórica de conciliação é a perspectiva do ‘desenvolvimento social’” (KERSTENETZKY, 2011; p.151).

Em seu trabalho mais recente publicado na revista, a autora debate a questão da crise econômica e como isso afetaria de alguma forma a manutenção do Estado de bem-estar social que vinha se construindo desde a primeira metade da década de 2000, concluindo que

“de fato, em nenhum dos sentidos apresentados [...] pode o período contemporâneo ser inequivocamente caracterizado como uma crise, tendo-se em mente os vários indicadores de gasto social, que seguiram crescendo nas décadas de redução da atividade econômica a um ritmo superior ao do crescimento do produto” (KERSTENETZKY, 2012; p.474).

O outro trabalho sobre desenvolvimentismo publicado, em *Dados*, foi de autoria de Eli Diniz (2011). A autora analisa o debate internacional acerca da temática desenvolvimentista, avaliando a congruência de fatores externos e internos nos Estados latino-americanos que propiciaram o retorno ao debate sobre alternativas ao desenvolvimento. Para Diniz, a primeira década dos anos 2000 notabilizou-se pelo fortalecimento das críticas ao modelo que foi implementado ao longo dos anos 1990, de cunho neoliberal e cuja base se funda no Consenso de Washington.

A autora defende ainda, na mesma perspectiva de Celia Kerstenetzky, a contribuição de Amartya Sen ao debate sobre desenvolvimentismo, sobretudo em seus dois livros *Sobre Ética e Economia* (1999) e *Desenvolvimento como Liberdade* (2002). A grande contribuição de Sen envolve a ideia de desenvolvimento econômico como o motor do desenvolvimento e das capacidades humanas.

A *Revista de Economia Política*, entre as três aqui analisadas, foi a que mais se preocupou com o debate sobre desenvolvimentismo no Brasil e na América Latina dos anos 2000. A explicação que encontramos para tal fato diz respeito à temática ser um ponto de intersecção entre a economia e a ciência política, mas com interpretações predominantemente economicistas. Em 36 artigos publicados entre 2003-2013 sobre desenvolvimentismo e temas próximos, os mais destacados como um “núcleo do debate” foram os trabalhos de João Magalhães (2006), Luiz Carlos Bresser-Pereira (2006; 2012), João Siscu, Luiz Fernando de Paula e Renalt Michel (2007), Bresser-Pereira e Luiz Carlos Gala (2010), Fabio Erber (2011), Lécio Morais e Alfredo Saad-Filho (2011), Lauro Mattei (2013) e, por fim, Maria de Lourdes Mollo e Pedro Cezar Dutra Fonseca (2013). Outros trabalhos, além dos aqui destacados, poderiam ser citados. Entretanto, entre os 36 selecionados, esses são os que tratam exclusivamente do desenvolvimentismo, alguns em especial problematizando como uma agenda diferente do desenvolvimentismo inaugurado por Getúlio Vargas, portanto denominando-a “neodesenvolvimentismo”.

O trabalho de Magalhães (2006), denominado “Nova estratégia de Desenvolvimento para o Brasil: um enfoque de longo prazo”, configura-se como marco inicial de um debate geral acerca da estratégia desenvolvimentista em curso à época, na *Revista de Economia Política*². Isso porque seu trabalho propõe-se a analisar estratégias de longo prazo, nas quais o novo desenvolvimentismo se enquadra. Seu trabalho suscitou, ainda, uma agenda de pesquisa que relaciona globalização com a retomada desenvolvimentista, na medida em que avalia que o mesmo não vem descolado de um “novo modelo de globalização”.

Bresser-Pereira, em 2006, traçou um panorama geral das ideias desenvolvimentistas para o Brasil do século XXI, o que ele denominou “estratégia nacional”, defendendo que o desenvolvimento ocorre por etapas³.

² O artigo, todavia, apresenta teses não inéditas. Trata-se de uma reunião dos principais argumentos publicados pelo autor (MAGALHÃES, 2005) em livro.

³ O autor, em outros trabalhos, desenvolveu a ideia de ciclos na política (BRESSER-PEREIRA, 2011), que se coadunam com as etapas desenvolvimentistas do referido artigo.

No entanto, nesse trabalho, ainda não há a ideia de desenvolvimentismo, que mais tarde se formaria, como motor de capacidades humanas e retomada de Estado de bem-estar social, e sim uma estratégia ao desenvolvimento econômico.

Em 2007, já há bastante clareza, por parte das publicações na *Revista de Economia Política* (diferentemente de *Dados* e *Revista Brasileira de Ciências Sociais*) acerca da estratégia de desenvolvimento em curso, caracterizando-o como “neo-desenvolvimentismo”. Trata-se do trabalho de Sicsú, Paula e Michel (2007), que coloca a nova política do lado oposto às ideias neoliberais, dominantes nos anos 1990. O argumento principal dos autores, para caracterizar a necessidade do momento e uma resposta neodesenvolvimentista, é a construção de um Estado forte que dê sentido e forma a um mercado forte. A dicotomia Estado *versus* mercado, presente no neoliberalismo, não se enquadra, portanto, na lógica neodesenvolvimentista.

Nos anos posteriores, a *Revista de Economia Política* capitaneou, entre os periódicos nacionais, o debate sobre desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo no Brasil, deixando de lado, portanto, os argumentos publicados entre 2003 e 2004 que defendiam o governo Lula como um governo de agenda neoliberal.

Os artigos de Bresser-Pereira se caracterizam por serem eminentemente teóricos e com propostas de análises ao nível macro, não tomando nenhum caso de políticas públicas ou um setor em específico. Seu artigo em conjunto com Paulo Gala (2010) se propõe a analisar a “macroeconomia estruturalista do desenvolvimento”, comparando casos latino-americanos com os Estados da Ásia e concluindo que, para o sucesso do país em dinâmicas globalizadas como a atual conjuntura, os Estados devem possuir estratégias nacionais de desenvolvimento. Em trabalho posterior, intitulado “Estratégia Nacional e desenvolvimento”, Bresser-Pereira (2012) retoma um histórico das estratégias desenvolvimentistas dos países, que estão intimamente ligadas ao desenvolvimento econômico dos mesmos.

Os trabalhos de Fabio Erber (2011), Lúcio Moraes e Alfredo Saad-Filho (2011) e Lauro Mattei (2013) tratam exclusivamente da temática durante o governo Lula. O primeiro analisou as convenções de desenvolvimento durante o governo, sendo elas a convenção desenvolvimentista e a criação de uma nova convenção, o neodesenvolvimentismo. Durante o governo Lula, salienta Erber, há a coexistência das duas, em oposição principalmente à convenção neoliberal, anterior ao neodesenvolvimentismo. Os artigos de Moraes e Saad-Filho (2011) e Mattei (2013) analisam a economia política

durante os dois governos de Lula, sob a argumentação de esse passou de uma fase inicial neoliberal – em que manteve toda a agenda do governo Fernando Henrique Cardoso – para a agenda do novo desenvolvimentismo. Maria de Lourdes Mollo e Pedro Cezar Dutra Fonseca (2013) destacaram aspectos conceituais e as raízes teóricas do novo desenvolvimentismo, recuperando o debate dos anos 50, em que “a concepção desenvolvimentista que une antigos e novos defensores tem raízes teóricas comuns” (MOLLO; FONSECA, 2013; p. 223).

Ao longo de 2003 a 2013, a RBCS foi a que menos publicou, entre os periódicos aqui analisados, trabalhos sobre desenvolvimentismo, resumindo-se ao artigo de Diniz e Boschi (2003). *Dados* publicou alguns a mais e, por fim, a *Revista de Economia Política* capitaneou o debate entre os periódicos nacionais bem qualificados da área de Ciência Política e Relações Internacionais.

Os trabalhos citados ao longo desta seção demonstram uma maior capacidade da *Revista de Economia Política* em promover o debate sobre novo desenvolvimentismo quando comparada a dois periódicos equivalentes, no entanto mais próximos à ciência política e ciências sociais do que a economia. Enquanto *RBCS* apresentou, nos últimos dez anos, apenas um artigo que teorizou sobre desenvolvimento e tipos de capitalismo (BOSCHI; DINIZ, 2003) e *Dados* deu uma contribuição pequena, reservada a duas autoras (KERSTENETZKY, 2009; 2011; 2012; DINIZ, 2011), a *Revista de Economia Política*, sob a editoria de Luiz Carlos Bresser-Pereira, promoveu um amplo debate, tanto teórico como empírico, sobre a temática.

Considerações Finais

O debate sobre desenvolvimentismo no Brasil surgiu em meados do século XX, sobretudo com os trabalhos de Celso Furtado e o grupo ligado à CEPAL. De início, ligado apenas aos economistas, esse debate evoluiu também para a área da ciência política, na medida em que a disciplina se institucionalizava no Brasil, a partir dos anos 1960.

O Estado desenvolvimentista brasileiro tem suas raízes na Revolução de 1930, cujo principal ator foi Getúlio Vargas. No governo de Vargas, iniciou-se a modernização e burocratização do Estado (NUNES, 2003), mesmo em período autoritário, movimento que continuou durante a experiência democrática (1945-64) e na ditadura militar (1964-85). No entanto, durante o governo militar há o colapso do pacto nacional-desenvolvimentista,

responsável pelas políticas de desenvolvimento, e o retorno a políticas ortodoxas e adoção da visão neoliberal para o Estado.

Com a ascensão de Lula à Presidência da República, há um retorno do nacional-desenvolvimentismo. Os periódicos aqui analisados debateram esse retorno, com ênfase, sobretudo, nos aspectos econômicos. Em virtude disso, a *Revista de Economia Política*, que publica tanto artigos de economia quanto de ciência política, e principalmente trabalhos que levam em conta as duas áreas, fica mais evidente frente a *Dados* e *RBCS*, ligadas às ciências sociais.

A interpretação do novo desenvolvimentismo conquista o debate de economistas e cientistas políticos em uma revista que busca intersecções nas áreas, o que não é a proposta de *Dados* e *RBCS*. Portanto, o debate em periódicos nacionais acerca do retorno ao desenvolvimentismo foi capitaneado, sobretudo, pela *Revista de Economia Política*, com contribuições pequenas de outros periódicos. Nesse texto, tanto na análise quantitativa como na análise qualitativa, a *Revista de Economia Política* se destacou, diante das demais, nos trabalhos sobre o retorno do Estado brasileiro ao desenvolvimentismo.

Referências

Artigos de *Dados*, *RBCS* e *Revista de Economia Política*

AMARAL, Ernesto de Lima; MONTEIRO, Vinicius do Prado.

(2013). Avaliação de Impacto das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família (2005 e 2009). *Dados*, vol.56, n.3; p. 531-570.

ARBIX, Glauco; SALERNO, Mario Sergio; DE NEGRI, João Alberto.

(2005). O impacto da internacionalização com foco na inovação tecnológica sobre as exportações das firmas brasileiras. *Dados*, vol.48, n.2; p. 395-442.

ASSEBURG, Hans Buenno; GAIGER, Luis Inácio. (2007). A economia solidária diante das desigualdades. *Dados*, vol.50, n.3; p. 499-533.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos.

(2004). O conceito de desenvolvimento do ISEB re discutido. *Dados*, vol.47, n.1; p. 49-84.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos.

(2011). Transição, consolidação democrática e revolução capitalista. *Dados*, vol.54, n.2, pp. 223-258.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GALA, Paulo.

(2010). Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. *Rev. Econ. Polít.* 2010, vol.30, n.4; p. 663-686.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos;

(2006). Estratégia nacional e desenvolvimento. *Rev. Econ. Polít.*, vol.26, n.2, p. 203-230.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos.

(2005). Capitalismo dos técnicos e democracia. *Rev. bras. Ci. Soc.*, vol.20, n.59 ; p. 133-148.

- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos.
(2012). Structuralist macroeconomics and the new developmentalism. *Rev. Econ. Polit.*, vol.32, n.3; p. 347-366.
- CARDOSO, Adalberto.
(2012). Uma utopia brasileira: Vargas e a construção do estado de bem-estar numa sociedade estruturalmente desigual. *Dados*, vol.53, n.4; p. 775-819.
- COSTA, Frederico Lustosa.
(2009). Relações estado-sociedade no Brasil: representações para uso de reformadores. *Dados*, vol.52, n.1; p. 161-199.
- CUNHA, André Moreira.; FERRARI, Andrés.
(2009). A Argentina depois da conversibilidade: um caso de novo-desenvolvimentismo?. *Rev. Econ. Polit.*, vol.29, n.1; p. 2-23.
- DELGADO, Nelson; LEITE, Sergio Pereira.
(2011). Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. *Dados*, vol.54, n.2; p. 431-473.
- DINIZ, Eli.
(2011). O contexto internacional e a retomada do debate sobre desenvolvimento no Brasil contemporâneo (2000/2010). *Dados*, vol.54, n.4; p. 493-532.
- DINIZ, Eli. BOSCHI, Renato.
(2003). Empresariado e estratégias de desenvolvimento. *Rev. bras. Ci. Soc.* 2003, vol.18, n.52 ; p. 15-34.
- ERBER, Fábio.
(2011). As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. *Rev. Econ. Polit.*, vol.31, n.1; p. 31-55.
- GAIGER, Luis Inácio.
(2004). A economia solidária e o projeto de outra mundialização. *Dados*, vol.47, n.4; p. 799-834.
- GAIGER, Luis Inácio.
(2013). A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. *Rev. bras. Ci. Soc.*, vol.28, n.82; p. 211-228.
- GERSCHMAN, Silvia; SANTOS, Maria Angelica.
(2006). O Sistema Único de Saúde como desdobramento das políticas de saúde do século XX. *Rev. bras. Ci. Soc.*, vol.21, n.61; p. 177-190.
- GOMES, Cleomar; NUNES, Clemens.
(2008). Uma análise da estratégia nacional de desenvolvimento da Malásia. *Rev. Econ. Polit.*, vol.28, n.4; p. 577-594.
- GUIMARAES, Alexandre Queiroz.
(2010). Estado e economia na Coreia do Sul - do Estado desenvolvimentista à crise asiática e à recuperação posterior. *Rev. Econ. Polit.*, vol.30, n.1; p. 45-62.
- GUIMARAES, Nadya Araujo.
(2011). O que muda quando se expande o assalariamento (e em que o debate da Sociologia pode nos ajudar a compreendê-lo)?. *Dados*, vol.54, n.4; p. 533-568.
- IORIS, Rafael; IORIS, Antonio.
(2013). Assessing development and the idea of development in the 1950s in Brazil. *Rev. Econ. Polit.*, vol.33, n.3; p. 411-426.
- JAGUARIBE, Helio.
(2006). Atual problema do desenvolvimento brasileiro. *Rev. bras. Ci. Soc.*, vol.21, n.60 ; p. 5-13.
- JARDIM, Maria Aparecida Chaves.
(2009). "Domesticação" e/ou moralização do capitalismo no governo Lula: inclusão social via mercado e via fundos de pensão. *Dados*, vol.52, n.1; p. 123-159.
- KERSTENETZKY, Celia Lessa.
(2011). "Welfare state" e desenvolvimento. *Dados*, vol.54, n.1; p. 129-156.
- KERSTENETZKY, Celia Lessa.
(2006). Políticas Sociais: focalização ou universalização?. *Rev. Econ. Polit.*, vol.26, n.4; p. 564-574.
- KERSTENETZKY, Celia Lessa.
(2009). Redistribuição e desenvolvimento? A economia política do programa bolsa família. *Dados*, vol.52, n.1; p. 53-83.

- KERSTENETZKY, Celia Lessa.
(2012). Sobre a "crise" do estado de bem-estar: retração, transformação fáustica ou o quê?. *Dados*, vol.55, n.2; p. 447-485.
- KOHLI, Atul.
(2012). Coping with globalization: Asian versus Latin American strategies of development, 1980-2010. *Rev. Econ. Polit.*, vol.32, n.4; p. 531-556.
- KOHLI, Atul.
(2009). States and Economic Development. *Rev. Econ. Polit.*, vol.29, n.2; p. 212-227.
- KON, Anita.
(2007). Sobre a economia política do desenvolvimento e a contribuição dos serviços. *Rev. Econ. Polit.*, vol.27, n.1; p. 130-146.
- KUGELMAS, Eduardo.
(2007). Revisitando o desenvolvimento. *Rev. bras. Ci. Soc.*, vol.22, n.63; p. 7-10.
- LEITE, Marcia Paula.
(2009). A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. *Rev. bras. Ci. Soc.*, vol.24, n.69; p. 31-51.
- LOUREIRO, Maria Rita; SANTOS, Fabio; GOMIDE, Aalexandre.
(2011). Democracia, arenas decisórias e política econômica no governo Lula. *Rev. bras. Ci. Soc.*, vol.26, n.76; p. 63-76.
- MAGALHAES, João Paulo.
(2006). Nova estratégia de desenvolvimento para o Brasil: um enfoque de longo prazo. *Rev. Econ. Polit.*, vol.26, n.2; p. 86-202.
- MAIO, Marcos; OLIVEIRA, Nemuel; LOPES, Tiago da Costa.
(2013). Donald Pierson e o Projeto do Vale do Rio São Francisco: cientistas sociais em ação na era do desenvolvimento. *Dados*, vol.56, n.2; p. 245-284.
- MARQUES, Rosa Maria.
(2013). Políticas de transferência de renda no Brasil e na Argentina. *Rev. Econ. Polit.*, vol.33, n.2; p. 298-314.
- MARQUES, Rosa Maria; LEITE, Marcel Guedes; MENDES, Aquilas; FERREIRA, Mariana. (2009). Discutindo o papel do Programa Bolsa Família na decisão das eleições presidenciais brasileiras de 2006. *Rev. Econ. Polit.*, vol.29, n.1; p. 114-132.
- MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Aquilas. (2006). O social no governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. *Rev. Econ. Polit.*, vol.26, n.1; p. 58-74.
- MATTEI, Lauro.
(2013). Gênese e agenda do novo desenvolvimentismo brasileiro. *Rev. Econ. Polit.*, vol.33, n.1; p. 41-59.
- MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro Herculano. (2013). Estado e desigualdade de renda no Brasil: fluxos de rendimentos e estratificação social. *Rev. bras. Ci. Soc.*, vol.28, n.83; p. 141-150.
- MELO, Carlos Ranulfo; ANASTASIA, Fátima. (2005). A reforma da previdência em dois tempos. *Dados*, vol.48, n.2; p. 301-332.
- MOLLO, Maria de Lourdes; FONSECA, Pedro Cesar.
(2013). Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. *Rev. Econ. Polit.*, vol.33, n.2; p. 222-239.
- MORAIS, Lecio; SAAD-FILHO, Alfredo. (2011). Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. *Rev. Econ. Polit.*, vol.31, n.4; p. 507-527.
- NAYYAR, Deepak.
(2011). Rethinking macroeconomic policies for development. *Rev. Econ. Polit.*, vol.31, n.3; p. 339-351.
- O'CONNOR, Ernesto.
(2012). Trade with China and strategy in South American recent economic development. *Rev. Econ. Polit.*, vol.32, n.3; p. 513-526.

- PAULILO, Maria Ignez.
(2013). FAO, fome e mulheres rurais. *Dados*, vol.56, n.2; p. 285-310.
- REIS, Bruno Pinheiro.
(2003). O mercado e a norma: o Estado moderno e a intervenção pública na economia. *Rev. bras. Ci. Soc.*, vol.18, n.52; p. 55-80.
- RIBEIRO, Carlos Costa.
(2011). Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil. *Dados*, vol.54, n.1; p. 41-87.
- SANTOS, José Alcides.
(2011). Classe social e desigualdade de saúde no Brasil. *Rev. bras. Ci. Soc.*, vol.26, n.75 ; p. 27-55.
- SANTOS, José Alcides.
(2011). Desigualdade racial de saúde e contexto de classe no Brasil. *Dados*, vol.54, n.1; p. 05-40.
- SCHNEIDER, Sergio.
(2010). Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. *Rev. Econ. Polit.*, vol.30, n.3; p. 511-531.
- SILVA, Luis Marcos; MATTOS, Fernando.
(2009). Welfare State e emprego em saúde nos países avançados desde o Pós-Segunda Guerra Mundial. *Rev. Econ. Polit.*, vol.29, n.3; p. 135-152.
- SISCU, João; PAULA, Luis; MICHEL, Renalt.
(2007). Por que novo-desenvolvimentismo?. *Rev. Econ. Polit.*, vol.27, n.4; p. 507-524.
- SUZIGAN, Wilson; FURTADO, João.
(2012). TEN theses on new developmentalism. *Rev. Econ. Polit.* , vol.32, n.2; p. 336-338.
- (2006). Política industrial e desenvolvimento. *Rev. Econ. Polit.*, vol.26, n.2; p. 163-185.
- TORRES, Daniela Almeida; RESENDE, Marco.
(2013). Causação circular do crescimento das economias em desenvolvimento: uma ponte entre as abordagens evolucionária e pós-keynesiana. *Rev. Econ. Polit.*, vol.33, n.2; p. 240-259.
- Outras referências**
- BIROLI, Flavia; MANTOVANI, Denise.
(2010). Disputas, ajustes e acomodações na produção da agenda eleitoral: a cobertura jornalística ao Programa Bolsa Família e as eleições de 2006. *Opinião Pública*, vol.16, no.1; p.90-116.
- BOSCHI, Renato.
(2010). Estado Desenvolvimentista no Brasil: continuidades e incertidumbres. *Ponto de Vista*, nº 2, s.p.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos.
(2004). Propostas de desenvolvimento para o Brasil. *Revista de Economia Política*, v.24, n.4.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos.
(2011). Do Antigo ao Novo Desenvolvimentismo na América Latina. In: OCAMPO, J. A; ROSS, J. (orgs.). *Handbook of Latin America Economics*. London: Oxford University Press.
- CASTRO, Henrique Carlos O.; WALTER, Maria Inez; SANTANA, Cora Maria; STEPHANOU, Michelle Conceição.
(2009). Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. *Opinião Pública*, vol.15, n.2, p. 333-355.
- DELGADO, Lucilia.
(1989). *PTB: do getulismo ao reformismo radical. (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero.
- DINIZ, Eli.
(1996). O Estado Novo: Estrutura de Poder e Relação de Classes. In: Boris Fausto; (org.), *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano (III)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- FONSECA, Pedro Cesar et al.
(2013). O Brasil na Era Lula: Retorno ao Desenvolvimentismo?. *Nova Economia*, Belo Horizonte, 23 (2), p. 403-428, maio/ago.
- FURTADO, Celso.
(1961). *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

- FURTADO, Celso.
(1964 [1959]). *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- FURTADO, Celso.
(1956). *Uma economia dependente*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação.
- KERBAUY, Maria Tereza.
(2011). Os programas de transferência de renda e o voto regional nas eleições presidenciais de 2010. *Opinião Pública*. vol.17, n.2; p. 477-492.
- KERSTENETZKY, Celia Lessa.
(2000). Desigualdade e pobreza: lições de Sen. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 15, v.2, p. 113-122.
- LICIO, Elaine; RENNO, Lucio; CASTRO, Henrique.
(2009). Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido. *Opinião Pública*, vol.15, n.1; p. 31-54.
- MAGALHÃES, João Paulo de Almeida.
(2005). *Nova Estratégia de desenvolvimento para o Brasil: um enfoque de longo prazo*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.
- MORAES, Wallace dos Santos de.
(2009). Estado, Capital e Trabalho no Contexto Pós-Neoliberal na América Latina – Algumas Hipóteses de Pesquisa. In: *Ponto de Vista*, n.1, Rio de Janeiro: IUPERJ.
- NUNES, Edson.
(2003). *A gramática política do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.
- PETINELLI, Viviane.
(2011). As Conferências Públicas Nacionais e a formação da agenda de políticas públicas do Governo Federal (2003-2010). *Opinião Pública*, vol.17, n.1; p. 228-250.
- SEN, Amartya.
(2001). *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record.
- (1999). *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SINGER, André.
(2012). *Os sentidos do lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Sites consultados

Dados – Revista de Ciências Sociais. Disponível em: <www.scielo.br/dados>. Acesso em 31 de maio de 2014.

Revista Brasileira de Ciências Sociais. Disponível em: <www.scielo.br/rbcsoc>. Acesso em 31 de maio de 2014.

Revista de Economia Política. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/>>. Acesso em 31 de maio de 2014.

Revista de Economia Política. Disponível em: <www.scielo.br/rep>. Acesso em 31 de maio de 2014.

Recebido em
junho de 2015

Aprovado em
julho de 2016

As UPPs na prática: *novo cerco* às favelas?¹

Daniel Soares Rumbelsperger Rodrigues*

Resumo

O trabalho realiza uma etnografia da dinâmica de relações que se desenvolve em torno da organização de “festas” e “eventos” nos espaços públicos de uma favela “pacificada” da zona norte da Cidade do Rio de Janeiro, onde tive uma experiência de trabalho (nos anos de 2012 e 2013) pelo programa UPP Social e na qual realizo trabalho de campo no âmbito do meu curso de doutorado em Sociologia. Através daquela etnografia, o trabalho procura desenvolver a ideia de que a presença cotidiana da polícia em territórios com os quais, antes, mantinha outro tipo de relação acaba por gerar um *novo cerco* (parafraseando MACHADO DA SILVA *et al.*, 2008) aos moradores das favelas, que se converteram em objeto daquela nova “política de segurança pública”, numa inversão do discurso oficial que a entende como o agente fundamental de um novíssimo ciclo virtuoso de “integração” da cidade.

Palavras-chave

UPPs. Novo cerco. Organização de “eventos”.

Abstract

The work conducts an ethnography of the relationship dynamic which develops around the organization of “parties” and “events” in the public spaces of a “pacified” favela in the north area of Rio de Janeiro, where I had a work experience (during 2012 and 2013) through the Social PPU program and where I conduct a field work regarding my doctorate course in Sociology. Through this ethnography, the work intends to develop the idea that the daily police presence in areas where, before, there was a different relationship, ends up creating a *new siege* (paraphrasing MACHADO DA SILVA *et al.*, 2008) for the favela residents which converted into an object of that new “public safety policy”, in an inversion of the official

¹ Agradeço profundamente aos dois pareceristas anônimos da revista pelos comentários, críticas e sugestões em função dos quais o texto foi retificado/reelaborado em diversos pontos. A responsabilidade pelas eventuais inconsistências, desnecessário dizer, é do autor.

* Daniel Soares Rumbelsperger Rodrigues é Doutorando pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). E-mail: danielsoaresrrodrigues@gmail.com.

speech which understands it as the fundamental agent of a brand new virtuous cycle of the city's "integration".

Keywords

PPUs. New siege. Organization of "events".

Introdução

Apesar de sua enxuta normatização legal, o "experimento das UPPs" vem se projetando na arena pública (fluminense e nacional) como um inovador modelo de segurança pública: hoje, são 38 instaladas no Estado do Rio de Janeiro (apenas uma encontra-se fora da sua capital), e a previsão oficial já foi a de se chegar a 40 unidades policiais até o fim de 2014². Ao longo de sua expansão, um discurso vem se tornando hegemônico, cujas difusão e propagação encontramos – grosso modo – nos grandes meios de comunicação, na legislação que a ele se refere e nos pronunciamentos de seus porta-vozes oficiais. De acordo com essa (espécie de) ideologia dominante, a força policial é o carro-chefe da "integração" da cidade, num movimento (virtuoso e inexorável) de absorção, por parte do "asfalto" ou das instituições da "cidade formal", de amplas parcelas do solo urbano historicamente marcados pela violência e definidos pela ausência³. Nesta retórica, assume protagonismo, por um lado, a promessa de expansão (qualitativa e quantitativa) de serviços públicos e privados nas áreas faveladas e de "desenvolvimento

² Sigo, aqui, a sugestão de Rodrigues e Siqueira (2012: 13) de que as UPPs conformam menos uma "política de segurança pública" que um "experimento", dado o caráter pragmático e circunstancial pelo qual foram se espraiando pela cidade – do que a baixa regulação jurídica e institucional de sua atuação é um sinal inequívoco.

³ O decreto n° 42.787, de 06 de janeiro de 2011 (norma legal do executivo estadual que dispõe mais diretamente sobre as UPPs), no seu inciso III, art. 2º, fala em "*reintegração da comunidade à sociedade democrática*". O sítio eletrônico oficial das UPPs afirma ainda, por sua vez, que "*a atuação da polícia pacificadora, pautada pelo diálogo e pelo respeito à cultura e às características de cada comunidade, aumenta a interlocução e favorece o surgimento de lideranças comunitárias*" (cf. http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp; último acesso em 1º de junho de 2014).

social e econômico de comunidades”⁴ antes “degradados” do ponto de vista urbanístico e social; e, por outro, uma fala que, estimulando a “formalização” e expansão de negócios e empreendimentos comerciais, expressa vivamente o “empreendedorismo como ideologia” (DIAS; WETZEL, 2010) ou, dito de outro modo, o “par empregabilidade/empreendedorismo” como estratégia de “convencimento ideológico” (MACHADO DA SILVA, 2002) no contexto de gestação e difusão de um “novo espírito do capitalismo” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Tomando esse discurso dominante como pano de fundo e contraponto, o artigo tem como objeto de reflexão uma circunstância política específica da favela na qual, atualmente, realizo um estudo de caso (de cunho etnográfico) para fins de construção de uma tese no curso de doutoramento em sociologia; trata-se, aqui, de buscar compreender como se constitui a teia de inter-relações em torno da organização e realização de “festas” e “eventos” na Quadra do Largo, localizada num espaço central da favela Horizonte, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro⁵. A partir de trabalho de campo e entrevistas em profundidade⁶, o artigo identifica e discute as disputas que se desenrolam entre força policial e tráfico de drogas

⁴ Cf. http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp. Em alguns casos, que não analisaremos aqui, o processo de “pacificação” leva à gentrificação das áreas afetadas. O termo remete ao texto seminal de Ruth Glass (London: aspects of change, de 1964) e paulatinamente dominou grande parte dos estudos urbanos que tratam de processos de transformação urbana que envolvem certo tipo de “exclusão social”. Para uma construção positiva da gentrificação como “renovação urbana”, ver série do jornal “O Globo” (<http://oglobo.globo.com/infograficos/gentrificacao-cidade-em-transe/> - último acesso em 1º/06/14); para uma crítica da gentrificação enquanto ideologia e uma reconstrução do seu histórico enquanto fenômeno urbano, ver Smith (2012); para uma alternativa teórica, ver Pereira (2014). Para uma tentativa de análise da gentrificação a partir da favela Santa Marta, ver Ost e Fleury (2013) e Fleury (2012). Embora a “gentrificação” não tenha sido o objetivo declarado do experimento das UPPs, um de seus efeitos, em determinados locais da cidade, tem sido este. Para um relato jornalístico a partir da favela do Vidigal. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/vidigal-passa-por-febre-de-expansao-imobiliaria-4953902>. Acesso em 19 de outubro de 2015.

⁵ Com o intuito de preservação das identidades, os nomes da favela, de seus habitantes e de seus espaços são todos fictícios.

⁶ A experiência de trabalho que tive na Gestão Territorial do programa UPP Social (sediado no Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos – IPP) de fevereiro de 2012 a julho de 2013, tendo determinado minha entrada no campo, foi de fundamental importância para a construção de reflexão. No entanto, a despeito da relevância da discussão metodológica acerca do meu “lugar no campo”, deixo-a de lado em função da natural limitação de espaço a que tem de se submeter esta exposição.

no que tange à regulação do espaço público, problematiza a legislação que sustenta a atuação da UPP na temática particular da organização “eventos” e analisa as relações que, quanto a isso, se estabelecem no rés de chão da favela. Consciente das limitações que um “estudo de caso”⁷ tem quanto às suas possibilidades de generalização, a exposição sugere que, numa inversão do discurso oficial em torno das UPPs, a presença continuada da polícia em localidades onde antes atuava apenas por meio de incursões pontuais vem gerando um *novo cerco* (parafraçando MACHADO DA SILVA *et al.*, 2008) às favelas e a seus moradores.

A Localidade de Pesquisa: Notas Introdutórias

A favela Horizonte localiza-se num morro de alta declividade e integra o perímetro de atuação da UPP H (inaugurada no início do primeiro semestre de 2011), que abrange ainda outras cinco áreas de favela reconhecidas pelo SABREN (Sistema de Assentamentos de Baixa Renda), do IPP, de onde tiramos os dados aqui utilizados⁸. Essa favela é a mais populosa das abrangidas pela UPP H (abriga, oficialmente, cerca de 2.500 pessoas, embora as estimativas da rede de instituições locais defendam o número de 10 mil habitantes), concentrando (em termos relativos) a atenção de agências do poder público prestadoras de serviços e contando com uma teia associativa interna mais ampla e complexa. A própria sede da UPP H (que consiste apenas de um conjunto de 4 contêineres e não de uma estrutura de dois ou mais andares, como ocorre em outras UPPs) localiza-se na favela Horizonte, em um de seus locais mais centrais: ao lado da Quadra do Largo (localizada

⁷ Sem entrar em mais detalhes acerca do alcance (e do significado implicado na ideia) de um “estudo de caso” (para uma análise, conferir a coletânea organizada por Ragin e Becker [2009]), gostaria apenas de indicar que utilizo o termo “caso” na mesma acepção defendida por Van Velsen (2010) e Gluckman (1980). Aqui, os “casos” são entendidos como eventos sociais conexos e inter-relacionados que se desenrolam ao longo do tempo entre (aproximadamente) as mesmas pessoas e (primordialmente) no interior de uma mesma área geográfica. Nesta perspectiva, os “casos” são apresentados no seu contexto social mais amplo – sem se prestar apenas pontualmente a estratégias mais apressadas de generalização empírica.

⁸ Cf. <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/sabren/>; último acesso em 1º/06/14. São as definições do Sabren que, de fato, informam a territorialização utilizada pelo projeto das UPPs.

logo no início da mais utilizada via de acesso ao interior da favela)⁹. A favela Horizonte ainda se destaca das demais (abarcadas pela UPP H) por possuir uma Associação de Moradores relativamente bem estruturada em termos de infraestrutura física e material¹⁰ e uma quantidade relativamente grande de “projetos sociais” e grupos organizados internamente, como os (cerca de 4) “bondes” (o termo é local) e grupos de jovens (de diferentes denominações) que organizam festas e “eventos” em diferentes espaços da favela (dentre eles a Quadra do Largo), atuando, pois, como produtores culturais locais¹¹. O termo “evento” é localmente utilizado para designar festas produzidas por atores locais (individuais ou coletivos), que geralmente (mas, não exclusivamente) ocorrem na Quadra do Largo e podem ou não contar com “atrações” externas (usualmente, bandas e grupos de pagode de variado

⁹ Desde o dia 13 de abril de 2014, quando houve um grande evento de lançamento do início das obras de construção da sede da UPP local (com a presença do prefeito Eduardo Paes e do governador do Estado Luiz Fernando Pezão, além de outros políticos profissionais), os contêineres não estão mais exatamente ao lado da Quadra do Largo (espaço das obras), mas amontoados em frente à creche local, que é também próxima dessa Quadra.

¹⁰ De acordo com (as três) entrevistas que realizei com a atual presidente (que chamaremos de Tamara), com o ex-presidente (que chamaremos de Fernando) e com a ex-vice-presidente (e atual “coordenadora local” de um “projeto social” de Reciclagem) da Associação de Moradores, que chamaremos de Anna, o prédio em que essa associação funciona foi sendo construído aos poucos ao longo dos anos. Hoje, dispõe de 17 amplas salas que são tanto utilizadas para a gestão da associação propriamente dita quanto alugadas para projetos sociais (do “terceiro setor” ou do próprio poder público) ou para atividades comerciais (como padaria, armazém, restaurante etc.).

¹¹ Além do referido projeto social de Reciclagem (que ocupa uma das salas do prédio da associação de moradores e é financiado pelo instituto social de uma multinacional do ramo alimentício), estão sediados na favela Horizonte um coletivo (que chamaremos de “Coletivo Juventude”, que também ocupa uma daquelas 17 salas) cujo fundador (que chamaremos de Cristian) desenvolve diversos “projetos sociais” (da revitalização de áreas e praças públicas até atividades de dança e informática etc.) desde o início dos anos 2000, uma ONG voltada para ações de sustentabilidade e meio-ambiente (que chamaremos de ONG Florescer), um Grupo de Dança e um coletivo que se pretende de apoio e de aglutinação dos moradores de favela da região (cujo fundador, Fernando, foi presidente da Associação de Moradores por dois mandatos), um coletivo (que chamaremos de Grupo Prev., o qual abriga igualmente aquele projeto de Reciclagem) voltado para ações de prevenção de doenças e promoção da saúde, um Clube dos Homens (grupo de cerca de 20 homens que é responsável pela gestão do espaço de um amplo campo de futebol localizado na parte mais alta da favela), dentre outras iniciativas governamentais (como o projeto Sesi Cidadania, a AgeRio etc.). São as pessoas mais protagonistas destes grupos e que, de diferentes modos, reivindicam para si o papel e o lugar de (e são parcial ou amplamente reconhecidas como) “lideranças comunitárias” que entendemos como agentes de uma “rede local” ou “teia associativa local”.

sucesso no cenário fluminense e nacional). E que ocorrem no período noturno, adentrando pela madrugada. Já as demais áreas de favela que fazem parte do perímetro da UPP H ou não têm Associações de Moradores ou as têm há muito pouco tempo, de modo que os setores organizados da favela Horizonte pouco dialogam com aquelas demais áreas.

Ademais, cabe destacar que a favela Horizonte, mesmo após a “pacificação”, na fala de diversos interlocutores meus, é dividida em duas partes pelo comércio de drogas local, também ele dividido (embora parte da mesma facção criminosa). Nessa fala, as partes superior e inferior da favela têm dois “donos” distintos, conformando uma espécie de divisão de mercado e de território. A Quadra do Largo encontra-se na parte inferior, em que se tem o acesso principal à favela. Praticamente todos com os quais já pude conversar sobre esse tópico sabem os nomes dos “donos” de ambas as partes e de quem (embora já presos) partem as regras que devem ali ser por eles seguidas.

A Dinâmica da Organização de “Eventos”

A disputa em torno do papel da polícia

No início de setembro de 2013, foi anunciada uma série de mudanças de comando nas UPPs: das 34 então existentes, 25 tiveram seus comandantes trocados. Tratou-se de uma “dança das cadeiras” (já que nenhum policial foi excluído do – ou adicionado ao – rol de comandantes de UPPs) que, na realidade, refletia as mudanças, ocorridas um mês antes, tanto no comando da Polícia Militar quanto no cargo de coordenador da Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP)¹². Ainda no início daquele mês, eu chego à favela

¹² Com a troca de comando da Polícia Militar (em 06/08/2013, o coronel José Luís Castro Menezes assume o comando em substituição ao coronel Erir Ribeiro), assume a CPP o coronel Paulo Frederico Borges Caldas (até então coordenador de Comunicação Social da PM), em substituição ao coronel Paulo Henrique (ex-comandante do BOPE). O Jornal “O Dia” noticia, em 08/08/2013, que a mudança de direção na CPP obedece ao perfil do novo comandante da Polícia Militar: “Tanto nas conversas reservadas como na escolha dos homens que passam a integrar a cúpula da instituição, o coronel José Luís Castro de Menezes dá sinais de que deseja menos músculo e mais bate-papo. Quer a população como parceira tanto para denunciar os criminosos como no planejamento do policiamento”. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-08-08/coronel-frederico-caldas-assume-comando-das-upps.html>. Acesso em 01 de junho de 2014).

Horizonte para participar de reunião (ou “Café Comunitário”, em termos locais) de apresentação formal do novo comandante da UPP H; a reunião foi divulgada pela presidente (Tamara) da Associação de Moradores e ocorreu numa das salas de sua sede. A própria chamada do Café¹³ já indica um ponto de pauta importante para a coletividade local, qual seja, a questão da organização de “eventos a serem realizados na comunidade.”

Tratava-se da primeira troca de comando pela qual passava a UPP H desde sua inauguração, o que alimentou, dado alguns entraves e gargalos que alguns moradores e lideranças locais identificavam na interlocução com o antigo comandante, esperanças quanto à possibilidade de mudanças nessa relação – sobretudo, mas não exclusivamente, no que tange à delimitação de regras para a organização de eventos no espaço da Quadra do Largo (mas não só lá). Participaram da reunião cerca de 25 pessoas (entre policiais, produtores locais, moradores, lideranças, comerciantes e representantes de agências do poder público municipal, como a Comlurb e a UPP Social) dispostas em cadeiras organizadas na forma de um retângulo, obedecendo ao formato mais geral da sala.

No momento inicial de rodada de apresentações (protagonizado por Tamara¹⁴), o capitão afirma que “tô aqui para escutar as demandas, pra ver o que a gente pode fazer para melhorar a vida na comunidade”. Nisso, ele aponta para um gato e um cachorro que dividiam com os demais o espaço da sala e declara: “o ser humano é racional, enquanto o animal não. E se o gato e o cachorro estão convivendo em paz, por que nós também não podemos?”¹⁵

¹³ O cartaz de divulgação anunciava: “**Associação de Moradores da Favela Horizonte CONVIDA para Café da Manhã Coletivo do Complexo da Favela Horizonte. PAUTA:** Apresentação do novo Comandante da UPP, a todas as lideranças e representantes dessas comunidades. Iremos conhecê-lo, e nos fazer conhecer. É importante para futuros episódios ou *eventos a serem realizados na Comunidade*” (os grifos em itálico são meus).

¹⁴ Tamara tem pouco mais de 50 anos e é presidente da Associação de Moradores desde 2008. Antes disso, participou de outras gestões como secretária da Associação. Atua em diferentes frentes de trabalho enquanto presidente da Associação (como, mas não só, na interlocução com agências do poder público) e divide seu tempo com costureira (tendo montado um ateliê em sua casa) e como “cuidadora” (sem carteira assinada e por três noites semanais) de uma rica senhora do bairro em que se localiza a favela Horizonte. Esta senhora tem inclusive um histórico de “ajudar a favela”, concedendo, até hoje, determinada quantidade de cestas básicas para Associação distribuir entre os moradores.

¹⁵ A analogia com o mundo animal, na fala do capitão e, depois, de outras lideranças ali presentes, expressa a ideia da necessidade, em termos locais, de uma “mudança de paradigmas” na relação entre moradores de favela e policiais neste novo momento de “pacificação”. Esse

Pouco depois, o capitão faz uma longa fala sobre o que chama de “questão dos eventos”; diz ele que “os próprios capitães das UPPs levaram ao Secretário a reivindicação de revogação da resolução zero treze. Eu gosto de funk, mas tem a lei. Tem que rever porque se você leva à risca, não tem evento nenhum”. Ele fala do caso do incêndio em Santa Maria¹⁶ e do quanto ficou “ainda mais difícil liberar a realização de eventos”. Afirma que os capitães levaram o caso ao Secretário porque, se eles liberam com a atual legislação em vigor e ocorre algum acidente, eles é que têm de responder legalmente; diante disso, diz ele, “o que eu faço? O mínimo possível para dividir responsabilidades”. Diz ele que, para a realização de eventos, exige apenas o “nada opor” da prefeitura e do corpo de bombeiros e um documento, a ser enviado à UPP, discorrendo sobre o local e número previsto de pessoas no evento – e que os pedidos têm todos de vir através da Associação de Moradores. Afirma o capitão que a resolução ainda está em vigor e que mesmo assim ele está sendo “flexível”, mesmo podendo estar incorrendo em “omissão”: “tô cobrando o mínimo, pode baixar a lei no Google... Fora isso, eu não vou autorizar nenhum tipo de evento. Mas, não sou um ditador. Podemos conversar sobre alternativas, mas dentro da lei.” A presidente da Associação de Moradores e um produtor local (que chamaremos de Beto¹⁷, integrante de um dos bondes locais, o “Bonde X”) afirmam que estavam tentando percorrer esse mesmo caminho burocrático quando da gestão do capitão anterior, mas que sempre esbarravam na dificuldade de conseguir uma autorização do corpo de bombeiros. Quanto a isto, o capitão diz que irá “tentar mediar o

discurso da necessidade de um corte com relação ao passado para se construir uma nova relação assentada em outras bases foi proferido em diversos momentos da reunião por algumas figuras-chave daquela interação, dentre elas o próprio capitão. Uma liderança local (Cristian), por exemplo, após esta fala do capitão que recorre àquela analogia, complementa: “aproveitando a fala sobre a racionalidade, eu enfatizo a necessidade da construção dessa relação de confiança. Que essa confiança vá a cada momento sendo solidificada. Que cada um esteja de fato aberto para essa relação”. Para uma interpretação destas falas a partir da ótica do “perdão”, ver Siqueira e Rodrigues (2012; p.29-37).

¹⁶ O capitão refere-se ao incêndio, que gerou comoção nacional, ocorrido em 27 de janeiro de 2013 na boate Kiss, em Santa Maria/RS; o incêndio provocou a morte de 242 pessoas. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/tragedia-incendio-boate-santa-maria-entenda/platb/>. Acesso em 01 de junho de 2014.

¹⁷ Beto tem cerca de 30 anos e trabalha na favela, dirigindo ali uma barbearia. Ele não é nascido na favela Horizonte, mas se orgulha, “mesmo tendo uma história meio triste”, de ter ali se estabelecido profissional e residencialmente.

conflito”; que vai se apresentar ao comandante do destacamento da área para “entrar nesse meio de campo, nesse circuito”. E que “se eu ver que tá sendo intransigente, eu vou autorizar mesmo assim”. Em face da indagação da presidente acerca do horário permitido para a realização dos eventos, o capitão afirma que “não vou autorizar eventos para venda de entorpecentes!” Ele diz que na UPP por ele anteriormente comandada “ocorria muito isso, de pessoas irem pedir para realizar eventos onde eu fazia 90% das apreensões de drogas”¹⁸. Tamara retoma a questão do horário e sugere que seja liberada a realização dos eventos até as 04h, ao que o capitão diz: “vamos fazer três horas? Até pra gente ver como vai ser, é a primeira...”. Aqui, Tales, filho de Tamara e integrante de um grupo local produtor de eventos musicais (que chamaremos de “Grupo B”¹⁹), além de agente local da AgeRio²⁰, diz que, no último evento que realizou na favela, o antigo capitão autorizou até as 2h com prorrogação até as 4h. O capitão Reginaldo, aqui, diz: “pode ser então, mas três e meia já vai tocando a expulsadeira! E nada de senta na cabecinha também, nada disso!” Quanto a isto (ao tipo de música a ser escutada), Reginaldo diz que “o que me preocupa não é o problema da apologia, até porque está no código penal, mas o que não está tipificado no código penal e que a gente não pode permitir. A mulher conquistou seu espaço, desde a revolução industrial, em mil oitocentos e trinta e cinco, e

¹⁸ Sobre este ponto, ele afirma, em outro momento da reunião, que “assim como eu apuro desvio de conduta [dos policiais], eu vou apurar também as responsabilidades dos moradores. Vou botar gente infiltrada nas festas, filmando. Eu já fiz dois cursos de inteligência e já coordenei serviços de inteligência da P.M. Eu estou avisando como eu vou proceder. Quem fizer o que estiver fora do acordado, não vai ficar legal. Essa vai ser minha proposta. Assim como eu apuro as responsabilidades dos policiais, vou apurar as dos moradores. Porque também tem fofoca. No caso do Amarildo, por exemplo: quem tem a verdade? (...) Eu tenho dois cursos de inteligência. Isso vai ser estartado por mim e por um serviço de inteligência que atua secretamente, que já atuou ontem, que está atuando agora. O bar ou o evento pode ser um estica, e isso vai ser filmado, fotografado, para que as providências sejam tomadas”.

¹⁹ O Grupo B é um coletivo recente, fundado em 2012 por jovens da favela, diferentemente do Bonde X.

²⁰ A AgeRio (Agência Estadual de Fomento) é uma instituição financeira do governo do Estado que apoia iniciativas e projetos econômicos e repassa linhas de crédito do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento); organizou, em fins de 2013, o “Prêmio Empreendedor da Comunidade”, em que “premiou os 13 negócios financiados pelo seu Programa de Microcrédito que mais se destacaram ao longo do ano dentro das comunidades pacificadas do Rio de Janeiro”. Disponível em: <http://www.sidneyrezende.com/noticia/221073+premio+empreendedor+da+comunidade+vidigal+leva+a+melhor>. Acesso em 01 de junho de 2014). Para mais informações, disponível em: <http://www.agerio.com.br>.

não podemos permitir o funk que produz a banalização da mulher.” Além disso, o capitão enfatiza que o pedido de autorização deve ser enviado à Associação de Moradores (para ser entregue à UPP) com no mínimo 30 dias de antecedência da realização do evento.

Depois dessa reunião, tive várias conversas com Beto a respeito da festa que o Bonde X estava organizando para o início de novembro e pude acompanhar sua movimentação na tentativa de conseguir a autorização da UPP. Tendo um papel de destaque na interlocução com a UPP e com a Associação de Moradores para fins de “liberação do evento”, Beto afirmou em diversos momentos que o formato geral acordado na reunião destacada estava sendo colocado em prática. Diz que o organizador do evento tem de passar para Tamara os “dados do evento” (quem organiza, qual a expectativa de público e o horário de início, tendo de terminar às 4h), para que ela possa encaminhá-los à UPP, que, de posse desse documento, concede um “nada opor” e especifica quais documentos são ainda necessários para a autorização final do evento. Estes consistem de um “nada opor” da prefeitura (“da subprefeitura na verdade”, diz ele), um do corpo de bombeiros e outro da polícia civil. Ele diz que “o problema é os bombeiros”, já que eles estabelecem condições impossíveis de serem preenchidas; sendo assim, Beto afirma que o capitão acabou se “responsabilizando pelo evento”, caso “algo saia errado”, e que “o problema todo é a resolução zero treze”.

Em termos jurídicos, contudo, a “resolução zero treze” consiste de um ato do Secretário de Estado de Segurança, que regulamenta o decreto estadual nº 39.355, de 24 de maio de 2006, o qual “dispõe sobre a atuação conjunta dos órgãos de segurança pública na realização de eventos artísticos, sociais e desportivos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências”²¹. Esse decreto (e aquela resolução “zero treze”²², que o regulamenta), ao lado do decreto estadual nº 16.695, de 12 de julho de 1991 e da resolução (que o regulamenta) de nº 278, de 21 de dezembro de 2004 da Secretaria de Estado da Defesa Civil (SEDEC²³), constituem os pilares da legislação fluminense

²¹ Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/meu-rio-production/Decreto+Estadual+39355.2006.pdf> . Acesso em 01 de junho de 2014.

²² Resolução SESEG nº 013, de 23 de janeiro de 2007. Disponível em: <https://drive.google.com/folderview?id=0B6Sch343QE8bRVVWMUlvjcdSWkk&usp=sharing>. Acesso em 01 de junho de 2014.

²³ Disponível em: <http://www.dgdp.cbmerj.rj.gov.br/documentos/arquivos/Resolucao278.pdf>. Acesso em 01 de junho de 2014.

voltada para a execução de eventos públicos. Tecnicamente, decretos são atos realizados pelo chefe do poder executivo (municipal, estadual ou federal) com vistas à execução do que já está previsto em lei; resoluções, por sua vez, são feitas pelos secretários (municipais, estaduais ou federais) nomeados pelos chefes do executivo com vistas à regulamentação dos decretos, dando os termos da sua implementação concreta. O (formalmente) estranho, aqui, consiste no fato de que o decreto de 2006 não faz referência a nenhuma lei que ele se destina a regulamentar – conforme mostra parecer da Fundação Getúlio Vargas (Direito Rio) sobre o tema (MONCAU, 2011; p.03)²⁴; mas é possível traçar o histórico do decreto a partir das normas a ele anteriores.

Como mostram Moncau e Pimentel (2013; p.03), o decreto nº 39.355/2006 remonta ao decreto nº 3.074, de 05 de março de 1980, que, em seus próprios termos, atribui à Secretaria de Segurança Pública as atividades de controle e fiscalização das diversões públicas “como forma de assegurar o respeito aos bons costumes e à manutenção da ordem e da tranquilidade públicas, através a (sic) e efetiva observância das prescrições legais e regulamentares atinentes à Censura Federal”. Essa norma legal faz uma remissão a outra (de 1968, quando a cidade do Rio de Janeiro era ainda Estado da Guanabara) e foi substituída pelo decreto 16.695 de 12 de julho de 1991, o qual “transferiu à Secretaria de Estado da Defesa Civil as atividades de controle e fiscalização das casas de diversões”²⁵. Esse decreto foi regulamentado pela resolução SEDEC nº 111 de 09 de fevereiro de 1993²⁶, a qual, por sua vez,

²⁴ O parecer, fruto de uma parceria entre a FGV Direito Rio e a APAFUNK (Associação de Profissionais e Amigos do Funk), foi apresentado em abril de 2011 numa audiência pública da ALERJ destinada à discussão acerca da necessidade de modificação da resolução SESEG nº 013; a audiência reuniu comandantes da PM e representantes da Secretaria de Segurança, da Secretaria de Cultura, do Circo Voador, da FGV e da APAFUNK e foi palco de um consenso entre estes atores acerca daquela necessidade. Mas, após esse encontro, mesmo com o encaminhamento de formação de um grupo de trabalho para formular um novo texto para a resolução 013, nem um passo foi dado nesta direção. Disponível: http://www.marcelofreixo.com.br/site/noticias_do.php?codigo=295. Acesso em 01 de junho de 2014. Uma versão mais elaborada do parecer pode ser encontrada em Moncau e Pimentel, 2013.

²⁵ Disponível em: http://dgst.cbmerj.rj.gov.br/documentos/Decreto%20N_%2016.695,%20de%2012%20de%20Julho%20de%201991.pdf. Acesso em 01 de junho de 2014.

²⁶ Disponível em: http://www.defesacivil.rj.gov.br/documentos/coscip/Resolucao_SEDEC_Nr_111_de_09fev93_Define_o_Orgao_proprio_para_a_fiscalizacao_dos_estabelecimentos_de_diversoes_publicas.pdf. Acesso em 01 de junho de 2014.

deu lugar à já mencionada resolução SEDEC nº 278/2004²⁷. No entanto, o decreto 16.695/91, referindo-se apenas às atribuições da Secretaria de Estado da Defesa Civil, ressalta, em seu artigo 2º, que “não se incluem, nas atividades a que se refere o presente decreto, aquelas definidas em lei como de competência das Polícias Estaduais Civil e Militar”. O decreto 39.355/06 (regulamentado pela resolução SESEG nº 013) vem preencher essa lacuna, preceituando sobre os deveres dessas polícias no que concerne à temática geral do que estamos chamando de “organização de eventos”.

Há várias inconsistências especificamente jurídicas, exaustivamente exploradas em Moncau (2011) e em Moncau e Pimentel (2013) nessa legislação (nesses dois decretos e suas respectivas resoluções regulamentadoras), das quais destacamos apenas três. Em primeiro lugar, a legislação prevê ampla discricionariedade aos agentes públicos responsáveis pela sua aplicação, permitindo (por utilizar, também, terminologia pouco precisa) que ajam de acordo com critérios subjetivos e pessoais (ao sabor das circunstâncias) e, assim, dispensem tratamentos distintos a diferentes grupos ou indivíduos (o que fere o princípio da *igualdade perante a lei*, pilar do Estado de direito – Bobbio [2000: 39-41] – e abre espaço para práticas de corrupção – no sentido específico de Ribeiro [2001])²⁸. Em segundo lugar, a legislação ataca a garantia da presunção de inocência (inciso LVII do artigo 5º de nossa CF)²⁹

²⁷ Moncau (2011) e Moncau e Pimentel (2013), cujas exposições são, de resto, bastante elucidativas, equivocam-se, contudo, ao afirmarem que a resolução SEDEC 278/2004 vem regulamentar o decreto nº 39.355/2006; não bastasse a resolução ser anterior ao decreto, ela refere-se expressamente, no seu art. 1º, ao decreto nº 16.695/1991.

²⁸ A título de exemplo, podemos destacar o artigo 3º da resolução SEDEC nº 278/04, o qual afirma que “além das normas constantes nesta Resolução, o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro poderá determinar outras medidas que, a seu critério, julgar convenientes à manutenção da ordem, da proteção civil, do respeito à sociedade e aos *bons costumes* a serem adotadas, antes, durante e/ ou após os eventos”; ou, ainda, o parágrafo único do art. 2º da resolução SESEG nº 013/07, que determina que “considerando a natureza e o tipo do evento a ser realizado, poderão as autoridades indicadas nesta Resolução exigirem, motivadamente, outros requisitos que visem à prevenção da incolumidade das pessoas e do patrimônio e a repressão às atividades criminosas. De igual modo, poderão as autoridades indicadas nesta Resolução, suprirem, motivadamente, determinados requisitos considerando o grau mínimo de risco à segurança pública e a natureza do evento artístico, social e/ou desportivo de pequena ou média monta em homenagem ao princípio da proporcionalidade” (o grifo em itálico é meu).

²⁹ Por exemplo, o inciso primeiro do art. 6º da resolução SEDEC nº 278/2004 determina, como documento necessário para a autorização por parte do Corpo de Bombeiros, que os promotores do evento satisfaçam a seguinte exigência: “I - atestação do “nada a opor” da Delegacia de Polícia da área, informando quanto: a) a idoneidade e os antecedentes dos responsáveis; e b) se o local esta sob suspeita policial, inclusive, relativo a finalidade do negócio”. Já a resolução SESEG nº 013/07, no seu art. 2º, exige (para a autorização junto à Polícia Civil) um “cadastro para verificação da qualificação, idoneidade e antecedentes criminais dos promotores do evento e dos responsáveis legais pelo estabelecimento ou local onde o mesmo se realizará”.

e, por fim, age em flagrante desproporcionalidade ao não distinguir eventos de grande e pequeno portes, do que é expressão a ampliação do escopo de atuação do Estado determinada pelo decreto 39.355/06, que não se refere meramente (como os a ele anteriores) à fiscalização de casas de diversões, mas dispõe, antes, sobre a autorização para a realização de quaisquer eventos artísticos, sociais e desportivos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Além disso, a resolução “zero treze” privilegia, no seu texto legal, a normatização de megaeventos, indicando no inciso I do seu art. 2º, como exemplos de locais fechados, “a Apoteose, o Maracanã, Parques de Exposição, outros Estádios de Futebol, o Riocentro etc.” e, como ilustrações de locais ao ar livre, o “Aterro do Flamengo, a Quinta da Boa Vista, a Orla Marítima etc.” Assim procedendo, a legislação exige dos organizadores de eventos de menor porte uma enorme e grandiosa série de requisitos legais para que consigam as devidas autorizações dos órgãos competentes, exigências para as quais, por definição, não estão preparados.

Essas desproporcionalidade e discricionariiedade têm os mais variados efeitos, como a opção do “empreendedor” pela “informalidade” (MONCAU; PIMENTEL, 2013; p.71), práticas de corrupção e abusos de poder por parte de agentes públicos, a pulverização do poder de decisão em várias instâncias da administração pública (o que eleva exponencialmente os custos burocráticos da realização de um evento e reduz os incentivos para sua realização dentro da lei) e a perseguição, por parte desses agentes, de determinadas manifestações e eventos socialmente estigmatizados, como os bailes funk³⁰, o que é prenhe de efeitos para a economia (e para as possibilidades de lazer) das favelas “pacificadas” – objeto desta comunicação. Variados são os relatos do quanto a proibição dos bailes funk pelo poder policial em favelas com UPP impactou a economia local, levando à falência diversos salões de beleza, bares e biroskas³¹.

³⁰ Os efeitos da resolução “zero treze” nos bailes e profissionais do funk jogou papel fundamental no processo que deu origem, em 2008, ao APAFUNK (Associação dos Profissionais e Amigos do Funk); a associação publicou inclusive os seus “07 motivos para ser contra a resolução 013” (Disponível em: <https://drive.google.com/folderview?id=0B6Seh343QE8bRVVWMUlvjdSWk&usp=sharing> – último acesso em 1º/06/14) e foi ator central na aprovação da lei 5.543, de 22 de setembro de 2009, que define o funk como movimento cultural e musical de caráter popular. Disponível em: <http://www.apafunk.org.br/leis.html>.

³¹ Na favela da Rocinha, por exemplo, uma cabeleireira, forçada a mudar de negócio com a chegada da UPP, afirma: “a UPP acabou com a chapinha”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2013/03/1238983-apos-chegada-da-upp-a-rocinha-bailes-e-saloes-de-beleza-dao-lugar-a-curso-de-ioga.shtml>. Acesso em 01 de junho de 2014. Ver também: <http://extra.globo.com/noticias/economia/comercio-da-rocinha-se-reinventa-apos-saida-do-traffic-7477514.html>. Acesso em 01 de junho de 2014.

Em agosto de 2013, no entanto, na esteira das chamadas “jornadas de junho”, diversos meios de comunicação anunciaram que “o governador Sérgio Cabral decidiu revogar a resolução 013”³² e uma “nota à imprensa sobre a resolução 013” foi divulgada em 14 de agosto de 2013 no site da Subsecretaria de Comunicação Social do Governo do Rio de Janeiro, em que se destaca que um grupo de trabalho estabelecerá as normas jurídicas necessárias para a revogação da resolução “zero treze”³³. No entanto, até a hora em que escrevo, nenhuma proposta foi concluída; quando contatada, “a assessoria de imprensa da Secretaria de Segurança do Estado confirmou que a resolução 013, na ausência de outra regulamentação, continua vigorando”³⁴ e, embora o tema seja objeto de disputa, todo o aparato normativo aqui analisado continua em vigor (e é mobilizado no caso, por nós aqui analisado, da favela Horizonte).

E é tal aparato que ampara (e informa) as performances, em reuniões como a que destacamos, dos capitães de UPPs nos lugares em que se colocam nas dinâmicas políticas locais. Assim, sentem-se à vontade para permitir ou suspender e cancelar quaisquer eventos ou reuniões (em espaços públicos ou privados) nas favelas que estejam no perímetro de atuação de suas respectivas unidades, determinando os horários possíveis, as músicas que podem ser ouvidas e os dias em que as pessoas podem reunir-se publicamente – tudo isso por meio de um procedimento que embaralha o legal e o ilegal (TELLES, 2010) e concede à força policial ampla margem de liberdade para agir por meio de julgamentos e avaliações particulares fortemente influenciados pelos “preconceitos associados à estigmatização das favelas e de seus moradores” (LEITE, 2012; p.380). O capitão Reginaldo, por exemplo, pressupondo o desconhecimento do público acerca do texto legal, vincula a resolução “zero treze” à proibição do funk: “Eu gosto de funk, mas tem a lei”³⁵. Noutro

³² Cf. <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/08/cabral-anuncia-fim-de-resolucao-que-impedia-baile-funk-em-favelas-do-rio.html>; <http://sospoliciaismilitares.blogspot.com.br/2013/08/cabral-suspende-resolucao-que-permitia.html>; <http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&langref=PT&cod=77095>. Acesso em 01 de junho de 2014.

³³ Cf. <http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=1715979>. Acesso em 01 de junho de 2014.

³⁴ A informação encontra-se em <http://www.vivafavela.com.br/reportagem/funk-aguarda-legisla%C3%A7%C3%A3o-sobre-bailes>. Acesso em 01 de junho de 2014.

³⁵ Discutindo a experiência da UPP Borel, Carvalho (2013; p.301) cita parte da entrevista que seu capitão lhe concedeu, o que mostra que lá também o funk é objeto de tratamento diferenciado. Na entrevista, o capitão afirma que “as festas podem ser realizadas mediante um ofício. O que está mesmo proibido é o funk”.

momento, o capitão, mesmo sabendo-se ao largo da lei, arremata que o que o preocupa (no que tange ao gênero musical praticado nos eventos) é “o que não está tipificado no código penal e que a gente não pode permitir”. E dado o enorme leque de requisitos a serem preenchidos para que o evento ocorra “dentro da lei” (lembrando sempre que ela mesma prevê que as autoridades competentes podem suprimir exigências elencadas ou adicionar novas), algo que incorre em flagrante desproporcionalidade que vai contra os objetivos legais (cf. MONCAU, 2011; p.11), todos sabem, inclusive o capitão, que “tem que rever porque se você leva à risca, não tem evento nenhum”; e ciente de que a estrutura normativa ali acionada lhe delega amplos poderes no que concerne à temática ali discutida, o capitão afirma, não sem contradição: “não sou um ditador. Podemos conversar sobre alternativas, mas dentro da lei”; ora, se a lei está tão claramente a favor do seu arbítrio, quaisquer “alternativas dentro da lei” reforçam o seu lugar (assimétrico) de poder. Com a norma legal tal qual, o capitão “lava as suas mãos”, dizendo-se obrigado a segui-la, já que em caso de algum incidente é ele “quem responde”, mas não tão à risca para não “impedir o divertimento da comunidade”, fazendo, pois, uma espécie de sacrifício pessoal (tendo inclusive levado, junto com seus colegas, ao Secretário de Segurança o “pedido de revogação da lei”) para o bem de todos³⁶: “tô cobrando o mínimo, pode baixar a lei no Google... Fora isso, eu não vou autorizar nenhum tipo de evento.” Reforçando ainda mais aquele seu lugar de poder, o capitão coloca a Associação de Moradores como instância hierárquica inferior à UPP para fins de encaminhamento de pedidos de autorização de eventos e, nesse movimento singular de agir simultaneamente em nome e ao arrepio da lei, atua como mediador político-administrativo na medida em que se coloca como ator disposto a fazer “o meio de campo” com o Corpo de Bombeiros para fins de autorização, por parte deste, dos eventos a serem realizados – mas, caso o comandante dos bombeiros seja “intransigente”, ele, o capitão, irá “autorizar assim mesmo”³⁷.

³⁶ Numa outra reunião para discutir especificamente “a questão dos eventos”, um sargento afirma que a UPP continuaria “deixando os eventos ocorrerem”, mas que isso “não é fraqueza! A gente não quer que vocês não tenham nada pra fazer na comunidade” (voltaremos a essa reunião na sequência).

³⁷ Machado da Silva (2010) já apontava para o risco de *policialização* da atividade político-administrativa nas áreas de favela com UPPs, seja no que concerne à intensa regulação do cotidiano e do espaço público que a própria ocupação militar permanente propicia seja no que se refere à posição da polícia como mediadora entre favelados (lideranças e moradores) e representantes do poder público e de iniciativas do terceiro setor e de empresas privadas. Quanto a isso, ver também Fabeni *et al.* (2013).

Por fim, a despeito de o discurso público e oficial acerca do significado das UPPs enfatizar que seu objetivo essencial não é o de atacar o comércio do varejo de drogas ilícitas, mas erradicar o controle territorial armado por parte de facções criminosas³⁸, o capitão posiciona-se ostensiva e aguerridamente no que concerne àquele comércio: “não vou autorizar eventos para venda de entorpecentes!” Ou: “vou botar gente infiltrada nas festas, filmando. Eu já fiz dois cursos de inteligência e já coordenei serviços de inteligência da P.M.”

Numa terça-feira do início de dezembro de 2013, ao chegar à favela Horizonte para participar de evento de inauguração de uma horta na creche municipal sediada dentro dos seus limites, tomo conhecimento de um “estresse” (nas palavras de Tamara) ocorrido no sábado, mas que estava mobilizando fortemente meus interlocutores ainda naquela manhã. Descubro que, no fim da tarde de sábado, Joca³⁹ e Edmílson⁴⁰ dirigiram-se à sede da UPP a fim de, numa conversa diretamente com o capitão, solicitar a extensão do horário de término do evento que ocorreria na noite/madrugada daquele dia – o evento organizado por Joca contava com a participação de um grupo de pagode amplamente conhecido na cidade. Joca chama Edmílson, seu amigo, para ir com ele fazer a solicitação ao capitão. A ida de Edmílson não foi aleatória, do ponto de vista de Joca; gozando de algum prestígio na cena política local (como veremos), ele confere maior credibilidade à interlocução que seria realizada. É ele que me conta que, pelo fato de uma festa (ocorrida em meados de novembro) de um dos bondes locais (o Bonde X) ter passado do horário estabelecido na reunião de apresentação do comandante (acabando pouco depois das 05h), o capitão, em contrapartida, adiantou o horário de término das 04h para as 03h, o que deixou Joca em

³⁸ Essa concepção está implícita na própria proposta das UPPs e pode ser apreendida, inclusive, em falas públicas do atual dirigente da Secretaria de Estado de Segurança (SESEG), José Mariano Beltrame: “Não podemos garantir o fim do tráfico de drogas, nem temos essa pretensão (...). O que queremos é quebrar o paradigma do território controlado por traficantes com armas de guerra” (Entrevista dada ao *The Guardian* em 12 de abril de 2010).

³⁹ Joca é um jovem (morador) de cerca de 25 anos que, trabalhando fora da favela (num emprego em que é uma espécie de auxiliar de escritório), é um dos que organiza, na Quadra do Largo, eventos festivos. Ele o faz, no entanto, de maneira mais “independente”, sem participar diretamente de nenhum dos bondes organizados na favela voltados para a promoção de festas e eventos.

⁴⁰ Edmílson, como ainda veremos, é uma figura relevante no cenário político local. Trabalha em uma série de projetos desenvolvidos na favela (em reuniões públicas, por exemplo, diz participar de “90% das iniciativas da comunidade” e que é uma “liderança comunitária”) e, como ficará claro, circula por diversos espaços e grupos dali.

maus lençóis, posto que havia agendado um evento mais ousado, com uma famosa banda de pagode. Daí ele ter ido com Joca ao encontro do capitão, na esperança de uma flexibilização do horário. Acontece que, a caminho da UPP, Santos (um dos integrantes do Clube dos Homens) se aproxima dos dois, dizendo que faz questão de os acompanhar. Já na sede da UPP, diante da recusa do capitão, Santos “se exalta”, “desacatando-o” ao chamá-lo de “inflexível”. Alcoolizado (“não sabe beber, bebe leite!”, me disse Tamara), Santos entrou num bate-boca com o capitão e este, em face do ocorrido, cancelou os eventos posteriores. Permitiu que o daquele dia fosse realizado, mas cancelou os outros já agendados para datas posteriores. No dia seguinte, sei pela Tamara que o capitão marcou uma reunião com as lideranças para discutir o ocorrido no fim de semana. No fim da tarde de 12 de dezembro de 2013, quando estou indo embora depois de passar o dia na favela Horizonte, ao me despedir de Edmilson e falar que o veria no dia seguinte, no “Café Comunitário”, ele me diz que “não é Café Comunitário... é uma reunião a pedido do capitão com as lideranças...”

Mesmo não sendo “liderança”, lá estava eu no dia combinado, uma sexta-feira, às 09h. A reunião ocorre na mesma sala daquela que já observamos (obedecendo à mesma disposição das cadeiras e da mesa de café), e Tamara faz a fala de abertura; nesse início, os presentes formam um grupo de 13 (treze) pessoas. Ela agradece a presença de todos, diz que outras duas lideranças não puderam estar presentes e que a reunião estava ocorrendo “a pedido do capitão”. Este faz a fala subsequente, destacando que aquela reunião tinha por objetivo resgatar “o que ficou pendente da última reunião e resolver, para iniciar 2014 bem”. Tamara diz que “não é puxando o saco, não”, mas “do ponto de vista da Associação, depois que mudou a gestão da UPP, deu uma melhorada boa”. Ela falou que essa melhora se vê “na forma da abordagem, na postura”. E que “só tenho a elogiar”. O assunto principal da reunião não é logo tratado diretamente, o que, sem dúvida, revela uma dificuldade das pessoas em lidar com a situação sentida como algo “embaraçosa” (MARTINS, 2008). Edmilson “resolve” a questão ao dizer que quer “mudar de alhos pra bugalhos” e que “queria falar sobre o último evento”. Diz ele que “infelizmente houve um ruído de comunicação”, em que “uma pessoa que não participa das reuniões usou um argumento que não devia ter sido usado, que não tinha nada a ver”. Diz que essa pessoa, quando foi à sede da UPP junto com e Joca, “não especificou o que falaria”. Edmilson, fazendo assim um *mea culpa*, exortou: “vamos selecionar melhor as pessoas que tem que ir lá!”. Edmilson lamenta que tudo isso seja “muito

chato, muito triste”, que ele já foi, inclusive, falar com o capitão no contêiner antes dessa reunião, mas aproveita pra reforçar esse ponto em público. O capitão, na sequência, diz que “essa reunião surgiu para tratar desse assunto” e deu o exemplo dele com “os policia dele”; que se ele leva os policiais com ele e estes fazem algo de errado, ele se responsabiliza. Diz que “precisamos protocolar isso para não acontecer mais... Pra gente não regredir”. E reforça o “protocolo”: os pedidos de “nada opor” para realização de eventos têm de ser feitos única e exclusivamente via Associação de Moradores. E diz que, na ausência da Associação, esta tem de indicar duas pessoas para substituí-la (que terão o poder e a autorização de dialogar com a UPP sobre a “questão dos eventos”). Tamara diz que tem um nome já, que é o Edmílson, e que a outra pessoa não está ali, mas que ela já tem um nome, confirmando com a pessoa, ela fala com o capitão⁴¹. Momentos depois, após o capitão ressaltar que “a gente teve também um problema de som alto” e que “outras comunidades querem fazer eventos e não podem” (de modo que os moradores dali têm é que agradecer, que ele se propõe a, por conta própria, flexibilizar a legislação e permitir a realização dos eventos), ouvimos ele afirmar enfaticamente que “os eventos ocorrem porque *eu deixo*. E o verbo é esse: deixar!” Ele afirma que deixa, já que existe a resolução “zero treze” e que, embora haja um movimento para flexibilizá-la, ainda está em vigor: “e se eu deixo, eu decido a hora que termina”. Diz que já é o segundo problema que ocorre e que, “no terceiro, eu vou cortar todos os eventos, porque só ocorrem porque eu deixo”. Ele afirma, relativamente ao caso que originou a reunião, que “a pessoa” que foi à sede da UPP e agiu da maneira exposta por Edmílson “estava alcoolizada e quiçá de outras drogas afins”. E arremata: “não achincalhem a minha corporação! Porque eu amo a minha corporação! É uma instituição pública. Se estiver alcoolizado, não venha falar!” Ele disse que “quase teve que prender a pessoa por desacato”. Explicando o passo a passo dos acontecimentos que levaram ao problema, o capitão diz que “foram tentar estender o horário” e ele não podia fazê-lo por causa da comunicação à CPP. Diz que, indo o ofício informando à CPP o tipo e os dados do evento (que inclui horário de encerramento) “não tem volta... porque eu quero deixar claro que eu estou deixando!”

O capitão ainda fala mais um pouco, agora sobre assuntos outros que não o da “organização de eventos”, e os presentes seguem esse fluxo. A certa altura,

⁴¹ A pessoa que posteriormente ela indica é o seu filho, Tales.

Denis, ex-marido de Tamara (com quem tem o filho Tales), comerciante autônomo (trabalhando fora dos limites geográficos da favela), antigo morador da favela e figura presente em algumas reuniões públicas (sendo acessado pelo projeto de Reciclagem acima destacado como “parceiro” e colaborador importante), pede a palavra por ter “um conselho para dar aos garotos dos bondes que estão aqui”. A fim de reivindicar legitimidade à sua fala, diz que já trabalhou no exército, nas forças armadas, foi segurança em vários lugares e que participou de muitos bailes; afirma que tem “experiência no assunto”. Diz, então, que uma boa estratégia para conseguir acabar com os eventos no horário combinado e manter os “ânimos acalmados” é a de, durante o evento, os organizadores fazerem falas sobre o horário de término e solicitar a compreensão dos presentes, exortando-os a se “comportarem bem” para que outros eventos possam “ocorrer legal” etc. “Quem organiza tem que fazer estes informes”, segundo ele. Essa fala de Denis, que “aconselha” acerca de uma estratégia de disciplinarização dos presentes, faz o assunto dos eventos retornar com toda força. O sargento da UPP presente, que passou a reunião de pé ao lado do capitão, o qual permaneceu sentado todo o tempo, se manifesta dizendo que “eu quero tocar num ponto que o capitão esqueceu. Deu problema com o Joca porque ele foi pedir para estender o horário. E para estender um horário previamente acordado em reunião”⁴²; aqui, o sargento referia-se a uma reunião ocorrida entre ele (representando a UPP) e o Joca – não aquela acima analisada. No que o sargento fala no nome do Joca, este aparece na sala e se junta aos presentes. O capitão, nesse momento, completa afirmando que “e eu nem vou entrar no mérito de que o espaço da quadra é público e que não pode cobrar ingresso... eu espero que isto não esteja acontecendo”. Todos ficam meio atônitos, se olham... quase todos os eventos que ocorrem na Quadra contam com cobrança de ingresso.

⁴² Esse sargento, que chamaremos de Robson, na reunião do dia 19/09, em que ele não compareceu, foi chamado por alguns presentes (inclusive pela presidente Tamara e pelo capitão Reginaldo) de “sargento Fofote”. A brincadeira indicava que ele era uma pessoa “doce” e “fofa”, o que colava não apenas com sua imagem física de pessoa acima de peso e de estatura mediana, mas também com características de personalidade mais relacionadas à dimensão do diálogo, da interlocução, da cordialidade e da condescendência. Talvez por saber disso, o sargento Robson fez um movimento de distanciamento através da tentativa de transparecer aos presentes, por meio de diversas formas de expressão, que era uma pessoa de autoridade e, portanto, com poder. Sua atitude foi claramente a de alguém preocupado em manter-se à altura da dignidade que projetava para si mesmo, esforçando-se em fixar uma imagem de autoridade que precisa (por definição) do respaldo dos “outros” da interação (cf. GASTALDO, 2008).

Ao dizer isso, o capitão toca num ponto fundamental de toda a estruturação da já frágil e delicada (do ponto de vista das inter-relações de poder tecidas ao seu redor, tendo em vista sua viabilização) “questão dos eventos”. Anna⁴³ diz: “Mas, é um espaço público abandonado...” Robson arremata: “o problema aqui é que, quando der um problema, eles vão alegar isso [que se cobrou ingresso num espaço público]...”. E o capitão aproveita para lembrar: “eu estou deixando!”. Joca, Denis e outro rapaz fazem falas no sentido de justificar a cobrança de ingresso por conta da necessidade de manutenção do espaço. O capitão diz que “eu estou deixando. Eu chamei a reunião para não ter que acabar com os eventos. Mas, vocês estão me conduzindo a isso”. Todavia, o capitão não fez essa intervenção em resposta ao fato da necessidade incontornável, na fala dos presentes, da cobrança de ingresso; seu intento era o de reforçar uma vez mais que estava “deixando” os eventos ocorrerem apesar dos “vacilos” que os produtores estavam cometendo: “(...) vai cobrar, mas não quero ter problema. O problema não é esse. É o som, é tentar resolver questões de evento sem passar pela Associação. É o horário... Não tá legal!”

Numa relação extremamente paternal (cf. CANO *et al.*, 2011; p.156-7 e 181), o capitão figura como alguém que tem o poder de impor sanções com vistas à disciplinarização de *alguns* para o bem de *todos*. Num movimento de fazer dos próprios moradores (lideranças e produtores) os vigilantes da norma por ele estipulada (quanto a horários, estilo musical etc.) – o que foi sugerido pelo próprio Denis –, muitas falas são feitas no sentido de fundamentar que (nas palavras de Tamara) “se tem problema de horário num evento, isso prejudica o outro”; quer dizer, os próprios produtores precisam se fiscalizar uns aos outros no que tange ao respeito aos horários e ao protocolo de liberação, por parte da UPP, dos eventos, porque “se

⁴³ De origem nordestina, Anna mora na favela desde meados da década de 1980, se constituindo, desde então, como “liderança local”. Já foi vice-presidente da associação de moradores por dois mandatos e tem uma vigorosa atuação política local, dialogando com instituições do poder público que atendem à favela, ONGs e empresas privadas (num típico trabalho de mediação política com instituições e atores supralocais). Desde fins daquela década, é coordenadora de um grupo voltado para ações de prevenção de doenças e promoção da saúde (o Grupo Prev.); Anna tem cerca de 40 anos e atua hoje em dia primordialmente na coordenação de um projeto de reciclagem (pelo qual recebe um ordenado) financiado por uma multinacional do ramo alimentício e alocado institucionalmente sob o guarda-chuva de uma ONG parceira do Grupo Prev. desde seus inícios e voltada também para a área da saúde.

dá problema com um, todos os outros ficam prejudicados”. Assim é que, num cálculo racional (operado numa situação de evidente desigualdade de forças) que tem por efeito a obediência à (e não o questionamento da) regra formulada pela UPP (na figura do seu capitão) no que concerne à regulação do uso do espaço público, os moradores atuam como sujeitos do seu próprio controle. A força policial adota, pois, a estratégia de terceirizar para os próprios indivíduos aos quais suas normas são aplicadas o serviço de fiscalização do seu cumprimento – tudo sob o pano de fundo da possibilidade de punição, mas também de promoção e favorecimento por “bom comportamento”⁴⁴. Como efeito desse estado de coisas, como não poderia deixar de ser, a UPP (de acordo com o relatado a mim por Edmilson e Tamara⁴⁵) dispensa tratamentos diferenciados de acordo com a pessoa ou bonde que venha a fazer o pedido de autorização para a utilização do espaço da quadra – numa perfeita “gestão diferencial das ilegalidades” (FOUCAULT, 2007; p.227)⁴⁶. No mesmo movimento de ação arbitrária (porque amplamente à margem de regulação formal) que recorre a padrões morais e preconceitos relacionados ao modo de ser *favelado* (LEITE, 2012), o capitão lembra a todos que liberou os eventos, “mas, agora, vinte e quatro e vinte e cinco [de dezembro] é sem evento... Nesses dias, é com a família!” Todos concordam, anuindo com a cabeça. E Tamara, endossando a fala anterior de Denis, ao mesmo tempo em que “pede” ao capitão que permita a extensão do horário de término dos eventos, chama a atenção pra si: “eu queria falar agora... É que há uma tradição de se arrumar para o baile à meia-noite, uma hora... Agora, a Associação tá com vocês e tá querendo ajudar...” Denis interrompe: “tem que reeducar!” Tamara continua, tomando como interlocutor, agora, também o capitão: “então, eu queria ver, capitão... se pode voltar para o horário das quatro horas, mas desde que cumpra!” Depois de várias conversas paralelas sobre o tema, Robson assume a fala e diz que

⁴⁴ Discriminando as características básicas da disciplina (ou do poder disciplinar), Machado (1979: XVIII) nos ensina que, em Foucault, este tipo específico de poder tem na vigilância um dos seus principais instrumentos de controle, atuando como um “olhar invisível (...) que deve impregnar quem é vigiado de tal modo que este adquira de si mesmo a visão de quem o olha”. Ainda que em outro contexto, a citação não podia ilustrar melhor a situação por nós aqui debatida.

⁴⁵ Numa conversa, a que faço referência mais adiante, entre nós entabulada no início de janeiro de 2014, eles afirmaram que o Bonde X, por exemplo, por ter feito uma festa que ultrapassou o horário estipulado pela UPP, não teria mais seus pedidos de autorização aceitos pelo capitão.

⁴⁶ Retomaremos este ponto ao final.

“sobre o horário, vocês não podem confundir a maleabilidade da gente com fraqueza. Eu vou até caguetar aqui o capitão, que ele olhou aqui pra mim e deixou para eu decidir essa questão do horário. O horário é até as quatro horas... Mas, prestem atenção: isso não é fraqueza! A gente não quer que vocês não tenham nada pra fazer na comunidade. Outras comunidades não têm, vocês têm, têm que valorizar. No primeiro problema, a comunidade vai ficar sem evento. A responsabilidade de fiscalizar é também de vocês.” Robson fala que os produtores precisam “entrar em contato entre vocês para sanar problemas porque, dando problema para um, os outros também pagam”. Segundo ele, todos podem se ajudar com equipamentos etc. A incitação à corresponsabilização e ajuda mútua é feita sob o pano de fundo explícito da ameaça e, assim, estabelece-se um (frágil e assimétrico) “combinado” acerca de um tema que mobiliza corações e mentes na favela, numa reatualização do *controle negociado* conceituado por Machado da Silva (2002).

O lugar do tráfico

Desde fins de 2008 (quando foi inaugurada a primeira UPP do Estado), várias notícias vieram a público, tanto informando sobre confrontos armados entre policiais e traficantes de drogas quanto denunciando casos de violência policial contra os moradores das favelas “pacificadas” ou, inversamente, ataques dos traficantes contra os policiais lotados nas UPPs⁴⁷. Mas, será apenas no confronto armado que se processa a disputa entre força policial e os integrantes do comércio local de drogas ilícitas? Ou a influência do agente principal da “sociabilidade violenta” (MACHADO DA SILVA, 2008, 2004a, 2004b) se faz sentir de maneira menos esporádica e mais permanente, constante?

Na segunda metade de setembro de 2013, fiquei sabendo, meio por

⁴⁷ Cf. <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,dois-comandantes-de-upps-do-rio-ficam-feridos-durante-confronto-na-rocinha,1131033,0.htm>; <http://extra.globo.com/casos-de-policia/policiais-da-upp-do-sao-carlos-ficam-encurralados-durante-confronto-com-bandidos-10939621.html>; <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/01/tirocio-no-pavao-pavozinho-zona-sul-do-rio-assusta-moradores.html>; <http://oglobo.globo.com/rio/trafico-retoma-pela-primeira-vez-area-em-favela-com-upp-em-comunidade-de-copacabana-10738725>; <http://oglobo.globo.com/rio/grupo-ligado-ao-trafico-ataca-pms-para-desestabilizar-upp-na-rocinha-11853913>; <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/11/pm-e-baleado-em-troca-de-tiros-em-upp-do-morro-da-coroa-no-rio.html>; <http://oglobo.globo.com/rio/policiais-da-upp-da-cidade-de-deus-sao-atacados-pedradas-11009358>. Acessos em 01 de junho de 2014.

acaso, na sala da Associação de Moradores, quando já estava indo embora da favela Horizonte depois de passar quase um dia inteiro por lá, que naquele dia, às 19h30, ocorreria uma reunião. Quando pergunto a Tamara do que se trata, ela diz que era uma reunião marcada pelo “dito cujo” (metáfora para referir-se a um dos chefes do tráfico de drogas local); diz que se trata de uma reunião do “coletivo de eventos” marcada em função das regras colocadas pela UPP, na quinta-feira anterior (por ocasião do “Café Comunitário”, como já vimos), para utilização da Quadra do Largo (mas, não apenas desse espaço em particular, por óbvio) para fins de realização de eventos. No dia seguinte de manhã, ao chegar à sala da Associação de Moradores, me deparo com Tamara e Jéssica (agente do programa Sesi Cidadania que, por vezes, auxilia Tamara no manejo de algumas ferramentas computacionais) elaborando, num programa de computador, um calendário (com os meses restantes de 2013 e todos os de 2014) para reserva (antecipada) da Quadra do Largo para fins de realização de eventos, festas de aniversário e afins, campeonatos de futebol, aulas de capoeira etc. Ao longo do dia, Tamara conta que, para além do encaminhamento de construção de um calendário, discutiu-se sobre a responsabilidade dos produtores de preservar e conservar a Quadra (ajudando em pequenas obras de manutenção e melhoramento do espaço), destinando para isso parte dos recursos financeiros angariados com a realização dos eventos. Tamara não me fala em valores e, em fins de dezembro de 2013, numa conversa com Edmílson e Anna ocorrida numa “festa de natal”, organizada por uma parceria entre o Grupo Prev., a Associação de Moradores e a UPP, fico sabendo que um dos encaminhamentos daquela reunião foi o de que não apenas os produtores deveriam colaborar financeiramente com a manutenção da quadra, mas também alguns comerciantes do entorno da Quadra, que (supostamente) seriam altamente beneficiados com o grande movimento em “dias de eventos”. Edmílson me diz ainda que esses comerciantes (que são, na verdade, apenas dois bares que se situam cada qual em uma entrada da quadra, localizando-se, portanto, nas retas mais curtas de um retângulo imaginário que podemos acessar para ter ideia do formato real da Quadra do Largo) deveriam pagar R\$100,00 em dias de evento “sem atração” e R\$200,00 em dias de evento “com atração”.⁴⁸

⁴⁸ O termo “atração” refere-se a alguma banda ou grupo musical (geralmente de pagode) de variado sucesso regional ou nacional que é contratada por atores locais (individuais ou coletivos) para se apresentar na favela.

No início de janeiro de 2014, quando vou à favela conversar com Tamara sobre a mudança repentina no comando da UPP local⁴⁹, depois de tão pouco tempo de atuação do capitão Reginaldo, descubro outros episódios desse enredo. Logo no início da nossa conversa, na sala da Associação de Moradores, Edmílson chega e, após nos cumprimentarmos, a presidente logo diz que “foi bom você ter aparecido que eu queria falar com você mesmo!” Ela o indaga acerca de uma quantia de dinheiro que seria destinada à manutenção da Quadra. Fico sabendo, então, que um famoso bloco de carnaval da cidade (que chamaremos, aqui, apenas de “Bloco”) entrou em contato com Anna e Edmílson com o intuito de alugar a Quadra do Largo para seus ensaios no período pré-carnaval. Para a reserva da Quadra nas quatro segundas-feiras (das 18h às 22h) em que lá ensaiou⁵⁰, o Bloco desembolsou o valor de R\$2.000,00. A preocupação de Tamara referia-se ao destino que seria dado ao dinheiro, que, para ela, deveria ser investido na reforma dos banheiros do espaço da Quadra. Edmílson reforça a validade dessa sugestão e garante que o dinheiro será aplicado nesse sentido. Nessa interação, fico sabendo que, em meados de dezembro, houve uma outra reunião também organizada a mando do chefe do tráfico de drogas local (a quem Edmílson se refere usualmente pela alcunha de “bigode grosso”⁵¹) para rediscutir a temática da “organização de eventos”. O assunto central, nas falas de Edmílson e Tamara, dizia respeito à contribuição financeira que os produtores (e comerciantes) deveriam destinar para a manutenção da Quadra. Fico sabendo que essa determinação, que desde a reunião de setembro (organizada a mando do tráfico local) estava colocada, vinha sendo sistematicamente transgredida. Segundo Edmílson, os produtores estavam recebendo os valores monetários dos comerciantes do entorno da Quadra e destinando-os para a manutenção desta como se fossem deles próprios. Nessa reunião de meados de dezembro, então, ocorrida a mando do “bigode grosso” para, uma vez mais, reforçar a

⁴⁹ No dia 13 de janeiro, recebo um e-meio de Tamara (em resposta a outro meu) que, dentre outros assuntos, menciona que “já mudou o capitão da Upp, ele chega hoje”.

⁵⁰ Os ensaios ocorreram na última semana de janeiro e nas três primeiras semanas de fevereiro.

⁵¹ O termo é uma referência direta à recente produção musical de MC Marcellly, intitulada exatamente “Bigode Grosso”; na música, o termo “bigode grosso” é uma metáfora para designar um homem que se distingue pela maturidade, pelo poder financeiro e pela sabedoria (derivada da experiência de vida). Na sua primeira estrofe, a MC canta: “Tu tá maluco? respeita o moço / Patente aula, dá aula, bigode grosso...”.

necessidade da contribuição financeira, determinou-se que, além dos bares e dos produtores, também “a moça do cachorro-quente” deveria destinar, para aquela manutenção, o valor de R\$50,00. Em nossa conversa, Edmílson e Tamara explicam que, desde essa reunião, para todo e qualquer evento (para o “aluguel” da Quadra, pois), os produtores deverão desembolsar o valor de R\$200,00, ao passo que os (dois) bares do entorno obrigam-se a contribuir com a quantia de R\$100,00. Nessa conversa, fico sabendo que Edmílson foi designado, nessa mesma reunião, como responsável pela gestão financeira do espaço da Quadra, tendo a atribuição, portanto, de receber aqueles valores e lhes dar o devido destino para fins de manutenção do espaço. Edmílson passa a ter, pois, um lugar de relativo poder e visibilidade na (frágil e tensa) arquitetura de relações a envolver a dinâmica da organização de eventos naquele espaço, o que, aliás, vem se somar ao seu papel de substituto da Associação de Moradores na interlocução com a UPP no que concerne à temática específica dessa organização (como já pudemos ver) e de “gerenciador da Quadra” (o termo é dele), como veremos. Imbuído dessa sua (dupla) função, assumida, de acordo com ele próprio, um pouco a contragosto, Edmílson (nessa mesma conversa de início de janeiro de 2014), numa atitude mais de prudência que de autoridade diante da resistência que estava havendo por parte tanto dos produtores quanto dos comerciantes em pagar o valor imposto pelo chefe do tráfico de drogas da parte inferior da favela, afirma taxativamente que “agora, acabou o jeitinho! As pessoas têm que entender isso!”

O “jeitinho” já se tornou, no Brasil, mais que categoria do senso comum – virou conceito sociológico (DAMATTA,1997)⁵² –, tendo como corolário

⁵² A própria noção de sociabilidade violenta é um caso em que senso comum e conhecimento sociológico estreitam laços. Embora a expressão em si (“sociabilidade violenta”) não esteja tão difundida no tecido social como a ideia do “jeitinho” (que talvez tenha tido sua melhor caracterização sociológica em conexão com o rito oral do “você sabe com quem está falando?” – [DAMATTA, 1997]), Machado da Silva a constrói conferindo relevância quase científica à representação da violência urbana enraizada no senso comum (cf. MACHADO DA SILVA, 2008; p.35-6), mas salientando que se trata de fazer a sua crítica racional e sociológica. Em todo caso, “jeitinho” e “sociabilidade violenta” (ou “violência urbana”, cuja representação “reconhece um padrão específico de sociabilidade, que proponho chamar de sociabilidade violenta” – idem, ibidem: 41) figuram com igual vigor e enraizamento tanto no imaginário do senso comum quanto no conhecimento sociológico especializado, o que aponta para a tese bourdieusiana de que a sociologia (enquanto ciência) constrói (ou conquista) suas proposições *contra* o senso comum (cf. BOURDIEU, 2010; VANDENBERGUE, 2011; RODRIGUES, 2011), isto é, utiliza-se dos termos correntes, mas os submete à crítica e à análise especificamente sociológicas, precisando seus conteúdos a ponto de torná-los, o mais possível, inequívocos.

o adágio: “aos amigos, tudo, aos inimigos, a lei!”. Grosso modo, essa noção e seu corolário designam a prática, supostamente distintiva, de algo como o “modo de ser do brasileiro”, de burlar a normal legal/formal ou aplicá-la seletivamente tendo por objetivo o favorecimento pessoal, o que fere de morte a pretensão universalista e republicana inscrita na própria formulação do aparato jurídico que (formalmente) rege as relações entre os cidadãos. Em DaMatta, o embate entre esses dois códigos de conduta constitui o verdadeiro e profundo dilema sociológico brasileiro. O interessante, aqui, é que a fala de Edmílson, motivada pelo medo da retaliação (por parte também da UPP, mas, principalmente, do tráfico local), assume que a norma geral com força de lei (que tem de ser respeitada enquanto tal) remete não à legislação formal, mas consiste precisamente dos “acordos” (assimetricamente) estabelecidos por duas forças armadas (a UPP e o tráfico de drogas), que convivem no mesmo território e disputam, ali, poder político – o que significa, nesse contexto, o poder de determinar regras de uso do espaço público.

Numa entrevista (de mais de 4 horas de duração) que pude realizar (no início de fevereiro de 2014) com Edmílson, outros aspectos interessantes da nossa temática vêm à tona. Diferentemente do que eu imaginava, Edmílson diz que não foi alçado ao lugar de “gerenciador da Quadra” com o fim específico de gerir a quantia financeira dos envolvidos mais diretamente na organização e realização de eventos. Na sua narrativa, essa sua função aparece interligada ao trabalho (que diz desenvolver) junto à presidente da Associação de Moradores (como uma pessoa próxima, por assim dizer)⁵³. Quando eu o indago sobre o fato de ser “gerente da Quadra”, ele diz que “é... eu acabei assumindo um pouco disso, entendeu? Não deixa de ser uma contribuição pra Associação”. Quando eu pergunto qual foi o processo para ele entrar nesse lugar, Edmílson explica que desde 2011 faz parte de um grupo de homens de idade entre 20 e 35 anos (mais ou menos) que todo domingo de manhã se reúne pra jogar bola na Quadra e que, em face da insatisfação com algumas precariedades do lugar, resolveu se articular com a

⁵³ Este é um assunto que extrapola um pouco os limites deste trabalho, mas Edmílson explica pormenorizadamente o quanto Tamara por vezes recorre a ele para pedir sua opinião sobre determinado assunto (tendo inclusive já o chamado para “trabalhar com ela” na associação) e o quanto ele procura “dar toques” a ela sobre precauções e cautelas que devem permear sua conduta, a fim de prevenir possíveis conflitos e embates com o tráfico de drogas local.

Associação para administrar o espaço através da realização de benfeitorias⁵⁴. Ele e mais dois ou três, então, “porque não é o grupo todo que mete a mão na massa pra fazer”, resolveram mais diretamente botar essa ideia pra frente, o que envolvia tratar do assunto, em primeiro lugar, com a Associação de Moradores: “aí eu vim e falei com a Tamara, ba ba ba, aí eu não sei num primeiro momento o que ela achou, acho que ela achou que eu tava de certa forma pulando ela, neste sentido...” Ele diz que o intuito era o de “administrar aquilo [a Quadra], começar a botar um pouco de rédea naquilo, tava muito solto... E, assim, a Associação não tem perna pra olhar tudo também...” Após um momento de hesitação por parte de Tamara, então, Edmílson, protagonizando esse movimento do “Grupo de Domingo” (“esse grupo não tem nome, a gente só chama de ‘grupo de domingo’, a gente tá há três anos, a gente não conseguiu definir o nome pro nosso grupo...”), assume esse cargo, essa “pasta”: “eu já articulava com a Tamara, mas de assumir uma pasta, porque basicamente eu assumi uma pasta... Basicamente eu assumi uma pasta, dentro disso.” Edmílson me esclarece que não estava presente na reunião do dia 24/09/13, em que o “bigode grosso” determinou a contribuição financeira dos produtores, mas que, na ocorrência em meados de dezembro, também a mando do tráfico, esteve sim presente, quando foi designado (por já ocupar o lugar de “gerenciador” através da sua atuação no Grupo de Domingo) para receber os valores de que falamos. Quando pergunto sobre a “influência do tráfico, do bigode grosso” nessa “questão dos eventos”, tem lugar a seguinte interação entre nós:

Edmílson: Porque tem uma questão de... do uso da Quadra e da história que eu te falei de fazer a Quadra se tornar um espaço melhor. Não tem recurso de lugar nenhum, tem um monte de grupo aqui dentro da comunidade que fazem evento, então o que que foi o proposto [pelo tráfico]? “Olha, vocês fazem o evento e vocês ajudem, deixem uma parte pra quem tá tomando conta da Quadra, não vai pra mão de ninguém...”

Eu: Que é você, no caso...

⁵⁴ Não o indaguei diretamente nesse sentido, mas acredito que não seja por acaso que esse movimento do grupo tentar assumir pra si o papel de administrador da Quadra seja algo que tenha se dado independentemente da “entrada da UPP”. As datas batem (a UPP foi inaugurada no primeiro semestre de 2011) e tudo indica que, sem a Unidade de Polícia, o tráfico de drogas local impunha de maneira mais direta, ampla e incontestada o que poderia e o que não poderia ser feito naquele espaço.

Edmílson: Sou eu, geralmente vai pra minha mão, que até hoje não veio nada!

Edmílson legitima a ideia de que os produtores precisam contribuir para a manutenção do espaço da Quadra (o que condiz com seu lugar de seu “gerenciador”), mas se esforça para destacar (e se convencer de) que a posição dele nesse esquema de cobranças e pagamentos é totalmente neutra, porque esse é um “combinado” forjado numa reunião da qual ele não participou e que absolutamente não é sua obrigação cobrar dos produtores as quantias “acordadas”. Mas, como ele próprio reconhece, sua situação é “delicada”, porque ele não deixa de ser cobrado pelo “bigode grosso” acerca daquela contribuição que, como ele nos esclarece, não vem acontecendo (mesmo depois da segunda reunião ocorrida por determinação do tráfico local).

Edmílson: Na segunda [reunião ocorrida a mando do tráfico], agora, eu tava. Que a gente conversou um pouquinho de valor, dos estresses que deu nas outras e tal. Mas, a primeira [reunião, a do dia 24/09/14], que todo mundo concordou em pagar, ba ba ba, é com o bigode grosso, não é comigo, então, cada um com o seu combinado. Só que é foda, cara. Eu to numa saia justa. Às vezes ele [o “bigode grosso”] me pergunta, “e aí, te entregaram alguma coisa?” Aí eu falo, “não...” Aí esse meu “não” já gera um estresse...

Eu: Posição chata pra você, né?

Edmílson: Nessa reunião eu falei, “cara, eu não tenho que cobrar ninguém, tenho que falar nada com ninguém não. Vocês que têm que chegar e deixar. Vocês têm que aprender a fazer evento com despesa. Isso não é esperar o outro. É despesa, é gasto, é antes de você tirar o lucro; você tem que onerar isso aí na tua planilha de custo”.

Edmílson reclama da falta de organização dos produtores que, ao não honrarem o compromisso de pagar os R\$ 200,00 pelo aluguel da Quadra, acabam deixando ele próprio numa situação extremamente desagradável. Nosso interlocutor tenta se convencer de que sua posição é “neutra”, mas não consegue deixar de se sentir “responsabilizado”, caso alguém se “prejudique”. Mesmo tendo que dizer, quando questionado, que “não recebeu nada” (porque ele também não pode “se prejudicar por causa dos outros”), Edmílson sente-se mal ao fazê-lo – tanto porque esta é uma postura

que pode flertar com a atitude do dedo-duro (do alcaguete), o que coloca ele próprio em risco (material e simbolicamente), quanto porque a informação por ele transmitida pode contribuir para uma possível retaliação violenta por parte dos membros do tráfico local. Para não se sentir “responsável” por algo dessa natureza, convence-se de que o lugar que ocupa é neutro e impessoal.

Edmílson: Mas, não, não... aí tem uns caras que espera vender, aí foi ruim, e fala que foi ruim, “ah, não foi maneiro”, “contigo mesmo, não fui eu que combinei nada, depois se alguém for falar com você, problema é seu e dele, eu não tenho nada a ver com isso”.

Eu: Então, não tá dando muito certo esse combinado de pagar...

Edmílson: Não, porque não tão, não chegaram junto. Mas, até a hora que alguém se prejudicar. Até a hora que alguém ter que ir na UPA⁵⁵, aí vão, vão entender que nariz de porco não é tomada, focinho de porco não é tomada. Então, assim, foi o que eu falei cara, “eu não vou ter responsabilidade sobre isso não. Eu não tenho nada a ver com isso, não combinei nada, vocês que fizeram uma reunião, vocês que combinaram, só falaram que era pra passar o dinheiro pra mim porque sabem que eu sou o cara que tá ajudando a tomar conta da Quadra, agora eu não tive interferência nenhuma nisso, isso é com vocês...”

(...)

Edmílson: É... E aí o clima tá com eles mesmo, eu não quero nem saber, eu já falei: “vocês vão ficar me enrolando, se vier em cima de mim me cobrar qualquer coisa que tenha sido, que era pra ser feito e não foi porque tinha dinheiro, eu vou falar, ‘mas que dinheiro?’” Eu não vou ficar também tomando bola nas costas por causa de ninguém não. Se perguntar: “Deu?” “Não deu!” Do mesmo jeito que eu falo pra ele e não tá comigo, aí, “e cadê? Se deu, tá contigo, cadê o negócio que não aconteceu ali?” Aí eu vou ter que me explicar? ãhn ãhn, cada um segura teu rojão aí, eu não vou me explicar não. Então, se me perguntar, já vou negando, não deu nada.

⁵⁵ As UPAs (Unidades de Pronto Atendimento) são equipamentos públicos de saúde do Governo do Estado; são construídas retoricamente como inovações da gestão de Sérgio Cabral (2007-2014) e contam com 29 unidades atualmente (cf. <http://www.saude.rj.gov.br/upas-24-horas/20257-enderecos-upas-24h-estaduais.html> e <http://www.sergiocabral.com.br/conquistas/marcas-de-gestao-publica/upa-24-horas/>).

A UPP dispensa, a despeito dos “combinados” publicamente assumidos em reuniões abertas do tipo “Café Comunitário”, tratamentos particularizados (num sistema de punição tanto quanto de recompensa) a diferentes pessoas e grupos que a ela recorrem com “pedidos de nada opor”. Nesse sentido, Edmílson afirma que o Grupo B (aquele que tem Tales, filho de Tamara, como um dos membros fundadores) é o grupo “mais beneficiado” (dentre os outros que existem na favela) nesse esquema que tem a UPP como protagonista, mas que “até agora nada...”.

Em diversas conversas que tive com Tales (que ocupa no Grupo B o mesmo lugar de Beto, no Bonde X), ele realmente sempre me disse, a respeito do procedimento burocrático para conseguir a autorização da UPP para as festas do grupo de que faz parte, que “tá muito tranquilo, até porque a gente não toca funk”, que ele apenas tem de passar as informações para sua mãe (Tamara) e não precisa “correr atrás de nenhum nada opor”.

Edmílson, acima, refere-se ao fato de que até então não havia sido a ele direcionado nenhum pagamento pelo uso da Quadra: “e o, e o... já avisou...” Edmílson não diz o nome do “bigode grosso”, expressão de uma espécie de “lei do silêncio” (MACHADO DA SILVA, 2008; p.45) típica da sociabilidade violenta (quebrantada um pouco pela relação de confiança por nós forjada), mas não deixa de compartilhar sua preocupação:

Edmílson: [ele já avisou] mais de uma vez e essa é a minha preocupação, porque daqui a pouco eu vou me sentir responsabilizado por isso. Entendeu? Porque tão brincando com coisa séria, é com eles mesmo, eu não tô preocupado não. Só não quero depois vir ninguém reclamar comigo, ó... eu até falei com... porque o filho aqui costuma botar a cara: “não! ah!, pa!, porque eu que sou o cara que organizo.” Só que eu já falei até com ela: “Fulana, dá uns toques no fulano, não é assim, ele tá muito acelerado... tira o corpo dele da reta, tá botando muito a cara, se você não responde por tudo, você não tem que falar que você responde por tudo, aprende isso... Se não é você que cuida do dinheiro do Grupo B, você não tem que falar que tem dinheiro ou que não tem, você tem que chamar o cara que gerencia o caixa do Grupo B pra dizer se tem ou se não tem...”

Eu: É verdade, tem que se preservar, né?

Edmílson: Mas, a gente fala, aí acha que... então, eu falei, assim: “quer saber? De boa? Tranquilo, mas eu já avisei, se vier me perguntar eu vou falar que não deu, porque eu já dei toque, já

avisei, já pedi”, mas depois eu não quero me sentir culpado dessas parada, mas, porra... os caras parece que é maluco, meu irmão, não sei o que que tem na cabeça!

A entrevista ocorreu na sala (que pertence à Associação de Moradores) em que ocorreram as reuniões de “Café Comunitário” a que fiz referência, que se encontra localizada no andar superior de uma sequência de “puxadinhos” que configuram um amplo espaço dividido em vários ambientes, três dos quais utilizados pela Associação de Moradores como sua sede física propriamente dita. “O filho aqui” é, pois, o filho de Tamara (a “Fulana”), Tales, do Grupo B; a fala é particularmente ilustrativa do dilema que ele vive ocupando o lugar de “gerenciador”, recheado de tensões e acordos muito tênues, sempre construídos sobre a possibilidade de fundo do uso da força física, armada.

Em fins de fevereiro, numa terça-feira, chego à favela Horizonte para participar do “Café Comunitário em comemoração dos três anos desta UPP, que ocorrerá na Quadra do Largo, às 10h”; parte da frase vai entre aspas por ser retirada do *emeio* de divulgação e convite enviado pela própria UPP para sua rede de contatos. Ao fim do *emeio*, que é assinado por uma “soldado de proximidade”, há uma citação bíblica: “bem-aventurados os pacificadores, porque eles serão chamados de filhos de Deus (Mateus, 5; p.9.)”. Deixando de lado o caráter desse convite e dessa reunião, gostaria de destacar a conversa ocorrida entre mim, Tamara e Edmílson, na sala da Associação de Moradores, antes de nos dirigirmos à Quadra para participar da reunião. Num primeiro momento, estávamos conversando apenas eu e Tamara sobre o novo capitão da UPP e as dificuldades que ela vem encontrando por conta dessa mudança de comando. A certa altura do diálogo, chega à sala Edmílson, visivelmente abalado e preocupado, falando para Tamara que o “bigode grosso falou pra caramba na cabeça” dele, falou à beça com ele. Edmílson mostrou-se muito incomodado e preocupado com esse assédio. Fico sabendo, então, que houve um conflito envolvendo o Grupo B e o tráfico de drogas local. De acordo com as falas de Tamara e Edmílson, no sábado anterior, estava marcada, para ocorrer na Quadra do Largo, uma festa do Grupo B que adentraria a madrugada, até as quatro horas da manhã (horário permitido pela UPP). No entanto, outro bonde local (que chamaremos de Bonde N) faria uma festa no mesmo horário na Quadra de uma outra favela contígua à Horizonte, favela integrante tanto do perímetro de atuação da UPP H quanto da área de domínio do chefe do tráfico da parte inferior da favela Horizonte. Em face disso, esse “chefe” exigiu que o Grupo B cancelasse (ou

adiasse) seu evento para não haver concorrência com o Bonde N. Em face da negativa do Grupo em acatar a exigência, o tráfico proibiu que fosse utilizada a Quadra do Largo. Os representantes do Grupo, então, decidiram transferir a festa para uma praça da favela (que chamaremos de Praça do Sal), localizada em sua parte mais alta e, portanto, pertencente à área de atuação do outro “dono do morro”. Segundo Edmílson e Tamara (e outras pessoas com que pude conversar, inclusive moradores da área em que se encontra a Praça do Sal), o evento “bombou”, atraindo um público de cerca de duas mil pessoas e acabando apenas no fim da madrugada. Enquanto Edmílson mostrava-se preocupado pelo fato de Tales ter assumido um certo protagonismo nessa série de acontecimentos, Tamara não expressou apreensão nenhuma. Edmílson completa dizendo que o Grupo B está desde então proibido pelo tráfico local de fazer festas e eventos na Quadra do Largo, e Tamara complementa afirmando que, como a maioria do público (do evento ocorrido no sábado na Praça do Sal) era “usuário”, os “meninos venderam tudo, não sobrou nada”, o que teria incomodado “ainda mais” o chefe do tráfico da parte inferior da favela.

Condições Finais: do *Novo Cerco* às Favelas Cariocas e seus Moradores

Analisando a dinâmica de relações em torno da (in)viabilização da organização de eventos na favela Horizonte, portanto, encontramos os produtores culturais no fogo cruzado de uma disputa velada entre duas ordens sociais incompatíveis entre si no que tange às experiências sociais que as definem. Assim, com duas forças armadas disputando poder *in loco*, i.e., disputando (de maneira discricionária e arbitrária) o poder de estipular regras de utilização do espaço público para fins de reunião coletiva, confraternizações, “eventos” e afins, diferentes grupos e “bondes” são objeto de distintos tratamentos por parte dos representantes daquelas duas ordens sociais. Desse modo, ao mesmo tempo em que o Bonde X (como outros, aliás) tem seus pedidos negados ou dificultados pela UPP – e Joca diz estar “ficando desanimado” de fazer festa na Quadra, porque “a burocracia tá muito grande”, e porque o capitão da UPP cancelou uma festa por ele organizada apenas dois dias antes de sua realização (em função do evento político de inauguração das obras da sede da UPP) –, o Grupo B, que, segundo Edmílson, foi o “grupo mais

beneficiado” pelo esquema inaugurado pela Unidade de Polícia, está, desde os acontecimentos relatados, proibido de realizar suas festas no espaço da Quadra do Largo em função de um conflito direto com o tráfico de drogas da área.

A UPP, portanto, no caso específico aqui analisado, atualiza a seu modo a “gestão diferencial das ilegalidades” (FOUCAULT, 2007) – numa inversão do discurso dominante que a promove como força (armada) do poder público a desbravar e anexar (militarmente) um território inimigo (sob o império de outras leis, regras e costumes) e inaugurar uma miríade de iniciativas capaz de paulatinamente incorporá-lo às instituições da “cidade formal”. Neste sentido, ela pode a todos surpreender ao impor uma sanção (ou uma restrição) insuspeita, tal como na admoestação (que vimos o capitão Reginaldo fazer num “Café Comunitário”), segundo a qual a cobrança de ingressos no espaço público seria inadmissível: “eu espero que vocês não estejam fazendo isso...”. Pode-se dizer que, na pena de Foucault, a noção de “gestão diferencial das ilegalidades” encontra um dos seus significados na ideia do gerenciamento, operado por agentes do poder público (mas, às margens da lei), de práticas e atividades ilegais (na definição da letra da lei). Mas, Foucault está preocupado com a constituição de mecanismos de controle na moderna sociedade burguesa e desenvolve essa noção para designar um circuito (em permanente interação dinâmica) entre delinquência, prisão, justiça penal e polícia com o intuito de mostrar que o suposto “fracasso da prisão” (enquanto instrumento da repressão e diminuição de infrações legalmente definidas e da “recuperação” do detido) oculta o seu sucesso colossal: o de classificar, distribuir e distinguir as ilegalidades para delas isolar, concentrar e especificar (para melhor manejar) a “delinquência”, do que deriva uma série de utilidades e vantagens (econômicas e políticas) do ponto de vista do governo da população. Eu, obviamente, utilizo a noção foucaultiana num sentido infinitamente mais modesto, apostando que ela guarda forte analogia com o caso aqui analisado por expressar vivamente sua faceta protagonizada pela UPP⁵⁶. Na medida em que está prevista legalmente a mais plena discricionariedade à força policial no que tange aos critérios e

⁵⁶ Daí, apesar do alerta de Acosta (2004), eu optar por manter a tradução do termo francês (*illégalisme*) presente na edição brasileira de *Vigiar e Punir* – porque o sentido aqui é mais preciso (ou melhor, circunscrito) e os ilegalismos a que Foucault se refere são mais múltiplos e heterogêneos.

requisitos da realização de “eventos” (o que, do ponto de vista das próprias garantias constitucionais, é ilegal), a UPP, sobretudo, mas não exclusivamente, na figura do seu capitão local, reveste-se de ampla margem de liberdade para dispensar (a seu próprio juízo) tratamentos distintos àqueles que se propõem à tarefa da organização de “eventos” – isto é, reveste-se do poder de gerir seletivamente práticas ilegais, o que tem por efeito constituir (ou contribuir para a constituição de) seu lugar de poder político local e colocá-la na figura de uma espécie de “novo dono do morro”⁵⁷, até porque, para promotores de eventos de pequeno porte, é impossível satisfazer todas as exigências legais que condicionam a autorização dos poderes públicos para a realização de sua atividade. Assim, a força policial pode agir seletivamente (no sentido de BECKER, 2008) e, por isso mesmo, orientada por preconceitos e estigmas historicamente associados aos moradores de favela e aos seus gostos e produções/manifestações culturais – daí o capitão Reginaldo opor-se fortemente ao funk (a que se refere quando afirma “é nada de sentar na cabecinha também, nada disso!” ou “eu gosto de funk, mas tem a lei”), o que acabou por beneficiar o Grupo B, que se enquadra em outro estilo musical.

Acontece que esse novo “dono do morro” não expulsou o anterior, mas com ele convive e rivaliza. A “sociabilidade violenta”, enquanto forma de vida autônoma baseada na constante demonstração da força física como meio de manutenção e como princípio de articulação das práticas que circunscreve, permanece como ordem social capaz de rivalizar com a investida da ordem institucional-legal representada pelo projeto de “pacificação” de determinadas áreas de favela da cidade. Trata-se de uma permanência que se dá com substanciais alterações (dado o fato nada desprezível do declínio da ostentação de armas pelas facções criminosas que atuavam na favela Horizonte, segundo as falas de todos com os que lá já tive contato), mas que é capaz, ainda, de operar uma espécie de disputa pelo poder com a

⁵⁷ Analisando mais genérica e amplamente o impacto das UPPs no Rio de Janeiro, Cano et al. (2011; p.156-7 – grifos do autor) também chegam a utilizar essa expressão ao sugerirem que dois dos riscos das UPPs são, por um lado, o de “o comandante [da UPP] local se tornar o ‘novo dono do morro’, substituindo a figura associada ao crime por uma nova, investida de legalidade, mas igualmente impositiva” e, por outro, o de “o policial adotar uma posição paternal em relação à comunidade, talvez mais benigna do que a do ‘chefe do morro’, mas também autoritária. Esta figura paterna adotaria decisões pelo bem dos moradores, mas concentraria para si um amplo poder regulatório e decisório. De fato, algumas falas de comandantes transmitem a impressão de um pai impaciente com seus filhos, benevolente às vezes e severo outras, sempre disciplinador, alternando prêmios e castigos na tentativa de educar os moradores”.

unidade policial local. Tivemos a oportunidade, aqui, ainda que numa primeira aproximação que carece de maior elaboração teórica e etnográfica, de explorar apenas uma pequena faceta dessa disputa, mas que já nos dá pistas desse *novo cerco* vivido pelos moradores de favelas “pacificadas” no Rio de Janeiro⁵⁸. O conceito típico-ideal de “sociabilidade violenta” é o ponto central da interpretação de Machado da Silva acerca da criminalidade violenta no Brasil urbano; o autor o entende como uma ordem social (ou uma forma de vida) autônoma que tem como agente principal o traficante varejista de drogas e que disputa (desigualmente) o território da cidade com outra ordem social que lhe contradiz de cabo a rabo, a ordem institucional-legal. Esta, fundada no monopólio formal da violência pelo aparelho de Estado, é incompatível com aquela, em que a força bruta (e os equipamentos que a potencializam) ocupa(m) o lugar de seu princípio de coordenação, articulação e manutenção. É fundamental sublinhar (como Machado, em escritos e comunicações pessoais, o faz constantemente) que se trata, aqui, de um conceito *típico-ideal*, o que significa dizer que o conceito de “sociabilidade violenta” descreve um estado de coisas que inexistente (em sua pureza analítica) na realidade, mas que guarda algum grau de aproximação relativamente à experiência empírica na medida em que é construído a partir da “exageração” ou “acentuação” de alguns traços seus. A utilização desse conceito, aqui, portanto, tem de levar em consideração esta nota metodológica, já que nem todos os atributos e caracteres mencionados por Machado como definidores da ordem social da “sociabilidade violenta” podem ser identificados na etnografia neste trabalho exposta. Por exemplo, argumentamos aqui que os agentes portadores dessa ordem social (os traficantes de drogas) formam, ao lado da UPP, as duas forças locais armadas que rivalizam (indiretamente) no estabelecimento de regras de uso do espaço público. Em alguns textos, no entanto, a conceituação de Machado acerca da atuação desses traficantes não

⁵⁸ Outros casos poderiam ser trazidos à baila para discutir esse ponto da constituição de um *novo cerco*, mas me limitei, nesta exposição, apenas à temática da organização e realização de “eventos”. Cumpre destacar, ainda, que o foco de minha análise, aqui, foi dado pelas atividades tanto da UPP quanto do tráfico de drogas no que diz respeito à tentativa de normatizar o uso do espaço público para fins de realizações de “eventos”. E isso através de relatos de moradores, lideranças locais e produtores culturais. A etnografia, por outro lado, não identificou a associação de moradores (enquanto elo fundamental na cadeia burocrática que permite – ou inviabiliza – a organização de eventos) como instância que, a seu modo, beneficia ou prejudica este ou aquele grupo (ou indivíduo) que se propõe a realizar algum tipo de “festa” ou “evento”, o que não deixa de ser logicamente possível.

comporta esse tipo de atitude voltada para a “regulação”, já que Machado chega a afirmar o caráter explosivo, irracional e radicalmente imprevisível daquela atuação, em que a violência (ou a força bruta) é um fim em si mesmo (e não um meio ou instrumento de dominação). No entanto, temos de ter em mente o caráter típico-ideal do conceito, o que permite que ele seja reelaborado ou precisado (continuamente) na medida em que seja cotejado com casos empíricos concretos (não é outra coisa, aliás, que Weber quer dizer quando fala da “eterna juventude” das ciências sociais). Essa etnografia pretendeu esboçar uma contribuição a este debate, sugerindo (ainda que com base no estudo de um caso pontual) que a experiência das UPPs renova (ao invés de eliminar) um cerco vivido pelos moradores de favela da cidade (cerco este já explorado teórica e empiricamente – e de maneira convincente – em Machado da Silva [2008]).

Sem dúvida, o experimento das UPPs tem (em potência, em estado latente) condições de consolidar-se como política pública, de normatizar mais precisa e universalmente a atuação dos diferentes comandos e de investir num diálogo menos assimétrico e mais igualitário com os moradores de favela e suas instituições de atuação e representação, trabalhando no sentido de construir espaços formais de interação (de que os “Cafés Comunitários” podem vir a ser um exemplo) que promovam interlocuções mais autônomas e menos desiguais. Para isso, a legislação precisa ser aperfeiçoada e o poder público tem de consolidar as experiências em curso (reparando erros e fortalecendo os acertos). No início de 2015, tanto o Coronel Pinheiro Neto (Comandante Geral da PMERJ) quanto o Coronel Robson Rodrigues (chefe do Estado Maior da PMERJ) deram declarações no sentido de frear a expansão quantitativa das UPPs em prol de um “freio de arrumação”, o que coloca no horizonte o fortalecimento da experiência da “polícia de proximidade”,⁵⁹ embora seja evidente a ineficiência, neste e noutros sentidos, das autoridades competentes.

⁵⁹ Cf., a este respeito, <http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/rj-governo-quer-100-dam-pm-com-nivel-superior-em-15-anos,edf5b0116ada1ebc9758a3135d61dc15uk2zRCRD.html>. Acesso em 19 de outubro de 2015. E <http://www.upprj.com/index.php/acontece/acontece-selecionado/mudancas-no-patrolhamento-das-upps-do-alemaeo/CPP>. Acesso em 19 de outubro de 2015.

Referências

- ACOSTA, Fernando.
(2004). Ilegalismos privilegiados. *Antropolítica, Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política*, EDUFF, no. 16; p. 65-98.
- BECKER, Howard.
(2008). *Empreendedores morais*, In: *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève.
(2009). *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes.
- BOURDIEU, Pierre.
(2010). *O ofício do sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- BURGOS, Marcelo Baumann *et al.*
(2011). O Efeito UPP na Percepção dos Moradores das Favelas. *Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, nº 11, ago/dez, 2011; p. 49-98.
- CANO, Ignácio *et al.*
(2012). 'Os donos do morro': uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. Fórum Brasileiro de Segurança Pública em cooperação com o Laboratório de Análise da Violência – (LAV-UERJ).
- CARDOSO, Adalberto Moreira.
(2013). *Ensaios de Sociologia do Mercado de Trabalho Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.
- CARDOSO, Adalberto; PRÉTECEILLE, Edmond.
(2008). Rio de Janeiro e São Paulo: cidades duales? Comparación con Paris. *Ciudad y Territorio, Estudios Territoriales*, v. XL; p.617 – 640.
- CARVALHO, Monique Batista.
(2013). A política de pacificação de favelas e as contradições para a produção de uma cidade segura. *O Social em Questão – Ano XVI – nº 29*.
- FABENI, Raquel *et al.*
(2013). Ação coletiva no contexto das UPPs: entre políticas, memórias e resistências. *ANPOCS*. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8705&Itemid=429.
- DAMATTA, Roberto.
(2007). *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah.
(2004). *Anthropology in the margins of the state*. Oxford: School of American Research Press/James Currey.
- DAVIES, Frank Andrew.
(2014). Rituais de “pacificação”: uma análise das reuniões organizadas pelos comandos das UPPs. *Rev. Bras. Segur. Pública*. São Paulo v. 8, n. 1, 2-4; p. 24-48.
- FOUCAULT, Michel.
(2012). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- FLEURY, Sonia. Militarização do social como estratégia de integração – o caso da UPP do Santa Marta. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 14, no 30; p. 194-222.
- (1979). *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- GASTALDO, Edison.
(2008). Goffman e as relações de poder na vida cotidiana. *RBCS* Vol. 23 n. 68.
- GOFFMAN, Erving.
(1985). *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes.
- GLUCKMAN, Max.
(1975). O material etnográfico na Antropologia Social inglesa. In: *Desvendando Máscaras Sociais*. Editora Francisco Alves.

- HENRIQUES, Ricardo; RAMOS, Silvia. (S/d). *UPPs Social: ações para a consolidação da pacificação*. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto3008.pdf>.
- LEITE, Márcia Pereira. (2012). Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Rev. Bras. Segur. Pública*. São Paulo, v. 6, n. 2; p. 374-388.
- MACHADO, Roberto. (1979). Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. (2012a). A partir do relatório SAGMACS: as favelas, ontem e hoje. In: Marco Antonio Mello *et al.* (Org.); *Favelas Cariocas: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- (2012b). As UPPs, a linguagem da violência urbana e a sociabilidade no Rio de Janeiro. In: Angela Moulin S. Penalva Santos; Glaucio José Marafon; Maria Josefina Gabriel Sant’anna (Orgs.); *Rio de Janeiro: um território em mutação*. Rio de Janeiro: Gramma, FAPERJ.
- (2011a). Polícia e violência urbana em uma cidade brasileira. *Etnográfica*. Fevereiro de 2011, 15 (1); p.67-82.
- (2011b). Uma vida e uma obra dedicadas à favela e às ciências sociais. Entrevista comemorativa de 70 anos de Luiz Antônio Machado da Silva. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* - Vol. 4 - no 4 - out./nov./dez. 2011; p. 663-698.
- (2010a). Afinal, qual é a das UPPs? *Observatório das Metrópoles*.
- (2010b). “Violência Urbana”, Segurança Pública e Favelas – o caso do Rio de Janeiro atual. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 23, n. 59; p. 283-300.
- (2008a). Introdução. In: Luiz Antônio Machado da Silva (Org.); *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- (2008b). Apontamentos metodológicos. In: Luiz Antônio Machado da Silva (Org.); *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- (2008c). Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio (org.); *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- (2004a). Sociabilidade violenta: uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas. In: *Rio: a democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro: IBASE.
- (2004b). Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 19, n. 1; p. 53-84.
- (2004c). Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade violenta no Brasil urbano. In: L. C. Q. Ribeiro (Org.); *Metrópoles: entre a cooperação e o conflito*. São Paulo e Rio de Janeiro, Perseu Abramo / FASE; p.291-315.
- (1967). A política na favela. In: *Cadernos Brasileiros*, ano IX, n.41, maio/junho.
- (2002a). A continuidade do “problema da favela”. In: Lúcia Lippi Oliveira (Org.); *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV/CNPq.
- (2002b). Da informalidade à empregabilidade (reorganizado a dominação no mundo do trabalho). *CADERNO CRH*, Salvador, n. 37, p. 81-109, jul./dez.
- (1999). Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 13; p. 115-124.
- (1994). Violência e sociabilidade: tendências da atual conjuntura urbana brasileira. In: L. C. Ribeiro; O. Santos Jr (Orgs.); *Globalização, fragmentação e reforma urbana*. O futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- (1993). Violência urbana: representação de uma ordem social. In: E.P. Nascimento; I.A.F. Barreira (orgs.). *Brasil urbano: cenários da ordem e da desordem*. Rio de Janeiro: Notrya.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; LEITE, Marcia Pereira.
 (2008). Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? In: Luiz Antônio Machado (Org.); *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- (2004). Favelas e democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas. In: IBASE. *Rio: a democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro, IBASE.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich.
 (2007). *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo.
- MARTINS, Carlos Benedito de Campos.
 (2008). Nota sobre o sentimento de embaraço em Erving Goffman. *RBCS* Vol. 23 n.o 68.
- MISSE, Michel.
 (1997). *Crime urbano, sociabilidade violenta e ordem legítima*. Comentários sobre as hipóteses de Machado da Silva. Mimeo. Rio de Janeiro.
- MONCAU, Luiz Fernando.
 (S/d). *Parecer sobre a legislação do Estado do Rio de Janeiro relativa à formalização de eventos artísticos*. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/meu-rio-production/Parecer+da+FGV+-+Leis+Eventos.pdf>.
- MONCAU, Luiz Fernando; PIMENTEL, Guilherme.
 (2013). O funk carioca e a lei – problemas e recomendações. In: *Política cultural com as periferias: práticas e indagações de uma problemática contemporânea*. Pâmella Passos; Aline Dantas; Marisa Melo. (Org.). Rio de Janeiro: IFRJ.
- OST, Sabrina; FLEURY, Sonia. O Mercado Sobe o Morro. A Cidadania Desce? Efeitos Socioeconômicos da Pacificação no Santa Marta. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 56, no 3, 2013, pp. 635-671.
- PANDOLFI, Dulce; GRYNSPAN, Mario.
 (2002). Poder Público e Favelas: uma relação delicada. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.); *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV/ CNPq.
- PEREIRA, Alvaro Luis dos Santos.
 (2014). A gentrificação e a hipótese do diferencial de renda: limites explicativos e diálogos possíveis. *Cad. Metrop.* São Paulo, v. 16, n. 32;p. 307-328.
- RODRIGUES, André; SIQUEIRA, Raíza.
 (2012). As unidades de polícia pacificadora e a segurança pública no Rio de Janeiro. In: *Cadernos do ISER: Unidades de Polícia Pacificadora: debates e reflexões*. Rio de Janeiro: ISER, n.67, ano 31.
- RODRIGUES, André; SIQUEIRA, Raíza; *et al.*
 (S/d). Pensando as associações de moradores no contexto das UPPs. In: *Cadernos do ISER: Unidades de Polícia Pacificadora: debates e reflexões*. Rio de Janeiro: ISER, n.67, ano 31.
- RODRIGUES, Daniel Soares Rumbelsperger.
 (2011). Max Weber e Pierre Bourdieu: uma aproximação a partir da noção de Tipo Ideal. *Cadernos SocioFilo*.
- RIBEIRO, Renato Janine.
 (2001). *A República*. São Paulo: Publifolha.
- SILVA, Itamar; ROCHA, Lia de Mattos.
 (2008). Associações de moradores de favelas e seus dirigentes: o discurso e a ação como reversos do medo. In: *Segurança, Tráfico e Milícias no Rio de Janeiro*. Organização: Justiça Global. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.
- SMITH, Neil.
 (2012). *La nueva frontera urbana. Ciudad revanchista y gentrificación*. Traficantes de sueños.
- SOARES, Luiz Eduardo.
 (2009/2009). Refundar as polícias. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*, 6 de janeiro.

TELLES, Vera da Silva.
(2010). *A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal*. Belo Horizonte: Argvmentvm.

VALLADARES, Lícia.
(2005). *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

VANDENBERGHE, Frédéric.
(2011). O real é relacional: uma análise epistemológica do estruturalismo gerativo de Pierre Bourdieu. *Cadernos SocioFilo*.

VAN VELSEN, J.
(1991). A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In: FELDMAN, Bela. *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. Global Universitária.

RAGIN, Charles; BECKER, Howard (Ed.).
(2009). *What is a case?* Exploring the foundations of social inquiry. Cambridge: Cambridge University Press.

Recebido em
dezembro de 2014

Aprovado em
dezembro de 2015

Resenhas

Entre o pessimismo da razão e o otimismo da vontade

LÖWY, Michael.

(2004) *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano*. Tradução de Mariana Echalar.

São Paulo: Boitempo Editorial. 144 p. ISBN 978-85-7559-401-8.

Publicado no Brasil pela editora Boitempo em 2014, *A jaula de aço*, do cientista social Michael Löwy, corrobora relacionar duas correntes sociológicas – weberianismo e marxismo – vistas como defensoras de proposições opostas, conseqüentemente, impossíveis de serem alocadas de forma amistosa na formulação de um quadro conceitual ou mesmo teórico-metodológico, mas que, segundo o autor, guardam convergências entre si.

De ascendência judaica, Michael Löwy nasceu em 1938 no Brasil, formou-se em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo em 1960, doutorando-se sob orientação de Lucien Goldmann, em 1964, pela Sorbonne. Atualmente, reside na França e é diretor de pesquisa no *Centre National de la Recherche Scientifique*. Löwy tem expressiva bibliografia sobre a história do pensamento de esquerda, desenvolvendo trabalhos sobre Karl Marx, György Lukács, Lucien Goldmann e Walter Benjamin. Nesse sentido, o presente livro, o qual resenhamos, é instigante, uma vez que propõe pensar os usos da sociologia de Max Weber – um autor liberal – por autores reconhecidamente marxistas, formando, assim, uma “corrente” sociológica referida como webero-marxista.

A primeira parte do livro “Weber, Marx e a ‘jaula de aço’” é composta por dois capítulos, no primeiro: “Marx e Weber: Kapitalismus”, Löwy discute as divergências entre Weber e Marx, tais diferenças seriam essencialmente políticas e metodológicas, no entanto, os dois autores teriam em suas obras questões afins, a começar pelo interesse que ambos tinham pelo capitalismo, ademais, os dois pensadores estariam de acordo entre pontos fundamentais, tais quais a definição de classes sociais por suas posições de poder e propriedade, o Estado racional e burocrático como uma das condições de existência necessárias para o estabelecimento do capitalismo e, também, o monopólio estatal sobre a violência.

Sobre as origens do capitalismo, Löwy explicita a teses dos dois autores. Para Marx, a explicação estaria posta no conceito de acumulação primitiva, isto é, a expropriação dos camponeses pelos cercamentos, o escravagismo e a

exploração colonial. Para Weber, grosso modo, o capitalismo moderno seria produto de empreendedores movidos pela ética protestante.

Löwy chama a atenção para a necessidade de salientar que Weber não desconsideraria as formas do capital voltadas para a violência, denominando-as capitalismo imperialista ou aventureiro. Ou seja, Weber priorizaria aspectos socioculturais – em uma interpretação “espiritualista” da história – enquanto Marx evidenciaria os aspectos materiais – fruto teórico-metodológico do materialismo histórico.

Embora seja evidente o contraste entre as duas perspectivas, o autor da *jaula de aço* chama a atenção para os fragmentos da obra de Weber que deixa clara a sua preocupação em não apresentar suas conclusões acerca do capitalismo como causas decorrentes de fatores culturais apenas, chamando atenção, inclusive, para a necessidade de se estudar a contribuição dos fatores econômicos que levaram ao surgimento e ao estabelecimento do capitalismo.

Como afirma Löwy, Weber, embora não fosse um marxista, estava longe de ser um antimaterialista, deixando de forma implícita em algumas passagens de sua obra seu reconhecimento acerca da primazia das transformações econômicas sobre as transformações socioculturais, embora, com isso, não buscasse uma interpretação de base material, e sim congruente entre tais esferas, a material e a cultural, nesse sentido, Weber trabalha o termo “afinidade eletiva”.

Outro ponto comum, evidenciado por Löwy, possível de ser pensado nas obras de Marx e Weber, diz respeito à crítica ao capitalismo, os dois autores perceberiam o sistema capitalista através de um prisma fundamentalmente negativo, em que a quantificação da vida social, a exploração do trabalho, a desigualdade das riquezas, a reificação e a submissão ao mercado seriam imperativos.

Karl Marx, ao longo de suas obras, desenvolveria uma crítica anticapitalista baseada na necessidade e na inevitabilidade de transformação do sistema para um estágio pós-capitalista. Já em Max Weber, a crítica seria mais ambígua, uma vez que o autor, segundo Löwy, não veria horizonte além do capitalismo, pois seria este o sistema mais racional de desenvolvimento possível. No entanto, Weber chama a atenção para o fato de que a intensa e voraz busca pela eficácia do sistema levaria a uma intensa burocratização e coisificação das atividades humanas. Enfim, a diferença estaria no pensamento pessimista de Weber diante das ideias revolucionárias do autor de *O Capital*.

A visão pessimista de Weber é objeto do segundo capítulo de *A jaula de aço*, intitulado “O pessimismo cultural de Max Weber”. Nele, o autor chama

a atenção para a ênfase dada por Weber à negação de qualquer possibilidade de progresso a partir do estágio capitalista, o que faz do autor de *Economia e Sociedade* um “pessimista resignado”, nas palavras de Löwy. A partir dessa premissa, Weber cunharia o termo “habitação de aço” ou “jaula de aço”, pois o capitalismo moderno levaria os indivíduos a uma espécie de escravidão sem mestre, uma vez que todos estavam subordinados a regras cotidianas impostas tacitamente pelo sistema e que seriam absolutas e impessoais. Para Weber, o sistema capitalista não comungava com a liberdade, pelo contrário, cada vez mais a sociedade deveria seguir os imperativos do mercado, a questão a ser posta era como valores, tais quais os de liberdade e democracia, seriam possíveis com o desenvolvimento do sistema no decorrer do tempo?

A segunda parte do livro, “Max Weber sobre as afinidades eletivas”, é composta de dois capítulos: “o conceito de afinidade eletiva”, o terceiro capítulo do livro; e “A ética católica e o espírito do capitalismo: afinidade negativa”, o quarto capítulo da obra. Neles, Löwy traça a relação feita por Weber entre as condições culturais, isto é, a ética protestante e as condições materiais que levaram à formação do capitalismo.

Nesse sentido, Weber trabalha o conceito de “afinidade eletiva”. Como já dito, haveria uma congruência entre aspectos de caráter material com aspectos de caráter “espiritual” que possibilitariam o surgimento e a consolidação do sistema capitalismo. Posto isso, Löwy trabalha a percepção de Weber sobre o catolicismo; embora o autor alemão nunca tenha se debruçado sobre o catolicismo, seria possível identificar, ao longo de sua obra, a sua percepção acerca dessa religião, segundo a qual a ética católica teria uma profunda antipatia pelo capitalismo, devido a sua impessoalidade nas relações entre os indivíduos, o que impediria o catolicismo de regulá-lo. Essa crítica, segundo Weber, teria um caráter reacionário, visto que, por exemplo, no decorrer do feudalismo, o papel da Igreja na regulação de certas relações era uma constante.

A partir do final do século XIX, surge na Europa uma crítica não reacionária ao capitalismo, segundo Löwy, uma crítica católica de esquerda, que na América latina aparece em meados do século XX – a Teologia da Libertação. A leitura de Weber, mesmo escrevendo de um passado consideravelmente distante, ajudaria a entender tais fenômenos no entender de Löwy.

Na terceira e última parte do livro, “Marxismo Weberiano”, Michael Löwy discute em dois capítulos os usos de Weber por pensadores reconhecidamente marxistas. No quinto capítulo, “O capitalismo como religião: Ernst Bloch, Walter Benjamin e Erich Fromm, leitores de Max Weber”, autores que

fizeram leituras anticapitalistas das obras de Weber são discutidos, embora não fossem marxistas weberianos propriamente ditos.

O primeiro autor evocado é Ernst Bloch, que, pautado em Weber, teria inventado o termo “capitalismo como religião” e estabelecido uma crítica ao calvinismo por ter, segundo ele, destruído o cristianismo e levantado um culto ao dinheiro. O segundo autor trazido à baila é Walter Benjamin, que desenvolve a ideia do “capitalismo como religião” a partir das conclusões de Weber, acerca da íntima relação entre a ética protestante e o sistema capitalista. No entanto, Benjamin iria mais adiante no pensamento, ao afirmar que, mais do que ter surgido a partir de um fenômeno religioso, o capitalismo era em si um fenômeno religioso. Por fim, Löwy expõe o pensamento de Fromm, segundo o qual o capitalismo, seguindo as premissas éticas do calvinismo, transformou o meio para a felicidade em um fim, ou seja, o trabalho passa a ser mais importante do que a possibilidade de aquisição advinda através dele. Esta perspectiva, tal qual a dos dois pensadores anteriormente citados, teria sido embasada na obra de Weber.

No último capítulo do livro, “figuras do marxismo weberiano: de Lukács a Merlau-Ponty”, Löwy aponta para os representantes diretos do que ele chama de marxistas weberianos, a começar por Lukács, segundo o qual a racionalização capitalista faria com que todos os elementos presentes na sociedade fossem vistos como mercadorias passíveis de serem calculadas de forma racional, isto se estenderia às esferas da justiça e da administração, entre outras. Ou seja, Lukács justificaria o conceito de mercadoria a partir do desenvolvimento de uma racionalidade característica do capitalismo, ideia desenvolvida por Weber.

Seguindo essa linha, temos a escola de Frankfurt que empreenderia, segundo Löwy, uma ótica marxista tendo como pano de fundo uma concepção de história essencialmente weberiana, em que a formação do sistema capitalista e da sociedade moderna se deu a partir de um processo de racionalização que tornaria o Estado, a indústria e a cultura elementos puramente formais indiferentes à finalidade da ação dos indivíduos.

Outro autor abordado é Merlau-Ponty, que não só teria cunhado o termo marxismo weberiano, como também teria chamado a atenção para a necessidade de se pensar pelo método proposto por Weber, um marxismo menos dogmático, mas capaz de pensar políticas a partir das análises empreendidas numa crítica explícita, segundo Löwy, ao “marxismo-leninismo” do Pravda e ao “ultrabolchevismo” de Sartre.

Enfim, o livro *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano*

proporciona pensar o terreno irregular de um "webero-marxismo" e, nesse sentido, possibilita, sobretudo, estabelecer um jogo entre dois cânones. Embora fique claro o pessimismo de Weber e o pensamento revolucionário dos marxistas explicitados na obra de Löwy, além de outras diferenças cruciais entre Marx e Weber, o livro de Löwy cumpre seu objetivo de fazer uma associação indispensável entre o que ele chama de o otimismo da vontade e o pessimismo da razão.

Glauber Miranda Florindo*

Recebido em
janeiro de 2015

Aprovado em
junho de 2016

* Glauber Miranda Florindo é Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: gmfhis@gmail.com.

The Changing Politics of Foreign Policy

HILL, Christopher.

(2003). *The changing politics of foreign policy*.

Londres: Palgrave Macmillan. 376 p. ISBN 978-03-3375-423-8.

Christopher Hill é professor de Relações Internacionais na Universidade de Cambridge, onde também é diretor do *Centre of International Studies*. Hill já lecionou em outra instituição de prestígio, a *London School of Economics*. Seus estudos na área de relações internacionais estão focados especialmente na análise de política externa e nos estudos da política internacional europeia.

Seu livro *Changing Politics* é uma obra de caráter enciclopédico a respeito dos fundamentos teóricos de um campo específico da grande área de estudos internacionais conhecida como “análise de política externa”. O texto aponta a importância atual desse campo de estudos em momento de grandes transformações nas relações internacionais.

O fim da Guerra Fria, a internacionalização da vida cotidiana, a ascensão de um pretenso consenso liberal ao redor da democracia e da interdependência econômica (simbolizados no vago conceito de “globalização”) induziam a acreditar em um mundo onde as fronteiras entre o interno e o externo estariam se dissolvendo, e a capacidade do Estado nacional em agir autonomamente no sistema internacional estaria sendo cada vez mais minada. Contribuiriam para isso a maior participação de atores transnacionais não estatais na vida política internacional, como instituições religiosas, grupos terroristas, um amplo espectro de ONGs temáticas (pobreza, direitos humanos, meio ambiente...), além da grande inovação que foi a doutrina de intervenção humanitária (criando exceções nas noções de soberania e autoafirmação dos povos e permitindo a ação de Estados na vida interna de outros Estados), que reforçariam a ideia de que a primazia do Estado nas relações internacionais estaria com os dias contados.

Hill aponta a tendência das análises sobre o sistema internacional em valorizar percepções sistêmicas, estruturais, com grande incapacidade de perceber e definir algum poder de agência – a capacidade das unidades da estrutura de interferir nessa mesma estrutura, ou ir de encontro às tendências produzidas por ela. Essas leituras de âmbito sistêmico nitidamente desvalorizam a capacidade dos estudos de análise de política externa de explicar e prever fatos do sistema internacional. Afinal, para elas, o que importaria nas relações internacionais seriam os constrangimentos externos. O autor aponta que essa leitura do cenário internacional e de

suas consequências na ação política dos Estados é demasiado simplificada e defende que os Estados ainda detêm poder de “agência” no sistema internacional. Ainda seriam válidos e necessários os estudos de política externa, mesmo que Hill não negue que o cenário atual demande repensar os meios de se entender as ações dos Estados no mundo. Aponta que não importa o tamanho ou fraqueza de um Estado, sua política externa é capaz de “fazer a diferença”, ainda que se devam levar em consideração constrangimentos internos e externos. Para o autor, tanto realistas quanto globalistas liberais subestimaram tal capacidade, com suas respectivas ênfases em força militar e integração de mercado.

Defendendo a capacidade cognitiva dos estudos de política externa, Hill define o que seria o conceito: política externa seria o conjunto das relações oficiais externas conduzidas por um ator independente (normalmente um Estado) nas relações internacionais (p. 3). A possibilidade de que outros atores, além dos Estados nacionais, realizem política externa é especificamente pensada para o caso da União Europeia; o grupo conta com um representante específico para suas relações externas, definido como “Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança”.

Na defesa da legitimidade das análises de política externa, Hill busca o lócus acadêmico de tal campo de estudo, apontando em especial os espaços em que tais pesquisas não são nem de longe prioritárias, como nos enfoques realistas (mais especialmente neorealistas, como em Kenneth Waltz). Tais interpretações teriam a percepção de que o sistema internacional seria dominante em certos aspectos-chave, entendendo a política externa e o interesse na política doméstica e no processo de tomada de decisão como não relevantes. Hill aponta que o viés determinista do pensamento neorrealista iria contra pressupostos da análise de política externa e sua tendência a valorizar o livre jogo dos múltiplos fatores, tanto domésticos como internacionais. Outra abordagem incompatível para pensar a política externa seria a da “escolha racional” e do “ator racional”, com sua percepção da ação racional de um ator unitário com objetivos dados (no geral, a maximização do poder). Para os estudos de política externa, nada mais estranho do que negar a pluralidade das possibilidades das intenções dos atores.

Hill defende a importância dos estudos de política externa e acredita que, por sua natureza, eles devam se dar de maneira aberta, comparativa, conceitual, interdisciplinar, capaz de articular as fronteiras domésticas e externas, sem pretensão de produzir uma única *teoria da política externa* uniforme e abrangente. Sua importância seria ainda maior nos dias atuais,

uma vez que as grandes alterações que o sistema internacional vem sofrendo desde os anos 1990 colocam mais dificuldades para se compreender a relação entre o interno e o externo na política dos Estados. Apesar de a política externa ser atualmente uma área mais complexa e mais contestada, ela está longe de ser insignificante e de desaparecer.

Hill enumera os desafios a que a disciplina está sendo confrontada atualmente, como a dificuldade crescente em distinguir os âmbitos interno e externo e a complexidade de analisar as novas questões normativas que se colocam para os Estados. O maior dos desafios, porém, seria a dúvida se a política externa ainda deteria o poder de agência no sistema internacional.

Ao longo de seu texto, o autor realiza um panorama da teoria que cerca os estudos de política externa, além de apontar suas interpretações para conceitos relacionados a esse tipo de pesquisa. Seu texto, dividido em três partes, se inicia com o debate a respeito do poder de agência nas relações internacionais, como as ações são geradas e conduzidas no cenário internacional e por quem. Na análise de política externa, esse tipo de preocupação buscaria suas respostas não em entidades abstratas, mas nos tomadores de decisão, os responsáveis oficiais pelas ações dos Estados no sistema internacional. Nesta seção, o autor aborda os principais poderes desses atores, assim como as dificuldades de se analisar seus atos a partir das teorias do ator racional e da escolha racional.

A segunda parte analisa o contexto internacional (a estrutura) em que as ações são realizadas. Hill aponta os constrangimentos que podem ocorrer para a ação dos Estados, mas também os espaços que se abrem para ações autônomas. Nesta parte, indica a redução do poder explicativo do cenário internacional presente na geografia, em especial nos estudos mais deterministas de enfoque geopolítico. Para o autor, valorizar a capacidade de ação dos Estados não coaduna com entendimentos estruturalistas das relações internacionais, ainda que não negue que, no geral, os tomadores de decisão tenham uma visão das relações internacionais como um sistema, com padrões regulares de interação, e que o ambiente externo permaneça sendo central para qualquer política externa (p. 164).

Sua proposta de análise de política externa tem o mérito de, ao mesmo tempo em que defende a existência deste campo específico, demandar sua articulação com outras maneiras de se pensar a vida política nacional e internacional. Nega qualquer pretensão de pensar as relações internacionais em separado da vida cotidiana doméstica, reforçando a característica positiva da subdisciplina em conseguir apontar como o ambiente interno é um dos formadores da estrutura internacional. O autor defende que todas

as noções centrais da política moderna estão hoje implicadas com a política externa e que ela não pode ser entendida como um espaço isolado e livre de constrangimento. Essa maneira de pensar a política externa se aproxima de diversos pesquisadores – como Maria Regina Soares de Lima e Letícia Pinheiro, para citar autores brasileiros – que buscam entender a política externa dos países democráticos como uma de suas políticas públicas, aproveitando as abordagens teóricas e metodológicas desse campo para compreender os modos como as agendas são estabelecidas, como se dá o processo decisório e como medidas são implementadas.

A terceira parte do livro encaminha a discussão a respeito do que define como “transnacionalismo”: o surgimento de novos atores transnacionais e o questionamento a respeito da dissolução da comunidade específica a que o Estado presta conta. Hill aponta como questões morais vêm colocando novos desafios para os países, fazendo com que surjam novas *constituencies*, desta vez externas, às quais podem ter que se reportar.

A parte mais interessante de seu livro está na divisão da análise da política externa por três chaves: a ação, a escolha e a responsabilidade. A ação se refere à capacidade de existirem atores e eles serem relevantes no sistema internacional. Não importa o tamanho ou a fraqueza de um Estado, ele sempre será capaz de fazer a diferença, ainda que sob constrangimentos que podem ser realmente grandes. A própria ideia de uma política externa indicaria a capacidade de alguma liberdade. Estado sem um mínimo de autonomia não possui política externa, e todo Estado tem de alguma forma política externa. Hill antevê o surgimento de políticas externas feitas por entidades subnacionais. Cita os exemplos tímidos de países federativos que permitem que seus estados possam ter autonomia em assuntos de *low politics*, como turismo, e aponta que a constatação desses exemplos pode indicar a necessidade de se repensar como um imperativo vital de um Estado a manutenção do monopólio sobre sua política externa, seguindo preceitos hobbesianos.

Hill também aponta como o poder de agência nas relações internacionais vem ganhando ainda mais complexidade com a participação cada vez mais importante de atores transnacionais, tema de seu capítulo 8. O autor mostra como, de atores tão diversos como ONGs ambientalistas e grupos terroristas, novos constrangimentos são feitos à ação estatal, principalmente por influenciarem a *constituency* interna, sua própria população.

A ideia de **escolha** indica as dificuldades encontradas pelos tomadores de decisão para agir, pela constatação natural de que existiria mais de uma opção de ação. Como o entendimento da análise de política externa

percebe a natureza e as fontes das preferências como determinantes não preestabelecidos, a escolha se torna um elemento de alta complexidade. Hill ainda chama a atenção para o fato de que na área de política externa são ainda mais nítidas as diferenças entre escolhas e seus resultados, com graus nem sempre seguros de previsibilidade das ações.

Além disso, ressalta que nem sempre se poderia apontar a política externa dos Estados como uma variável dependente. Ela pode, em alguns momentos, ser capaz de realizar iniciativas e de fazer alterações significativas nos sistemas internacional e doméstico. Essa relação dialética, Hill a define como “*structurationism*” (neologismo que poderia vagamente ser traduzido por “estruturacionismo”), mistura entre “estrutura” e “atores”, em que estruturas moldam atores e atores fazem estruturas.

Ética e Política Externa

A **responsabilidade** faria referência à nova maneira de perceber a dimensão ética das relações externas dos Estados. Hill é um entusiasta da importância de se pensar a relação entre ética e relações internacionais, algo não muito comum entre teóricos das RI. Para o autor, na política externa de qualquer país, a prática e a ética convergem inexoravelmente (p. 297).

Nas relações internacionais, a responsabilidade estaria expressamente vinculada às obrigações dos Estados com suas populações, mas também com o próprio sistema internacional, em temas como a expansão do mundo livre, a redução do flagelo da pobreza, de dívidas externas etc. Além disso, tomadores de decisão de países democráticos poderiam estar conectados com uma vasta gama de *constituencies* fora de seu território, como a opinião pública internacional, partidos políticos afins etc.

Hill aponta que os tomadores de decisão estão propensos a ter algum grau de responsabilidade e compromisso com sua própria consciência, sua história pessoal e mesmo com o conjunto da humanidade (p. 298). O passar dos tempos teria mostrado que o que era consenso no passado hoje não seria mais adequado: o estadista não pode mais ser responsável somente por seus concidadãos. Ainda assim, não ignora que a prioridade dos Estados serão sempre suas populações.

A responsabilidade nas relações internacionais teria três dimensões. Ponto fundamental para os tomadores de decisão seria a **legitimidade** junto à população de seu país e, cada vez mais, seria importante pensar a necessidade de legitimar suas ações e garantir reconhecimento por elas junto a sujeitos externos. Legitimidade interna e externa garantiria ao

Estado exercer suas responsabilidades internacionais. Tal caráter indicaria que o Estado é o único agente das relações internacionais a quem seriamente conseguiríamos criar exigências e acompanhar seus atos (*to account*). A capacidade de exercer responsabilidade seria facilitada pela segunda dimensão, a **identidade**: o sentimento de compartilhar uma mesma cidadania entre toda a humanidade. A identidade precisaria estar presente em ações internacionais de responsabilidade para que não sejam consideradas personalistas e não confiáveis. O terceiro ponto, a **dimensão ética**, seria o mais complexo e debatido dos três. Hill defende que toda política externa acompanha preceitos éticos, além de ser um dos agentes por excelência do cenário internacional a agir por determinações morais. Apesar de considerar esse um fator importante nas relações internacionais, Hill é pragmático ao afirmar que não é possível para uma política externa ser completamente cosmopolita em sua ética, isso é, dedicar-se por completo a uma possível comunidade internacional e agir como se toda a humanidade vivesse sob os mesmos valores e direitos. Afinal, a política externa seria estrangida por seus outros interesses particulares, não necessariamente ligados à dimensão moral.

Hill é otimista a respeito da possibilidade do compartilhamento de valores por toda a humanidade, ainda que não sejam muitos. Indica os lados positivos do comprometimento dos tomadores de decisão em política externa com outros grupos além de sua população. Uma leitura parcialmente inocente, por não destacar as dificuldades inerentes à relação entre política externa e moralidade, em que poderia ser questionada a existência de valores verdadeiramente universais, ou a capacidade de definir quando os atores agem sob interesse ético ou se utilizam dessa dimensão como mera legitimadora de posturas movidas por outros interesses.

Magno Klein*

Recebida em
outubro de 2015

Aprovada em
fevereiro de 2016

* Magno Klein é Mestre em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); pesquisador associado ao Laboratório de Análise Política Mundial (IESP – UERJ); e editor da revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos. magnoklein@gmail.com.

Ensaio sobre política direito e sociedade

VIANNA, Luiz Werneck.

(2015). VIANNA, Luiz Werneck. Ensaio sobre política, direito e sociedade.

São Paulo: Hucitec Editora. 239p. ISBN 978-85-8404-052-0.

O livro *Ensaio sobre política direito e sociedade*, de Luiz Werneck Vianna, foi concebido e empreendido por Francisco Fonseca, cientista político e atual diretor da coleção Estudos Brasileiros, da Hucitec Editora, a quem também coube prefaciar o volume. Foi ele quem sugeriu a Werneck Vianna a edição dos textos que introduziam pesquisas coordenadas pelo autor, a começar pelo *A OAB como intelectual coletivo (1964-1980)*, investigação que data de 1984 e que, não tendo sido publicada, circulou, desde então, em meios bastante restritos. Para Fonseca, trata-se de uma interpretação magistral do papel da Ordem dos Advogados do Brasil na história brasileira, “uma das mais ricas análises sobre a entidade, sobre os advogados e sobre os elementos sociais que constituem o poder judicial”[p.10], justificando, assim, seu empenho em editá-la. Àquele texto foram, então, reunidas as introduções aos livros *Corpo e Alma da Magistratura Brasileira*, de 1997, *A Judicialização da Política e das Relações Sociais*, de 1999, *A Democracia e os Três Poderes no Brasil*, de 2002, e *A Constitucionalização da Legislação do Trabalho no Brasil*, de 2010, perfazendo um conjunto coerente, embora composto por textos produzidos em diferentes momentos e voltados a questões diversas. Afinal, versam todos sobre as relações entre o direito e a política na sociedade brasileira – questão que o autor persegue há mais de quarenta anos e que assumiu aguda proeminência nas democracias contemporâneas.

O livro contém ainda alguns ensaios isolados e uma “miscelânea” de artigos – a expressão é de Werneck Vianna – sobre diferentes conjunturas, publicados nos jornais *O Valor Econômico* e, em maior número, *O Estado de São Paulo*, entre os anos de 2010 e 2012. Nesses artigos se mesclam, como é usual na obra do autor, a história, o longo curso da formação brasileira, o peso e morosidade que derivam da nossa sociologia e o movimento dos atores, a ação, o ritmo célere da política. Combinam-se também referências clássicas e autores brasileiros, reflexão e opinião, análise e compromisso.

O nervo desse livro é a reconstrução analítica dos contextos em que dimensões da institucionalidade republicana e da sociabilidade democrática se reajustam, se medem, estabelecem novos padrões de relação – o que é realizado por Werneck Vianna com o recurso a categorias gramscianas,

principalmente as de hegemonia e revolução passiva. Trata-se, portanto, de livro com recorte temático muito preciso, que sublinha a mediação do direito no andamento político das democracias contemporâneas, e com travejamento teórico igualmente preciso, derivado da leitura dos *Cadernos do Cárcere* empreendida pelo autor entre as décadas de 1970 e 1980. Assim, com exceção do texto *A OAB como Intelectual Coletivo*, elaborado nos primeiros anos da década de 1980, no qual se observa o predomínio teórico de Lênin – referência característica dos trabalhos de Werneck Vianna no período, como em *Problemas de Política e de Organização dos Intelectuais* –, todos os demais ensaios que compõem esta coletânea guardam estreita afinidade com a obra que Antônio Gramsci elaborou no cárcere.

Portanto, entre a produção intelectual de Werneck Vianna do início dos anos de 1980 e aquela do final da década de 1990, há uma variação importante, que consistiu, primeiramente, em deslocar teoricamente o tema da vanguarda revolucionária e, em seguida, debater com lukácsianos brasileiros a ênfase que emprestavam à questão da *intelligentsia*, da luta no *front* cultural, enfim, a ênfase que conferiam à superestrutura, valorizando, alternativamente, uma vida estatal construída de baixo para cima, pelos atores da estrutura, em um movimento permanente de acumulação molecular.

Contrariando a perspectiva então predominante no campo gramsciano brasileiro, que, com base no *Risorgimento*, preconizava a construção de uma nova eticidade popular de notação jacobina, Werneck Vianna buscou em outro texto dos *Cadernos do Cárcere* – *Americanismo e fordismo* – uma teoria de alcance geral, e não apenas concernente aos EUA, em que a revolução se definisse como um processo permanente de ampliação e conquista de direitos. Para ele, o giro teórico presente nos *Cadernos do Cárcere* consistia na aposta em um caminho de superação do capitalismo conduzido por atores que tivessem os pés fincados na estrutura e dela extraíssem a política adequada à mudança. E conclui que, em *Americanismo e fordismo*, a revolução depende da auto-organização da sociedade, prescindindo, portanto, de um partido revolucionário em moldes jacobinos.

A partir daí, Alexis de Tocqueville é convocado, de uma perspectiva gramsciana, a ancorar a percepção de que mudanças sociais provêm de sucessivas transformações moleculares e não de revoluções políticas. E essa lição, de acordo com Werneck Vianna, é tão mais visível hoje, quando “*a revolução está em curso no mundo, o acervo ideal da filosofia política incorporado nas instituições do constitucionalismo democrático*” (p.73). Em outras palavras, a revolução teria abandonado a forma especificamente política e estaria

internalizada nas instituições, tendo nelas encontrado seu portador institucional – a magistratura.

A questão do constitucionalismo democrático e de seus operadores – os juízes – ganhara destaque internacionalmente, mobilizando uma literatura hoje consagrada entre estudiosos brasileiros, como é o caso da obra de Mauro Cappelletti, entre outros, mas que no início dos anos de 1990, no contexto de elaboração da pesquisa sobre a magistratura no Brasil, era de circulação recente entre nós. Aquele foi o momento em que um grupo de pesquisadores coordenado por Werneck Vianna se organizou no âmbito do antigo IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro) em torno de uma agenda de investigação referida a processos de institucionalização de profissões intelectuais. Tal fato preparou o terreno para a realização de uma pesquisa em que foram entrevistados cerca de quatro mil juízes, ensejando a publicação do livro *Corpo e Alma da Magistratura Brasileira*, cuja introdução se encontra reproduzida nesta coletânea (p. 61-89).

Os textos que se seguem àquela introdução buscam analisar o processo de judicialização do mundo contemporâneo, associando a vocação expansiva do princípio da igualdade à crescente infiltração do direito na política e nas relações sociais – nessas, em especial, destacando o modo pelo qual o direito é hoje levado a proteger o homem comum das pressões excessivas do poder ou do dinheiro. Quando referidos especificamente ao Brasil, tais ensaios repõem, de diferentes modos e ângulos, o lugar do direito, de suas instituições e personagens na vida brasileira, tanto do ponto de vista da reconstrução histórica do arcabouço jurídico-político que aqui se constituiu desde o século 19 quanto da perspectiva das eventuais consequências do protagonismo jurídico para a democracia representativa. Pois, se essa judicialização “... *significar a delegação da vontade do soberano a um corpo especializado de peritos na interpretação do direito e na substituição de um Estado benefactor por uma justiça providencial e de moldes assistencialistas, ela não será propícia à formação de homens livres e nem à construção de uma democracia de cidadãos ativos*” (p. 129).

Ciente desse risco, a aposta, porém, de Werneck Vianna – tornada mais evidente em suas análises de conjuntura – é a de que, embora as democracias ocidentais tenham sido atingidas pela proeminência do direito, configurando uma crise da política em escala mundial, a continuada mobilização da sociedade em defesa de seus interesses e direitos poderá movê-la na direção de uma nova democracia de cidadãos. O veneno que abalou a política poderá, enfim, servir como remédio das democracias contemporâneas – a mobilização em torno de interesses como pedagogia da participação e da

cidadania.

Em suma, este livro consagra quatro décadas de pesquisa e uma agenda de indagações consistente. Porém, longe de nos oferecer uma tranquila e domesticada perspectiva acerca da experiência política em nossos dias, saltam dessa coletânea os termos de um acalorado debate sobre equidade e liberdade, em que Werneck Vianna, longe de nos oferecer respostas, constrói analiticamente as posições em confronto.

A se arriscar um sentido, um fio condutor para a leitura de *Ensaio sobre política direito e sociedade*, se poderia dizer que há nela a valorização de uma institucionalidade republicana, concebida como construção permanente, que hoje se vê dinamizada por inovações jurídico-políticas que ampliam virtualmente a democratização da esfera pública, tornando-a permeável aos interesses do homem comum.

Maria Alice Rezende de Carvalho*

Recebida em
maio de 2016

Aprovada em
julho de 2016

* Maria Alice Rezende de Carvalho é professora Associada II do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC) – Rio de Janeiro; Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), desde 1997; e pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), desde 2005. E-mail: malice@puc-rio.br.